



# PROELIUM

REVISTA CIENTÍFICA DA ACADEMIA MILITAR

Série X, n.º 10 (2016)

## Ficha Técnica

<b>Proprietário e Editora:</b>	Academia Militar Rua Gomes Freire 1169-203 Lisboa Tel.: 213186907 Fax: 213186911 URL: <a href="http://www.academiamilitar.pt">www.academiamilitar.pt</a> E-mail: <a href="mailto:proelium@academiamilitar.pt">proelium@academiamilitar.pt</a>
<b>Local:</b>	Lisboa
<b>Ano:</b>	2016
<b>Periodicidade:</b>	Semestral
<b>Depósito Legal:</b>	209905/04
<b>ISSN:</b>	1645-8826
<b>Capa:</b>	Centro de Audiovisuais do Exército/Secção de Artes Gráficas
<b>Paginação, Impressão e</b>	
<b>Acabamentos:</b>	Centro de Audiovisuais do Exército/Secção de Artes Gráficas
<b>Tiragem:</b>	1000

A Revista Proelium está indexada à LATINDEX e acessível no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópias, xerocópias ou gravação, sem autorização prévia da Academia Militar.

## Órgãos da PROELIUM

- Director:** Tenente-General José António Carneiro Rodrigues da Costa
- Diretor Adjunto:** Major-General (Doutor) João Jorge Botelho Vieira Borges
- Editor:** Tenente-Coronel (Doutor) Luís Manuel Brás Bernardino
- Co-Editor:** Professor Doutor José Alberto de Jesus Borges
- Conselho Editorial:** Tenente-General José António Carneiro Rodrigues da Costa  
Major-General (Doutor) João Jorge Botelho Vieira Borges  
Professor Doutor Carlos Alberto Silva Melo Santos, Universidade dos Açores  
Professor Doutor Pedro Telhado Pereira, Universidade da Madeira  
Professor Doutor Henrique Manuel Dinis Santos, Universidade do Minho  
Professor Doutor João Joanaz de Melo, Universidade Nova de Lisboa  
Professora Doutora Maria Manuela M. S. Sarmento Coelho, Academia Militar  
Professor Doutor Vítor Manuel S. da Silva Ferreira, Universidade Técnica de Lisboa  
Coronel (Doutor) Carlos Manuel Mendes Dias, Regimento de Artilharia nº 4  
Tenente-Coronel (Doutor) José Carlos Dias Rouco, Academia Militar  
Major (Doutor) David Pascoal Rosado, Academia Militar
- Conselho Consultivo Nacional:** Major-General (Doutor) Jorge Filipe Corte-Real Andrade, Instituto de Estudos Superiores Militares  
Major-General José António Henriques Dinis  
Professor Doutor Diamantino Freitas Gomes Durão, Universidade Lusfada  
Professora Doutora Ana Bela Ribeiro da Costa Santos Bravo, Academia Militar  
Professor Doutor António José Barreiros Telo, Academia Militar  
Professor Doutor Mário Lino Barata Raposo, Universidade da Beira Interior  
Professor Doutor António Fernando Boletto Rosado, Universidade Técnica de Lisboa  
Professor Doutor Carlos José Bernardo da Silva Barracho, Universidade Lusfada  
Professor Doutor João Torres de Quinhones Levy, Universidade Técnica de Lisboa  
Professora Doutora Lúcia Maria Portela Lima Rodrigues, Universidade do Minho  
Professor Doutor João Paulo de Freitas Sousa, Academia Militar  
Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão, Academia Militar  
Professora Doutora Paula Manuela dos Santos L. R. Figueiredo, Academia Militar  
Professor Doutor António Joaquim dos Santos Serralheiro, Academia Militar  
Professor Doutor Fernando José Gautier Luso Soares, Academia Militar  
Professor Doutor César Rodrigo Fernández, Academia Militar  
Professor Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros, Universidade de Lisboa  
Professora Doutora Maria da Saudade Baltazar, Universidade de Évora  
Professor Doutor José Fernandes Fontes, Academia Militar e Universidade Aberta  
Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão, Universidade Técnica de Lisboa  
Professor Doutor Thomas Peter Gasche, Academia Militar  
Coronel (Doutor) João Pedro da Cruz Fernandes Thomaz, Academia Militar  
Tenente-Coronel (Doutor) Francisco Miguel Proença Garcia, Academia Militar  
Professora Doutora Fernanda M. D. Nogueira, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
Tenente-Coronel (Doutor) Paulo Fernando Viegas Nunes, Academia Militar  
Tenente-Coronel (Doutor) Jorge Manuel Dias Sequeira, Academia Militar  
Tenente-Coronel (Doutor) Pedro Marcelino Marquês de Sousa, Academia Militar  
Tenente-Coronel (Doutor) João Paulo Nunes Vicente, Instituto de Estudos Superiores Militares  
Tenente-Coronel GNR (Doutor) Nuno Miguel Parreira da Silva  
Professora Doutora Maria Francisca Saraiva, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
Capitão GNR (Doutor) Reinaldo Saraiva Hermenegildo, Academia Militar  
Professora Sofia de Freitas e Menezes, Academia Militar
- Conselho Consultivo Internacional:** Professor Doutor Sven Biscop, Egmont Institute (Bélgica)  
Professor Doutor Hermano Perrelli de Moura, Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)  
Professora Doutora Marta Lucía Oviedo Franco, Universidade Militar (Colômbia)  
Professora Doutora María Jesús Hernández Ortiz, Universidade de Jaén (Espanha)  
Professora Doutora Ana María Lucía Casademunt, Universidade de Loyola Andalusia (Espanha)  
Professor Doutor José Luís R. de Alba Robledo, Universidade de Málaga (Espanha)  
Professor Doutor Gary N. McLean, University of Minnesota (EUA)  
Professor Doutor Michael F. Cassidy, Marymount University (EUA)  
Professora Doutora Patrícia M. Salgado, Universidade Autónoma do Estado do México (México)  
Colonel János Besenyő, PhD - Hungarian Defence Forces (Hungria)

---

EDITORIAL .....	5
<i>Tenente-General José António Carneiro Rodrigues da Costa</i>	
AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A GLOBALIZAÇÃO .....	9
<i>Adriano Moreira</i>	
LIDERANÇA. UMA VISÃO MILITAR .....	15
<i>Luís Valença Pinto</i>	
UMA NOVA VISÃO GEOESTRATÉGICA NA COMUNIDADE DE PAISES DE LÍNGUA PORTUGUESA. A IDENTIDADE DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA .....	21
<i>Francisco Azevedo, Luís Bernardino</i>	
A EVOLUÇÃO DA GRANDE ESTRATÉGIA DE OBAMA .....	43
<i>Luís Saraiva</i>	
A CULTURA ESTRATÉGICA DA CHINA: EVOLUÇÃO NA CONTINUIDADE .....	57
<i>Alexandre Carriço</i>	
O FATOR NUCLEAR E AS DINÂMICAS NUCLEARES DO SÉCULO XXI .....	89
<i>Francisco Galamas</i>	
SEGURANÇA E GLOBALIZAÇÃO: A PERSPETIVA DOS ESTUDOS CRÍTICOS DE SEGURANÇA .....	107
<i>Álvaro Santos</i>	
DOS TRIÂNGULOS ESTRATÉGICOS: O IMPACTO NO POSICIONAMENTO INTERNACIONAL DE PORTUGAL .....	115
<i>Pedro Meneses</i>	
O PAPEL DA UNIÃO AFRICANA NA SEGURANÇA EM ÁFRICA: DO MAR MEDITERRÂNEO AO CABO .....	129
<i>Eugénio Costa Almeida</i>	
SENSIBILIZAÇÃO E TREINO EM CIBERSEGURANÇA - EXERCÍCIO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO - .....	141
<i>José Martins, José Silva, Carlos Pimentel, António Galandro, João Rocha, Marco Custódio</i>	
THE BIRTH OF A (FAKE?) NATION AT THE AFTERMATH OF THE DECOMPOSITION OF USSR. THE UNSOLVED ISSUE OF POST-SOVIET 'FROZEN CONFLICTS' .....	161
<i>Marco Marsili</i>	
SISTEMA POLÍTICO INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO: CONTINUIDADE OU ROTURA?.....	179
<i>Artur Varanda</i>	
OS PODERES ERRÁTICOS: O TERRORISMO. GÉNESE, CONCEITOS, EVOLUÇÃO E TIPOLOGIAS. ....	195
<i>Bruno Prata</i>	
A TEORIA DO SISTEMA MUNDIAL. A ABORDAGEM DA ESCOLA INGLESA: SOBERANIA E DIREITO INTERNACIONAL .....	213
<i>Daniel Valério</i>	
A COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR ENTRE PORTUGAL E ANGOLA .....	227
<i>Ruben Cantante</i>	
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA PROELIUM .....	245
RULES FOR PUBLISHING IN THE SCIENTIFIC JOURNAL PROELIUM .....	249





*José António Carneiro Rodrigues da Costa*  
*Tenente-General*

A Academia Militar, na senda de séculos de uma tradição relacionada com a formação de oficiais, enfrenta, nos dias de hoje, novos desafios.

O primeiro foi, é e será sempre o de formar oficiais para o Exército e a GNR, uma nobre e singular missão, com acrescida responsabilidade no domínio das ciências militares, dos valores, e do comando e liderança. O “novo Mundo” em que vivemos, com novos paradigmas no domínio da segurança e defesa, abriga-nos a sermos melhores, mais proactivos, mais rigorosos, e mais exigentes na busca da excelência do ensino, da formação comportamental, e da investigação científica.

Um segundo desafio diz respeito à recente publicação (no passado dia 28 de outubro), do Decreto-lei 249/2015, relativo ao Ensino Superior Militar e ao Instituto Universitário Militar, de que a Academia Militar é parte integrante, enquanto unidade orgânica autónoma, a par da Escola Naval e da Academia da Força Aérea. Com este diploma completou-se um ciclo de reforma do Ensino Superior Militar, mas iniciou-se, simultaneamente, um desafio de futuro para a Academia Militar e todos os atores do sistema de Ensino Superior Militar. De acordo com o disposto no preâmbulo do mesmo Decreto-Lei, “...*destacam-se, como especificidades do ensino superior militar, cuja ponderação é essencial para a adequada formação dos quadros das Forças Armadas e da GNR e com antecedentes históricos relevantes, as ciências militares, os órgãos de governo e de conselho adaptados — quando indispensável — aos princípios da hierarquia militar, a existência da vertente politécnica e a autonomia das unidades orgânicas de ensino...*”, como é o caso da Academia Militar.

Num período de crise económica e financeira, que tem atingido fortemente as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança, foi particularmente gratificante participar neste processo de reforma com os nossos pares, tendo como objetivo último a melhoria da formação dos futuros oficiais das Forças Armadas e da GNR.

É um terceiro desafio, relacionado com o complexo e exigente processo de Avaliação e Acreditação por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), no sentido de consolidarmos o nosso estatuto enquanto membros de pleno direito do Ensino Superior Português, e sem nunca descarmos a nossa especificidade militar e a missão primária de formação de comandantes para o Exército e a GNR. A avaliação dos diferentes ciclos de estudos da Academia Militar, que teve o seu início formal no passado mês de outubro e que continuará ao longo dos próximos meses, constitui um desafio “de futuro e para o futuro”, “de todos e para todos”, e claramente um instrumento de prestígio da Instituição Militar e da GNR.

Neste sentido, é determinante a qualidade e especificidade do ensino, o papel de docentes e discentes, a ligação ao mundo académico nacional e internacional, a partilha de tecnologias e o estabelecimento de protocolos e parcerias na vertente da investigação, inovação e desenvolvimento. São “tempos de um desafio constante”, desafios para os alunos, para os professores, militares e civis, no fundo para quem serve e vive a Academia Militar, e evidentemente para o seu Comando, para o Comando do Exército Português e da GNR e em última instância para Portugal.

A cultura da excelência só está ao alcance das grandes organizações, das Instituições com carácter e possuidores de elevada capacidade e cultura organizacional, pois só com enorme competência, resiliência e elevado sentido de missão, poderemos cumprir a nossa nobre tarefa de educar e contribuir, assim, para a valorização do capital humano que o país nos confia desde 1641.

Por esse motivo, a feliz escolha editorial deste número da Revista “PROELIUM” dedicado às “Relações Internacionais e Estudos de Segurança”, nos pareceu muito adequada, pertinente e atual, permitindo conjugar visões e ideias diferentes, numa temática que é sobejamente importante para a nossa condição de militares e de cidadãos globais. A compreensão dos fenómenos que nos rodeiam e a capacidade de entender, analisar e compreender os “tempos divergentes e desconcertantes” que vivemos, dar-nos-á a possibilidade de sermos militares mais proficientes e mais aptos, mas também a sermos melhores atores neste mundo crescentemente global.

Neste contexto, gostaria de sublinhar a riqueza e excelência dos artigos apresentados, pelo brilho das ilustres e relevantes colaborações editoriais que tivemos o grato prazer em reunir neste número especial da Revista “PROELIUM”, casos, entre outros, do Professor Doutor Adriano Moreira (As Relações Internacionais e a Globalização) e do General Luís Valença Pinto (A Liderança. Uma Visão Militar). Destaco ainda, a participação dos nossos alunos dos mestrados integrados e não integrados, e do doutoramento em “História, Estudos de Segurança e Defesa”, aspeto importante da umbilical ligação do ensino à investigação.

A todos os autores o nosso agradecimento muito especial, pois deram contributos importantes para o aprofundamento da necessária e adequada visão multidisciplinar dos fenómenos que nos rodeiam e contribuíram certamente para afirmar a excelência da reflexão académica e da investigação que vimos fazendo na Academia Militar.

Estamos confiantes no futuro, com a esperança de que saberemos ultrapassar os desafios com mais saber, mais carácter e maior capacidade de liderança, afirmando a Academia Militar enquanto escola de formação de Comandantes, mas também como instituição de ensino superior público universitário militar de referência nacional e internacional. E a fortalecer essa confiança está certamente o trabalho de qualidade da nossa Revista “PROELIUM”.

Lisboa, 15 de novembro de 2015





## As Relações Internacionais e a Globalização<sup>1</sup>

Adriano Moreira

Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa

Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Começemos por chamar a atenção para a necessidade de prestar algum cuidado à permanência da semântica para além da mudança da realidade, sendo frequente que a designação se mantenha com uma total mudança de conteúdo. Quando falamos de *relações internacionais*, rigorosamente estamos ligados a uma conceção que apenas correspondeu a um projeto ideológico que tomou relevo depois da guerra de 1914-1918, com os 14 Pontos do Presidente Willson dos EUA, ao incluir no projeto de paz o princípio de que – *a cada nação deve corresponder um Estado*.

De facto, não apenas o conceito de Nação apenas ganhou real importância depois da Revolução Francesa, de acordo com o axioma de Lord Acton, segundo o qual a regra é que o Estado preceda a Nação, e não que a Nação preceda o Estado. Na orientação de raiz francesa, divulgou-se o pensamento europeu que coloca em evidência a solidariedade baseada na história passada e vivida em comum, a vontade de viver em comum, e decisão de lutar por um futuro comum; talvez porque a campanha napoleónica destruiu muita da estrutura monárquica mas plural da Alemanha, fez carreira o pensamento que viria a evidenciar a identidade étnica como fonte da solidariedade do povo acima das decisões políticas, em regra monárquicas, ficando célebre a anotação de Goeth, sobre a batalha de Valmy, onde os soldados gritavam *viva a França* e não *viva o Rei*.

O facto é que, não obstante o projeto napoleónico ambicionar uma coexistência entre os modelos *Nação-Estado* e *Supremacia Napoleónica*, e ainda o facto da sua derrota e exílio pela frente legitimista, a evolução viria, com os citados pontos de Willson, a destruir os impérios europeus em 1918: Alemão, Austro-Húngaro,

---

<sup>1</sup> Conferência de Encerramento do Seminário de Relações Internacionais, realizado na Academia Militar no âmbito da Unidade Curricular - Teoria das Relações Internacionais (4ºAno/Armas) para o Exército e GNR\_26 de junho de 2015.

Russo, Turco, fazendo da Nação o elemento politicamente dominante, não obstante existirem, ou em curso, outras definições de solidariedade mais vastas, como ocidentalismo, cristandade, e até etnicidade. De facto, continuou a existir uma espécie de contradição entre *páís* (country) e *Estado-Nação*, porque nem todos os que passaram a existir assentavam naquela realidade tornada superior, porque os Estados-multiétnicos continuaram a existir.

A crise atual da União Europeia, em que se inclui o fenómeno das *pequenas pátrias* clamando por independência, soberania, e reconhecimento, como acontece em Espanha, na Inglaterra, na França, mostra que o problema permanece e inquieta. Mas o facto é que o valor cívico e semântico da Nação passou também a caracterizar quer movimentos políticos, quer da sociedade civil. É assim que vamos encontrar realidades como o *sovietismo nacional* que Kaarl Kadek lançou em 1919 com o objetivo de reconciliar o bolchevismo com o nacionalismo, que esta última expressão exprimiou a fidelidade e orgulho de pertencer a uma *nação* cuja existência e interesses eram considerados estratégicos e superiores aos privados, depois o *nacional socialismo*, que também apareceu em 1919, viria a servir de lema ao partido que conduziu Hitler ao poder, implicou a investigação e até luta pelo *interesse nacional* que assegure a sobrevivência da Nação, e que finalmente designasse o que os economistas chamaram *National Income*, e os partidos socialistas inscrevessem nos programas a *nacionalização* entendida como aquisição pelo Estado da gestão de atividades e bens antes a cargo da iniciativa e responsabilidade privadas.

Tudo se traduz em que o valor representado pela *realidade nação* atingiu uma abrangência semântica que não tem necessariamente como conteúdo a realidade comunitária chamada *Nação*, mas passou também a designar as relações entre as soberanias, ainda que estas fossem multinacionais, multiétnicas, ou multirreligiosas. O que foi exigido pela doutrina foi que, como doutrinou Blackstone, nos seus *Commentaries on Laws of England* (1765-70), “... *There is an must be in every state a supreme, irresistible, absolute, and uncontrolled authority, in which the right of sovereignty resides*”.

É corrente admitir que o *nacionalismo*, que referimos como doutrina e prática que têm a supremacia da *nação* como valor político cimeiro, foi impulsionado pela vontade dos povos contra o projeto Napoleónico de subordinar a Europa, e designadamente a unificação imperial da Alemanha deve-lhe contribuição, mas o facto é que a relação entre os Estados ganhou a definição de *relações internacionais*, ainda que a realidade implicasse *soberanias multinacionais*: este facto deu autonomia ao conceito de *cidadania*, e que o *Estado em movimento*, no sentido de submeter territórios e povos a um regime colonial, exigisse novos conceitos como *nativos*, *indígenas*, *escravos*, mas, sobretudo, em consequência das chamadas guerras-mundiais, de 1914-1918 e 1939-1945, a busca da soberania mais afirmou – *deixem passar o meu povo* – para acabar com a submissão colonial do que invocou a *nação* que não era a natureza desses povos.

A primeira chamada Grande-Guerra, que terminou coberta pelos 14 Pontos de Willson – e do princípio Nação-Estado, criou uma organização Supranacional que foi a Sociedade das Nações: *a realidade supranacional* recebia forma pela aceitação de uma doutrinação secular que a vaticinava para os ocidentais, dando até origem ao que alguns autores chamam *Escola Ibérica da Paz*, mas a nova realidade não apagou a expressão complexa das chamadas relações internacionais. Todavia foram as referidas *Grandes Guerras*, a primeira extinguindo os Impérios europeus (Alemanha, Austro-Hungria, Rússia, Turquia) e a segunda os *Impérios Coloniais* de frente atlântica (Holanda, Bélgica, Inglaterra, França, Portugal), que talvez devam ser consideradas entre as causas do que hoje chamamos *globalismo*. Não foi apenas o facto de o conflito militar ter abrangido a totalidade do globo. Usando o texto organizado por Robert Gerwarth e Erez Manela (*Impérios em Guerra*, Lisboa, 2014), notemos que “... o choque entre as potências europeias é visto em todo o seu contexto global como um combate travado por todo o mundo e que envolveu muitas sociedades mundiais...”. O que falta é o ponto de vista dos periféricos do império. Como é que australianos, canadianos, índios, sul-africanos, islandeses, camaroneses, gentes das Índias Ocidentais, birmanicos, tibetanos, e muitos outros, viveram, perceberam e reagiram à guerra?

A resposta, de maiores consequências, foi a descolonização do século XX com a presidência da ONU, por esta razão que os mesmos autores citam: os contingentes recrutados entre as populações submissas aos Impérios, e que vieram sacrificar-se aos milhares nas frentes defendidas pelas respetivas soberanias, “... puderam partilhar histórias de vida na sua parte do Império, destacando as diferentes experiências não só nos domínios mas também entre soldados dos domínios e os de outras regiões do Império...”.

Em suma, os *súbditos* colonizados e submetidos aprenderam que os *brancos* imperiais também eram vencíveis, que a liberdade podia contra eles ser obtida mais a soberania igual entre os Estados do mundo, não invocando sempre o valor da Nação que não era seu, mas simplesmente exigindo – Deixem passar o meu povo: Mandela, Gandhi, para invocar os que demonstraram vencer cultivando a santidade, ou Mao Tsé-Tung recorrendo às armas, servem de referência para que a expressão Relações Nacionais passasse a incluir novas realidades políticas, estas sem que o valor Nação existisse na sua realidade nova que era a do supranacionalismo que a ONU herdou e reforçou como herança da extinta Sociedade das Nações. Destaquemos, para fins apenas da exposição, alguns elementos relacionados com os textos da ONU e os factos, tal como os autores imaginaram que seriam controláveis pelo enquadramento normativo:

- 1) Estava presente que a guerra fora mundial;
- 2) Foi aceite que o *regime colonial* era inviável para o futuro;
- 3) Afirmaram a *igualdade dos Estados*, não das Nações porque este não era um conceito abrangente de todos os povos que seriam libertados;

- 4) Afirmaram o *ideal da paz*, embora reconhecendo a legalidade de algumas cinco formas de guerra, como a legítima defesa, a luta pela independência, a intervenção ordenada pela própria ONU;
- 5) Todavia, aceitaram que alguns Estados eram mais iguais que os outros, guardando o direito de veto para os EUA, a França, a Inglaterra, a URSS, e a China representada inexplicavelmente pela Ilha de Taiwan;
- 6) Os textos da Carta e a da Declaração de Direitos foram escritos por mãos e critérios ocidentais.

O resultado mais perturbador foi que a chegada à organização das áreas libertadas pelo anticolonialismo, e que pela primeira vez falavam, com liberdade de palavra, ao mundo, não entendiam os preceitos com sentido igual: basta lembrar os conceitos de propriedade, que os EUA e a URSS assumiram, o *conceito de família*, que todos subscreveram como fundamental, e o papel das *Religiões* às quais os Césares signatários reconheceram inteira liberdade.

Na evolução posterior os ocidentais e a URSS definiram uma Ordem dos Pactos Militares (NATO – VARSÓVIA) que durou meio século, de guerra improvável e paz impossível (Aron), adotaram uma política de metades (Duas meias Europas, Duas Alemanhas, Duas Cidades de Berlim, Duas Coreias, Dois Vietnams). Chegaram à Queda do Muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, e adotaram euforicamente um inesperado *neoriquismo*, que levou à crise econômica e financeira presentes, com estas consequências, entre outras:

- 1) Um inegável globalismo, de que adianta falarmos com mais detalhe;
- 2) Duas Europas, uma Rica e outra Pobre, esta fazendo reaparecer o *Limes Romano*, com Chipre, Grécia, Itália, Espanha, Portugal, com o amor europeu em decadência e esquecimento dos santos fundadores que foram os chefes de governo da França, da Alemanha, e da Itália, com os partidos nacionalistas a florescerem, com as pequenas pátrias a emergirem, com os pobres, os jovens, e os qualificados a imigrarem em busca de trabalho, pão na mesa, e futuro, com as autoridades da ONU em pousio (o Conselho Econômico e Social nunca foi consultado), com os povos esgotados pela fadiga tributária, pelo desemprego, pela falta de esperança, com o Mediterrâneo transformado em cemitério, com o “Estado Islâmico, do Iraque e do Levante” a comunicar ao mundo que irá destruir a nova Roma, e recuperar os territórios perdidos há séculos, e de caminho liquidando as comunidades cristãs, deixando sem resposta esta pergunta: *a Europa está em paz, ou em guerra*, que lhe declararam com o terrorismo a crescer, as armas que buscam “zero mortos” em multiplicação, e finalmente “guerra por toda a parte”, designadamente do Cairo ao Cabo.

Em guerra ou anúncio dela, o certo é que a regulação do globalismo da ONU, a partir do Conselho de Segurança, com a anunciada política de prevenção, intervenção, e pacificação, defronta pelo menos os seguintes desafios dos factos:

As chamadas potências do tempo da sua fundação, cujo poder se media pela capacidade militar, e cujo privilégio de *veto* resultava da glória assumida de imaginarem terem ganho a guerra, quando apenas não a tinham perdido, enfrentando a redefinição do poder pela estratégia, ciência militar, a ter de ser ainda medido pela superioridade dos poderes financeiro e económico, afetados estes pelo domínio colonial perdido das matérias primas e dos mercados dos produtos acabados, além do poder de impor salários e regimes de trabalho exploratórios com essa perda imperial, aparecendo ainda uma componente nova, que é a *estratégia do saber*; depois os emergentes, como a China colocada, por analistas como Jean-Luc Domenach, entre os *soft power* e *hard power*, mas tendo *mostrado a bandeira* no mar de que há séculos se retirara guardando a bússola de sua invenção; a dinâmica islâmica no mundo árabe com a correspondente crescente islamofobia nos ocidentais; proliferação das armas ligeiras e da privatização da guerra com centenas de milhares de crianças a combater do Cabo ao Cairo; o terrorismo de Bin Laden a evolucionar para Estado Islâmico do Iraque e do Levante; as mafias e outras criminalidades a exceder todas as seguranças; com os centros de decisão ignorados, ou sem cobertura legal como se passa com o G20. Para não alongar mais esta exposição, saliento:

1) o globalismo é visível porque os problemas antes da jurisdição interna, evoluíram para *internacionais*, estes para *transnacionais*, e todos progressivamente para subordinados a *exigências globais*; as tentativas de racionalização, que nasceram com a ONU, viram essas instituições encaminharem-se para a *passividade*, bastando lembrar que a crise económica e financeira mundial não fez convocar o Conselho Económico e Social, e que a pobreza crescente, que sobretudo atinge os nossos trabalhadores, não viu renascer a intervenção do BIT;

2) a nova hierarquia das potências inspirou *Regionalismos*, como é o caso da União Europeia: mas esta enfrenta a crise, e a divisão marcada pelo *Limes Romano* renascido, sem ter conceito estratégico, e com evidentes dificuldades de decidir-se entre *uma Alemanha Europeia ou uma Europa Alemã*, entre ser a *Grécia* um problema europeu ou apenas grego com as alterações de solidariedade imagináveis, ao mesmo tempo que acrescenta aos temas do globalismo a questão dos *conflitos entre a memória e os tratados*.

O caso da Alemanha tem aparentemente que ver com não ter esquecido a *memória imperial* e a vocação do diretório, assim como o anunciado *Império do Meio* de Putin parece ter que ver com o facto de a Igreja Ortodoxa Russa, quando os turcos chegaram às portas de Viena, ter declarado: a I Roma caiu, a II Roma caiu, a III

Roma não cairá. O discurso de Putin que afirma que a *fronteira de interesses* da atual Rússia vai além da *fronteira geográfica*, tem demonstração na situação da Ucrânia: o falhado partenariado entre a Rússia e a Europa, o poder militar chinês, a capacidade americana virada sobretudo para a Ásia e Pacífico, o crescimento da Índia, a desordem do crescimento do poder nuclear (Irão), as desordens migratórias, tudo pode resumir-se no *Outono Ocidental*, com esta pergunta: será que o Estado ainda é a invenção capaz de governar?

Por tudo, conviria meditar seriamente sobre a *dimensão e partilha do saber*, que os EUA autonomizaram. Isto porque tendo criado a denominação do *globalismo* a partir dos efeitos, designadamente que mais de metade dos Estados filiados na ONU não tem sequer capacidade para responder aos desafios da natureza (terramotos, tsunamis, inundações, pestes), não conhecemos a estrutura interna da real situação, isto é, as redes que se multiplicam, a maneira como interferem, a coincidência ou não concordância entre as fronteiras de interesses que, tal como no passado, tenderão para alterar a geografia da “*terra casa comum dos homens*”, sabendo que a relação dos homens com ela tende para deficitária.

Por isso, a quarta dimensão da Universidade, em sentido amplo, tende para *global*, isto é, ultrapassar a experiência da interdisciplina do século passado pela transdisciplina capaz de preencher eficazmente as capacidades do saber e do saber fazer, para reinventar uma nova ordem, antes que a desordem vigente apague os passos na areia que as gerações passadas deixaram como legado.

Lisboa, 26 de junho de 2015

Luís Valença Pinto

General

Existem muitas escolas de pensamento acerca de liderança. E, correspondentemente, muitas teorias. Essas correntes são, no essencial, materializadas por sociólogos, psicólogos e gestores de recursos humanos.

Eu não sou e nunca fui, nada disso. Não tenho essas aptidões. Não esperem portanto que eu elabore segundo as óticas referenciadas, por exemplo, como comportamentais ou *behaviouristas*, funcionalistas ou construtivistas.

Fui sempre e felizmente para mim, um Soldado. E é nessa qualidade que me proponho falar-vos de uma visão militar da liderança.

Impõe-se um ponto prévio relativo ao meu entendimento acerca das semelhanças e singularidades das lideranças empresarial e militar, que aqui hoje debatemos. Procurando ser simples, diria que ambas são essenciais, ambas se devem inscrever em padrões éticos, ambas carecem de atender às pessoas e ambas devem ter bem presente o imperativo da missão. Identifico portanto muitas semelhanças. Mas também penso que, por fatores ligados ao ambiente de exercício, a liderança militar tem que atender a uma mais intensa, ainda que não diferente, dimensão ética e tem igualmente que prestar uma ainda maior atenção às pessoas, o que aliás emana das exigências próprias do comando.

Há uma velha máxima, porventura muito gasta, mas que continua a encerrar e a conservar a grande sabedoria das coisas simples: “... *comandar é fazer do meu objetivo um ideal para os outros...*”. Num pressuposto de mútuo respeito e de livre escolha, aí estão os ingredientes fundamentais da liderança.

É por isso que na profissão militar a liderança, ou pelo menos a ideia e o requisito de liderança, estão muito presentes. Dito de outra forma, certamente mais eloquente: é por isso que a liderança é uma característica ontológica da profissão militar.

---

<sup>1</sup> Conferência de Encerramento da Unidade Curricular - Liderança e Estratégia no Mestrado em Liderança: Pessoas e Organizações, realizado na Academia Militar em 16 de maio de 2015.



O que vos posso trazer é uma reflexão e um testemunho na base da minha experiência e vivência pessoais de cerca de cinco décadas nas Forças Armadas, favorecida pela circunstância de ter tido a responsabilidade de desempenhar cargos com grande exigência de liderança. E, naturalmente, sugiro-vos a perspetiva do debate.

Como é bom de ver a questão da liderança não se coloca da mesma maneira a todos os níveis do exercício da responsabilidade.

Mas, o que é ser líder militar? Talvez a resposta deva ser procurada debatendo outra questão: qual é a função do líder, em particular do líder contemporâneo? Tenho para mim que essa função é tripla: criar e oferecer visões e modos de atuação; estabelecer o sentido e a direção da mudança e, concretizar a mudança. As palavras-chave são aqui visão e mudança.

A mudança e a sua permanente necessidade dispensam grandes considerações adicionais. Já quanto à visão algo deve ser acrescentado. Pessoalmente subscrevo a fórmula *churchilliana* que sugere que o sucesso depende em 5% de visão e em 95% de transpiração. Não discuto as ponderações, mas tenho como certo que ambas as coisas têm que estar presentes no exercício da liderança e que a sua correlação é dessa ordem de grandeza.

Talvez em patamares mais baixos e médios “muita transpiração” consiga atender ao corrente e, porventura, ao fundamental. Mas nos níveis mais elevados isso não funciona. Ou há visão e pode haver líder, ou não há visão e não há líder. E porque é que é assim? A meu ver porque nos escalões mais altos o objeto da liderança é mais vasto e mais diversificado, e porque nesses escalões o futuro integra com grande peso e exigência o horizonte da liderança.

Duas notas para referir que, se só há visão mas não há transpiração, também não há líder, e que a visão, ainda que assente em estudo e em reflexão, implica inspiração. É um pouco do domínio da Arte. Tem muito de único e de irrepetível. E também uma chamada de atenção para os “visionários póstumos”. Aqueles que expressam grandes teses a jusante das questões. É bom meditar quanto há de fraqueza e de falta de seriedade nessa atitude...

Antes de prosseguir seja-me permitido que elabore sobre duas outras questões. A primeira, para fazer sentir que a liderança não é abstrata. Depende de fatores culturais, ligados designadamente à sociedade e à sua expressão, sendo necessariamente diferente em Portugal na China ou no Perú e que a liderança depende também de fatores de ambiente, nomeadamente institucionais e organizacionais e, evidentemente, de fatores pessoais, tanto dos líderes como dos liderados.

Claro que quando menciono fatores culturais não estou a incluir fatores corporativos no pior sentido do conceito. Atrás do “chavão” “cultura da organização”, que em si mesmo é estimável, o que frequentemente se esconde é o medo, a insegurança, a incapacidade e o imobilismo.

Quando se acha que tudo se pode fazer segundo métodos e processos livrescos, *by the book* ou na base de *check lists*, talvez se imagine que é possível liderar



anulando ou superando fatores pessoais. Enorme ilusão. Ninguém lidera sem pôr algo de si. Ninguém lidera negando ou violentando a sua maneira de ser. E aqui tem total cabimento frisar que é possível aprender a liderar, mas que há limites a essa aprendizagem, particularmente exíguos, porventura mesmo inexistentes, nas lideranças dos escalões mais elevados.

A segunda especulação que me proponho fazer é relativa ao eterno debate entre capacidade de liderança e capacidade de gestão. Em contexto militar, entre comando e gestão. A minha leitura é que, em larga medida, esse é um falso debate. Comandar e gerir são atividades complementares e cada uma é necessária à outra.

Não excludo que nos escalões baixos e médios se possa, de algum modo, comandar sem ser um grande gestor e vice-versa. Mas tenho isso como impossível nos níveis altos da liderança. É uma evidência que decorre da imperativa capacidade para saber lidar com a mudança que lhe é intrínseca e igualmente da imperativa capacidade para gerir a complexidade e a diversidade inerentes a esses escalões.

Por um instante vou socorrer-me dos teóricos para referir que, de acordo com uma leitura muito contemporânea, se identificam basicamente sete tipos de liderança, a cada um se podendo associar uma ideia-forte que supostamente o caracteriza e distingue.

Esses estilos e essas ideias são:

- o autoritário – “faça como eu lhe disse”;
- o afiliativo – “as pessoas acima de tudo”;
- o participativo – “o que pensam?”
- o formalista - “faça-se como está determinado”;
- o mobilizador – “venham comigo”;
- o individualista – “faça como eu faço”;
- o apoiante – “estou aqui para apoiar”.

Encontramos neste enunciado traços que todos conhecemos. Mas talvez nos devamos interrogar se, de facto, dele resulta uma identificação de modos distintos de liderar. Pessoalmente não o reconheço assim. O que encontro nesta abordagem é um elenco de atitudes que o líder pode e deve adotar. Todas ou quase todas são possíveis e mesmo necessárias, dependendo do contexto em que a liderança se inscreve e da situação em que é exercida. Em função desse contexto, do momento, das circunstâncias e dos destinatários, todas ou quase todas são invocáveis.

Por mim e tendo tido responsabilidades que não fazendo de mim um líder, implicavam liderança, talvez só nunca tenha dito “façam como eu faço”. E isso porque tenho da liderança um conceito que a torna incompatível com pessoalismos, narcisismos e auto-convencimento. Mas outros julgarão melhor. Isto leva-me a dizer que o bom líder deve recusar colaboradores *bonsai*, atarracados no seu crescimento pessoal e profissional, castrados no seu pensamento próprio.

Voltando à questão do contexto, acentuo que ele é absolutamente decisivo. Por essa razão não penso que haja ou possa haver um estilo único e absoluto de liderança. A liderança é uma realidade compósita. Ponto é que não há receitas ou fórmulas que assegurem a mistura correta, o que torna manifesta a importância decisiva da pessoa do líder, sendo que a atitude do líder tem que ser espontânea, o que implica que, sem prejuízo de ser indispensável refletir, a liderança tenha que estar interiorizada. E, que requisitos tem a liderança? Há, forçosamente, muitos prismas para analisar essa questão.

Tentando ser simples e genuíno na expressão do meu pensamento, diria que há sete requisitos que sobrelevam.

- Primeiro, o líder tem que se conhecer, de identificar os seus limites, próprios e situacionais. Só assim se pode relacionar com os outros e a ninguém podem sobrar dúvidas que a liderança é relacionamento e não isolamento. O único domínio isolado da liderança, em particular da liderança ligada ao comando militar, é a tomada da decisão. Não pelo seu lado de exercício de prerrogativa própria, mas sim pela dimensão de assunção das responsabilidades. E assumir responsabilidades próprias nada tem que ver com minorizar os outros.
- Segundo, conhecer e acreditar nas finalidades e nas capacidades da organização que se lidera. O que exige que se compreenda e observe o preceito que nenhuma organização corresponde a um fim em si mesma, ou seja, contrariando eventuais egoísmos institucionais.
- Terceiro, atuar com ética, com moral, com sentido de serviço, com despojamento pessoal, não confundindo “cuidar da organização” com “cuidar da imagem pública da organização”, não se colocando na posição que Ortega y Gasset classificou como de “senhorzinhos satisfeitos”, que tomam a sua condição de líderes como algo que lhes foi outorgado a título dos seus atributos pessoais, que acham deslumbrantes, e não por aquilo que a liderança é e deve sempre ser, uma condição de serviço à comunidade e aos outros. Sei que é desnecessário acentuar o valor reforçado deste entendimento no âmbito militar. Mas também acrescento que me cruzei com “senhorzinhos satisfeitos” mais do que podia imaginar.
- Quarto requisito, ser culto, no geral e como forma de melhor perceber o contexto.
- Quinto, ter visão e saber induzir a mudança.
- Sexto, saber avaliar com realismo as condições existentes e os recursos disponíveis.
- Sétimo e último desta lista que vos apresento, saber trabalhar com os outros, o que inclui saber gerir emoções, saber gerir relações, saber cuidar e estar sempre pronto para tranquilamente ceder ou não ceder, se as circunstâncias assim o aconselharem.

Quando pensei nesta lista assaltou-me a ideia dos Princípios da Guerra. Na doutrina nacional há nove ou dez Princípios da Guerra, número que varia em função do ramo das Forças Armadas, como se a Guerra fosse uma realidade diversa para uns e outros...Mas o que pretendo assinalar é que se pensarmos maduramente em todos esses preceitos talvez os pudéssemos reduzir ao princípio único de “manter a liberdade de ação”.

Analogamente talvez se possam resumir a três os requisitos fundamentais da liderança. O primeiro, o de dar exemplo. O segundo, o de ter uma visão própria, simultaneamente abrangente, integrada e atenta aos detalhes o terceiro, a capacidade para inspirar e criar confiança.

O exemplo assenta essencialmente na ética, no desapego pessoal e no respeito pela organização. A indução da confiança implica credibilidade, competência, coerência e sentido de justiça.

Mas há muitos outros parâmetros que identicamente não podem ser negligenciados. A coragem intelectual e moral, no contexto militar a coragem física, o bom senso, a motivação, a resiliência, o auto-controlo, a capacidade para absorver e gerir tensões e stress, a convicção, a capacidade para a interação social, o sentido da iniciativa, a recusa do *satus-quo* como paradigma, a positiva insatisfação permanente, o talento para reforçar os sucessos e corrigir os erros, a disponibilidade para modular o rumo sempre que necessário, a capacidade para escolher bem as pessoas e para as manter motivadas, a incorporação da pedagogia e da pretensão formativa como preocupações permanentes, a sabedoria de trabalhar muito mas de não fazer pelos outros. A lista é praticamente infundável...

Antes de concluir seja-me permitido elaborar, ainda que brevemente, sobre dois fatores que antes referi.

Um liga-se à ideia de trabalhar muito mas não fazer pelos outros. O primeiro e essencial critério para isso está no respeito pelos outros e na vantagem que há em estimular os outros ao trabalho, atribuindo-lhes e exigindo-lhes responsabilidades e, sem concessões, expressando-lhes reconhecimento ou censura e evidenciando a necessidade de corrigir.

A este propósito lembro um ensinamento de Henri Bergson. Disse ele que “... *devemos agir como pessoas de pensamento e pensar como pessoas de ação...*”. Acho que o líder ganha muito se tiver esta ideia sempre presente. Na minha vida vi múltiplas falhas por desatenção a esta preocupação. A natureza castrense, estimulando como lhe é próprio e necessário, um superior compromisso para com a missão é de alguma forma indutora de comportamentos *workaholics*, respeitavelmente generosos, dedicados e sérios, mas, ao mesmo tempo espelhando pouca reflexão.

Do que quase sempre resulta a necessidade de conduzir exercícios de “controlo de danos” e também de cuidar do “salvamento das faces” dos seus protagonistas. E tudo por força de um imaculado propósito de servir, praticado de modo irrefletido. Uma palavra final para a interação social, às vezes um pouco difícil para nós militares.

É evidente que ela é particularmente necessária nos níveis mais altos. Deve mesmo dizer-se que é obrigatória. Naturalmente que não me refiro a almoços, jantares e receções. Refiro-me à interação com a sociedade no seu conjunto, mediante práticas de abertura, de transparência e de proximidade. E refiro-me igualmente à interação com outros domínios de responsabilidade política e institucional. Nesse plano é bom agir no entendimento que todos temos responsabilidades no quadro do Estado e que só se encontra verdadeiro sentido na soma e na articulação positiva e convergente de todas essas responsabilidades. E também que é sempre preciso respeitar as funções e as instituições que lhes estão por trás, mesmo quando as pessoas que as exercem e representam justificam pouca ou nenhuma consideração, uma atitude que é facilitada quando se toma a iniciativa e quando se é credor de respeito, em função do sentido de co-responsabilidade, da seriedade e da competência.

Para exemplificar no terreno da interação entre militares e direção política, nem “sim, senhor ministro” por definição, nem a provocação e a confrontação reiteradas. O que nunca pode estar em causa são os princípios e os valores. Como nesta Casa se cultiva e ensina.

Lisboa, 16 de maio de 2015

**Uma Nova Visão Geoestratégica na Comunidade  
de Países de Língua Portuguesa.  
A Identidade da CPLP no domínio da Defesa**

Francisco Duarte Azevedo <sup>a1</sup>, Luís Manuel Brás Bernardino <sup>b2</sup>

<sup>a</sup> Conselheiro de Embaixada, Director do Centro de Análise Estratégica da CPLP em Maputo/Moçambique.

<sup>b</sup> Tenente-Coronel de Infantaria, Professor de Relações Internacionais na Academia Militar.

### **RESUMO**

A globalização e os enormes desafios sociais que vivemos na atualidade trouxeram para os países e para as organizações novas ameaças e inovadores desafios, especialmente na área da segurança e defesa, pois sem segurança não existe desenvolvimento. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa assenta a sua base genética na cooperação em vários domínios, com realce para língua e para a defesa, onde ao longo dos últimos 15 anos tem evoluído consistentemente na busca de uma cooperação estratégica consolidada.

A “Arquitetura de Defesa da CPLP” que integra todos os vetores de cooperação estratégica representa esse crescimento institucional onde a assinatura recente da “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa” aponta para uma nova visão geoestratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa que importa perceber e que é o objeto central deste artigo.

**Palavras Chave:** Comunidade de Países de Língua Portuguesa; Centro de Análise Estratégica da CPLP; Segurança e Defesa

---

<sup>1</sup> Contactos: Email – [franciscozvd@yahoo.com](mailto:franciscozvd@yahoo.com)

<sup>2</sup> Contactos: Email – [bernardino.lmb@mail.exercito.pt](mailto:bernardino.lmb@mail.exercito.pt)

Recebido em 04 de agosto de 2015 / Aceite em 10 de outubro de 2015

## ABSTRACT

Globalization and the huge social challenges that we currently live, have brought to the countries and to the organizations new threats and innovator challenges, particularly in the area of security and defense, considering that without security there is no development. The Portuguese Speaking Countries Community has its genetic support on the cooperation in several areas, in particular defense, where, for the last 15 years, evolution has been constant.

The “CPLP Architecture of Defense” that integrates all those vectors of strategic cooperation represents the growing where the recent signature of “CPLP Identity in Defense Domain” indicates a new geostrategic vision of the Portuguese Speaking Countries Community which is important to understand and that is the main object of this article.

**Key-words:** Portuguese Speaking Countries Community, CPLP Center of Strategic Analysis, Defense and Security

*“...A CPLP tem-se afirmado como um espaço internacional que tem como objetivos estratégicos a consolidação da realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, bem como a valorização da progressiva afirmação internacional do conjunto desses países...”*

In, “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, 2015, p.4

## 1. INTRODUÇÃO

A primeira ideia que se nos ocorre atualmente sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é a de uma organização internacional assente na partilha de uma identidade comum histórico-cultural que aposta no desenvolvimento da cultura e da língua portuguesa, e que vem afirmando-se no mundo através da adoção de uma inovadora e pragmática visão político-estratégica para a globalização da cooperação entre estados-membros. Visão esta que na área da “Defesa” e “Segurança” se torna mais evidente através das seguintes palavras-chave: mares/oceanos; geopolítica/geoestratégia e cooperação/parceria, pois a partilha de experiências vividas e a comunhão de afetos, muitas vezes citada e proclamada pelo professor doutor Adriano Moreira, sempre norteou os destinos e os objetivos da Organização.

Não sabemos se este trinómio virtuoso poderá significar tudo o que a Comunidade tem como projeto identitário próprio e suficientemente pensada num horizonte

próximo, pois que imbuída da necessidade, cada vez mais útil, de fortalecer a concertação político-diplomática, a cooperação estruturada na área da Defesa (bem como em outros domínios) e especialmente a promoção e difusão da língua portuguesa, continuarão a ser os principais eixos identitários e vetores prioritários da cooperação entre os agora nove países luso-falantes.

Cremos contudo não ser possível refletir, para já, sobre o significado intrínseco da cooperação estratégica e o impacto organizacional a partir dos quais se induzirão aspetos fundamentais para se compreender a importância da Comunidade para os seus países membros, bem como evidenciar uma visão estratégica partilhada, que na vertente da Defesa nos obrigue a abrir os horizontes para os mares e a apostar numa verdadeira cooperação geoestratégica de Defesa.

O verdadeiro dilema é saber como se faz? Como tornar a cooperação bilateral do passado, na cooperação multilateral do presente e refletir sobre a necessidade de ter na Comunidade uma cooperação estratégica para o futuro. Este artigo de opinião procura, numa perspectiva partilhada, refletir sobre os principais desafios que se colocam à Organização no futuro e apontam alguns fatores que induzem a uma nova visão geoestratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa como resultado da aprovação recente da “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”.

## **2. O MAR COMO ELEMENTO GEOESTRATÉGICO NA COMUNIDADE**

Como sabemos, o mar é um elemento permanente da geografia de todos os Estados membros da Comunidade. Foi pelo mar, essa estrada misteriosa e de aventura e em que os antigos navegadores procuraram os acessos possíveis ao *hinterland* africano e mais tarde, veículo comercial, científico, cultural, com implicações sociopolíticas e humanas, por vezes, bem dramáticas, que os nossos Estados, com continuidades histórico-culturais e linguísticas clarividentes se edificaram, unindo povos de diferentes credos e culturas, uns mais avançados tecnologicamente do que outros.

Foi ainda através do mar, já no final do século XX, que a amálgama de povos em diferentes continentes e, sob a mesma bandeira e a mesma língua de comunicação entre si forjaram identidades agregando-as, trocaram experiências valorativas (sem omitir erros ou desatinos<sup>3</sup> do domínio colonial), clarificaram interesses e proporcionaram, mais tarde, já no final da última década do mesmo século XX, o entendimento solidário e de cooperação que abriria o caminho para a edificação de uma identidade coletiva, agregada, supranacional, tão específica como a CPLP. Não é, por esse motivo despropositado relembrar que a Comunidade foi criada por uma decisão de Estados soberanos e surgiu praticamente duas décadas depois dos processos que levaram à

---

<sup>3</sup> In, “Uma bandeira marítima para a CPLP”, proferido na conferência de encerramento do ciclo de palestras “A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa”, apresentada na Academia de Marinha em Lisboa, pelo membro honorário Professor Doutor Adriano Moreira, em 27 de setembro de 2011.

independência das ex-colónias portuguesas desenhando-se - independentemente das continuidades e descontinuidades do desenrolar histórico - numa Comunidade lusófona que, apesar de não integrar todo o universo da lusofonia, se orienta para uma inserção regional e global com matrizes culturais, históricas e de afetos comuns.

A CPLP é essencialmente uma Organização na qual o mar, como vetor identitário, tem uma importância pluridimensional e multidisciplinar. E por ser vetor identitário une-se aos fatores estruturantes da Língua e da História comuns, bem como da gestão da sua preservação e sustentabilidade institucional. É assim uma aliança de países marítimos que se reparte por três oceanos, ligando mais de 250 milhões de pessoas vivendo em cerca de 10,6 milhões de quilómetros quadrados de terra e usufruindo de 7,6 milhões de quilómetros quadrados de área marítima.

Neste contexto, o Oceano Atlântico merece especial destaque porque se trata, por excelência, de um largo corredor marítimo cuja importância recrudescer nos últimos vinte anos por razões geopolíticas e energéticas conhecidas, unindo os hemisférios sul e norte do globo, abrindo uma janela de oportunidade para que o espaço da lusofonia e da CPLP se afirme como exemplo de cooperação construtiva e de desenvolvimento interdependente, e ao mesmo tempo, desenvolva uma estratégia securitária cooperativa coletiva em benefício dos Estados membros. Como se sabe, e é hoje um dado adquirido, o desenvolvimento e a segurança são parte da mesma equação. Uma não pode existir sem a outra, pois a segurança induz o desenvolvimento e não existe desenvolvimento sustentado sem segurança.

É também e efetivamente neste “mar moreno”, como lhe chama o Professor Adriano Moreira, que se localiza a esmagadora maioria dos países da CPLP<sup>4</sup>. Especificamente é no Atlântico Sul que se situam dois terços dos países que a constituem. Seis dos nove Estados membros são países lindeiros ao Atlântico Sul, o que confere à Comunidade um enorme valor acrescentado<sup>5</sup> no que respeita a recursos energéticos e às potencialidades estratégicas daí advenientes.

<sup>4</sup> Sete dos actuais nove Estados membros de pleno direito da CPLP são países lindeiros do Atlântico (para além de dois Estados que tem o estautu de Observador Associado – Namíbia e Senegal). No caso do Oceano Atlântico e porque este já foi sobejamente reconhecido como o mar por excelência da CPLP, e atentas as conhecidas ameaças transnacionais e os focos de instabilidade da região do Golfo da Guiné (com destaque para a pirataria, o tráfico de pessoas e estupefacientes, os fluxos migratórios ilegais, o tráfico de armas) bem como o respetivo impacto nas populações locais, a nova geopolítica dos recursos energéticos do Atlântico Sul alcança uma importância tal que induz a uma nova concertação das seguranças marítimas nacionais. Convém não esquecer que as ameaças no mar têm origem em terra, o que obriga a um reforço da cooperação no domínio da segurança e da defesa no seio da Comunidade. In, “A CPLP e o Atlântico Sul”, excerto da intervenção do Diretor do CAE/CPLP, Francisco Azevedo no VIIIº ENABED, Brasília, 8-10 de setembro de 2014.

<sup>5</sup> “... A condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no atual sistema internacional e da sua condição de fator de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo...”. In, “A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, 2006, p. 7.



Na verdade, considerada a bacia deste mar ao sul, profundo e vasto abarcando dois continentes mesclados nas suas culturas, verificamos ainda que é em português que se entendem o Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. E provavelmente outros países que tiveram recentemente acesso à Organização, quer no âmbito da plena adesão ou simplesmente como observadores associados e estão a procurar desenvolver uma estratégia nesse sentido, tais como a Guiné-Equatorial, o Senegal e a Namíbia.

Mas também é importante destacar desde já que as complexidades e desafios securitários globais - que são marca da atual circunstância e se refletem no crime organizado, designadamente a pirataria, o tráfico de substâncias psicotrópicas e de pessoas, os conflitos regionais - merecem a atenção e a preocupação dos países da CPLP<sup>6</sup>, não só pela constatação da necessidade de desenvolverem capacidades de proteção, vigilância e de segurança marítimas conjuntas, mas também pelo facto de ser inegável e imprescindível que os elementos e instrumentos securitários seja matéria de uma vasta e incontornável cooperação bi e multilateral, o que traduz a interdependência da circunstância global e o acervo de uma colaboração estratégica que deve ser aprofundada. Com efeito, o valor e o potencial do mar são hoje, mais do que nunca, equacionados perante o binómio já acima referido do desenvolvimento/segurança dos Estados e elemento estratégico no seio das organizações.

No que respeita à CPLP, sabemos que, além dos 50% das recentes descobertas de recursos energéticos da última década e que se encontram em áreas de influência geográfica de países da Comunidade, urge que cada Estado membro desenvolva capacidades no sector da segurança marítima com impacto bastante para garantir a proteção das suas zonas económicas exclusivas e das suas plataformas continentais, bem como nas áreas de busca e salvamento e que já se encontram sob a sua responsabilidade, designadamente de Portugal e do Brasil. Tal como referido pelo Diretor do CAE/CPLP, Francisco Azevedo, por ocasião do VIII<sup>a</sup> ENABED que decorreu em Brasília, de 8 a 10 de setembro de 2014:

*“...a CPLP na sua relação com o Oceano Atlântico impele-nos a compreender não apenas a importância geoestratégica das duas margens (africana e sul-americana) mas sobretudo reconhecer um triângulo estratégico no quadro da CPLP e avaliar a medida de outros interesses que concorrem na região para que se percebam claramente quais as potencialidades deste mar oceano e que tipo de cooperação se pretende a médio e longo prazo. É evidente que num mundo em mudança acelerada, a concentração regional alcança um peso de tal forma decisivo que influi na geopolítica e determina uma estratégia de dinâmicas sujeitas a constantes adaptações...”*

<sup>6</sup> “... É no Atlântico Sul que se situa a maioria dos Estados Membros da CPLP. Este espaço geográfico conta com importantes recursos energéticos em ambas as margens, mas também com diversos desafios de natureza securitária relacionados com o crime organizado transnacional, a pirataria, ou os conflitos regionais, merecendo por isso especial atenção dos países da CPLP...”. In, “A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, 2006, p. 4.

No caso do Atlântico, atentas as conhecidas ameaças transnacionais e os focos de instabilidade da região do Golfo da Guiné (com destaque para a pirataria, o tráfico de pessoas e estupefacientes, os fluxos migratórios ilegais, o tráfico de armas) bem como o respetivo impacto nas populações locais, a nova geopolítica dos recursos energéticos do Atlântico Sul alcança uma importância tal que induz a uma nova concertação dos mecanismos de segurança marítima nacionais.

Convém não esquecer, como vimos, que as ameaças no mar têm origem em terra e não no mar, o que obriga a um reforço da cooperação no domínio da Segurança e da Defesa no seio da Comunidade. A segurança marítima é, pois um fator estratégico de desenvolvimento e com maior acuidade no Atlântico Sul e especialmente na região do Golfo da Guiné. Os conflitos em determinados Estados Africanos têm levado a comunidade internacional a implementar mecanismos de desenvolvimento e segurança que obrigam a intervenções sob mandato da ONU, da União Europeia e da própria NATO, e cada vez mais “...com maior frequência e intensidade...”<sup>7</sup>. A CPLP como comunidade marítima, necessita de uma gestão sustentada dos seus recursos. Aspeto que não tem sido descurado pela Organização mas cuja evolução e progresso na presente conjuntura se tornam prementes agilizar. Não é demais recordar que em 2007 o Conselho de Ministros da Comunidade determinou que a “...concertação de esforços entre os países da Comunidade no sentido da elaboração de uma visão integrada, com vista a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respetivas jurisdições nacionais, inclusive por meio da cooperação internacional...”<sup>8</sup> fosse devidamente refletida e implementada. Estavam, pois, lançadas as bases da “Estratégia da CPLP para os Oceanos”<sup>9</sup> que transmitiu uma inovadora e arrojada perspetiva para o mar e para os Oceanos. Partindo do pressuposto de que os Estados membros da Comunidade já não eram alheios à importância da adesão à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Estratégia da CPLP para os Oceanos, ao basear-se nas políticas nacionais dos Estados membros, teve um objetivo comum de partilha e união e também de tomada de consciências sobre a enorme diversidade das realidades de cada país quanto aos níveis de desenvolvimento, bem como aos aspetos relacionados com a caracterização das respetivas inserções geográficas regionais.

<sup>7</sup> Luís Bernardino, In “A Segurança Marítima no seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia”, Instituto de Defesa Nacional, Revista Nação e Defesa, nº 128, p. 46.

<sup>8</sup> Idem. Ver também a Resolução do Conselho de Ministros da CPLP, de 2 de novembro de 2007, XII CM CPLP/PR.9/2007.

<sup>9</sup> “...A estratégia da CPLP para os Oceanos rege-se por princípios e objectivos transversais aos demais vectores da cooperação no seio da comunidade, nomeadamente pelos princípios de igualdade soberana dos estados membros; do respeito pela integridade territorial; da promoção do desenvolvimento; e da promoção da cooperação mutuamente vantajosa. entre os objectivos da comunidade, contam-se propósitos que podem igualmente ser relacionados com a presente estratégia, como a concertação político-diplomática entre estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença na cena internacional e a cooperação em vários domínios, como por exemplo os da educação, ciência e tecnologia, defesa, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura e desporto...”. Luís Bernardino, In “A Segurança Marítima no seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia”, Instituto de Defesa Nacional, Revista Nação e Defesa, nº 128, pp. 49-50.

Assinado em Lisboa, em março de 2010 pelos Ministros do Mar e/ou tutelas, aquele documento reflete ainda hoje uma excelente oportunidade para uma cooperação multilateral integrada na medida em que tem o mar por objeto e também por instrumento, com base no conceito de desenvolvimento sustentável e da correta gestão dos recursos marinhos. Assim, a Estratégia veio demonstrar a tipificação das ações de cooperação, apostando numa maior interdependência e interoperabilidade nos mais diversos segmentos, bem como salienta o caráter multidisciplinar de intervenção e, ao mesmo tempo, vislumbra um sentido de partilha e repartição de tarefas a serem cumpridas pelos Estados membros, incluída a cooperação no domínio da Defesa e especialmente na vertente da segurança marítima.

E já é de cooperação que estamos a falar. Ela é o eixo central de toda a orgânica das ações da organização e o âmagão dos projetos que possamos idealizar para o futuro. Está presente em todas as suas vertentes e constitui o vértice em função do qual se move toda a Comunidade. É neste vértice que assenta a análise conjuntural e prospetiva dos paradigmas e desafios globais, funcionando como elemento-motor da interatividade e do juízo assertório na implementação de estratégias e programas de cooperação. Sublinha-se por isso a pertinência e o carácter incontornável da cooperação em geral, no âmbito da Comunidade e o seu contributo para a formulação de doutrinas e implementação de iniciativas de interesse comum para os Estados membros.

A cooperação da CPLP no domínio da Defesa é, como se sabe, um subsistema da cooperação geral da Comunidade. Com base na recomendação dos Ministros da Defesa de Portugal e dos PALOP, de julho de 1998, iniciaram-se as atividades nesta componente, tendo o Brasil ainda, numa primeira fase, mantido o estatuto de observador, acabando por se assumir como membro de pleno direito cerca de três anos mais tarde. Com efeito, os ministros estavam então conscientes do valor e da importância que a Cooperação Técnico-Militar (CTM) portuguesa possuía, a nível bilateral, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e que no entendimento comum e, ao mais alto nível, foi considerada a “...*vertente primordial da relação fraterna que se...*” vinha “...*renovando e fortalecendo entre os respetivos países e as suas Forças Armadas...*”. Nesse sentido, “...*decidiram enveredar por uma nova fase desta cooperação, alargando-a, em determinados domínios, a um novo conceito de globalização...*”. Nascia assim, o “Conceito de Globalização da Cooperação Técnico-Militar”, que seria relevante para o futuro da CPLP.

### **3. A COOPERAÇÃO MILITAR NO SEIO DA COMUNIDADE**

Através do apuramento dos resultados positivos da Cooperação Técnico-Militar bilateral de Portugal com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e que, em determinado momento do seu patamar evolutivo, permitiu que se globalizasse aquela experiência, partilhando-a entre os Estados membros, foram

então identificadas “...novas áreas de cooperação a serem concretizadas numa perspectiva globalizante...”, figurando entre outras a “...criação de um Centro de Análise Estratégica, com sede em Maputo e núcleos em cada um dos países, fomentando-se uma maior e melhor consciencialização dos assuntos e matérias naqueles domínios...”<sup>10</sup> bem como a criação de um Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) que seria acolhido em Lisboa e que seria o coração e o cérebro da cooperação na área da Defesa.

O Acordo sobre a Globalização da Cooperação Técnico-Militar que viria a ser assinado pelos Ministros da Defesa dos Estados membros em 25 de maio de 1999, na cidade da Praia, fez com que a componente de defesa da Comunidade evoluísse para a consolidação dos seus Órgãos estruturantes, que mantiveram e têm mantido, até à presente data, a sustentabilidade de iniciativas e atividades, já incontornáveis, no quadro de uma cooperação estratégica estruturada e a benefício de todos e em função do objetivo global de “...promover e facilitar a cooperação (...) sistematizando e clarificando as ações a empreender...”.

Construiu-se assim uma arquitetura dinâmica com base nos seguintes Órgãos estruturais: O Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD); as Reuniões de CEMGFA; as Reuniões de Diretores Nacionais de Política de Defesa; as Reuniões de Ministros da Defesa da CPLP. Seria ainda criado para funcionar como órgão da componente de Defesa da Comunidade para pesquisa, estudo e difusão de conhecimentos no domínio da estratégia com interesse para os objetivos globais dos Estados membros o Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP).

Esta caracterização simples e pragmática contida, regra geral, nos normativos pertinentes, engloba, no entanto, uma multiplicidade de vetores que explicam não só a génese mas também o contexto em que se gerou a ideia da criação do CAE/CPLP, bem como as valências e meios que assistiram à sua constituição. Outras iniciativas viriam a constituir-se e a consolidar-se, designadamente os Exercícios Militares da série “FELINO”, a Conferência das Marinhas da CPLP e o Fórum de Saúde Militar, entre outros.

Um aspeto que, no entanto, importa sublinhar nesta componente da cooperação na área da Defesa da CPLP são os normativos jurídico-políticos respetivos. Na verdade, o quadro jurídico-político dos Órgãos e as iniciativas acima referidas foram, como se sabe, em primeiro lugar, político e depois jurídico, na medida em que a prática e o seu exercício funcional careceram, de imediato, da legitimidade que só o nível político poderia anuir, através das declarações finais da reuniões de ministros, recomendando as ações bem como as orientações político-estratégicas dos projetos a implementar e dando assim espaço para que

---

<sup>10</sup> Estava dado o mote para a criação do CAE/ CPLP

cada uma das componentes ou níveis se articulassem entre si. E o quadro legal seria criado a *posteriori* adequando-o à realidade conjuntural.

Esse quadro legal acabaria por ser aprovado pelos Ministros da Defesa na Cidade da Praia – Cabo Verde, em 15 de setembro de 2006. Referimo-nos ao “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa” e que é atualmente o documento-quadro com base no qual se rege toda a cooperação dos Países da CPLP neste domínio. Estando já ratificado pela maioria dos Estados membros, não se encontra ainda em vigor, em virtude do seu Artigo 15º estabelecer que aquele instrumento só “...entrará em vigor após a conclusão das formalidades legais, por parte de cada um dos Estados membros...”, o que deveria acontecer muito em breve apesar de ter levado quase uma década para ser ratificado pelos Estados membros.

Contudo, sem perder de vista a natureza e o sentido para o qual foi criada a componente de Defesa da Comunidade, é no Artigo 4º do Supracitado Protocolo de Defesa que se consubstanciam algumas linhas orientadoras, identificadas pela solidariedade entre os Estados membros, a sensibilização das comunidades nacionais sobre a importância e o papel das Forças Armadas de cada um dos países na defesa da sua nação, a troca de informações estratégicas, diria mais ousadamente, a partilha de informações que visem reforçar a defesa dos nossos países à luz das ameaças e desafios do entorno global, a formação militar, o prosseguimento dos Exercícios Militares FELINO, o desenvolvimento de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização dos espaços marítimos de cada um dos nossos países e outros como o fórum de saúde militar, a conferência de marinhas e outras ações que possam reforçar a afirmação da componente de Defesa da Comunidade.

No entanto, e apesar desta restrição legal, o articulado do Protocolo de Defesa consagra e reconhece a necessidade de estreitar a cooperação neste domínio, sendo a paz, a segurança e as boas relações político-diplomáticas fatores primordiais para uma cooperação frutuosa e proactiva, capaz de impulsionar o estreitamento dos laços de solidariedade entre cada um dos Estados membros, projetando a Comunidade como uma organização de paz e de cooperação para a segurança, defesa e desenvolvimento. O que significa que a CPLP tem vocação natural para ser parceira com outras organizações de ações e iniciativas conjuntas, em benefício e de interesse comum nomeadamente nos contextos regionais de inserção. Estamos cientes de que uma cooperação aprofundada com a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), com a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), por exemplo, bem como outras organizações regionais no entorno do Atlântico (Norte e Sul) devem ser vistas como um exercício salutar de construtivismo e a favor do desenvolvimento sustentado e da afirmação de cada país e da Comunidade.

Das reflexões que entretanto foram sendo feitas sobre o Protocolo resultaria, oito anos depois, a recomendação dos Ministros da Defesa dos Estados membros, na XVª Reunião realizada em Lisboa, em 26 de maio de 2014, para que a componente de Defesa fosse dotada de um mecanismo de cariz orientador e conceptual, capaz

de dar sentido às iniciativas e à cooperação multilateral neste sector. Tratava-se de elaborar um novo instrumento estruturante e também otimizador das sinergias da cooperação e que veio a ser designado por “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”. Este documento que viria a ser aprovado em 26 de maio de 2015, na cidade de São Tomé e foi ratificado no último Conselho Ordinário de Ministros da CPLP, realizado em Díli, no passado dia 24 de julho de 2015.

#### **4. A IDENTIDADE DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA**

Sobre a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, importará realçar, ainda que brevemente, o carácter inovador do mesmo. O documento não só reúne os conceitos fundamentais que envolvem a geopolítica e o entorno global dos Estados membros, e naturalmente o Atlântico Sul e Norte, mas também, pretende ser, do ponto de vista conceptual, a matriz fundamental da componente de Defesa.

No vazio da existência ainda de um conceito estratégico da CPLP, aquele documento chama a atenção para a importância das entidades coletivas, o que as une, o que as agrega, clarifica e orienta, sendo que no caso da Defesa serão os interesses comuns neste sector que potenciam a cooperação em diferentes domínios, maximizando respostas comuns. E este princípio aplica-se obviamente ao universo da cooperação que se pretende para o segmento securitário dos Estados membros no Atlântico Sul. Além disso, identifica a matriz identitária da CPLP com base na Declaração Constitutiva e no atual Estatuto da Comunidade apontando para o seu vértice fundamental, a cooperação estratégica.

Mas é evidente também a necessidade do enquadramento do contexto estratégico da Comunidade e esse aspeto surge bem visível no ponto 2 do texto, onde se identificam algumas dinâmicas de insegurança (e de segurança) no espaço da lusofonia. Donde resulta a exigência de abordagens e capacidades não só multissetoriais mas também multilaterais e multidimensionais. Também a inserção regional dos países da Comunidade deve ser vista e analisada - e o documento incide nesse vetor - como uma mais-valia óbvia para a Comunidade, na medida em que impulsiona o aprofundamento da cooperação intra-CPLP e projeta a Organização nos contextos regionais e constitui para valorizar a comunidade como uma organização de dimensão global e globalizadora.

O ponto 3 identifica os valores comuns e interesses da CPLP no domínio da Defesa e, embora não o fazendo de uma forma exaustiva, fá-lo de uma forma clara e com base, uma vez mais, nos princípios gerais e objetivos da Organização e em função da circunstância conjuntural, ou seja, vistos numa perspectiva dinâmica que envolvem os valores designadamente culturais (caso da Língua Portuguesa), os valores humanistas e os da Democracia e Direitos Humanos; e vê na concertação político-diplomática um instrumento fundamental para salvaguarda de interesses comuns, tal como na cooperação a alavanca fundamental



do multilateralismo construtivo ou aberto. E porque é de cooperação e do seu potencial que se fala como o principal referencial deste documento, o setor militar é referido como um dos melhores exemplos do espírito cooperativo e da interatividade humana e cultural.

Destaca-se também mais uma vez, a condição ribeirinha de todos os Estados membros da CPLP e que acima assinalamos bem como o potencial estratégico do mar, dos seus recursos e da sua importância geopolítica no contexto global. O mar é a maior janela de oportunidades para a Comunidade, que temos de saber a aproveitar e potenciar de uma vez por todas. O documento é, aliás explícito nesta matéria e, como sabemos:

*“...a condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no atual sistema internacional e da sua condição de fator de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo...<sup>11</sup>”.*

Mas a CPLP representa ainda no sector de Defesa um significativo potencial de dissuasão e que também deve ser desenvolvido no contexto securitário do Atlântico (Sul e Norte). Nesse aspeto, as diferentes e diversas iniciativas multilaterais, vistas à luz dos atuais desafios securitários – e que também se encontram referenciados no texto sobre a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, – assumem uma importância incontornável. Trata-se de cooperar nos domínios da formação (que inclui a educação, treino, capacitação e valorização das forças); a partilha de informação estratégica relativa a ameaças e desafios que se impõem aos Estados membros e que cada vez mais não é possível enfrentar sem uma cooperação ativa e multilateral e a partilha de tecnologia, que racionalizem custos e meios e ao mesmo tempo confirmem capacidade de dissuasão e melhor segurança aos Estados membros perante os desafios e a rápida evolução tecnológica a que assistimos no mundo global.

Relativamente aos pilares da Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, o texto sintetiza as linhas de ação da Comunidade nesta componente, assentando-os na questão dos valores e interesses comuns aos países da Comunidade; na

---

<sup>11</sup> In, “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, 2015, p. 7.

mobilização cooperativa (cooperar é a palavra de ordem); no aproveitamento das sinergias que advém da idiossincrasia da Organização no domínio da Defesa; na ação do instrumento militar e da cooperação daí resultante. Cremos, no entanto, que mais do que cooperar, a palavra de ordem para uma cooperação multilateral frutífera da Comunidade, tal como ela transpira do documento sobre a identidade no domínio da Defesa, é partilhar conhecimento, formação, tecnologias, desafios e principalmente resposta às ameaças. E ao falarmos de partilha estamos a falar de interatividade assumida como interoperabilidade e que parece, nesta perspectiva ser o verdadeiro desafio que se impõe à CPLP no quadro de uma nova geopolítica, de uma nova geoeconomia e por consequência, de uma nova geoestratégia que emerge como resposta premente às grandes ameaças globais, nomeadamente o terrorismo, expressamente o terrorismo militante, a pirataria e a guerra cibernética, que produzem disrupção no Estado.

O documento termina com um apelo à vontade e empenho político para materialização de ações concretas. E este é quanto a nós, o ponto fulcral do sucesso de qualquer cooperação o seio de uma organização. Com efeito, os ingredientes da cooperação integrada e interativa já se encontram expressos nos documentos acima referidos, afigurando-se necessário o seu aprofundamento e a efetiva operacionalização. Daí que se torne premente o empenho político ou a vontade decisora das instâncias superiores da Comunidade para que a cooperação bi e multilateral se desenhe como resposta coerente e efetiva aos desafios da presente conjuntura e às ameaças globais que todos enfrentamos, especialmente num momento em que se assiste a uma alteração global e profunda dos paradigmas securitários. E é com estes elementos que nos parece essencial encararmos a cooperação da CPLP no domínio da Defesa.

Em jeito de conclusão, salienta-se que o Atlântico Sul tem sido, até agora, uma região que funciona como um corredor aberto e pacífico de acesso aos mercados do Norte geográfico. Mas independentemente do desenvolvimento de capacidades dissuasoras, quer em termos de uma estratégia de defesa regional quer na sua operacionalização, não se pode descurar o que se passa no norte do Atlântico sem avaliar as consequências para o sul e vice-versa. A globalização obriga-nos à crescente interdependência e ao reforço da cooperação na segurança internacional no cômputo direto das responsabilidades regionais. O seu cometimento como primeira linha defensiva de qualquer sistema dissuasor parece ser hoje um dado adquirido. Mas não se dirime numa compartimentação estanque. Ao contrário, encoraja dinâmicas pró-ativas e uma complexidade de relacionamentos tanto bilaterais como multilaterais.

Por isso, a CPLP, não podendo agir nem como bloco defensivo regional, nem como estrutura global de defesa capaz de atuar em qualquer cenário, porque a isso a obrigam a Declaração Constitutiva, os seus Estatutos e nomeadamente o Protocolo da Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, tem no entanto uma vocação universal de proteção e intervenção humanitárias que consubstanciam



a sua atuação na resposta aos pedidos de quaisquer dos parceiros em apoio a essas situações e de Manutenção de paz no quadro restrito das missões da ONU ou sob sua égide. Aliás, em diversas destas missões de manutenção da Paz das Nações Unidas têm participado forças de países da CPLP, designadamente; Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal.

Só assim fazem sentido os Exercícios Militares FELINO, as iniciativas das Marinhas da CPLP, o quadro normativo da Estratégia da CPLP para os Oceanos, a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa e fará igualmente sentido, a Nova Visão Estratégica da CPLP que está em estudo no seio da Comunidade e transmitirá os caminhos para o futuro.

## 5. CONCLUSÕES

Para concluir, gostaríamos de realçar um aspeto que releva do texto da “Identidade da CPLP no Domínio de Defesa” e está relacionado com a questão da interoperabilidade de forças e que poderá aplicar-se no contexto de uma Arquitetura de Segurança Marítima para o Atlântico Sul. Trata-se de um conceito que esteve sempre presente no seio da CPLP, pelo menos, desde a institucionalização dos Exercícios Militares “FELINO” e além disso emerge dos objetivos específicos da cooperação no domínio da Defesa. Destacaríamos assim neste âmbito a criação de uma plataforma de partilha de conhecimentos em matéria de defesa militar e de segurança marítima e na qual o CAE/CPLP teria um importante papel a desempenhar, e ainda a promoção de uma política comum de cooperação aliada ao contributo para o desenvolvimento das capacidades militares internas com vista ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da Comunidade.

Acreditamos contudo que o desafio maior da Comunidade residirá em saber lançar as pontes do diálogo e da cooperação construtiva num mundo que parece desabar à nossa frente (quase como uma fatalidade) e que temos a obrigação moral de reerguer em cada ação, em cada iniciativa, em cada quadro da cooperação para a segurança e para o desenvolvimento. Neste contexto, a Comunidade pode e deve afirmar-se desenvolvendo capacidades no multilateralismo cooperativo, tornando-se cada vez mais uma alternativa num mundo global em que o elemento securitário assume cada vez mais e maior importância. Por isso, equacionamos uma cooperação multilateral sustentada em toda a bacia atlântica, em especial o Atlântico Sul. Mas não a podemos compartimentar, pois, como refere Adriano Moreira “...*sem segurança não há condições de desenvolvimento e sem desenvolvimento não poderá haver segurança...*”. O construtivismo cooperativo tem algo a ver com o poder brando (*soft power*) dos Estados que desenvolvem capacidades de liderança regional e na nossa óptica deve ser a meta conceptual para afirmar a comunidade neste campo da Defesa, contribuindo para impulsionar capacidades nos Estados membros nas áreas da formação, da partilha de informação e do desenvolvimento tecnológico,

entre outros. Pelo que julgamos adequado dizer que não faltarão áreas onde essa interação bilateral e multilateral multidisciplinar será prioritária à luz da natureza de cada ameaça ou desafio. A questão que se coloca no futuro aos políticos e académicos é saber se a CPLP tem esta capacidade? Se a CPLP pode e deve ser esse instrumento de segurança e desenvolvimento.

Na verdade, se estamos a pôr a pergunta é porque ela já contém uma resposta e não é propriamente a de um sonho sempre adiado, embora o pareça até agora, por circunstâncias que se prendem não só com a dispersão geográfica, a inserção regional de cada Estado membro e respetivos compromissos, mas também com as vicissitudes internas próprias de dinâmicas políticas e de segurança e defesa globais. Daí que resulte uma perceção de um caminho mais lento do que aquele que seria de esperar. O que se torna por vezes desconcertante são algumas exigências de celeridade relativamente às iniciativas e ao alcance dos patamares de desenvolvimento sustentado no seio da Comunidade, atendendo à diversidade e desigualdade dos níveis de desenvolvimento político, económico e social de cada Estado membro e à própria jovialidade da Organização.

Brevemente cumprir-se-ão vinte anos da sua existência. E a este propósito, será oportuno realçarmos alguns elementos fundamentais que poderão contribuir para as linhas de ação e visão político-estratégica da CPLP na próxima década, a saber: A necessidade de aprofundar a cooperação em todos os sectores, respeitadas as legislações e a soberania de cada Estado membro; Apostar na educação global, na formação de quadros, na interação de diferentes níveis e estruturas de forma a criar uma teia integrada de ações cooperativas multilaterais, respeitando os diferentes níveis de desenvolvimento dos Países integrantes; Incentivar a criatividade das novas gerações nas áreas da investigação científica e tecnológica e dos recursos marinhos contribuindo para que cada Estado membro diminua as faixas de dependências externas por forma a encorajar o desenvolvimento sustentável; Apostar no planeamento de recursos (geopolítica da energia e geoeconomia de mercados) através do que acima se refere quanto à partilha mútua e de interesse comum em prol do desenvolvimento das nossas comunidades; e aprofundar a concertação político-diplomática de forma a projetar a imagem da Comunidade no plano externo e nos fora internacionais.

A componente de Defesa dos países da CPLP tem, pois, desde a sua criação em 1999, contribuído de uma forma positiva e construtiva para a Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade. Contudo, uma análise mais aprofundada, deixará a descoberto todo um conjunto de iniciativas, que apesar de discretas, têm constituído passos para uma consolidação e agora, (porque não?) visibilidade que se afigura importante, sobretudo numa conjuntura que exige de todos nós uma reflexão profunda à luz do que está a ser gerado na chamada “Nova Visão Estratégica da CPLP” saída das resoluções da Cimeira de Díli, em 2014. É essencial a contribuição da componente de Defesa da Comunidade não só pelo

caracter eminentemente construtivo e cooperativo, mas também pelo exemplo de coesão que os diferentes Órgãos desta componente de Defesa têm demonstrado, inclusive, em circunstâncias por vezes bem complexas. Seguindo estritamente o princípio da cooperação bilateral e multilateral entre parceiros soberanos e iguais no nível decisor da Comunidade, haverá que ter sempre presente que serão muito mais as coisas que nos unem do que aquelas que nos separam. E estes aspetos estão bem evidenciados na “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa” e, como vimos, orientador, inclusive para uma cooperação atlântica aprofundada e estratégica. Esperemos também que não seja apenas mais um documento, porque a CPLP pode certamente orgulhar-se da sua componente de Defesa que tem agido, ao longo dos últimos 15 anos, com um espírito cooperativo, construtivo e gerador do aprofundamento das relações entre todos os parceiros. Haja vontade política e empenho dos Estados membros.

Lisboa/Maputo, 4 de Agosto de 2015

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2007) - Estratégias de Intervenção em África. Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, Editora Prefácio, ISBN 978-989-8022-87-5.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás e LEAL, José Santos (2011) – A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, IDN Cadernos, 2011, ISSN 1647-9068.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás e ALMEIDA, Eugénio Costa (2013); A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, in *Revista Militar*, 2532 65-1, janeiro de 2013: 43-61; ISSN: 0873-7630.
- GUEDES, Armando Marques (2012) - Da desregulação ao recentramento no Atlântico Sul e a construção da «Lusofonia». *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 3, N.º 1, Primavera 2012. Disponível em: [http://observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol3\\_n1\\_art1](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol3_n1_art1).
- MOREIRA, Adriano (2002) – Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Editora Almedina, 4ª Edição, ISBN 972-40-1771-0.
- MARCHUETA, Maria Regina (2003) – A CPLP e o seu Enquadramento. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- MACQUEEN, Norrie (2003) - A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guinea-Bissau, in *International Peacekeeping*, Vol. 10, No. 2, Summer 2003, pp.1-26. London: Frank Cass. ISSN 1353-3312.

- MONJARDINO, Carlos Valente (2002) – A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Lisboa: Academia Internacional de Cultura Portuguesa. 29
- NEY, Joseph S. Júnior (2002) – Compreender os Conflitos Internacionais- Uma Introdução à Teoria e à História (Trajectos). Lisboa, Editora Gradiva. ISBN 972-662-845-8.
- OLIVEIRA, Aparecido de (1999) - Os Fundamentos da CPLP: O Projecto. In Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ed. Instituto de Altos Estudos Militares. Edições Atena, S. Pedro do Estoril, pp. 5 – 15.
- PCDD (2006) – Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, Secretariado Permanente Assuntos de Defesa da CPLP, Lisboa, 2006.
- SANTOS, Vítor Marques (2005) – Portugal, a CPLP e a Lusofonia – Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa. Lisboa: Edição do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

### **FRANCISCO CARLOS DUARTE AZEVEDO**

De nacionalidade portuguesa é diplomata de carreira e desde 12 de outubro de 2012 desempenha o cargo de Director do Centro de Análise Estratégica da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CAE/CPLP) em Maputo – Moçambique.

### **LUÍS MANUEL BRÁS BERNARDINO**

É Tenente-Coronel de Infantaria do Exército Português, habilitado com o Curso de Estado-Maior. Pós-Graduado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa, Mestre em Estratégia e Doutoramento em História dos Factos Sociais na especialidade de Relações Internacionais (ISCSP-UTL). Desenvolve investigação no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL). É membro da Direção da Revista Militar e da Direção da Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia Lisboa, e sócio correspondente do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEAA). Participa em seminários nacionais e internacionais e publica, regularmente, artigos em revistas da especialidade sobre segurança e defesa em África. Atualmente é Professor de Relações Internacionais na Academia Militar em Portugal e membro da Direção do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar (CINAMIL).



## **IDENTIDADE DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA**

### **1. INTRODUÇÃO**

As identidades coletivas, em qualquer domínio considerado, assumem uma importância central; a sua afirmação dá sentido aos projetos comuns, promove a solidariedade entre membros e contribui para justificar a existência perante as comunidades. Quando emergentes das continuidades histórico-culturais e linguísticas, resultantes de uma decisão soberana de povos independentes e associadas ao domínio estratégico, as identidades contribuem para três funções primaciais: agregar, no sentido de mobilizar os diversos sistemas e entidades; clarificar, no sentido de identificar claramente os interesses a salvaguardar, as opções e as prioridades; e orientar, para proporcionar as necessárias diretrizes gerais para o planeamento subsequente.

No quadro do referido anteriormente, a necessidade de uma identidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no domínio da defesa justifica-se pela afirmação dos interesses comuns no setor da defesa.

A CPLP tem assim uma matriz identitária que assenta nos laços históricos, nos traços culturais comuns, na geografia ribeirinha e marítima que molda e une os povos, nos valores semelhantes do humanismo e multiculturalismo e, fundamentalmente, no “território” cultural comum que é a língua portuguesa. A CPLP tem-se afirmado como um espaço internacional que tem como objetivos estratégicos a consolidação da realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, bem como a valorização da progressiva afirmação internacional do conjunto desses países. É no quadro destes objetivos estratégicos que se encontram os valores essenciais, partilhados por todos os países da CPLP, que interessa segurar e proteger e os quais devem servir de suporte às bases conceptuais do protocolo de cooperação em defesa da CPLP e, consequentemente, à identidade da CPLP no domínio da defesa. Essa identidade deve assentar na afirmação e proteção de valores comuns e na maximização do enorme potencial da CPLP no domínio da cooperação no setor da defesa.

No âmbito desta identidade no domínio da defesa, importa abordar os conceitos de defesa e de segurança. Defesa é normalmente interpretada como o conjunto de medidas, principalmente de carácter militar, mas também políticas, económicas, sociais e culturais, que permitam reforçar as potencialidades de uma entidade e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todo o tipo de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a sua segurança. Segurança pode ser entendida como uma condição a atingir, implicando a preservação dos valores centrais que uma entidade quer promover.

Ainda neste âmbito constata-se o alargamento do tradicional conceito de segurança. O conceito de segurança humana, oficialmente utilizado pela primeira vez num relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1994, diminui a ênfase sobre os territórios e acentua a atenção dada às populações. É um alargamento do conceito tradicional de segurança, centrado quase exclusivamente na vertente político-militar, e que tem vindo progressivamente a ser incorporado na documentação e prática estratégica das organizações internacionais, bem como em muitos, senão na totalidade, dos países da CPLP.

## **2. DO CONTEXTO ESTRATÉGICO: AS DINÂMICAS DE INSEGURANÇA E DE SEGURANÇA NO ESPAÇO DA CPLP**

No espaço da CPLP identificam-se diversas dinâmicas de insegurança. Das várias ameaças com potencial para fazer perigar os interesses dos países da CPLP realçam-se o crime organizado transnacional, principalmente o associado ao tráfico de pessoas e de drogas; a disputa por recursos marinhos e energéticos, de que a pirataria assume uma forma mais inquietante; o crescente radicalismo religioso, com impactos mais preocupantes em África e na Europa; os conflitos regionais, como por exemplo nos Grandes Lagos, no Magrebe, ou na Europa de Leste; as ameaças cibernéticas; os riscos decorrentes da degradação ambiental e das alterações climáticas; e os problemas internos, de natureza social e/ou política, de cada um dos países da CPLP e que, sendo do seu domínio soberano, abrem diversas possibilidades de cooperação para uma mitigação mais eficiente e eficaz. Como corolário do conjunto destes desafios estas dinâmicas afiguram-se como muito complexas, exigindo abordagens e capacidades multisetoriais e, na maior parte das vezes, multilaterais.

No espaço da CPLP também se identificam diversas dinâmicas de segurança. Nos espaços geopolíticos a que os Estados Membros da CPLP pertencem constata-se a dinamização de diversas iniciativas no âmbito da segurança e defesa regional, tais como a Arquitetura de Paz e Segurança Africana da União Africana, ou o desenvolvimento da política comum de segurança e defesa da União Europeia (UE). Estas iniciativas têm um elevado potencial

no campo da defesa, merecendo algumas delas o apoio financeiro, técnico e político de atores globais - como os EUA, a China, ou a UE. São apoios que materializam o crescente interesse dessas grandes potências no espaço onde os Estados Membros da CPLP se inserem, interesse que tem por base razões económicas, mas também estratégicas, face aos recursos aí existentes e à disputa pela influência nessas regiões.

No quadro destas dinâmicas também se constata o aumento das ações de cooperação bilateral, no domínio da defesa, entre os Estados Membros da CPLP. Este aumento da cooperação demonstra a mais-valia que esses países encontram na associação de uma cultura de traços comuns, assentes na lusofonia, com as atividades num domínio tão específico e sensível como a defesa.

É no Atlântico Sul que se situa a maioria dos Estados Membros da CPLP. Este espaço geográfico conta com importantes recursos energéticos em ambas as margens, mas também com diversos desafios de natureza securitária relacionados com o crime organizado transnacional, a pirataria, ou os conflitos regionais, merecendo por isso especial atenção dos países da CPLP.

### **3. DOS VALORES COMUNS E DOS INTERESSES DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA**

No quadro da matriz idiossincrática sobre a qual se funda a CPLP há valores comuns que interessa proteger. Desde logo os valores culturais, merecendo a língua portuguesa um lugar de elevado destaque, pela sua função única na facilitação e aprofundamento de relacionamentos; mas também os humanistas e os da democracia, que na maior parte das situações tanto custaram a implementar e a cimentar. Paralelamente a estes valores, um ambiente seguro que propicie o desenvolvimento nos diversos países da CPLP é uma condição que importa alcançar e manter.

Além destes valores há naturalmente interesses comuns a salvaguardar. A concertação político-diplomática nos diversos fora internacionais é atualmente fundamental para a salvaguarda dos interesses dos países em variados domínios de atividade. O combate a ameaças complexas, no atual contexto estratégico, só é possível no quadro multilateral de ações internacionais; neste âmbito, a partilha de recursos e o desenvolvimento de capacidades em domínios como a tecnologia, o conhecimento ou as informações, afiguram-se como centrais. Outro aspeto que importa acautelar é a acomodação dos interesses nacionais de cada um dos Estados Membros no quadro multilateral da CPLP; é no equilíbrio entre os interesses nacionais e os multilaterais que se maximizam as vantagens de uma comunidade de países.



#### **4. DO POTENCIAL DA COOPERAÇÃO DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA**

A cooperação na CPLP, no domínio da defesa, tem um elevado potencial. Tradicionalmente, a cooperação multilateral neste domínio é uma atividade que cumpre eficazmente os seus objetivos. De entre as diversas razões para este facto realça-se a forma organizada e disciplinada como os militares desempenham normalmente as suas tarefas e se empenham no cumprimento das missões de formação ou operacionais que lhe são atribuídas. Estas tarefas têm sido desenvolvidas num quadro de sã camaradagem e trabalho em equipa, entre profissionais de um ou mais países, num ambiente cultural com muitos traços comuns, de onde se destaca a língua portuguesa. Este é um importante ativo estratégico que está na base da identidade de defesa da CPLP e que interessa salvaguardar e incentivar. O sucesso das diversas iniciativas neste domínio, já realizadas ou em curso, demonstram bem o enorme potencial deste ativo, contribuindo para que o setor da defesa seja um exemplo para a cooperação noutros domínios.

Os países da CPLP, no domínio da defesa, têm capacidades muito diversas e em patamares de desenvolvimento diferentes. Neste quadro, é possível identificar diversas vantagens na multilateralização da cooperação, das que se realçam, a possibilidade de criação de sinergias, o desenvolvimento partilhado de capacidades, e a oportunidade económica, a qual advém da possibilidade de negócios com mais do que um país. Além disso, como alguns dos desafios e ameaças identificados são comuns à grande maioria dos Estados-membros, importa adotar estratégias de cooperação internacional nos domínios da defesa, assentes na superação de desafios complexos.

O relacionamento de cada um dos países da CPLP com as organizações regionais onde está inserido é um fator importante na identidade de defesa da CPLP. Este relacionamento deve ser assumido na sua plenitude, permitindo diversas vantagens, das que se realçam: o acompanhamento das diversas dinâmicas regionais; o modelo organizacional; o alargamento das redes de relacionamentos; a divulgação das potencialidades da CPLP para atuar em contextos diversos; manter e afirmar o caráter universalista da CPLP.

A condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no atual sistema internacional e da sua condição de fator de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo.



A componente de defesa da CPLP deve representar um potencial de dissuasão. As novas ameaças, como o crime organizado associado às redes de tráfico de drogas e de pessoas, ou a pirataria, podem ser mais facilmente mitigados se se notar a presença de uma força de segurança ou militar em determinada área geográfica. Neste âmbito, a realização de exercícios multilaterais, a partilha de informações, ou a eventual coordenação de atividades associadas ao controlo de espaços soberanos, configuram estratégias de dissuasão com elevado potencial de eficácia.

A importância da formação e do ensino na afirmação de identidades é basilar, pois permite aprofundar ou cimentar valores comuns. A possibilidade de intercâmbios neste âmbito, com troca e partilha de conhecimentos e experiências, deve assumir pois um papel dinamizador na CPLP, promovendo iniciativas multilaterais no âmbito do ensino e da formação militar.

## **5. DOS PILARES DA IDENTIDADE DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA**

No quadro do referido anteriormente e face ao contexto estratégico, pode-se resumir a identidade de defesa da CPLP aos seguintes pilares:

O dos valores e interesses. São valores e interesses comuns, os quais interessa proteger e salvaguardar de forma permanente, os valores humanistas e os da democracia, bem como um ambiente seguro que propicie o desenvolvimento nos diversos países da CPLP.

O da mobilização cooperativa. A existência de ameaças e desafios à segurança aos Estados Membros da CPLP aconselha à mobilização cooperativa de todos os países, no sentido de operacionalizar e otimizar eventuais respostas multilaterais a desafios complexos. Contudo, fatores como constrangimentos orçamentais nalguns países ou a ténue capacitação militar noutros, obrigam a que a cooperação neste domínio seja ainda mais eficiente e mais eficaz. Para tal, entre outras possibilidades e caso desejável, parece útil desenvolver sinergias, formular objetivos e efetuar ações e atividades comuns, a avaliar caso a caso, num quadro complementar às dinâmicas regionais onde cada um dos Estados Membros da CPLP se insere.

O da idiossincrasia da CPLP no domínio da defesa. A mais-valia que advém da participação dos diversos Estados-membros da CPLP em organizações internacionais regionais de naturezas distintas, a condição ribeirinha, uma matriz cultural comum e a harmonia e sucesso das ações de cooperação militar, permite delinear uma identidade própria neste domínio, com características únicas.

O da centralidade do instrumento e da cooperação militar. Sendo certo que grande parte dos desafios de segurança que atualmente se colocam ao conjunto dos países da CPLP obrigam a respostas multidisciplinares, com o concurso de diversos instrumentos de poder, é fundamental a ação do instrumento militar. No atual contexto estratégico, a utilização do instrumento militar pode assumir

diversas formas e funções, com as Forças Armadas a desempenharem missões de natureza muito diversa e em ambientes distintos, realçando-se a sua ação de dissuasão. As suas diversas capacidades conferem-lhe um tal caráter de flexibilidade estratégica que o tornam imprescindível face à multidimensionalidade e imprevisibilidade das ameaças atuais, mas igualmente, a uma panóplia enorme de situações internas e externas. A cooperação militar entre os países da CPLP, sendo o conjunto de atividades em que se sustenta a identidade de defesa da CPLP, abrange todas as dimensões do setor da defesa em que os instrumentos militares possam ser desenvolvidos e empregues para salvaguarda dos valores e interesses da CPLP, com especial enfoque no domínio da Cooperação Técnico-Militar e, em particular, no âmbito do ensino e formação militares.

Face ao anteriormente referido, pode-se afirmar que o potencial da CPLP no domínio da defesa é significativo. Contudo, para maximizar e rentabilizar todo este potencial em favor dos Estado Membros é necessário cimentar e afirmar uma identidade de defesa da CPLP, onde os ingredientes, dinâmicas e atividades atrás referidos estejam presentes, mas principalmente, onde haja vontade e empenhamento sincero dos diversos Estados-Membros. Além disso, é fundamental que esta identidade se materialize em ações concretas, enquadradas por um protocolo de cooperação ajustado, e que englobe as estruturas já criadas, as dinâmicas em curso e aquelas que se preveem. Só assim faz sentido.

São Tomé, 26 de maio de 2015

## A Evolução da Grande Estratégia de Obama

Luís Eduardo Saraiva<sup>1</sup>

Coronel de Cavalaria (Res), Doutor em Relações Internacionais, Professor Auxiliar na Universidade Lusfada de Lisboa.

### RESUMO

Essencialmente devido à herança da guerra-fria, até meados do ano de 2001 os EUA não dispunham de um ciclo de planeamento estratégico. O planeamento era centralizado na administração e nos gabinetes. O 11 de setembro de 2001 levou a uma aprofundada preocupação com as estratégias nacionais em diversos níveis. Na primeira linha ganhou destaque em 2002 a Estratégia Nacional de Segurança (NSS). Pode considerar-se, contudo, que a mudança do “pensamento político” norte-americano se deu verdadeiramente com a Estratégia de Defesa Nacional de 2005, no mesmo ano em que era publicada uma nova Estratégia de Segurança. A NSS de 2005 apresentou um novo arranjo das opções estratégicas, pois a partir daqui os EUA vão passar a cuidar melhor do desenvolvimento do sistema de planeamento estratégico.

A análise de como se chegou aos principais vetores da grande estratégia norte-americana de 2010 e quais as suas principais linhas de força revela a determinação do Presidente norte-americano em mobilizar esforços e estruturas para enfrentar alguns dos mais importantes desafios atuais. A mais recente grande estratégia norte-americana, assinada pelo presidente Obama em fevereiro de 2015, demonstra não só um amadurecimento do planeamento estratégico como também algumas importantes reorientações do esforço. Torna-se clara a utilidade de um exercício de identificação da principal evolução entre a estratégia de 2010 e a de 2015 procurando demonstrar-se que o presidente Obama parece procurar corresponder às expectativas do mundo sobre aquilo que se espera de uma grande potência como os EUA, ao mesmo tempo que programa o prolongamento no tempo da hegemonia norte-americana, através da institucionalização mundial do poder.

**Palavras-chave:** Estratégia de Segurança Nacional, EUA

---

<sup>1</sup> Contactos: Email – [saraiva\\_luis@hotmail.com](mailto:saraiva_luis@hotmail.com)

Recebido em 04 de setembro de 2015 / Aceite em 10 de setembro de 2015

## ABSTRACT

Mainly due to the legacy of the cold war, until September 11, 2001 the US did not have a strategic planning cycle. The planning was centralized at the administration and at the offices. The tragic events of September 11 led to a profusion of national strategies at various levels. In the top line appeared in 2002 the National Security Strategy. It can be considered, however, that the US political thought changed with the National Defence Strategy of the year 2005, at the same year of the publication of a new Security Strategy. The 2005 NSS presented a new arrangement of strategic options, and since then the US took better care of the development of the strategic planning system.

The analysis of how the US great strategy of 2010 identified its main vectors and what are their main power lines reveals the determination of the US President to mobilize the efforts and the structures to tackle some of the most important current challenges. The latest US Grand Strategy, signed by President Obama in February 2015, materializes not only the maturing of strategic planning as well as some major reorientation efforts. It becomes clear that an exercise identifying the main developments of the Grand Strategy between the years of 2010 and 2015 will be very useful, conforming that President Obama seeks to meet the expectations of the world about a superpower like the US and, at the same time, programming the prolongation in time of the US hegemony through the global institutionalization of power.

**Key words:** National Security Strategy; U.S.A.

## 1. INTRODUÇÃO

Até aos trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, especialmente devido à herança da guerra-fria, os EUA não dispunham de um ciclo de planejamento estratégico consolidado e regular. O planejamento era essencialmente centralizado na administração e nos gabinetes, o Presidente respondia ao dia-a-dia e não havia um “sentido de futuro” e de necessidade de um verdadeiro planejamento de longo prazo. Verificava-se na verdade uma certa dificuldade de coordenação de todos os órgãos e inclusive dos seus orçamentos.

O 11 de setembro de 2001 levou a uma profunda revisão dos processos de elaboração de estratégias nacionais. No topo da pirâmide estratégica, a Estratégia Nacional de Segurança de 2002 (NSS 2002) atribuiu uma grande ênfase ao combate ao terrorismo, embora caracterizada essencialmente por uma visão unilateralista e neoconservadora. Esta grande estratégia levou à reconfiguração das várias estratégias nacionais. Em segunda linha foi aprovada em 2003 a

Estratégia Nacional para a Segurança Interna (*National Strategy for Homeland Security*). Foi também publicada em 2005 a Estratégia de Defesa Nacional (*National Defence Strategy*), numa terceira linha. A níveis inferiores foram sendo publicados diversos documentos de âmbito estratégico, como a Estratégia Nacional Militar (*National Military Strategy*), aprovada em 2004.

Pode considerar-se, contudo, que a mudança de pensamento político se deu realmente com a “Estratégia de Defesa Nacional de 2005”, no mesmo ano em que seria publicada uma nova Estratégia de Segurança Nacional. Passou a ser assumido que a América estava em guerra (com o terrorismo) e definiram-se os dois pilares em que devia assentar a NSS: em primeiro lugar promover a liberdade, a justiça e a dignidade humana; em segundo, liderar uma comunidade de democracias. Na verdade, a luta antiterrorista passou a constituir a “maior batalha ideológica” (e não apenas “a batalha militar”) do século XXI.

A NSS de 2005 apresentou um novo arranjo das opções estratégicas. Por exemplo, na Ásia era definida a partilha de poder com países-chave (Paquistão, Índia, China, Japão e Austrália). A atenção da Estratégia para África, por outro lado, debruçava-se sobre o desenvolvimento e a paz com vista a parcerias económicas (com interesse especial na exploração de hidrocarbonetos). A guerra no Iraque e no Afeganistão ganhava atenção especial e a Síria e o Irão eram identificados como “Estados tiranos” financiadores do terrorismo internacional. A partir daqui os EUA vão passar a cuidar melhor do desenvolvimento do sistema de planeamento estratégico. Apesar de continuarem uma linha coerente materializada numa política externa de defesa dos interesses dos EUA e de tentarem prolongar no tempo a sua relativa perda de hegemonia mundial, vão dedicar muito mais atenção a questões relacionadas com a intervenção humana nas alterações climáticas, vão alargar a definição de crise para novas abrangências e vão demonstrar a sua evolução na sua forma de prestação de apoio ao Estado de Israel. Nada disto é abrupto, mas segue uma linha coerente da evolução do pensamento estratégico norte-americano, como se demonstrará mais adiante.

Este artigo começa por tentar demonstrar como se chegou aos principais vetores da Grande Estratégia norte-americana de 2010, assinada pelo Presidente Barack Obama, e quais as suas principais linhas de força. Após análise dessa estratégia, o artigo debruça-se sobre as principais características da última grande estratégia norte-americana, publicada em fevereiro de 2015. Um exercício de identificação das principais evoluções entre a estratégia de 2010 e a de 2015 constitui a terceira parte deste texto, argumentando-se que o presidente Obama procura corresponder às expectativas do mundo sobre aquilo que se espera de uma grande potência como os EUA. Tentou-se não caracterizar a análise pela adoção de uma postura de ponderação dos programas de governo, mas tão só analisar aquilo que pode ser definido como os fatores permanentes do pensamento estratégico dos EUA, transversais aos partidos que ocupam o poder. A parte final, sobre conclusões, procura descortinar o que será a evolução do pensamento estratégico norte-americano no futuro próximo.

## **2. COMO SE IDENTIFICAM OS VETORES DA GRANDE ESTRATÉGIA NORTE-AMERICANA DE 2010**

Como se chegou aos principais vetores da grande estratégia norte-americana de 2010 e quais as suas principais linhas de força? As publicações oficiais dos EUA sobre a sua política externa e principalmente sobre a sua Grande Estratégia passaram a incluir conteúdos mais pragmáticos e mais ambiciosos logo após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001. Mas, se há uma teoria que explique a postura internacional norte-americana após o fim da Guerra Fria e até (pelo menos) aos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, ela poderá bem ser a teoria institucionalista de G. John Ikenberry, como desenvolveremos de seguida. Os casos históricos que apoiam a teoria institucional de Ikenberry mostram os Estados que ficaram vitoriosos e com muito mais poder após o fim dos conflitos a responder a incentivos para se submeterem a regras estabelecidas por um modelo institucional de relações entre os Estados. A negociação institucional entre o Estado líder e os Estados secundários tem sido parte de cada um dos maiores sistemas estabelecidos após as guerras (inclusive após o fim da Guerra Fria), embora o caráter específico da instituição, a extensão até onde ela se concretizou e o impacto que teve na ordem estabelecida após a guerra difiram de caso para caso. A variação da extensão até onde o Estado dirigente usou as instituições para obrigar outros Estados ao compromisso e para assinalar o seu próprio constrangimento e compromisso é também, pelo menos parcialmente, explicado pelas variáveis consideradas no modelo institucional.

O poder americano nos anos 1990 não teve precedente histórico. Esse poder foi tornado mais aceitável para os outros Estados porque é institucionalizado, afirma Ikenberry (2001: 271). Nenhum Estado da era moderna alguma vez gozou de tal posição dominante. Mas se o passado pode servir como guia, a primazia americana deveria produzir resistência e tentativas de contrariar o equilíbrio. Escrevia Ikenberry em 2001 que um dos enigmas da época é porque é que estas reações ainda não tinham aparecido. Em setembro desse ano, no entanto, o mundo iria mudar. Mas Ikenberry já afirmava que no mundo de uma única superpotência que se vivia na altura, essa condição seria com certeza posta à prova (Ikenberry. 2001).

O argumento de Ikenberry no seu livro “After Victory” era de que as relações assimétricas de poder não seriam apenas compatíveis com uma ordem política estável, mas – quando essa ordem era constituída por Estados democráticos – as disparidades de poder poderiam ser mesmo um catalisador para a cooperação institucionalizada (Ikenberry. 2001: 270).

As frequentes intervenções militares nos anos recentes (quando “After Victory” foi escrito, o autor referia apenas Somália, Haiti, Iraque e Kosovo) também sublinharam a singular capacidade americana de projetar poder militar com limitados constrangimentos institucionais (Ikenberry. 2001: 272). Este padrão da política americana

levou no entanto alguns a preocuparem-se abertamente sobre o que aparentava ser um poder mundial cada vez mais sem restrições (Ikenberry. 2001: 272).

A lição a reter da construção americana do poder neste século é de que as instituições internacionais jogaram, na manutenção desse poder, um papel importante e generalizado e, no final, construtivo, no exercício do poder americano (Ikenberry. 2001: 273), demonstrando-se que as instituições tanto podem projetar como limitar o poder do Estado.

Quando aqueles que aplicam o poder americano se constroem perante as restrições e compromissos que as instituições internacionais frequentemente ocasionam, deve ser lembrado que essas características das instituições são precisamente o que tornou o poder americano tão aceitável e durável como é visto mesmo hoje em dia. Se a ordem americana pós-guerra (Fria) ainda continuar a persistir no novo século, será principalmente devido à forma como o poder e as instituições operaram conjuntamente para criar relações entre as democracias desenvolvidas que fossem estáveis e legitimadas (Ikenberry. 2001: 273).

A teoria institucionalista de Ikenberry haveria de sofrer um choque tremendo com os acontecimentos dos atentados terroristas em solo americano no próprio ano de publicação de “After Victory”. A reação norte-americana ao 11 de setembro foi violenta e acompanhada de solidariedade de grande parte do mundo. Esta reação faz despoletar dinâmicas novas no processo de planeamento e de definição do pensamento estratégico norte-americano. Mas é a partir de 2005 que verdadeiramente os EUA vão desenvolver o seu sistema permanente de planeamento estratégico, mais fundamentado e mais esclarecido.

A Grande Estratégia de 2005 de George W. Bush (a segunda do seu mandato, pois tinha publicado uma em 2002, que era essencialmente uma reação aos ataques terroristas com uma visão unilateralista e conservadora) assume que os EUA estão formalmente em guerra “contra o terrorismo”, e assenta essencialmente em dois pilares. O primeiro define-se com a promoção da liberdade, da justiça e da dignidade humana. O segundo atribui aos EUA a responsabilidade de liderar uma comunidade de democracias. O que esta estratégia norte-americana traz de novo é a ideia de que a luta antiterrorista constitui a “maior batalha ideológica” (não apenas “a batalha militar”) do séc. XXI. Para esta análise interessa, contudo, considerar o pensamento estratégico e o planeamento a partir de uma estratégia já bem mais amadurecida, a de 2010, depois de atenuadas pelo tempo as reações intempestivas aos ataques terroristas.

### **3. A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL DE 2010**

O documento estratégico norte-americano de 2010 está dividido em três partes. Começa por dar uma visão geral da Grande Estratégia, faz depois uma abordagem estratégica e termina com uma detalhada definição do interesse nacional dos EUA.



A última parte, sobre definição do interesse nacional, aborda quatro temáticas: a segurança, a prosperidade, os valores e a ordem internacional. É útil analisar cada uma destas temáticas, para ter melhor presente como se deu a evolução até 2015. No que diz respeito à segurança, são indicados seis objetivos principais (que também podemos considerar tarefas). O primeiro é o reforço da segurança interna (*Homeland Security*), que ganhou evidentemente uma grande relevância pela constatação, em 2001, das vulnerabilidades domésticas a ataques terroristas. Segue-se a tarefa de derrotar a Al-Qaeda, principal organização terrorista inimiga dos EUA, por ser a responsável pelos ataques às torres gêmeas e ao Pentágono. Outro dos objetivos, que tem sido uma preocupação permanente, é inverter a proliferação de armas de destruição massiva (ADM). A promoção da paz, da segurança e de oportunidades no Grande Médio Oriente constitui outro dos desafios identificados nos objetivos de promoção da segurança. Um quinto objetivo de segurança é investir nas capacidades de parceiros fortes e capazes. Por fim, a Grande Estratégia de 2010 aponta a garantia de segurança do ciberespaço.

O grande vetor da prosperidade referido na grande estratégia de 2010, na parte dedicada ao interesse nacional, identifica uma série de ações que visam essencialmente reforçar a liderança norte-americana na área do conhecimento e ciência, mas com vista ao desenvolvimento pessoal e ao incremento do bem-estar do povo norte-americano. Assim, a NSS de 2010 apresenta a necessidade de se reforçar a educação e o capital humano, melhorar a ciência, a tecnologia e a inovação, alcançar crescimento equilibrado e sustentado, acelerar o desenvolvimento sustentável e gastar com cuidado o dinheiro dos impostos.

Outro vetor referente ao interesse nacional é o da defesa e promoção dos valores na NSS de 2010, que se materializa nos objetivos de reforço do poder do exemplo dos EUA, na promoção da democracia a nível internacional, assim como na defesa dos direitos humanos, e na promoção da dignidade humana pelo acesso às necessidades básicas de todas as populações do globo.

Outro dos interesses nacionais norte-americanos diz respeito à ordem internacional, pelo que a grande estratégia de 2010 procura, em primeiro lugar, assegurar alianças fortes. Isto passará pelo reforço das alianças já existentes mas também, sem dúvida, pela busca de oportunidades de novas alianças. Outro dos objetivos de promoção da ordem internacional é o reforço ou construção da cooperação com outros centros de influência do século XXI. Não haverá dúvidas de que este objetivo se prende com a relevância das Nações Unidas, da União Europeia, da União Africana, do Grupo dos Vinte (G20), etc., mas aponta também para potências, regiões e instituições que têm vindo a ganhar relevância geopolítica, como os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e principalmente indicando o caminho do reforço da presença norte-americana na Ásia-Pacífico. Um terceiro objetivo dentro do vetor da ordem internacional é reforçar os mecanismos e instituições de cooperação, tal como a Organização Mundial de Comércio (OMC), a OTAN,



a ASEAN e os diversos acordos e arranjos de ordem bilateral de que os EUA são parte. Por último é objetivo dentro do vetor da ordem internacional apoiar uma cooperação alargada nos desafios globais mais importantes, como a ameaça das alterações climáticas e as crises económicas e financeiras, entre outras.

Todos estes vetores são já grandes evoluções relativamente às estratégias anteriores, nomeadamente à de 2005, de George W. Bush. Contudo, o pensamento estratégico de Barack Obama haveria de evoluir ainda mais, e no sentido de um amadurecimento geopolítico, como se observará na análise da grande estratégia de 2015.

#### 4. A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL DE 2015

A filosofia subjacente à NSS de 2015 aponta para a persistência da liderança dos EUA num sistema multilateral robusto e para a necessidade de “paciência estratégica” e de um cálculo ponderado ao serviço de uma ordem global que beneficie tanto os EUA como qualquer outro país. No entanto, subsiste uma crítica: o documento não aprofunda devidamente a descrição prática dessa estratégia (Davidson: 2015). A vontade de fazer mais com menos, o lema da NSS de 2015, como o presidente Obama pretende, é fortemente criticada. A visão ingénua do Presidente para o que deve ser o empenhamento diplomático e militar é de uns EUA capazes de responderem a uma crescente lista de ameaças ao mesmo tempo que se dá a contração do seu dispositivo militar. A administração Obama tem argumentado teimosamente que esta visão é realista. Mas ao continuar a cortar profundamente nos recursos militares, a NSS de 2015 falhará completamente o seu objetivo e não será capaz de assegurar as necessidades da estrutura militar para os próximos anos (Meizlish, 2015). Mas, como Ikenberry notava em 2014, o desafio para Obama é encontrar formas de fazer escolhas estratégicas que mantenham os custos com a defesa a um nível sustentável e encorajem a partilha de esforços em alianças, mas sem espoletar pânicos regionais sobre segurança ou sem provocar um desmoronamento do sistema de alianças (Ikenberry: 2014).

A estratégia de 2015 é claramente um salto evolutivo relativamente à definição de grande estratégia de 2010, confirmando-se no entanto, por outro lado, uma evolução na continuidade, como se verá de seguida.

Num artigo de 2 de março de 2015<sup>2</sup>, Janine Davidson, investigadora no *Council on Foreign Relations*, dos EUA, e membro da primeira administração Obama, faz uma muito consolidada análise da estratégia de 2015 na revista “*Foreign Affairs*”. A autora identifica uma base institucionalista no texto, demonstrando a influência de Ikenberry. Segundo ela, o mundo da estratégia de segurança do

---

<sup>2</sup> *Obama's Last National Security Strategy*.

presidente Obama é um mundo em que o grande poder económico e militar dos EUA serve como base sólida de instituições globais fortes, participativas e baseadas em regras (Davidson: 2015). A autora caracteriza a estratégia de segurança de Obama como “multilateralismo inteligente”, e define-o assim pois, no seu entender, os EUA trabalham com o sistema internacional ao mesmo tempo que mostram vontade de suportar o encargo de o defender. Para Davidson, isto é o que de mais se poderá parecer com uma ‘Doutrina Obama’<sup>3</sup>. Tal como o Presidente referiu recentemente aos graduados da Academia Militar de West Point, num discurso sobre política externa:

*“A América deverá liderar sempre no palco mundial. Se nós não o fizermos, mais ninguém o fará. As Forças Armadas a que vocês se juntaram é e será sempre a base dessa liderança. Mas a ação militar dos EUA não deverá ser o único – ou mesmo o primeiro – componente da nossa liderança em todas as circunstâncias. Só porque temos o melhor martelo não significa que qualquer problema é um prego. E porque os custos associados ao emprego da componente militar são tão elevados, deverão esperar que qualquer líder civil – e especialmente o vosso Comandante-em-Chefe – seja muito claro sobre como usar esse imenso poder”* (Davidson: 2015).

A nova estratégia divulgada em fevereiro último tem o seu texto estruturado em quatro partes principais sobre a Segurança, a Prosperidade, os Valores e a Ordem Internacional. Até aqui não há grandes mudanças relativamente à estratégia de cinco anos antes. Mas as novidades estão na definição dos vetores dentro de cada uma destas partes.

No que diz respeito à Segurança, a nova estratégia propõe um conjunto de oito tarefas ou objetivos. Em primeiro lugar, preconiza o reforço da Defesa Nacional, medida que não era explícita na estratégia de 2010. Depois, a segunda tarefa refere-se à continuação do reforço da Segurança Interna, em linha com as preocupações da NSS de 2010. A tarefa de derrotar a Al-Qaida, definida em 2010, tornou-se mais abrangente e passou a definir-se pelo combate à ameaça persistente do terrorismo. Enquanto em 2010 Obama preconizava o investimento nas capacidades de parceiros fortes e capazes, em 2015 o enfoque passa a ser a construção de capacidades americanas para evitar conflitos. As armas de destruição em massa continuam a merecer a atenção no vetor da segurança, mas passou-se do objetivo de inverter

---

<sup>3</sup> Adaptação e tradução livre do autor. No original: “ *the world of President Obama’s National Security Strategy is one in which the United States’ economic and military might serve as the bedrock of strong, participatory, and rules-based global institutions. It’s smart multilateralism—working within the international system while also being willing to bear the burden of defending it, although not always with military power. This is likely as close as we’ll get to an “Obama Doctrine”* .

a sua proliferação para a prevenção da sua disseminação e uso. Por último, como grande alteração das preocupações com a segurança, a grande estratégia de 2015 define como prioridades, para além das acima citadas, combater as alterações climáticas, garantir o acesso a espaços comuns e aumentar a segurança da saúde mundial. Incluída nestas de forma dissimulada, ou simplesmente perdendo relevância, a segurança do ciberespaço de 2010 deixa de aparecer em 2015.

Na parte dedicada à Prosperidade, a estratégia de 2015 apresenta cinco tarefas, quase todas novidades, identificando-se novos objetivos como incrementar as dinâmicas da economia, aumentar a segurança energética, enquadrar a ordem global económica e terminar com a pobreza extrema. Apenas o objetivo de liderar na ciência, na tecnologia e na inovação parece constituir uma natural evolução de um objetivo já apresentado na estratégia de 2010.

Os “Valores” merecem atenção para cinco objetivos de aplicação de esforço. A vontade de reforçar o poder do exemplo dos EUA, plasmada no documento de 2010, evoluiu para o objetivo de viver os valores característicos da sociedade americana. A tarefa de promoção internacional da democracia e dos direitos humanos passou a resumir-se ao apoio às democracias emergentes. O objetivo anterior de promover a dignidade pelo acesso às necessidades básicas desapareceu para ser substituído por três novos objetivos do vetor “Valores”: o primeiro é progredir na igualdade; o segundo visa reforçar o poder da Sociedade Civil e dos jovens líderes; o terceiro refere a necessidade de se evitarem atrocidades em massa.

Mas é na parte da Grande Estratégia dedicada à Ordem Internacional que são mais bem marcadas as novidades, ou seja, a evolução do pensamento estratégico de Obama. São identificadas cinco novas tarefas que, como veremos já de seguida, correspondem a um “afinar de pontaria” dos objetivos a alcançar. Ao definir a tarefa de avançar o reequilíbrio para a Ásia e Pacífico, a estratégia de 2015 está a seguir e clarificar o objetivo anterior de “construir a cooperação com outros centros de influência do século XX”. Se em 2010 esta tarefa era deliberadamente vaga, agora parece já não haver dúvidas de que os EUA voltaram a olhar para a “frente” do Pacífico Ocidental como uma grande região onde se jogará o domínio norte-americano, como potência hegemónica e o maior poder marítimo, num futuro cada vez mais próximo. Mas a outra grande “frente” onde se joga a predominância norte-americana, constituída pelo Atlântico Norte e pela Europa Ocidental, não foi negligenciada por este movimento no tabuleiro da geopolítica global.

Se em 2010 o Presidente Obama sublinhava o assegurar de alianças fortes e do reforço dos mecanismos e instituições de cooperação como tarefas fundamentais para garantir a Ordem Internacional, em 2015 essas tarefas são tornadas mais claras e concisas e apresentadas simplesmente como “reforçar a aliança duradoura com a Europa”, numa mensagem límpida de que não existirá o tão propalado “voltar de costas” devido à atenção prestada à Ásia-Pacífico. Mas a manutenção da ordem internacional também ganhou uma nova tarefa, herdada do vetor “Segurança” da NSS de 2010.

Trata-se de “buscar a estabilidade e a paz no Médio Oriente e no Norte de África” que, na forma anterior, apresentava também a promoção da segurança e das oportunidades, mas numa delimitação regional ligeiramente diferente: “grande Médio Oriente”. A Ordem Internacional merece ainda mais atenção por parte de Obama: África e as Américas são agora referidas, como novidade. Em 2010 não era assim. Embora dando já o devido relevo ao promover o reequilíbrio para a Ásia e Pacífico, num discurso aos cadetes de West Point em maio de 2014, Obama haveria de desapontar por não sublinhar o “pivot” dos EUA para África (Wright, 2014).<sup>4</sup> Investir no futuro de África e aprofundar a cooperação económica e de segurança com as Américas passariam no entanto, no ano seguinte, a ser duas das importantes tarefas de promoção da ordem internacional.

Há outras fragilidades, contudo, na definição de prioridades relacionadas com a ordem internacional. O Presidente falará da necessidade de existir “paciência estratégica”. No que diz respeito a esse conceito, que Obama tanto parece prezar, a saída do Afeganistão não parece refletir essa paciência, como nota Davidson (2015). Da mesma forma, as ações dos EUA relativas à questão da Ucrânia não estão em linha com os objetivos apresentados de deter a agressão da Rússia, permanecer alerta para as suas possibilidades estratégicas e ajudar os nossos aliados e parceiros a resistir a longo prazo à coação russa, se necessário (Davidson, 2015). A guerra civil na Síria e as mortes em massa de civis nos últimos anos contradizem as intenções dos EUA de atuar preventivamente antes que as situações atinjam proporções de crise.

No entanto, os recentes anúncios de assistência militar à Ucrânia, de autorização para o uso da força contra o Estado Islâmico e sugestões de uma mudança no plano do Afeganistão poderão estar a indicar uma consciência dessas fraquezas. Com apenas dois anos para o fim do mandato, talvez este documento venha a marcar algumas correções de rumo.

É preciso notar que uma das mais importantes funções da NSS de 2015 é burocrática, ao providenciar orientações que as diversas experientes agências executivas poderão utilizar para manterem em linha as suas próprias ações e identificar as estratégias subordinadas que poderão providenciar os detalhes de que tantos precisam e ambicionam (Davidson, 2015).

---

<sup>4</sup> Segundo Wright foi um discurso dominado pela herança do 11 de setembro e que largamente negligenciou o reequilíbrio para a Ásia. Obama falou repetidamente sobre a necessidade de terminar as guerras no Iraque e no Afeganistão, mencionou terrorismo ou terroristas 17 vezes e gastou demasiado tempo a falar sobre a sua estratégia contraterrorista. Pelo contrário, sobre Ásia falou pouco, de passagem ou quando quis chamar a atenção do fracasso dos EUA de respeitarem o direito internacional. Wright sublinha que os apoiantes do *pivot* para a Ásia terão ficado francamente desapontados, pois esta tinha sido uma boa oportunidade de explicar porque a Ásia virá a ser tão importante nas próximas décadas como o terrorismo foi na última (Wright, 2015).

## 5. A EVOLUÇÃO

Há na verdade uma grande evolução entre 2010 e 2015. Obama pretenderá consolidar algumas das suas linhas de força, ao nível estratégico, antes de deixar as funções de presidente, mas o que parece notar-se é um maior pragmatismo (ou realismo) na forma como são expressas alterações nas prioridades norte-americanas<sup>5</sup>. Por exemplo, no que diz respeito ao Médio-Oriente, enquanto em 2010 a promoção da Paz, Segurança e Oportunidades no grande Médio Oriente era uma tarefa prioritária dos EUA no âmbito da segurança mundial, esta preocupação aparece na parte dedicada à ordem mundial na Estratégia de 2015, conjuntamente com o Norte de África, e afirmando “buscar estabilidade e paz” e não “Promover Paz, Segurança e Oportunidades no grande Médio Oriente”. Tem-se debatido muito o *pivot* dos EUA para a região da Ásia-Pacífico.

Parece haver algum desapontamento na Europa porque os EUA lhes estarão a voltar as costas. No entanto poderá não estar a acontecer uma substituição de prioridades mas tão só um reequilíbrio dos EUA para reatarem a sua preponderância naquela região. Conforme nota Davidson, não é coincidência, então, que a NSS dê um enfoque especial na força económica e de segurança, a fonte de onde se origina em última instância o poderio militar dos EUA. A Parceria Trans-Pacífico (TPP) e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento

---

<sup>5</sup> Segundo a Casa Branca, a NSS do Presidente Obama é o modelo para a liderança americana no mundo, delineando como os EUA enfrentam os desafios globais ao mesmo tempo que defendem o interesse nacional, os seus valores e a sua visão para o futuro. A administração Obama divulgou a sua primeira NSS em 2010, numa altura em que os EUA estavam no processo de acabar responsabilmente com duas guerras, de emergir de uma profunda recessão e de reassurar a liderança no palco mundial. Atualmente o ressurgir da América é considerado uma realidade pela Casa Branca, pois os EUA estão mais fortes do que estiveram em muitos anos anteriores. A conselheira de segurança de Obama, Susan Rice, delineou para 2015 uma estratégia que aponta o que necessita de ser feito a médio prazo para assegurar a América a longo prazo. Conforme afirmou Rice, uma liderança da América forte e sustentável é a chave para reforçar a paz e a prosperidade no mundo e permanece essencial, como sempre. Sem os EUA haveria muitos problemas no mundo por resolver, nota a Casa Branca. O ébola estaria a espalhar-se pela África Ocidental e provavelmente em regiões muito remotas do planeta, o que não acontece. A Rússia não teria sofrido nenhum custo com as suas ações na Ucrânia. Em vez disso, o rublo está em queda livre, e a Rússia está a pagar caro por violar as regras. Não haveria campanha militar com dezenas de países a contrariar o avanço do ISIS. Não haveria perspectivas para um acordo geral sobre as alterações climáticas; não haveria pressão sobre o Irão para se sentar à mesa das negociações; e não haveria potencial para comércio que defendesse melhores condições para trabalhadores e empresas americanos. Segundo divulgou a Casa Branca, para continuarem liderança forte e sustentável os EUA focam-se em quatro frentes: (i) Reforçar a segurança dos EUA, dos seus cidadãos, e dos seus aliados e parceiros; (ii) Fazer progredir uma economia dos EUA forte, inovadora e em crescimento; (iii) Progredir no respeito pelos valores universais internamente e por todo o mundo; (iv) Fazer progredir uma ordem internacional que promova a paz, a segurança e as oportunidades por uma mais forte cooperação (White House: 2015a).

(T-TIP) recebem, cada uma delas, atenção proeminente. Da mesma forma acontece com o mercado global de energia e com os desafios de crescimento futuro (Davidson: 2015).

O processo de reequilíbrio, de longo prazo, para a Ásia-Pacífico (que continua muito lento no seu percursos) é um exemplo da paciência estratégica de Obama em curso, “não interessando quantas vezes a classe falante de Washington avidamente escreve o seu epitáfio” (Davidson: 2015). Por outro lado, as terríveis consequências da aventura dos EUA em 2003 na invasão do Iraque ilustram precisamente a razão pela qual uma política de paciência estratégica deve existir atualmente.

**Quadro 1.** Comparação entre os principais vetores das Estratégias de 2010 e 2015

Comparação	2010	2015
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a segurança interna</li> <li>Detronizar Al-Qa'ida</li> <li>Inverter a proliferação de ADM</li> <li>Primarizar Paz, Segurança e Oportunidades no grande M. Oriente</li> <li>Investir nas capacidades e potenciais físicos e espaciais</li> <li>Garantir a segurança do ciberespaço</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><u>Reforçar a Defesa Nacional</u></li> <li>Reforçar a Segurança Interna</li> <li>Combater a persistente ameaça do terrorismo</li> <li>Construir capacidades para evitar conflitos</li> <li>Prevenir a disseminação e uso de armas de destruição em massa</li> <li><u>Combater as alterações climáticas</u></li> <li>Garantir o acesso a espaços comuns</li> <li>Aumentar a segurança da saúde mundial</li> </ul>
Prosperidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a educação e o capital humano</li> <li>Melhorar a ciência, a tecnologia e a inovação</li> <li>Alcançar crescimento equilibrado e sustentável</li> <li>Acabar com o desenvolvimento sustentável</li> <li>Gastar com cuidado o dinheiro dos impostos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instrumentar as dimensões da economia</li> <li>Instrumentar a segurança energética</li> <li>Liderar na Ciência, na Tecnologia e na Inovação</li> <li>Enquadrar a Ordem Global Económica</li> <li><u>Terminar com os programas estagnados</u></li> </ul>
Valores	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar o poder do exemplo dos EUA</li> <li>Primarizar institucionalmente a democracia e os direitos humanos</li> <li>Primarizar a dignidade pelo acesso às necessidades básicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><u>Viver os valores cristãos-civis da sociedade americana</u></li> <li>Progressar na igualdade</li> <li>Apoiar as democracias emergentes</li> <li>Reforçar o poder da sociedade civil e dos jovens líderes</li> <li><u>Fortalecer as nações em risco</u></li> </ul>
Ordem Internacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar alianças fortes</li> <li>Crescentar a cooperação com outros centros de influência do século XXI</li> <li>Reforçar os mecanismos e instituições de cooperação</li> <li>Apoiar cooperação alargada nos desafios globais mais importantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avançar o reequilíbrio para a Ásia e Pacífico</li> <li>Reforçar a duradoura aliança com a Europa</li> <li>Buscar estabilidade e paz no Médio Oriente e N. África</li> <li><u>Investir no futuro de África</u></li> <li>Aprofundar a cooperação económica e de segurança com as Américas</li> </ul>

Fonte: quadro do autor

De qualquer forma, parece claro que a segunda Estratégia de Segurança Nacional de Obama articula uma crença numa ordem internacional pacífica e baseada em regras. As duas estratégias de Obama têm características do pensamento institucional desenvolvido pelas teorias de Ikenberry, sublinhando-se que a institucionalização

das ações globais dos EUA permitirão prolongar o seu papel de preponderância mundial. A Ordem Internacional, tal como se encontra definida ou caracterizada hoje em dia, não poderá ser mantida coerente e pacífica sem a liderança dos Estados Unidos. Para os académicos que procuram encontrar temas mais genéricos (mais alargados) na estratégia de política externa do Presidente, o documento promete ter um grande valor histórico. No entanto, esperar que a NSS de 2015 providencie respostas definitivas a cada crise que agora aparece por todo o globo – isso é pedir demais de qualquer NSS, conforme notava Janine Davidson em março de 2015 (Davidson: 2015).

Será a altura de colocar a questão do porquê da evolução da NSS de 2010 até 2015. Obama não deixou de considerar que tinha de preparar o futuro, pois em 2016 as eleições poderão dar o poder aos republicanos e alguns dos vetores estratégicos irão então sem dúvida ser revistos. Como afirma Colin Dueck na sua recente obra “The Obama Doctrine”, “Obama entrou na Casa Branca com pouca experiência internacional ou executiva, na confiante assunção de que poderia de alguma forma ultrapassar as diferenças globais e recuar o poder militar dos EUA sem um custo significativo ou risco para os interesses americanos” (Dueck, 2015: 249). Mas o tempo e os acontecimentos que decorreram entretanto demonstraram que ele se tinha enganado redondamente nestas assunções”<sup>6</sup>.

## 6. CONCLUSÕES

Uma das principais conclusões que se pode retirar desta breve análise comparativa entre as duas estratégias de Barack Obama é que os EUA não voltaram as costas à Europa para passarem a dedicar-se à Ásia-pacífico. Estas duas regiões há muito tempo que fazem parte das preocupações norte-americanas, desde até que as teorias de Mackinder foram aceites e adotadas na grande estratégia dos EUA: a potência marítima – os EUA atualmente – têm de conter de forma eficaz o poder continental – materializado recentemente pela Rússia mas também, cada vez mais, pela China. A segunda Estratégia demonstra que Obama acredita numa ordem internacional pacífica e orientada por regras, sublinhando-se o facto de que não poderá existir ordem sem a liderança dos EUA. No entanto, será esperar demais que tal documento providencie respostas definitivas para todas as crises que cada vez mais despontam pelo globo.

---

<sup>6</sup> Tradução livre do autor. No original: *Obama entered the White House with little international or executive experience, on the confident assumption that he could somehow transcend global differences and retrench US military power without significant cost or risk to American interests [...] Time and events have proven him basically wrong in this assumption.*



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVIDSON, Janine (2015). Obama's Last National Security Strategy: The President and the Philosopher. Internet: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2015-03-02/obamas-last-national-security-strategy>. [consultado em 8 de julho de 2015].
- DUECK, Colin (2015). *The Obama Doctrine - American Grand Strategy Today*. Oxford University Press, Oxford, Estados Unidos da América.
- IKENBERRY, G. John (2001). *After Victory – Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton University Press, Princeton, Estados Unidos da América.
- IKENBERRY, G. John (2014). Obama's Pragmatic Internationalism. Internet: <http://www.the-american-interest.com/2014/04/08/obamas-pragmatic-internationalism/>. [consultado em 8 de julho de 2015].
- MEIZLISH, Max (2015). Obama's National Security Strategy Favors Wishful Thinking over Reality. Internet: <http://dailysignal.com/2015/02/12/obamas-national-security-strategy-favors-wishful-thinking-reality/>. [consultado em 14 de junho de 2015].
- WHITE HOUSE (2010). National Security Strategy 2010. Internet: [https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf). [consultado em 8 de julho de 2015].
- WHITE HOUSE (2015a). President Obama's National Security Strategy in 2015: Strong and Sustainable American Leadership. Internet: <https://www.whitehouse.gov/blog/2015/02/06/president-obamas-national-security-strategy-2015-strong-and-sustainable-american-lea>. [consultado em 8 de julho de 2015].
- WHITE HOUSE (2015b). National Security Strategy 2015. Internet: [https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/2015\\_national\\_security\\_strategy.pdf](https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy.pdf). [consultado em 8 de julho de 2015].
- WRIGHT, Thomas (2014). Four Disappointments in Obama's West Point Speech. Internet: <http://www.brookings.edu/blogs/up-front/posts/2014/05/28-four-disappointments-obama-west-point-speech-wright>. [consultado em 13 de julho de 2015].

## LUÍS EDUARDO SARAIVA

Coronel de Cavalaria (Reserva), Doutor em Relações Internacionais, Professor Auxiliar na Universidade Lusíada de Lisboa.



**A Cultura Estratégica da China:  
Evolução na Continuidade<sup>1</sup>**

Alexandre Carriço

Tenente-Coronel de Infantaria (Res). Assessor de Estudos e Investigador do Instituto da Defesa Nacional.

**RESUMO**

A cultura contribui para determinar, mas não é por si só determinante da cultura estratégica dos Estados. As envolventes de segurança onde estes se inserem são culturais, institucionais e materiais. Neste artigo argumenta-se que uma dimensão etnocêntrica de cariz filosófico-cultural contribui para moldar a perceção e o pensamento sobre a envolvente externa à China, notória no plano da avaliação das ameaças e riscos à sua segurança nacional e no cálculo estratégico. Em resultado, o país não refuta a possibilidade de recorrer à força, desde que justificada moralmente, e assume que o compromisso solene de preservar a paz e a harmonia, não significa abandonar o emprego da força militar em prol da criação da paz. Esta ligação espelha dois pontos implícitos: a cultura estratégica chinesa tem relevância doutrinária porque tem poder causal; e a cultura chinesa apresenta dinâmicas adaptativas, pelo que a sua cultura e doutrina estratégica evoluem de acordo com a envolvente interna e externa ao país.

**Palavras Chave:** China; Estratégia Chinesa; Cultura Chinesa; Cultura Estratégica Chinesa

---

<sup>1</sup> Contactos: Email – [carrico.mag@gmail.com](mailto:carrico.mag@gmail.com)

Artigo adaptado a partir de uma secção do livro recentemente publicado pelo autor. Alexandre Carriço (2015). *Harmonizando o Poder: Imagem, Diplomacia Pública e Diplomacia Militar da China*. Lisboa: Letras Itinerantes.

Recebido em 17 de agosto de 2015 / Aceite em 10 de outubro de 2015

## ABSTRACT

By itself, culture isn't the determinant of states' strategic culture. The security environment where they are inserted is molded by cultural, institutional and material factors. The article argues that there is a philosophical, cultural and ethnocentric dimension defining China's perception and thinking towards its external security, particularly noticeable in its threat and risk evaluation concerning national security, as well as on its strategic calculus. As a result, China, does not refute the possibility of using military force, although under a proper moral justification, assuming the pledge that preserving peace and harmony doesn't mean abandoning the use of military force in support of peace. This linkage expresses two critical and implied points: Chinese strategic culture has doctrinal relevance due to its causal power; and Chinese culture presents adaptive dynamics, reason why its culture and strategic doctrine evolve according to the country's domestic and external environment.

**Key word:** China; Chinese Strategy; Chinese Culture; Chinese Culture Strategy

## 1. CULTURA ESTRATÉGICA: TRÊS PERSPETIVAS

As envolventes de segurança onde se inserem os Estados são tanto culturais como institucionais, não apenas materiais. O conceito de cultura deve ser abordado com as devidas cautelas, dadas as diferentes perspetivas que dela têm antropologistas, sociólogos, filósofos, etnógrafos e cientistas políticos.

A cultura consubstancia uma desmaterialização da estratégia se atentarmos no discurso civilizacional e particularista da China empregue na condução da sua política externa, diplomacia pública e diplomacia militar. No entanto, ainda que utilitário para o *Zhongnanhai* – por etnocêntrico – uma análise mais atenta da história da China demonstra que, neste campo, o Oriente nem sempre é o Oriente - não obstante a narrativa estratégica empregue.

A cultura e a sua influência na modelação do pensamento humano foram analisadas por Michael Mazarr (na forma como a cultura afeta o comportamento humano), por Max Weber (nos benefícios económicos relativos das culturas religiosas Protestantes e Católicas), por Lucien Pye e Sydney Verba (na ligação entre cultura nacional e desenvolvimento) e por Samuel Huntington (na cultura como a fator modelador das relações internacionais e da eventual conflitualidade futura entre sete ou oito grandes civilizações – ocidental, eslava-ortodoxa, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, latino-americana e eventualmente africana)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver respetivamente Michael Mazarr (1996). "Culture and International Relations: a Review Essay". *The Washington Quarterly* n°2, pp. 177-197. Max Weber (2010 [1920]). *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press. Lucien Pye e Sydney Verba (eds.) (1965). *Political Culture and Political Development*. Princeton: Princeton University Press. Samuel Huntington (1998). *The Clash of Civilization and the Remaking of the World Order*. New York: Simon & Schuster.

Joseph Nye define cultura como “um conjunto de valores e práticas que dão sentido a uma sociedade”<sup>3</sup>. Clifford Geertz vê-a como “um sistema de concepções herdadas, expressas de forma simbólica através de meios que comunicam, desenvolvem e perpetuam o conhecimento e a atitude face à vida”<sup>4</sup>; uma definição similar à de Jack Snyder que a entende como “um conjunto semipermanente de crenças, atitudes e padrões de comportamento socializados numa forma distinta de pensamento”<sup>5</sup>. Raymond Cohen considera-a como ‘uma dimensão escondida’ que exerce uma influência determinante no comportamento dos indivíduos, dos grupos e da sociedade<sup>6</sup>. Peng Guangqian e Yao Youzhi são mais generalistas na sua definição, entendendo-a como “o conjunto da acumulação de precipitados espirituais e materiais de um Estado ou nação durante um longo período de tempo, de acordo com as circunstâncias naturais, padrão social e nível económico, modelando a atitude de vida e as ações dos homens entre si e a natureza”<sup>7</sup>.

A cultura é assim entendida como um dos elementos modeladores da identidade de um Estado-nação e de formulação de uma imagem e reputação coadunante com as suas ações no sistema internacional ao longo do tempo. Como sublinha Masaru Tamamoto, “a geocultura é tão importante quanto a geopolítica e a geoeconomia [...] a cultura e a identidade sempre contribuíram para a moldagem da história das relações internacionais”<sup>8</sup>. Para Zheng Wang, “a identidade nacional de um Estado resulta de uma *mélange* de ideias, tradições e memórias históricas que são transmitidas por doutrinação intergeracional, pelos media, pelos sistemas de educação ou por experiências em conflitos militares”<sup>9</sup>. Por outras palavras, a identidade nacional é composta por fatores intelectuais e emocionais, que mediante as circunstâncias podem coexistir em tensão ou mesmo contradizerem-se entre si, com inevitável impacto no posicionamento e atuação dos Estados no sistema internacional.

---

<sup>3</sup> Joseph Nye (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, p. 11. Joseph Nye (2006). “Soft Power: Think Again”. *Foreign Policy*. Disponível em [http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/02/22/think\\_again\\_soft\\_power](http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/02/22/think_again_soft_power) [acedido em 9 de agosto de 2013].

<sup>4</sup> Clifford Geertz (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, p. 89.

<sup>5</sup> Jack Snyder (1977). *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*. Santa Monica: RAND, p. 8.

<sup>6</sup> Ver Raymond Cohen (2004). *Negotiating Across Cultures: International Communication in an Interdependent World*. Washington: United States Institute of Peace Press.

<sup>7</sup> Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *The Science of Military Strategy*. Beijing: Military Science Press, p. 31.

<sup>8</sup> Masaru Tamamoto, citado em David Scott (2009). *China and the International System, 1840-1949: Power, Presence, and Perceptions in a Century of Humiliation*. New York: State University of New York Press, p. 4. Ver também Friedrich Kratochwill e Yoseph Lapid (1996). *The Return of Culture and Identity in International Relations Theory*. Boulder: Lynne Rienner.

<sup>9</sup> Zheng Wang (2012). *Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations*. New York: Columbia University Press, p. 23.

Mas esta identidade não é imutável - como argumenta Charles Kupchan - porque tal como a cultura está sujeita a manipulações por parte das elites governativas, que se socorrem de determinados tipos de narrativas, associando-as, por exemplo, à memória histórica nacional com o intuito de alterarem ou justificarem as escolhas e ações estratégicas do país face a outros atores (*i.e.* cultura estratégica)<sup>10</sup>.

Quando transposta para o plano estratégico e militar a valoração dada à cultura é ainda mais ambivalente entre a comunidade académica, política, diplomática e militar. Para racionalistas da ‘teoria dos jogos’ como Thomas Schelling, ‘apenas o jogo interessa’, porque é a natureza da distribuição de poder entre os Estados - quando estes se confrontam - que dita a melhor jogada, não o seu *background* cultural, assumindo que existe uma racionalidade estratégica universal que pauta a ação de todo e qualquer jogador que queira ganhar o jogo estratégico<sup>11</sup>. Na mesma linha, neorrealistas como Kenneth Waltz, argumentam que “a cultura é irrelevante quando se pretende explicar a interação entre os Estados, numa ordem internacional anárquica, pejada de unidades que lutam pela sua sobrevivência, sob uma dinâmica de *balance of power*”<sup>12</sup>. Para esta linha de pensamento, não existe qualquer relação entre competência cultural e ganhos estratégicos.

Patrick Porter discorda de Schelling e Waltz, ao afirmar que “os atores, quando em conflito, não são bolas de bilhar que operam de acordo com pressões exógenas, pelo que a doutrina [e a montante cultura estratégica] não é um casaco [racionalista] que se veste ou despe”<sup>13</sup>. Ou seja, os povos não são como um ‘cão de Pavlov’ que no jogo estratégico respondem mecanicamente a estímulos externos. Tem de se saber alguma coisa sobre ‘a cosmovisão do cão’ como uma variável capaz de contribuir para predizer o seu comportamento. Como refere Colin Gray, “a cultura, nas suas manifestações políticas, sociais, económicas, tecnológicas e militares, deve ser entendida como derivando das experiências históricas num determinado contexto geográfico que cada comunidade de segurança enfrentou e venceu”<sup>14</sup>. Ou seja, a cultura não pode nem deve ser considerada por si só como preditiva do comportamento estratégico, mas antes uma das variáveis influenciadoras.

---

<sup>10</sup> Ver Charles Kupchan (1994). *The Vulnerability of Empire*. Ithaca: Cornell University Press, pp. 1-32 e Colin Gray (2013). *Perspectives on Strategy*. Oxford: Oxford University Press, p. 85.

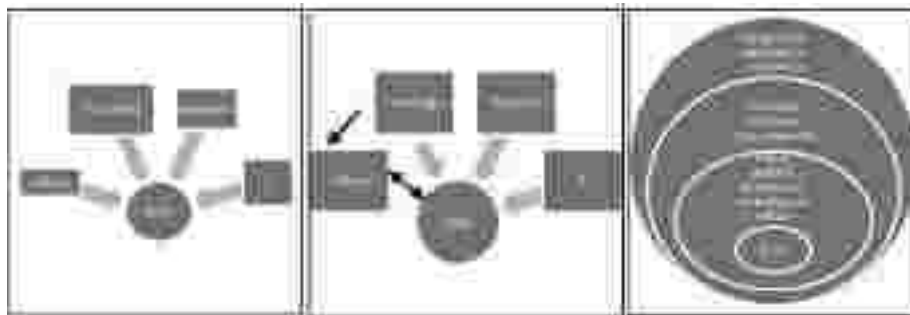
<sup>11</sup> Ver Thomas Schelling (1980). *The Strategy of Conflict*. Cambridge: Harvard University Press. Este seu determinismo racionalista seria mais tarde mitigado, quando afirmou que “*most game theory considers such things as commitments, threats, promises, contracts, etc., to be either enforceable or not enforceable; i have been mainly concerned with how and where and by whom in what institutional environments threats, promises, and commitments can be successfully incurred, or successfully bluffed, or successfully countered. I am more social scientist than logician.*” Vincent Hendricks e Pelle Guldborg Hansen (2006). “Game Theory: 5 Questions”. Disponível em <http://www.gametheorists.com/Interviews/schelling.html> [acedido em 10 de maio de 2014].

<sup>12</sup> Kenneth Waltz (1979). *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill, p. 121.

<sup>13</sup> Patrick Porter (2009). *Military Orientalism: Eastern War through Western Eyes*. London: Hurst & Company, p. 56.

<sup>14</sup> Colin Gray (2013). *Perspectives on Strategy*. Oxford: Oxford University Press, p. 96.

Torna-se assim necessário procurar um nexos entre geografia, cultura, identidade, memória histórica, percepção das elites e ação – “uma tarefa nada fácil” segundo Wang Jianwei<sup>15</sup>. Daqui resulta que existem três escolas valorativas e interpretativas do conceito de cultura estratégica (Figura 1). A escola de primeira geração (do início da década de 80 do século XX) baseou-se na análise do pensamento estratégico soviético aplicado às armas nucleares, defendendo como corolário que a cultura não pode ser separada da ação.



**Figura 1** - As 3ª, 2ª e 1ª Gerações de Escolas Teóricas sobre a ‘Cultura Estratégica’

Tem como referencial Jack Snyder, autor do conceito de cultura estratégica em 1977, a partir de um estudo pioneiro elaborado para a RAND sobre a estratégia nuclear soviética, no qual rejeita a racionalidade absoluta dos processos de decisão do Kremlin, definindo a cultura estratégica como “o somatório das ideias, respostas emocionais condicionadas e padrões de comportamento habitual que os membros da comunidade de estrategistas nacionais partilham entre si quanto à estratégia nuclear”<sup>16</sup>. Para Snyder não existe um ‘*homo strategicus universalis*’, pois fatores materiais e imateriais específicos de um determinado Estado modelam o pensamento e a ação dos seus decisores políticos<sup>17</sup>. Colin Gray concorda, mas qualifica esta influência, ao afirmar que “a cultura estratégica é o somatório das ideias e comportamentos, incontornável para qualquer um de nós, pois todos somos culturalmente educados e programados”<sup>18</sup>. Para Gray, ela tem como raízes

<sup>15</sup> Wang Jianwei (1999). *Limited Adversaries: Post-Cold War Sino-American Mutual Images*. New York: Oxford University Press, p. 28. Ver ainda Alexander George (1979). “The Causal Nexus between Cognitive Beliefs and Decision-Making Behavior: The ‘Operational Code’ Belief System” em Lawrence Flakowski (ed.), *Psychological Models in International Relations*. Boulder: Westview Press, pp. 95-124.

<sup>16</sup> Jack Snyder (1977). *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*. Santa Monica: RAND, p. 8. Disponível em <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/reports/2005/R2154.pdf> [acedido em 14 de abril de 2014].

<sup>17</sup> Michael Handel desvaloriza esta diferenciação estratégica com base na cultura argumentando que ‘a estratégia tem uma lógica e objetivos globais’ (i.e. *homo strategicus universalis*) colocando-se no extremo oposto ao de Jack Snyder e Ken Booth. Michael Handel (1996). *Masters of War: Classical Strategic Thought*. London: Routledge, p. 3.

<sup>18</sup> Colin Gray (1999). *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press, p. 129.

(ou fatores de primeira ordem) a geografia e a experiência histórica; como formas (fatores de segunda ordem) os conceitos, os recursos empregues e os comportamentos (costumes); e como manifestações (fatores de terceira ordem) os impactos sociais, políticos, económicos, tecnológicos e militares<sup>19</sup>. Ou seja a cultura tem um poder causal e explanatório parcelar, mas não é o único fator ou a variável determinante da cultura estratégica, como sublinha Elizabeth Kier (e.g. geografia, distribuição de poder, tecnologia também o são)<sup>20</sup>. Como corolário, é preferível contemplar uma perspetiva cultural sobre a estratégia, no plano da estratégia e da cultura, do que falar em cultura estratégica por si.

Quanto à escola de terceira geração (só consolidada nos meados dos anos noventa do século XX), o conceito de cultura estratégica quando associado ao emprego da força militar e projetado retrospectivamente no tempo, pode materializar um padrão de comportamento definidor de uma estratégia militar conduzida ao serviço da consecução dos objetivos políticos de um Estado, podendo ajudar a prever o comportamento, como advoga Alastair Iain Johnston<sup>21</sup> - algo que Ken Booth e Russell Trood (da mesma escola) reconhecem como sendo de “difícil quantificação [mas não qualificação] uma vez que resulta da concatenação de duas dimensões: uma lógica militar estatal e tradições estratégicas nacionais, unindo fatores materiais (segurança) e imateriais (cultura) na sua definição”<sup>22</sup>. Esta escola também critica a teoria da ‘*rational choice*’ que elimina a natureza contingente da cultura em prol da natureza objetiva e planificadora da estratégia. Quer isto dizer que pensamento, teoria e planeamento são condicionados pelas contingências e a prática é inevitavelmente determinada por estas. Com a sedimentação concetual e a experiência empírica que o tempo trás consigo a partir das crises, conflitos e guerras travadas, esta prática transforma-se numa cultura estratégica de como atingir objetivos políticos (independentemente das alterações militares e tecnológicas que podem moldar a evolução da doutrina militar, mas não o entendimento de quando e como se deve recorrer ao emprego da força).

Por fim, enquanto as escolas de primeira e terceira geração argumentam sobre o como - ou melhor se - a cultura influencia a ação, a escola de segunda geração (de meados dos anos oitenta do século XX) centra-se na forma como a cultura estratégica é produzida. O seu enfoque é a análise das disjunções entre o discurso estratégico-cultural, as doutrinas operacionais e as ações dos Estados e como o discurso das elites

---

<sup>19</sup> Colin Gray (2013). *Op. Cit.*, pp. 89-96.

<sup>20</sup> Elizabeth Kier (1997). *Imagining War: French and British Military Doctrine between the Wars*. Princeton: Princeton University Press, p. 5.

<sup>21</sup> Ver Alastair Iain Johnston (1998). *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. New Jersey: Princeton University Press.

<sup>22</sup> Ken Booth e Russell Trood (1999). *Strategic Cultures in the Asia-Pacific Region*. New York: Saint Martin's Press, p. 8.

é empregue para criar, moldar e reforçar a doutrina<sup>23</sup>. Como membros da sociedade, as elites governativas são influenciadas pela cultura estratégica prevalecente; usam conceitos derivados da cultura nacional para moldar as atitudes da opinião pública; e, no processo, tornam-se reféns da envolvente e das limitações dessa mesma cultura estratégica que elas próprias ajudaram a criar - em nome de uma visão distinta da identidade do seu Estado-nação no sistema internacional. Ou seja, para esta ‘escola geracional’, sendo a cultura um conjunto de práticas em interação com discursos, estabelece-se inevitavelmente uma relação biunívoca, na qual a cultura influencia a ação e a ação influencia a cultura.

Sobre este ponto a escola de segunda geração é particularmente relevante porque permite aferir a produção da cultura estratégica, onde a cultura é um pilar da política, da sociedade e da história e desempenha um papel de relevo na formulação das estratégias de segurança e defesa de um Estado e nas doutrinas delas derivadas, ainda que tal não signifique que a cultura estratégica - e por inerência a doutrina militar - sejam códigos formulativos rígidos e não adaptáveis ou evolutivos mediante as circunstâncias.

Em suma, a cultura contribui para determinar, mas não é por si só determinante da cultura estratégica. Ainda que influenciadora, a cultura não deve ser tida como determinante no processo de tomada de decisão estratégica, não sendo um paradigma explicativo e imutável aplicável ao comportamento de todos os Estados, tal como a tradição não o é da realidade. Não obstante, quando a noção de cultura é associada a conceitos como estratégia ou doutrina, podem-se identificar técnicas comuns como a decepção e o estrategema – que não é uma exclusividade chinesa diga-se – tornando-se “fundamental compreender a forma como a cultura é produzida e pode influenciar a tomada de decisão estratégica e a ação”<sup>24</sup>.

Colin Gray defende que esta influência pode constatar-se em sete vetores: no plano das ideias; na inércia histórico-cultural<sup>25</sup>; na praticabilidade e vantagem estratégica das opções disponíveis; na dimensão moral e ética das mesmas; na não existência de um ‘*homo strategicus*’; na instrumentalização seletiva de valores e crenças (e.g. harmonia); e, por fim, se a cultura for considerada de uma forma holística<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Ver Edward Lock (2010). “Refining Strategic Culture: Return of the Second Generation”. *Review of International Studies* nº3, pp. 685-708.

<sup>24</sup> Bradley Klein (1988). “Hegemony and Strategic Culture: American Power Projection and Alliance Defense Policies”. *Review of International Studies* nº14, p. 139. No entanto não se deve secundarizar a capacidade da organização cultural de instituições como a militar na modelação da cultura estratégica, a qual é feita a três níveis: ideias, crenças e normas. O primeiro nível (e o mais abrangente) diz respeito a valores em torno da natureza da política internacional e da guerra como fenómeno. O segundo centra-se na relação entre militares, o Estado e a sociedade. O terceiro foca-se na organização interna, na tecnologia, e nas relações entre ramos das forças armadas.

<sup>25</sup> Sobre este conceito ver Jeannie Johnson e Matthew Berrett (2011). “Cultural Topography: A New Research Tool for Intelligence Analysis”. *Studies in Intelligence* nº55, pp. 1-22.

<sup>26</sup> Colin Gray (2013). *Op. Cit.*, pp. 102-107.



No entanto, tal como a escola de terceira geração, também a escola de segunda geração se debate com a extrapolação de *inputs* culturais para a tomada de decisão no plano político, estratégico e operacional. De facto esta é uma das tarefas mais difíceis de aferir para qualquer cientista político ou estrategista, requerendo a análise de fatores tangíveis e intangíveis como: as fontes de cultura estratégica (geografia e recursos, história e experiências, estruturas políticas e organização da defesa nacional); a cultura estratégica tradicional (história do pensamento estratégico e da doutrina estratégica, perfil da cultura estratégica); e a estratégia contemporânea (estratégia nuclear, estratégia convencional, controlo de armamentos, estratégia não-convencional, independência/interdependência, segurança, processo de tomada de decisão no plano da defesa nacional, ambiente estratégico, sociedade e identidade).

Posto isto, e independentemente das ‘três escolas geracionais’ e do debate a elas subjacente, o que pode ser entendido como cultura estratégica?

Para Ken Booth é “o conjunto das tradições, valores, atitudes, padrões de comportamento, hábitos, símbolos, êxitos e métodos nacionais de adaptação à envolvente e de resolução de problemas no que concerne à decisão política de ameaça de emprego da força ou do seu uso efetivo”<sup>27</sup>. Charles Kupchan assume-a como sendo “o âmago da identidade e da autoimagem nacional”<sup>28</sup>. Uma definição igualmente interessante é a de Patrick Porter que a considera como “um reportório ambíguo de ideias que competem entre si e que podem ser selecionadas, instrumentalizadas, e manipuladas, não sendo um guião claro e dogmático para a ação [militar]”<sup>29</sup>.

A concetualização da Defense Threat Reduction Agency parece-nos bastante adequada, sendo “um conjunto de crenças partilhadas, assunções e modos de comportamento derivados de experiências comuns e narrativas aceites (tanto orais como escritas), que moldam a identidade coletiva e a relação com outros grupos, determinando os meios apropriados à consecução dos fins de segurança nacional”<sup>30</sup>.

David Jones argumenta que no plano estatal existem três níveis que se articulam sinergicamente na projeção da cultura estratégica: os elementos básicos originados a partir de variáveis geográficas, étnico-culturais, e históricas; as características

---

<sup>27</sup> Ken Booth (1990). “The Concept of Strategic Culture Affirmed” em Carl Jacobsen (ed.), *Strategic Power: USA/USSR*. London: Macmillan, p. 121.

<sup>28</sup> Charles Kupchan (1994). *The Vulnerability of Empire*. Ithaca: Cornell University Press, pp. 5-6.

<sup>29</sup> Patrick Porter (2009). *Military Orientalism: Eastern War through Western Eyes*. London: Hurst & Company, p. 15.

<sup>30</sup> Jeffrey Lantis (2009). “Strategic Culture: From Clausewitz to Constructivism” em Jeannie Johnson, Kerry Kartchner e Jeffrey Larsen (eds.), *Strategic Culture and Weapons of Mass Destruction: Culturally Based Insights into Comparative National Security Policymaking*. London: MacMillan, p. 39. Ver ainda Darryl Howlett (2006). *The Future of Strategic Culture*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-future.pdf> [acedido em 2 de março de 2013]. Colin Gray (2006). *Out of the Wilderness: Prime Time for Strategic Culture*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-out.pdf> [acedido em 2 de março de 2013].

<sup>31</sup> David Jones (1990). “Soviet Strategic Culture” em Carl G. Jacobsen (ed.), *Strategic Power: USA/USSR*. Lon-



socioeconómicas e a sua estrutura política; e mais estritamente, a natureza contemporânea da interação entre as instituições políticas e militares<sup>31</sup>.

Similarmente, para Andrew Scobell a cultura estratégica deve ser vista como um bolo de três camadas, tendo na base a ‘cultura política’, no meio a ‘cultura estratégica’ e no topo a ‘cultura de relacionamento institucional entre civis e militares’, sendo que “da prova de uma das camadas não se pode retirar conclusões abrangentes e extensíveis a todo o bolo”<sup>32</sup>. Mas este *background* interagente de camadas pode variar de Estado para Estado, condicionando diferentes experiências e *modus operandi*. Logo, diferentes Estados poderão exibir diferentes culturas estratégicas, ilustradas pelo aforismo de que ‘o poder e a sua aplicação é aquilo que um povo pensa’ - uma desmaterialização da estratégia que abre espaço justificativo para a narrativa civilizacional e particularista da China.

Estas formulações vão de encontro à segmentação da cultura estratégica dos Estados, feita a dois níveis por Nathan Leites e Alexander George: o do contexto filosófico e o das crenças instrumentais.

O primeiro nível procura responder a questões como: Qual a natureza essencial da vida política? É harmoniosa ou conflitual? Quais as perspectivas relativas à eventual concretização dos valores políticos e aspirações fundamentais? É otimista ou pessimista? É o futuro político previsível? De que forma e até que ponto? Quanto controlo se pode ter sobre a história? Qual é o papel da sorte nas questões da humanidade? O segundo nível visa responder a interrogações como: Qual a melhor forma de selecionar objetivos? Como é que estes podem ser concretizados mais eficazmente? Como são calculados, controlados e aceites os riscos da ação política? Qual o melhor *timing* para a ação? Qual é a utilidade dos vários meios necessários à concretização dos objetivos?<sup>33</sup>.

Em conclusão, torna-se patente que não existe um consenso universal quanto a uma definição e entendimento sobre a relevância da cultura estratégica na parametrização e caracterização da ação estratégica dos Estados, mas parece existir acordo quanto ao facto de a considerar uma relação dialética entre história, geografia, tecnologia, sistema e prática, bem como que a ignorância cultural e o desdém pela estratégia podem trazer consequências desastrosas<sup>34</sup>. O conhecimento cultural do adversário não é por si só suficiente para a tomada da decisão estratégica, mas é importante para a compreensão dos seus valores e para ajudar a inferir sobre as suas preferências.

---

don: Macmillan, p. 7.

<sup>32</sup> Andrew Scobell (2003). *China's Military and the Use of Force: Beyond the Great Wall and the Long March*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3.

<sup>33</sup> Ver Nathan Leites e Alexander George (1951). *The Operational Code of the Kremlin*. New York: McGraw Hill.

<sup>34</sup> Como ilustra metaforicamente Colin Gray, ao afirmar que “se o conceito de cultura estratégica fosse um avião, apesar de voar não receberia um certificado de voo”. Colin Gray (2013). *Op. Cit.*, p. 80.

<sup>35</sup> Richard Nisbett (2003). *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently and Why*.

## 2. A CULTURA ESTRATÉGICA DA CHINA

A dimensão etnocêntrica de cariz filosófico-cultural molda a perceção e o pensamento da envolvente externa à China, que é notória no plano da avaliação das ameaças e riscos à segurança nacional e no cálculo estratégico. Quando políticos e estrategistas chineses empregam a expressão ‘caraterísticas chinesas’ quanto à ideologia, política económica, pensamento estratégico e militar da China, estão a recuperar uma ancoragem excecionalista cultural e civilizacional auto-justificativa, pela qual a nossa análise deve começar, ainda que com uma ressalva prévia: a abordagem ao pensamento estratégico não é um exclusivo do campo cultural e filosófico, assumindo uma dimensão mental resultante do facto de aquilo a que as pessoas prestam atenção poder afetar as suas crenças e perceções sobre a forma como o mundo funciona, bem como os seus nexos de causalidade.

De acordo com Richard Nisbett existe entre asiáticos e ocidentais um quadro mental distinto que acaba por determinar a forma distinta do respetivo pensamento [estratégico]:

*“Os chineses acreditam na mudança constante, com avanços e recuos. Têm em atenção um conjunto de eventos e procuram inter-relações entre os objetos [físicos, animais, e humanos], defendendo que não se consegue entender uma parte sem se compreender o todo, que por si é mais complexo do que parece. Os ocidentais vivem num mundo mais simples e determinista, focando a sua atenção nos objetos e nos indivíduos em detrimento da envolvente, julgando que podem controlar os acontecimentos porque conhecem as regras que governam o comportamento desses objetos”<sup>35</sup>.*

Estas diferenças são consequência do emprego diferenciado de instrumentos relativos ao entendimento do mundo. Com efeito, enquanto os chineses desenvolveram um pensamento filosófico dialético para compreenderem as relações entre objetos e acontecimentos, contextualizando-o; o pensamento lógico da herança ocidental grega privilegiou os nexos causais, onde o importante são os objetivos/fins e não os processos.

Como tal, o pensamento estratégico chinês tende a ser mais orgânico, flexível, menos mecanicista e determinista que o ocidental; reconhecendo que existe um conjunto alargado de forças que estarão sempre fora do controlo absoluto do mais arguto e resolutivo estrategista, cabendo-lhe a este a tarefa de as tentar gerir e explorar da melhor forma possível. O génio do estrategista resultará da sua capacidade em percecionar corretamente a situação ou a ‘propensão das coisas’ e em dominar as técnicas de identificação e manipulação da ‘envolvente’ (*shi*) ou das tendências, projetando-as para

---

New York: Free Press, p. xiii.

<sup>36</sup> Para uma brilhante conclusão sobre esta dicotomia ver François Jullien (1995). *The Propensity of Things: Towards a*

o futuro e explorando-as em seu proveito<sup>36</sup>. Na melhor tradição daoísta, o estrategista deve deixar que a ‘propensão das coisas’ ocorra naturalmente, porque estas têm uma força própria. Não deve projetar no shi valores ou visões próprias, mas adaptar-se constantemente à sua dinâmica e geri-lo de forma eficaz. Em consonância, Peng Guangqian e Yao Youzhi defendem que o pensamento estratégico chinês tem seis características: abrangência; dialética [dos opostos]; certeza; prospectiva; criatividade; e memória histórica<sup>37</sup>.

Partindo destas características, o estrategista chinês não elabora um plano minucioso de projeção do futuro que leve a fins pré-determinados para posteriormente definir a melhor aplicação dos meios que considere adequados para tal desiderato. Ao invés começa por efetuar uma avaliação das forças em presença, de modo a poder retirar o máximo proveito dos fatores favoráveis à sua situação, explorando-os constantemente, independentemente das circunstâncias e obstáculos que possa ter de enfrentar, privilegiando a macro-análise (ao contrário do seu congénere ocidental que se centra na micro-análise). Foca a sua atenção nas fraquezas do adversário para poder atacar a sua estratégia, ao contrário do enfoque ocidental dado aos pontos fortes desse mesmo adversário. Para o estrategista chinês a competência não está centrada na força e na decisão, mas na sabedoria e na perspicácia. Um excelente estrategista faz com que as suas virtudes não sejam reconhecidas, porque o seu pensamento e planeamento permitir-lhe-ão obter ‘vitórias fáceis’, e sê-lo-ão apenas porque não requererem o emprego de competências táticas e o empenhamento de demasiados recursos humanos, resultado de conseguir minimizar ao máximo os riscos de uma confrontação (armada ou não).

Este entendimento quanto à secundarização dos fatores materiais em favor dos imateriais é característica indelével de uma denominada cultura estratégica chinesa, sendo expressa na referência e aplicação de princípios e aforismos de obras emblemáticas como os ‘Sete Clássicos Militares’ ou o ‘Pensamento Militar de Mao Zedong’<sup>38</sup>.

---

*History of Efficiency in China*. New York: Zone Books, pp. 259-265. Sintomático deste entendimento do *shi* é o conceito de crise. Enquanto os métodos ocidentais de gestão de crises estão direcionados para a sua resolução de forma determinística, a perspetiva chinesa é diferente. Os primeiros levam frequentemente à suspensão unilateral das negociações diplomáticas em prol da opção militar, a segunda tende a enfatizar a exploração paciente de áreas promissoras passíveis de entendimento entre as partes. John Wilson Lewis e Xue Litai (2006). *Imagined Enemies: China Prepares for Uncertain War*. Stanford: Stanford University Press, p. 24. A palavra ‘crise’ (*weiji*) descreve uma ‘envolvente’ (*shi*) que significa simultaneamente ‘perigo’ (*wei*) e ‘oportunidade’ (*ji*) numa “dialética entre desvantagens e vantagens que em determinadas circunstâncias podem ser transformadas nos seus opostos através da exploração das contradições e da definição objetiva de uma prioridade de atuação estratégica”. Shu Guang Zhang (1992). *Deterrence and Strategic Culture: Chinese-American Confrontations, 1949-1958*. Ithaca: Cornell University Press, p. 279.

<sup>37</sup> Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 132-133.

<sup>38</sup> Ainda que não se deixe de referir a influência ocidental de Marx e Engels na posterior consolidação do conceito de ‘guerra popular’ de Mao Zedong. Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 100-101. Ver ainda Wang Pufeng (eds.) (1993). *Mao Zedong Junshi Zhanlue Lun* (Sobre a Estratégia Militar de Mao Zedong). Beijing: Junshi Kexue chubanshe.

<sup>39</sup> Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 241 e pp. 245-250.

No entanto a dimensão moral é secundarizada, porque o que é fundamental é moldar a orientação adequada dos acontecimentos na fase inicial de desenvolvimento das tendências, por forma a garantir o sucesso, dando a ilusão de que este estava à partida predeterminado. A exploração da justificação e da virtude moral da ação surge em resultado e na exploração do sucesso.

Mas se a força tiver de ser empregue as diferenças são também notórias. Na perspetiva dos estrategistas ocidentais – de acordo com a tradição grega - os meios (*eidōs*) e os fins (*telos*) são determinantes para o sucesso. Para os estrategistas chineses continua a ser o domínio do *shi* em prol do *li* (padrão de boa governação) que é primordial. A prudência é essencial na batalha inicial, tal como a preservação da flexibilidade estratégica<sup>39</sup>. A arte e a ciência do bom governante e de um bom conselheiro e estrategista está no emprego ou na ameaça de emprego da força para persuadir, dissuadir ou forçar o adversário a ceder, não para o destruir numa primeira batalha - ainda que esta seja considerada como muito importante.

É um claro contraste face à perspetiva determinista ocidental clausewitziana de maximização do emprego da força e aniquilação do adversário numa batalha decisiva e direta (o objetivo) que refere o ‘nevoeiro da guerra’ e a ‘atrição’ como um mecanismo justificativo, ainda que não devidamente explanado, para a diferença entre a teoria (planos) e a prática (combate) - insinuando uma maior predileção ocidental pelo risco<sup>40</sup>.

Quando transposto para o sistema internacional e para a relação entre os Estados, o corolário é o de que quem compreender realmente a forma

<sup>40</sup> Por exemplo, a diferença entre o objetivo do jogo de xadrez e do jogo de *weiqi* (ou *go* em japonês) é ilustrativa deste ponto. Enquanto o xadrez está orientado para a concentração das forças num ponto do tabuleiro e a aniquilação das peças do adversário através de um *checkmate* - onde um erro tático pode significar a derrota; no *weiqi* procura-se a vitória através da posição das peças de um jogador relativamente ao adversário, onde os inúmeros movimentos destinam-se a alargar o controlo do território, evitando confrontações diretas, sem revelar a verdadeira direção do ataque e com o objetivo final de cercar o adversário. Vence quem conseguir imobilizar completamente o oponente. Em termos práticos, um principiante no jogo irá concentrar as suas peças direta e visivelmente nas interseções mais próximas (estratégia de *li*) enquanto um jogador experiente irá optar por espalhá-las de uma forma mais indireta e insidiosa por todo o tabuleiro (estratégia de *shi*) por forma a maximizar a sua influência e a reduzir o espaço de manobra do adversário. Assim o objetivo deste jogo é consonante com a máxima de Sun Zi de que “na guerra a prioridade deve ser dada ao ataque à estratégia do adversário, de seguida à disrupção das suas alianças através da diplomacia e só por fim o ataque às suas forças militares”. Como refere o poema ‘Escrito num Sonho’ de Ouyang Xiu (1007-1072 d.C.): “o jogo de *weiqi* chega ao fim, e entretanto não nos apercebemos que o mundo mudou”. Citado em Tao Hanzhang (1987). *Sun Tze's Art of War: the Modern Chinese Interpretation*. New York: Sterling Publishing, p. 100. Para uma aplicação da lógica do *weiqi* à guerra sino-japonesa durante a Segunda Guerra Mundial e à subsequente guerra civil chinesa por Mao Zedong, ver a original e gráfica análise de Scott Boorman (1969). *The Protracted Game: a Wei-ch'i Interpretation of Maoist Revolutionary Strategy*. Oxford: Oxford University Press. Para uma adaptação à atualidade ver David Lai (2004). *Learning from Stones: A Go Approach to Mastering China's Strategic Concept, Shi*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=378>.

<sup>41</sup> Como se deduz de Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 33.

como o *shi* funciona, despenderá menos tempo a planear e mais a efetuar sistematizações sobre as tendências e os desenvolvimentos delas resultantes (*assessments*)<sup>41</sup>. Assim pode-se justificar, ainda que parcelarmente, porque é que os estrategistas chineses enfatizam os estudos de avaliação da situação e de posição do seu país, em detrimento da prescrição de políticas a seguir, e porque desde Deng Xiaoping a liderança chinesa ter optado por uma linha pragmática expressa na frase de Chen Yun (mas atribuída a Deng) de ‘atravessar o rio tateando as pedras do leito’ (*mozhe shitou guohe*). Em suma, um estrategista chinês procura responder a três questões: Quais são as tendências dominantes da atualidade? Qual é a distribuição de poder no sistema internacional? Quais são as fontes dos maiores riscos e ameaças à China? Para obter as respostas, o estudo e a sistemática referência discursiva oficial e académica a passagens dos ‘Sete Clássicos Militares Chineses’ e de outros textos da herança filosófica clássica chinesa, tornam-se emblemáticos da persistência de uma narrativa sublimadora de uma cultura estratégica peculiar, sedimentada milenarmente, que realça a preponderância dada à defesa da paz, mas que valida o recurso à força em última instância e em duas situações: para restaurar a ordem interna e a integridade territorial; e para restabelecer a harmonia universal – controlando o *shi* em prol do *li*<sup>42</sup>.

<sup>42</sup> Os “Sete Clássicos Militares Chineses” são por ordem cronológica: ‘Métodos do Ministro da Guerra’ (anónimo); o ‘Wuzi’ de Wu Tzu, ‘A Arte da Guerra’ de Sun Zi, ‘Os Métodos Militares de Sima, Wei Liao Zi e Wo Ji Jing’, ‘Os Seis Ensinamentos Secretos’ (anónimo), ‘As Três Estratégias’ de Huang Shi Gong e ‘Questões e Respostas entre Tang Taisong e Li Weigong’ de Li Jing. Dos ‘Sete Clássicos’ os cinco primeiros são tidos como canónicos quanto à criação de um pensamento estratégico e à modelação de uma cultura estratégica, sendo obrigatoriamente estudados aos mais diversos níveis por políticos, diplomatas e militares chineses. Esta referência bibliográfica é obrigatória em todos os cursos organizados pela Universidade de Defesa Nacional e pela Academia de Ciências Militares, mesmo para aqueles frequentados por militares estrangeiros, como aconteceu com o autor. A ‘Arte da Guerra’ de Sun Zi foi um dos que mais influenciou o pensamento estratégico e militar de Mao Zedong levando-o a encorajar ativamente a liderança militar do EPL a lê-lo criticamente e a dele retirar os devidos ensinamentos. Em resultado, o marechal Liu Bochong, Presidente da Academia Militar Chinesa na década de cinquenta do século XX, estipulou que os escritos de Sun Zi deveriam ser de estudo obrigatório em todos os cursos da Academia Militar. A melhor edição chinesa anotada dos ‘Sete Clássicos’ é a de Zhu Yong (ed.) (1990). “*Dui Tushu de wu jingqi shu Bianzhi Yijian*” (Comentários Compilados sobre os Sete Clássicos Militares) em *Junshi Tiaoyue Zhongguo Zhengji Zuopin* (Trabalhos Coligidos sobre Tratados Militares Chineses). Beijing: Jianfan-jun chubanshe, especialmente os volumes 42 e 43. As duas melhores edições anotadas em inglês são as de Tao Hanzhang (1987). *Sun Tze’s Art of War: the Modern Chinese Interpretation*. New York: Sterling Publishing e de Ralph Sawyer (ed.) (1993). *The Seven Military Classics of Ancient China*. Boulder: Westview Press. Outros textos também citados profusamente são o ‘Livro do Positivo e Negativo’ de Li Quan, a ‘Monografia de Planeamento de Defesa Costeira’ de Zheng Ruozeng, o ‘Treino Militar e Operações’ de He Liangcheng, ‘O Essencial dos Clássicos Militares’ de Zeng Gongliang, os ‘Tratados Militares’ de Xu Dong, as ‘Cem Estratégias Não Ortodoxas’ de Xie Fangde, o ‘Novo Livro sobre Treino Militar’ e o ‘Manual de Treino Militar’ ambos de Qi Jiguang, a ‘Compilação Classificada de Escritos Militares’ de Mao Yuanyi e os ‘36 Estratagemas’. Ver Ralph Sawyer (1996). *One Hundred Unorthodox Strategies: Battle and Tactics of Chinese Warfare*. Cambridge: Westview Press e Gianluca Magi (ed.) (2010). *Os 36 Estratagemas Chineses*. Lisboa: Esfera dos Livros. Uma aplicação mais contemporânea e polémica de muitos destes preceitos políticos e militares clássicos chineses é a obra dos então coronéis-superiores do EPL, Qiao Liang e Wang Xiangsui (1999). *Chao Xian Zhan: Dui Quanqihua Shidai Zhangzheng yu Zhanfa de Xiangding* (Guerra Sem Limites: Pensamento e Regras da Guerra numa

A relevância e aplicabilidade destes textos clássicos é ainda mais sublimada porque para muitos estrategistas chineses o atual sistema internacional apresenta cinco similaridades com o ‘Período dos Estados Guerreiros’ que enformaram a sua escrita: por não existir nenhuma autoridade superior à do Estado; as autoridades que existem possuem mais forma do que substância (*e.g.* Zhou, o ‘Filho do Céu’ no ‘Período dos Estados Guerreiros’ e a Organização das Nações Unidas na atualidade); em caso de conflito, o interesse nacional continua a ser o princípio que se sobrepõe a todos os outros; o princípio dominante das relações internacionais é o da ‘anarquia’; e os princípios morais universais são evocados como pretextos para concretizar os interesses dos Estados<sup>43</sup>.

Da análise dos cinco textos mais importantes dos ‘Sete Clássicos’ é ponto assente que por princípio filosófico e *praxis* ‘a paz deve ter precedência’ (*he wei gui*) numa ‘harmonia entre homem e natureza’, sendo que o emprego da força militar deve ser feito em último recurso, porque a guerra é onerosa, destrutiva e conduz à instabilidade interna<sup>44</sup>. Esta formulação tem origem no ordenamento moral confucionista, daoísta e moísta, que enfatizam um *ethos* ‘pacífico mas não pacifista’, assente: na autoridade moral, que não apenas na força; na reconciliação do homem consigo próprio e com a natureza (harmonização, equilíbrio e paz com o *Dao* – a força transversal a todas as formas de vida); e na prossecução de uma doutrina não-ofensiva como forma de evitar o germinar de sementes potenciadoras de conflitos mais amplos e graves<sup>45</sup>.

---

Era Globalizada). Beijing: Jiefangjun chubanshe. Versão em inglês disponível em <http://www.missilethreat.com/repository/doclib/19990200-LiangXiangsui-unrestrictedwar.pdf> [acedido em 17 de abril de 2011]. Os autores estabelecem três tipologias de guerras (militares, transmilitares e não-militares, cada uma com oito subtipologias). A obra foi inserida numa linha editorial intitulada ‘Educação de Nível Nacional em Tópicos-Chave’ (*Guojiaji Zhongdian Jiaocai*) e a sua distribuição inicial muito limitada (‘restrita aos militares’ - *junnei faxing*) tendo no entanto sido empregue como obra de consulta nos vários cursos ministrados a militares e civis na Universidade de Defesa Nacional (notas do autor aquando da frequência do *International Symposium on Asian Security, College of Defense Studies, National Defense University, PLA, Changping*, outubro-novembro de 2007). Na última década assistiu-se na China à publicação de dezenas de obras dedicadas à análise e interpretação do período dos ‘Estados Guerreiros’, a maioria das quais de estrategistas militares ligados à Academia de Ciências Militares, e que só podem ser vendidas nas livrarias da Xinhua em áreas de acesso exclusivo a oficiais superiores do EPL.

<sup>43</sup> Ni Lexiong (2001). “*Zhongguo Gudai Junshi Wenhua Guannian due Shijie Heping de Yiyi*” (Implicações da Cultura Militar Tradicional Chinesa na Paz Mundial) em *Junshi Lishi Yanjiu* (Investigação da História Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe. Wang Jiang, Li Xiaoning, Qiao Liang e Wang Xiangsui (2003). *Xin Zhanguo Shidai* (A Nova Era dos Estados Guerreiros). Beijing: Xinhua chubanshe. Para uma brilhante análise do sancionamento filosófico e social da violência durante o período dos ‘Estados Guerreiros’ e que acabaria por ser racionalizado através de teorias protocientíficas enformadoras do império chinês ver Mark Edward Lewis (1990). *Sanctioned Violence in Early China*. New York: State University of New York Press. Ver também o excelente livro de Yuri Pines (2009). *Envisioning Eternal Empire: Chinese Political Thought of the Warring States Period*. Honolulu: University of Hawaii Press.

<sup>44</sup> Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 31.

<sup>45</sup> O próprio caractere de ‘força’ (*wu*) expressa esta ambivalência cultural relativamente ao seu emprego: o componente definidor do caractere é *zhi*, que significa parar, enquanto o segundo componente, *ge*, é um tipo de machado. Estas contradições são recorrentes no mandarim e exemplificam de forma subtil a por vezes inescrutabilidade do discurso chinês.

<sup>46</sup> Ver Ralph Sawyer (1999). *The Tao of War: The Martial Tao Te Ching*. Cambridge: Westview Press.



Confúcio (551-479 a.C.?) ainda que avesso à guerra por esta colocar em causa a harmonia, justificou-a em quatro situações: guerras justas de líderes virtuosos para derrubarem imperadores amorais; guerras defensivas de proteção da cultura chinesa; guerras de defesa do país; e guerras para evitar que Estados fracos fossem instrumentalizados por outras potências colocando em causa a segurança do país. Mencio (372-289 a.C.?) defendeu um governo moralmente superior e benevolente: se o fosse, a guerra e os conflitos seriam abolidos da face da Terra. A ênfase deveria ser conferida ao homem, à sua educação e ao cotejamento da virtude em prol da harmonia entre os homens e não ao conflito.

Os daoístas foram também na sua maioria contra a guerra. Lao Zi (nascido 604 a.C.?) em ‘Caminho e Poder’ (*Tao Te Ching*) sublinhou que as armas eram instrumentos maléficis indignos de homens moralmente superiores e que só deveriam ser empregues em caso de absoluta necessidade. O ‘caminho’ (*tao*) tinha como padrão o ciclo de expansão e contração, de vitória e derrota. Esta dialética de opostos (*yin e yang*) só era devidamente dirimida em prol de um desiderato positivo (*i.e.* expansão e vitória) se a força motriz fosse a virtude e a moral<sup>46</sup>.

Sun Zi (541-482 a.C.?) apesar do seu ‘Arte da Guerra’ argumentou que esta punha em causa a sobrevivência de um Estado. Se o *tao* fosse moralmente justificável, o caos seria evitado e a sobrevivência do Estado assegurada, pois a guerra estando fora do *tao* não o poderia influenciar negativamente (uma ponte entre confucionismo e daoísmo). Por fim Mozi (479-381 a.C.?) advogou a teoria da não-agressão em prol da maximização da auto-defesa do país<sup>47</sup>.

Em suma, expressões axiomáticas de Sun Zi de “vencer o inimigo sem o combater” (*bu zhan er qu ren zhi bing*) e de Lao Zi “emprego da subtileza para obstar à brutalidade” (*yi ruo ke gang* - literalmente “a suavidade vence a dureza”), aliadas à necessidade de um governo com virtude moral como base para a segurança e prosperidade do Estado, enfatizaram desde cedo a predileção chinesa por conduzir ‘guerras justas e limitadas no tempo e no espaço’ - mas apenas em último recurso -, sendo comum às três escolas de pensamento filosófico o reconhecimento de que por vezes ‘a guerra é inevitável, independentemente da grande harmonia centrípeta de um líder ou de um governo’ (como sublinhou Mencio)<sup>48</sup>. Neste caso todas as escolas concordam que a ser empregue a força, deve sê-lo de forma limitada e controlada e em ‘harmonia com o povo’<sup>49</sup>.

<sup>47</sup> Recomendação que o general Chiang Pai-Li - estrategista eminente de Chiang Kai-shek - expandiu ao argumentar que “o carácter nacional do povo chinês está talhado para a defesa e não para o ataque”. Jan-Chi Wang (2004). *General Chiang Pai-Li and His Military Thought*. Bloomington: Author’s House, p. 80.

<sup>48</sup> John King Fairbank (1974). “Varieties of the Chinese Military Experience” em Frank Kierman e John King Fairbank (eds.), *Chinese Ways of Warfare*. Cambridge: Harvard University Press, p. 7.

<sup>49</sup> Ver Dennis Bloodworth e Ching Ping Bloodworth (1976). *The Chinese Machiavelli: 3,000 Years of Chinese Statecraft*. New York: Farrar, Straus and Giroux, pp. 9-84. Chen-Ya Tien (1992). *Chinese Military Theory: Ancient and Modern*. Oakville: Mosaic Press, pp. 31-38. Ver o conjunto de excelentes análises de Summer Twiss e Jonathan Chan (2012). “Classical Confucianism, Punitive Expeditions, and Humanitarian Interven-

Como corolário o comportamento estratégico chinês tem subjacente um contexto moral como fonte de orientação para o comportamento ético; todos os seres humanos são moralmente aculturados, ainda que não detenham os mesmos critérios morais; e a prática histórica revela que cada código ético e moral expressa uma visão particular e moralista de cada Estado, sendo ambos o produto do poder político. Mas apesar desta narrativa de ‘paz e harmonia’ e de moralidade na ação estratégica chinesa, constatamos que quando confrontada com a ‘inevitabilidade’ do emprego da força, esta foi bem mais frequente do que se possa pensar, pois entre 2070 a.C e 1912 d.C. foram travadas na e pela China 3806 batalhas e guerras (uma média de 1,4 ao ano) e entre 250 d.C. e 1911 assinados 4221 tratados militares<sup>50</sup>.

Posto isto, o que pode então ser entendido como cultura estratégica chinesa e quais as suas características?

Allastair Iain Johnston define-a como “*um sistema integrado de símbolos (argumentos, estruturas, linguagens, analogias, metáforas, etc.) que atuam de forma a estabelecerem preferências estratégicas duradouras através da formulação do papel e da eficácia da força militar nos conflitos interestatais da China, envolvendo estas conceções numa tal aura de factualidade que as opções estratégicas parecem singularmente realísticas e eficazes*”<sup>51</sup>.

Num estudo feito a partir da análise do período que levou à compilação dos ‘Sete Clássicos Militares’, Johnston conclui que quando se esgotam todas as opções de resolução pacífica das crises, a cultura estratégica chinesa revela uma preferência por ações militares ofensivas associadas a uma grande flexibilidade no emprego das

---

tion”. *Journal of Military Ethics* nº2, pp. 81-96. Ping-cheung Lo (2012). “Warfare Ethics in Sunzi’s Art of War? Historical Controversies and Contemporary Perspectives”. *Journal of Military Ethics* nº2, pp. 114-135. Aaron Stalnaker (2012). “Xunzi’s Moral Analysis of War and Some of Its Contemporary Implications”. *Journal of Military Ethics* nº2, pp. 97-112. Ver Ellen Zhang (2012). “Weapons Are Nothing but Ominous Instruments: The *Daodejing’s* View on War and Peace”. *Journal of Religious Ethics* nº3, pp. 473-502. Summer Twiss e Jonathan Chan (2012). “Classical Confucianism, Punitive Expeditions, and Humanitarian Intervention”. *Journal of Military Ethics* nº2, pp. 81-96. Ping-cheung Lo (2012). “*The Art of War Corpus and Chinese Just War Ethics Past and Present*”. *Journal of Military Ethics* nº4, pp. 404-446.

<sup>50</sup> Fu Zhongxia (ed.) (2002). *Zhongguo Lidai Zhangzheng Nianbiao* (Cronologia Histórica da Guerra na China). Beijing: Jiefangjun chubanshe, p. 17. Peng Guanqian e Yao Youzhi referem mais de 6 mil batalhas em 4 mil anos de história da China, as quais perfazem um terço do total mundial durante o mesmo período. Peng Guanqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 3. Ver também Dui Zhongguo de Junshi Lishi Gongzuo zu (Grupo de Trabalho sobre a História Militar da China) (2003). *Zhanzheng zai Zhongguo, Wangchao Monian de Wanzheng Nian Biao* (Cronologia Completa da Guerra na China, Dinastia a Dinastia). Beijing: Jiefangjun chubanshe. Liu Shenming (1990). *Junshi Tiaoyue Zhongguo Yige Xiangjin de Cankao Shumu* (Uma Bibliografia Exaustiva sobre Tratados Militares Chineses). Beijing: Guofang Daxue chubanshe. Ver ainda Mu Zhongyue e Guoqing Wu (1992). *Zhongguo Zhanzheng Shi* (História das Guerras na China) (2 vols). Beijing: Jinchun chubanshe.

<sup>51</sup> Allastair Iain Johnston (1998). *Op. Cit.*, p. 36.

<sup>52</sup> O autor vê o emprego do poder militar como um instrumento neutral da política. O que lhe confere autoridade



forças e a um moralismo normativo auto-justificativo, que designa de ‘*paradigma parabellum*’<sup>52</sup>. A defesa do interesse nacional da China acaba sempre por prevalecer sobre a dimensão puramente moral, ainda que esta seja instrumentalizada com fins ideológicos auto-justificativos, como ilustrou Mao Zedong que caracterizou “as guerras justas como as guerras revolucionárias e as injustas como guerras anti-revolucionárias, ainda que só a guerra possa eliminar a guerra”<sup>53</sup>.

Gerald Segal, sem deixar de chamar a atenção para os perigos de uma análise excessivamente etnocêntrica (onde as influências histórico-culturais na formulação da cultura estratégica são consideradas como irrelevantes) ou etnodifusa (onde as influências histórico-culturais são consideradas como predominantes), caracteriza-a como um “prisma através do qual as questões políticas chinesas são filtradas e refratadas, consubstanciando uma perceção histórica das tradições da sua política de segurança”<sup>54</sup>.

Andrew Scobell, tentando conciliar o *yin e yang* da cultura estratégica chinesa, argumenta que existe um ‘culto de defesa chinês’, resultado da concatenação de duas influências: uma confucionista e outra realista. Estas são conectadas entre si pela defesa da soberania territorial, da unidade nacional e pela perceção de ameaças, estando na origem de uma permanente ‘mentalidade de cerco’<sup>55</sup>. A primeira influência decompõe-se em três elementos filosóficos: os chineses são um povo pacífico, porque acreditam que ‘a paz tem precedência’ (*he wei gui*); não são agressivos nem expansionistas, porque se ‘opõem à hegemonia’ (*fandui baquanzhuyi*); e apenas recorrem ao emprego da força em autodefesa, como afirmou Mao Zedong “se ninguém nos atacar, não atacaremos; no entanto se alguém nos atacar, iremos garantidamente [contra] atacar” (*ren bu fan wo, wo bu fan ren; ren fan wo, wo bi fan ren*)<sup>56</sup>. A influência realista desdobra-se em seis princípios estratégicos orientadores: primazia dada à unificação nacional; perceção aguda de ameaças à segurança nacional; autoridade moral no recurso à força; operações ofensivas como parte da estratégia militar de ‘defesa ativa’; fobia à instabilidade e ao caos; e prevalência da comunidade sobre o indivíduo. Christopher Towmey vai mais longe e estabelece cinco pilares caracterizadores

---

moral é o emprego que se faz dele, mas afirmar que a cultura estratégia da China é moralista, avessa ao conflito, e pacifista é branquear um registo histórico de inúmeros conflitos. Idem, p. 243.

<sup>53</sup> Mao Tse-tung (1964). *Selected Works of Mao Tse-tung* (4 vols.). Peking: Foreign Languages Press (vol. 1), p. 511.

<sup>54</sup> Gerald Segal (1985). *Defending China*. London: Routledge, p. 180.

<sup>55</sup> Andrew Scobell (2003). *China's Military and the Use of Force: Beyond the Great Wall and the Long March*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 27-38. No nosso entender ela é na verdade mais confucionista-daoísta e realista-legalista.

<sup>56</sup> Sobre estes elementos, ver People's Republic of China Ministry of National Defense (1998). *China's National Defense in 1998*. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/1998.htm> [acedido em 23 de abril de 2014].

<sup>57</sup> Christopher Towmey (2006). *Chinese Strategic Culture: Survey and Critique*. Defense Threat Reduction

da cultura estratégica chinesa: unidade interna; entendimento hierárquico das relações internacionais; predisposição tanto para atacar como para defender; uma diplomacia coerciva que não é avessa ao risco; e propensão para atacar primeiro que o adversário<sup>57</sup>.

Mais recentemente, Thomas Mahnken identificou quatro preceitos enformadores dessa cultura estratégica: auto-perceção da China como culturalmente superior; noção de posicionamento geográfico como ‘Reino do Meio’; imperiosidade da unidade interna e livre de interferências externas; e reconhecimento de que a guerra é onerosa, destrutiva e leva à instabilidade interna<sup>58</sup>.

Huiyun Feng subscreve esta interpretação quanto à natureza defensiva da cultura estratégica chinesa, que se espelha na preferência dos seus líderes por estratégias de negociação. Partindo de uma construção psicocultural de análise do código operacional - que define como um sistema de crenças filosóficas e instrumentais que modelam a decisão e comportamento dos indivíduos - de Mao Zedong e Deng Xiaoping durante a Guerra da Coreia (1950-1953), a Guerra com a Índia (1962) e a Guerra com o Vietname (1979), Huiyun releva a influência dos preceitos confucionistas na tomada de decisão dos dois líderes chineses<sup>59</sup>. Peng Guangqian e Yao Youzhi descrevem a cultura estratégica chinesa como a concatenação de três elementos: a continuidade histórica e cultural; a relevância civilizacional; e a orientação para valores morais ligados à paz e à harmonia<sup>60</sup>. Para Ba Zhongtan “a herança filosófica chinesa criou uma cultura estratégica caracterizada por um forte secularismo e uma fraca religiosidade, uma forte inclusão e uma fraca exclusão, um forte conservadorismo e uma fraca agressividade, que ao longo de cinco milénios se foram alternando ciclicamente quanto à sua preponderância”<sup>61</sup>. Por fim Zhang Tiejun realça que a cultura estratégica chinesa sempre teve como objetivo primordial ao longo de mais de dois milénios “a defesa do *heartland* económico, político, social e cultural da China”<sup>62</sup>.

---

Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/chinese.pdf> [acedido em 15 de julho de 2008].

<sup>58</sup> Thomas Mahnken (2011). *Secrecy & Stratagem: Understanding Chinese Strategic Culture*. Lowy Institute for International Policy, p. 9. Disponível em [http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Mahnken%2C\\_Secrecy\\_and\\_stratagem.pdf](http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Mahnken%2C_Secrecy_and_stratagem.pdf) [acedido em 3 de maio de 2012].

<sup>59</sup> Ver Huiyun Feng (2007). *Chinese Strategic Culture and Foreign Policy Decision-Making: Confucianism, Leadership and War*. London: Routledge.

<sup>60</sup> Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 73-74.

<sup>61</sup> Ba Zhongtan (ed.) (2003). *Zhongguo Guojia Anquan Zhanlue Wenti Yanjiu* (Estudo Estratégico das Questões de Segurança da China). Beijing: Jianfanjun chubanshe, pp. 3-5. Sobre o impacto económico interno destes ciclos de alternância ver Mark Elvin (1973). *The Pattern of China Past*. London: Eyre Methuen.

<sup>62</sup> Zhang Tiejun (2002). “Chinese Strategic Culture: Traditional and Present Features”. *Comparative Strategy* n°21, p. 74. Ver também Li Lijun (1997). “Lun Zhanlue Wenhua” (Sobre a Cultura Estratégica). *Zhongguo Junshi Kexue* n°1 (Ciência Militar da China), p. 9.

<sup>63</sup> Xu Changan (1998). “Junshi Wenhua yu Shehui Wenhua” (Cultura Militar e Cultura Social). *Zhongguo Junshi*

Apesar destas tentativas em consolidar uma moldura estratégico-cultural da China assente na sua base civilizacional, continua a não ser consensual no seio da comunidade de estrategistas chineses o que é a cultura estratégica nacional em sentido lato, bem como se pode ou não influenciar a tomada de decisão. As propostas formuladas têm ido desde uma cultura militar (*junshi wenhua*) dividida em três níveis (conceitual, institucional e material) como uma continuidade operacional e estratégica desenvolvida pela etnia Han e que é de tal forma abrangente que inclui áreas não contempladas pela conceitualização ocidental<sup>63</sup>; até uma visão mais holística e dinâmica do pensamento estratégico chinês, que cria uma noção de limite natural e moral ao emprego da força com intuítos expansionistas (uma vez atingido este limite dá-se um declínio na dimensão e validade moral do seu emprego, nas capacidades e nos recursos disponíveis)<sup>64</sup>.

Para os estrategistas militares a cultura estratégica militar é caracterizada por quatro pilares: defesa da integridade territorial nacional; exploração da ‘propensão das coisas’ (*i.e. shi*) para atingir os objetivos; a guerra como um processo científico onde a vitória pode ser alcançada antecipada e totalmente e com o menor dos custos possíveis (resultante da exploração eficaz do *shi* e do estudo da história militar); e através da potenciação do segredo e do recurso a estratégias ser possível vencer um adversário mais poderoso<sup>65</sup>. Estas estratégias (*mou, ji, ou ce*) são definidores do “carácter artístico do seu pensamento estratégico”<sup>66</sup>, compaginando “uma reduzida surpresa aos mais baixos escalões com uma elevada decepção ao nível operacional e estratégico através da implementação de estratégias assimétricas”<sup>67</sup>.

---

*Kexue* nº3 (Ciência Militar da China), p. 52.

<sup>64</sup> Desta forma para se evitar o declínio estratégico, o emprego da força militar “deve ser incrementado judiciosamente mas nunca até ao ponto em que ultrapasse limites morais e materiais” como é advogado por Gu Zhiming (1997). *Junshi Lunli yu Zhongguo Wenhua de Lishi* (História da Ética e da Cultura Militar Chinesa). Beijing: Haichao chubanshe, p. 12. Ye Zicheng aconselha os estrategistas chineses a lerem o *I Ching* (Livro das Mutações) pela natureza dialética do seu conteúdo mais coadunante com a própria essência da estratégia. Ye Zicheng (2011). *Inside China's Grand Strategy: the Perspective from the People's Republic*. Lexington: University of Kentucky Press, p. 263.

<sup>65</sup> Como é deduzido da leitura de Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.* e de Zhang Yuliang (ed.) (2006). *Zhanyi Tiyao* (Ciência das Campanhas Militares). Beijing: Jiefangjun chubanshe e de Wu Rusong (1996). “Rou Wu Lu: Zhongguo Gudian Zhanlue Zhiyao” (Sobre o ‘Combate Soft’: A Quintessência da Estratégia Clássica da China). *Zhongguo Junshi Kexue* nº 1 (Ciência Militar da China), pp. 111-128. Nestas obras e artigo é referido que a criatividade é a alma para a dissimulação das intenções e a essência do pensamento estratégico chinês.

<sup>66</sup> Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 28 e p. 141. Ver ainda Chai, Yaqui (1996). *Monlue Lun* (Sobre a Estratégia de Decepção). Beijing: Lantian chubanshe e Xu Zeping (2010). “Cong Zhongxi Fang Junshi Wenhua zhi Bijiao Kanxian Shaoshu Minzu Junshi Wenhua” (Comparando a Cultura Militar Chinesa e Ocidental e Compreendendo a Cultura Militar das Minorias Étnicas do Sudoeste). *Jiaoyu Wenhua Luntan* nº2 (Fórum Educação e Cultura), p. 42.

<sup>67</sup> William Mott IV e Jae Chang Kim (2006). *Op. Cit.*, p. 42. Ver ainda Kurtis Hagen (1996). “A Chinese Critique on Western Ways of Warfare”. *Asian Philosophy* nº3, pp. 207-218. O conceito de *shashoujian* (‘arma decisiva ou carta de trunfo’) é emblemático deste aspeto. Para um *thriller* na melhor tradição de Tom Clancy sobre o emprego de uma *shashoujian* num conflito militar com os EUA, ler o livro de um ex-analista da CIA, Mark Henshaw (2012). *Red Cell*. New York: Touchstone.

<sup>68</sup> Esta moldura inclui as categorizações de ‘preparações militares’ (*wuqi wenhua*), ‘sistemas militares’ (*bingzhi*

Para estes estrategistas não há cultura estratégica sem cultura estratégica militar (*i.e.* linha militar, doutrina militar, ciência militar, pensamento militar e arte militar)<sup>68</sup>. Em suma, independentemente destas questões que orbitam uma definição consensual sobre a cultura estratégica chinesa, a percepção dominante no seio da comunidade de analistas de segurança tanto chineses como ocidentais é a de que historicamente a China sempre privilegiou o emprego limitado da diplomacia coerciva.

Em último recurso, e quando esta não logrou alcançar os objetivos desejados, as ‘guerras de cariz punitivo’ foram sempre moralmente justificadas (*i.e.* ‘guerras justas’ – *zhengyi zhangzheng*) como um ‘mal necessário’ em nome do interesse do Estado, espelhando um ‘realismo moral’ que remonta aos ‘Sete Clássicos Militares’ e que expressa a concatenação de influências filosóficas que vão do moralismo de Confúcio, ao legalismo de Shang Yang e Han Fei Zi, ao marxismo-leninismo de Mao Zedong, onde a dimensão moral face é secundarizada face à defesa do interesse nacional.

De facto, quando transposto para a contemporaneidade, e desde a proclamação da República Popular da China em 1949, o seu comportamento geoestratégico e de emprego do poder militar, tem-se caracterizado por associar uma narrativa de cunho defensivo e moralista (assente na capacidade em se defender no limite geográfico das suas fronteiras ou um pouco para além destas); na ênfase em mecanismos de dissuasão, e numa capacidade em preservar constantemente uma estrita hierarquização dos seus objetivos políticos em caso de conflito (primeiro os internos e só depois os externos)<sup>69</sup>.

Os líderes chineses seguem a máxima de ‘agir com cautela, mas com vantagem’ (*you li, you li, you jie*) na forma como contemplam o recurso ao poder militar quando crises ameaçam a integridade territorial e a segurança e defesa nacional, numa ‘evolução na continuidade’ do preceituado por Mao Zedong durante a Guerra contra o Japão e precursor da estratégia militar de ‘defesa ativa’:

---

*wenhua*) e ‘pensamento militar’ (*siwei wenhua*). Ni Lexiong (2001). “Zhongguo Gudai Junshi Wenhua Guan-nian dui Shijie Heping de Yiyi” (Significado das Antigas Conceções Militares Chinesas na Paz Mundial). *Junshi Lishi Yanjiu* n.º2 (Estudos de História Militar), p. 152. Sobre a ausência de consenso ver Yu Zemin (2006). *Leng-ning Liang Qian duo Nian de Junshi Sixiang: Zhongguo Gudian Zhanlue di dang dai Yingyong* (Condensando Dois Mil Anos de Pensamento Militar: Aplicação Contemporânea das Estratégias Clássicas Chinesas). Beijing: Jiefangjun chubanshe. Para uma análise mais detalhada sobre este debate ver Alexandre Carriço (2006). *Op. Cit.*, pp. 51-58. Para um magistral background analítico sobre a cultura militar imperial chinesa ver Nicola di Cosmo (ed.) (2009). *Military Culture in Imperial China*. Cambridge: Harvard University Press.

<sup>69</sup> A expressão em mandarim para ‘país’ (*guojia*) é composta por dois caracteres, *guo* (Estado) e *jia* (família), as duas unidades fundamentais de organização humana. Historicamente o Estado tem sido encarado mais como o protetor do que o opressor da população: protetor da ‘raça’ (*zhong*), da ‘cultura’ (*jiao*) e do ‘território’ (*lingtu*). Esta formulação é espelhada em axiomas milenares como ‘país derrotado, casa perdida’ (*guo po jia wang*), ‘proteger as nossas casas e defender o nosso país’ (*bao jia wei guo*), ‘defender o nosso país e proteger a nossa cultura’ (*bao guo bao jiao*) e ‘enriquecer o Estado e fortalecer o poder militar’ (*fuguo qiangbing*). Para uma análise sobre a ligação entre o *shi*, o Estado, a população, a moralidade e o direito interno na China ver William Mott IV e Jae Chang Kim (2006). *The Philosophy of Chinese Military Culture: Shih vs Li*. London: Palgrave MacMillan, pp. 18-22.

<sup>70</sup> Mao Zedong (1938). “On Protracted War” em *Selected Works of Mao Zedong*. Disponível em <https://www.marxists>.

“(1) Não atacar a não ser que o sejamos. Nunca atacar outros sem provocação, mas uma vez atacados, responder proporcionalmente. Esta é a natureza do princípio de defesa ativa.

(2) Não entrar em combates decisivos a não ser que se tenha a certeza de os vencer. Explorar as contradições entre os adversários. Aplicar os nossos pontos fortes nos pontos fracos do inimigo. Esta é a natureza limitada do combate.

(3) Ser pragmático e consciente da natureza limitada dos objetivos políticos e da força militar. Com uma potência mais forte devemos estabelecer objetivos adequados, não excedendo as nossas capacidades. Saber quando parar, quando evitar e quando efetuar um combate. Parar quando os objetivos forem alcançados; repensar a estratégia se não se conseguir alcançar os objetivos. Não se entusiasmar com o sucesso. Este é sempre temporário e faz parte da natureza do combate. Retirar opções de emprego da força ao adversário é sempre melhor que combatê-lo”<sup>70</sup>.

A estratégia chinesa face a um conflito regional continua a ser expressa em doze caracteres: ‘empregar todos os meios diplomáticos para impedir uma guerra’ (*lizheng zhizhi*); ‘garantir a vitória se a guerra for inevitável’ (*quebao dasheng*); e terminá-la rapidamente e em condições favoráveis, quando os ‘objetivos pré-determinados tenham sido atingidos’ (*jianhao jiushou*)”<sup>71</sup>.

Esta determinação da liderança chinesa, expressa tanto no seu discurso como na temporização das ações militares a ele associado, é um elemento essencial do processo de dissuasão e controlo de uma escalada conflitual, caracterizando-se por uma sinalização prévia das intenções através de declarações formais ou de mensagens transmitidas a terceiros, seguidas de subseqüentes demonstrações de força<sup>72</sup>.

Tal reflete o racionalismo e flexibilidade do seu pensamento estratégico e da sua política externa relativamente às reais capacidades de dissuasão do país e à sua projeção no espaço e no tempo. Quando o equilíbrio de poderes (*shi*) for mais favorável, é mais benéfica a adoção de estratégias coercivas, ainda que sob uma justificação moralista; quando é menos favorável, é preferível optar por estratégias defensivas e de acomodação de forma a ganhar tempo e até que o equilíbrio de forças se altere novamente<sup>73</sup>.

org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2\_09.htm [acedido em 14 de abril de 2014]. Ver ainda Paul Godwin (1984). “Soldiers and Statesmen in Conflict: Chinese Defense and Foreign Policies in the 1980’s” em Samuel S. Kim (ed.), *China and the World: Chinese Foreign Policy in the Post-Mao Era*. Boulder: Westview Press, pp. 215-234.

<sup>71</sup> Chen Kehou (ed.) (1989). *Zhangzheng Heping yu Guofang* (Guerra, Paz e Defesa Nacional). Beijing: Jiefangjun chubanshe, pp. 115-117. Sobre os princípios da ofensiva estratégica ver Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 288-294.

<sup>72</sup> Entre 1950 e 1979 o emprego da força militar por parte da China dividiu-se em três categorias assentes na motivação em: (1) deter um ataque percebido por parte de uma das superpotências (guerra da Coreia); defender a soberania territorial ou recuperar áreas por si reclamadas (guerra sino-indiana e conflito fronteiriço sino-soviético); (3) preservar o ‘*balance of power*’ regional (guerra sino-vietnamita). Estas não são mutuamente exclusivas, pois por vezes a decisão resultou da concatenação das três motivações a que se juntaram considerações de política interna. Ver Alexandre Carriço (2006). *De Cima da Grande Muralha: Política e Estratégias de Defesa Territorial da República Popular da China, 1949-2010*. Lisboa: Prefácio e Taylor Fravel (2008). *Strong Borders, Secure Nation: Cooperation and Conflict in China’s Territorial Disputes*. New Jersey: Princeton University Press.

<sup>73</sup> Allen Whiting conclui que os sete critérios definidos por Alexander George e empregues pela China na gestão de crises não são diferentes dos empregues por outros Estados. Ver Allen Whiting (1975). *The Chinese Calculus of Deterrence: India and Indochina*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, pp. 217-219 e pp. 233-234. Ver ainda Abram Shulsky (2000). *Deterrence Theory and Chinese Behavior*. Santa Monica: RAND.

Nesta lógica, no pior dos casos e em último recurso, o emprego limitado e concentrado da ‘força militar’ (*fabin*) a curto prazo, coordenado com manobras diplomáticas para prevenir o inimigo de lançar um ‘grande ataque’ (*famou*) é moralmente justificável, sob a argumentação de que uma conflitualidade limitada no espaço e no tempo pode servir objetivos positivos de dissuasão a longo prazo, desde que enquadrados pela análise correta da envolvente à crise, do potencial e das capacidades da China e do adversário (*i.e. shi*) – qual ponte entre os estudos de ‘*rational choice*’ (*i.e. homo strategicus* global) e os de determinismo cultural estratégico. Em conclusão, existe atualmente um dualismo ‘internalista e externalista’ e moralista na cultura estratégica e de segurança e defesa chinesa, que caldeia o seu *modus operandi* no plano político e diplomático, numa mistura entre ‘supernacionalismo e híper-soberanismo’ e a obsessão pela continuidade do crescimento económico, em prol da preservação *tout court* da estabilidade interna (quadro 1).

**Quadro 1** – O Dualismo da Cultura Estratégica e de Segurança da China

<b>Objetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interdependência de segurança da China</li> <li>• Complementaridade de interesses</li> <li>• Dinamismo e flexibilidade / adaptabilidade ao contexto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridade absoluta à autodefesa, soberania territorial e defesa nacional</li> <li>• Segurança de longo prazo através da cooperação multilateral e bilateral</li> </ul>
<b>Identidade Nacional</b>	China como “Reino do Meio” e comunidade (Hemissféria)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Respeito ao princípio de não-ingerência internacionalmente</li> <li>• Respeito aos Direitos Internacionais</li> <li>• Defesa da soberania e desenvolvimento pacífico</li> </ul>
<b>Preferências Instrumentais</b>	Emprego da força apenas em caso de absoluta necessidade, de forma proporcional e multilateral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emprego da força militar em caso de emergência</li> <li>• Soft power</li> <li>• Consulta diplomática</li> <li>• Diplomacia múltipla</li> </ul>
<b>Preferências de Atuação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Unilateralismo em caso de emergência / emergência internacional</li> <li>• Segurança como centro</li> <li>• Multilateralismo através de consultas</li> <li>• Flexibilidade coletiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inteligência militar de longo prazo</li> <li>• Defesa militar de longo prazo sob condições de internacionalização</li> </ul>

**Fonte:** Adaptado a partir de Anthony Coates (2010). “China: Power, Complementarity and Reflexivity” em Emil Kirchner e James Sperlings (eds.), *National Security Cultures: Patterns of Global Governance*. London: Routledge, p. 213.

Mark Bures e Abram Shulsky (2000). *Patterns in China's Use of Force: Evidence from History and Doctrinal Writings*. Santa Monica: RAND. Disponível em [http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph\\_reports/2007/MR1160.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2007/MR1160.pdf). [acedido em 14 de abril de 2014]. Michael Swaine e Ashley Tellis (2000). *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future*. Santa Monica: RAND.



Os fatores endógenos são o resultado de elementos geográficos, históricos, sócio-culturais e político-ideológicos que pautam o seu pensamento estratégico e onde influências milenares como as de Sun Zi, Lao Zi, Confúcio, Han Fei Zi e Mozi, entre outros, se conjugam instrumentalmente com *inputs* de Mao Zedong e Deng Xiaoping, formando um corpo de fundamentação teórica e moralmente justificativa da aplicação do poder e do recurso à força militar em defesa da sua integridade territorial e soberania <sup>74</sup>.

Os fatores exógenos extrapolam-se da imperatividade do regime político chinês se adaptar à gestão das contingências da envolvente internacional, que deseja como ‘pacífica, harmoniosa e cooperativa’, ao abrigo de um véu operativo ‘confucionista e realista’ no qual a busca e consolidação do ‘poder nacional abrangente’ é a força motriz para a sua legitimidade interna. Este ‘poder nacional abrangente’ só pode ser consolidado se tiver um instrumento militar que permita assegurar uma capacidade de dissuasão, de preservação da iniciativa, de independência e de defesa da soberania nacional numa lógica ‘realista defensiva’ <sup>75</sup>.

**Quadro 2** – Duas Tipologias de Estratégias Nacionais: *Shi* vs *Li*

Estratégia de Shi	Estratégia de Li
Defesa, inicia e termina as guerras com base na <i>shi</i>	Defesa, inicia e termina as guerras com base na <i>li</i>
Controla o <i>shi</i> através do <i>Dao</i>	Controla o poder através do <i>li</i>
Poder baseado na gestão do <i>shi</i> (poder imediato)	Baseado no poder material ( <i>li</i> )
Evade o estado inimigo	ignora o <i>shi</i>
Via última e final	Via genérica imediata
Estratégia indireta	Estratégia direta
Enfoque táctico	Enfoque estratégico
Coordenação de comércios e cores com meios não militares	Emprego preferencial de meios militares exclusivamente
Preferência por vencer guerras sem as combater	Vencer as guerras combatendo-as

Fonte: William Mott IV e Jae Chang Kim (2006). *Op. Cit.*, p. 36.

<sup>74</sup> Ver Li Bin (2009). *Op. Cit.* Ver ainda Shi Yinhong (2010). *Quanqixing de Tiaozhan yu Zhongguo: Duoshi zhi qiu yu Zhongguo de Zhanlue Xuyao* (A China e os Desafios Globais: Necessidades Estratégicas da China numa Era de Muitos Problemas). Changsha: Hunan Renmin chubanshe. Sobre este racional ver ainda Huiyun Feng (2007). *Op. Cit.*

<sup>75</sup> Como enfatizou Deng Xiaoping, “a China é um país pobre, [então] porque é que se fala sobre o grande triângulo estratégico formado pela China, Estados Unidos e Rússia? Tal deve-se ao facto de atuarmos defensiva e independentemente e de mantermos a iniciativa nas nossas mãos”. Citado em Andrew Scobell (2003). *Op. Cit.*, p. 148.



Os líderes chineses acreditam que podem evitar conflitos através do diálogo, persuasão, dissuasão e consenso (ainda que este não signifique harmonia, como enfatiza Confúcio nos ‘Analectos’ – *Lun Yu*), sendo no entanto avessos discursivamente ao emprego preventivo do poder militar nas relações entre Estados por acreditarem que é possível gerir adequadamente o *shi* - ao contrário dos seus congéneres ocidentais (i.e. norte-americanos) historicamente mais inclinados para estratégias de *li* (quadro 2)<sup>76</sup>. Como corolário, numa estratégia de *li* todas as batalhas são decisivas; numa estratégia de *shi* algumas batalhas – não todas - são irrelevantes.

### 3. CONCLUSÕES

A China não refuta a possibilidade de recorrer à força, desde que justificada moralmente, pois o ‘desenvolvimento pacífico’ não implica uma recusa em combater, e o assumir do compromisso solene de preservar a paz e a harmonia não significa abandonar o emprego da força militar em prol da manutenção da paz ou da criação da paz<sup>77</sup>.

Quando o recurso à força se tornar inevitável, “deve ser feito de forma decisiva, limitada e proporcional aos objetivos a atingir, sem descurar a integração e coordenação sinérgica do processo negocial diplomático com as operações militares em curso”<sup>78</sup> (o que revela uma consonância com a *realpolitik* clausewitziana).

Sendo o país uma potência ‘pacífica mas não-pacifista’ esta sua auto-qualificação continua a gerar um desfasamento percetivo externo que se expressa na diferença entre a narrativa política e os discursos de alguns líderes do Exército Popular de Libertação, que não se escusam a proferirem declarações públicas e a publicarem artigos e livros onde prevalece uma linha cursora excessivamente belicista, em prol da inquestionável e absoluta defesa da soberania e da integridade territorial da China face a ameaças externas<sup>79</sup>.

<sup>76</sup> Ver por exemplo John Mearsheimer (2003). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton. Aaron Friedberg (2012). *A Contest for Supremacy: China, America, and the Struggle for Mastery in Asia*. New York: Norton e Edward Luttwak (2012). *The Rise of China vs the Logic of Strategy*. Harvard: Belknap Press of Harvard University.

<sup>77</sup> Ver Niu Hanzhang (2007). “Shixi Haixia Liangan de Yitihua Quxiang” (Análise da Tendência de Integração no Estreito de Taiwan) em Liang Shoude e Li Yihu (eds.), *Quanqiuhua yu Hexie Shijie* (Globalização e Mundo Harmonioso). Beijing: Shijie Zhishi chubanshe, pp. 360-369. Chen Shilei (2014). “Commentary: A Militarily Strong China Conducive to World Peace”. *Xinhua*. Disponível em [http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-06/06/content\\_5943928.htm](http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-06/06/content_5943928.htm) [acedido em 7 de junho de 2014].

<sup>78</sup> Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 91-92 e p. 472.

<sup>79</sup> Ver Sem Autor (2013). “Zhongguo wu Jiannglng: Heping Jueqi Bushi Mianzhan Kefu Kongmei Kongri (Cinco Generais Chineses: Ascensão Pacífica não Significa Abdicar da Guerra por Medo da América). *Xinhua*. Disponível em [http://news.xinhuanet.com/mil/2013-11/13/c\\_125693846.htm](http://news.xinhuanet.com/mil/2013-11/13/c_125693846.htm) [acedido em 2 de novembro de 2013]. Zhang Jiangang (2014). “Wu Rang Heping Fazhan zi kun Shoujiao Biyao shi Dongwu Wanquan Zhengdang” (Não Deixemos que o Desenvolvimento Pacífico nos Prenda as Mãos e os Pés no Uso Legítimo da Força). *Huanqiu Shibao* (Tempos Globais). Disponível em <http://mil.huanqiu.com/observation/2014-06/5015795.html> [acedido em 11 de junho de 2014].

Como ‘o EPL é um Exército de Partido sob a capa de um Exército de Estado’ estas declarações acabam por influenciar negativamente a perceção e imagem de benignidade que pretende ver projetada e consolidada no exterior. Concomitantemente é a segunda dimensão – a de uma China ‘não-pacifista’- que tende a ser explorada externamente de forma negativa para os seus interesses, sendo ilustrada em acusações quanto à sua ‘falta de transparência militar’, de dissimulação das capacidades, e de gestão/manipulação das perceções externas, mas que são elementos primordiais da gestão do *shi*<sup>80</sup>.

Existe uma dificuldade ocidental em interpretar alguns dos conceitos filosóficos clássicos chineses e a lógica a eles associada, pelo que para muitos estrategistas chineses esta opacidade é uma vantagem que deve ser preservada, ilustrando-a com exemplos como o facto de “a estratégia de defesa ativa contemplar ações ofensivas com objetivos defensivos, torna difícil aos outros países descortinar onde está definida a ‘linha vermelha’”<sup>81</sup>.

Como a China ainda se vê uns níveis abaixo na escala de poder relativo face aos EUA, é defendido que a transparência militar é um privilégio dos mais fortes, não dos mais fracos e vulneráveis; entendendo-se as acusações de falta de transparência como “tendo o intuito de gerar a perceção de que o seu programa de modernização militar é excessivo e por isso ilegítimo”<sup>82</sup>. Não obstante, esta menor transparência confere-lhe uma dissuasão psicológica, sendo também um facto que os EUA e outros países também não disponibilizam toda a informação no âmbito militar, por razões associadas à salvaguarda da segurança nacional<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> Quanto à dissimulação das capacidades e à gestão/manipulação das perceções externas à China ver Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 203-204 e pp. 223-224. Zhu Jinning (1991). *The Asian Mind Game*. New York: Rawson Associates, p. 44. Ver ainda a excelente obra sobre as estratégias de decesso e manipulação empregues durante o período dos ‘Estados Guerreiros’ de James Crump (1964). *Intrigues: Studies of the Chan-kuo Tse’s* [Estados Guerreiros]. Ann Arbor: University of Michigan Press.

<sup>81</sup> Yan Xuetong e Xu Jin (eds.) (2009). *Wangba Tianxia Sixiang ji Qiyou* (Pensamentos sobre a Liderança Mundial e suas Implicações). Beijing: Shijie Zhishi chubanshe, p. 271. Por exemplo esta estratégia militar de ‘defesa ativa’ interligada com o conceito de ‘negação de acesso’ se aplicada ao adversário norte-americano contempla quatro pilares: político (através da exploração das fragilidades de apoio político regional asiático a Washington); geográfico (incrementando a distância entre as bases e os alvos das forças militares dos EUA na Ásia); militar (condicionando a projeção regional de forças dos EUA através do incremento do risco operacional e da degradação de capacidades em caso de intervenção); e autocontenção (tornando os custos dessa intervenção tão elevados que só restará aos EUA não intervirem). Todas elas são tidas como vetores de uma gestão eficaz do *shi*.

<sup>82</sup> Ver Xu Jia (2008). “Junshi Toumingdu yu Zhong mei Junshi bu xin” (Transparência Militar e Confiança Militar Mútua Sino-Americana). *Heping yu Fazhan* (Paz e Desenvolvimento) n°2, pp. 15-18.

<sup>83</sup> Diálogos do autor com vários oficiais superiores do EPL durante o *International Symposium Course on Asia-Pacific Security* de 2007.

Em suma, a leitura de obras, de declarações dos líderes políticos e militares, e de estrategistas clássicos e contemporâneos chineses, deixa transparecer uma correspondência aos preceitos da escola de segunda geração da cultura estratégica, ainda que com laivos associados à escola de primeira geração. Estes são mais notórios nas omnipresentes referências à sua herança histórico-cultural milenar para explicar e justificar os particularismos da cultura estratégica e da identidade civilizacional da China.

Identifica-se uma evolução na continuidade resultante da ligação entre um dogmatismo discursivo de base cultural e civilizacional e uma ação do Estado (segundo a melhor tradição maoísta e denguista de ‘aprender com a prática’), que é consubstanciada oficialmente na expressão ‘caraterísticas chinesas’ ou numa formulação operacional mais direta pela frase de Lin Biao de “você combatem à vossa maneira e nós à nossa”<sup>84</sup>.

Esta ligação espelha dois pontos implícitos: a cultura estratégica tem relevância doutrinária porque tem poder causal, ou pelo menos efeitos instrumentais (de outro modo seria meramente decorativa); e a cultura chinesa apresenta dinâmicas adaptativas, pelo que a sua cultura e doutrina estratégica evoluem de acordo com a envolvente interna e externa ao país (*shi*).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BA, Zhongtan (ed.) 2003). *Zhongguo Guojia Anquan Zhanlue Wenti Yanjiu* (Estudo Estratégico das Questões de Segurança da China). Beijing: Jianfanjun chubanshe.
- BLOODWORTH, Dennis e BLOODWORTH, Ching Ping (1976). *The Chinese Machiavelli: 3,000 Years of Chinese Statecraft*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- BOORMAN, Scott (1969). *The Protracted Game: a Wei-ch'i Interpretation of Maoist Revolutionary Strategy*. Oxford: Oxford University Press.
- BOOTH, Ken (1990). “The Concept of Strategic Culture Affirmed” em Carl Jacobsen (ed.), *Strategic Power: USA/USSR*. London: Macmillan.
- BOOTH, Ken e TROOD, Russell (1999). *Strategic Cultures in the Asia-Pacific Region*. New York: Saint Martin's Press.

---

<sup>84</sup> Lin Biao (1965). “Long Live the Victory of People's War!”. Disponível em [http://www.marxists.org/reference/archive/lin-biao/1965/09/peoples\\_war/ch05.htm](http://www.marxists.org/reference/archive/lin-biao/1965/09/peoples_war/ch05.htm) [acedido em 3 de outubro de 2013]. Ver também Lucian Pye e Nathan Leites (1970). *Nuances in Chinese Political Culture*. Santa Monica: RAND. Disponível em <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/papers/2006/P4504.pdf> [acedido em 12 de março de 2012].

- BURLES, Mark e SHULSKY, Abram (2000). *Patterns in China's Use of Force: Evidence from History and Doctrinal Writings*. Santa Monica: RAND.
- CARRIÇO, Alexandre (2006). *De Cima da Grande Muralha: Política e Estratégias de Defesa Territorial da República Popular da China, 1949-2010*. Lisboa: Prefácio.
- CARRIÇO, Alexandre (2015). *Harmonizando o Poder: Imagem, Diplomacia Pública e Diplomacia Militar da China*. Lisboa: Letras Itinerantes.
- CHAI, Yaqui (1996). *Monlue Lun* (Sobre a Estratégia de Deceção). Beijing: Lantian chubanshe.
- CHEN, Kehou (ed.) (1989). *Zhangzheng Heping yu Guofang* (Guerra, Paz e Defesa Nacional). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- CHEN-YA, Tien (1992). *Chinese Military Theory: Ancient and Modern*. Oakville: Mosaic Press.
- COHEN, Raymond (2004). *Negotiating Across Cultures: International Communication in an Interdependent World*. Washington: United States Institute of Peace Press.
- COSMO, Nicola di (ed.) (2009). *Military Culture in Imperial China*. Cambridge: Harvard University Press.
- CRUMP, James (1964). *Intrigues: Studies of the Chan-kuo Tse's* [Estados Guerreiros]. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- DUI ZHONGGUO DE JUNSHI LISHI GONGZUO ZU (Grupo de Trabalho sobre a História Militar da China) (2003). *Zhanzheng zai Zhongguo, Wangchao Monian de Wanzheng Nian Biao* (Cronologia Completa da Guerra na China, Dinastia a Dinastia). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- ELVIN, Mark (1973). *The Pattern of China Past*. London: Eyre Methuen.
- FAIRBANK, John King (1974). "Varieties of the Chinese Military Experience" em Frank Kierman e John King Fairbank (eds.), *Chinese Ways of Warfare*. Cambridge: Harvard University Press.
- FRAVEL, Taylor (2008). *Strong Borders, Secure Nation: Cooperation and Conflict in China's Territorial Disputes*. New Jersey: Princeton University Press.
- FRIEDBERG, Aaron (2012). *A Contest for Supremacy: China, America, and the Struggle for Mastery in Asia*. New York: Norton.
- FU, Zhongxia (ed.) (2002). *Zhongguo Lidai Zhangzheng Nianbiao* (Cronologia Histórica da Guerra na China). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- GEERTZ, Clifford (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- GEORGE, Alexander (1979). "The Causal Nexus between Cognitive Beliefs and Decision-Making Behavior: The 'Operational Code' Belief System" em Lawrence Flakowski (ed.), *Psychological Models in International Relations*. Boulder: Westview Press, pp. 95-124.

- GODWIN, Paul (1984). "Soldiers and Statesmen in Conflict: Chinese Defense and Foreign Policies in the 1980's" em Samuel S. Kim (ed.), *China and the World: Chinese Foreign Policy in the Post-Mao Era*. Boulder: Westview Press, pp. 215-234.
- GRAY, Colin (1999). *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press.
- GRAY, Colin (2006). *Out of the Wilderness: Prime Time for Strategic Culture*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-out.pdf> [acedido em 2 de março de 2013].
- GRAY, Colin (2013). *Perspectives on Strategy*. Oxford: Oxford University Press.
- GU, Zhiming (1997). *Junshi Lunli yu Zhongguo Wenhua de Lishi* (História da Ética e da Cultura Militar Chinesa). Beijing: Haichao chubanshe.
- Hagen, Kurtis (1996). "A Chinese Critique on Western Ways of Warfare". *Asian Philosophy* n°3, pp. 207-218.
- HANDEL, Michael (1996). *Masters of War: Classical Strategic Thought*. London: Routledge.
- HOWLETT, Darryl (2006). *The Future of Strategic Culture*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-future.pdf> [acedido em 2 de março de 2013].
- HUNTINGTON, Samuel (1998). *The Clash of Civilization and the Remaking of the World Order*. New York: Simon & Schuster.
- HUIYUN, Feng (2007). *Chinese Strategic Culture and Foreign Policy Decision-Making: Confucianism, Leadership and War*. London: Routledge.
- JAN-CHI, Wang (2004). *General Chiang Pai-Li and His Military Thought*. Bloomington: Author's House.
- JOHNSON, Jeannie e BERRETT, Matthew (2011). "Cultural Topography: A New Research Tool for Intelligence Analysis". *Studies in Intelligence* n°55, pp. 1-22.
- JOHNSTON, Allastair Iain (1998). *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. New Jersey: Princeton University Press.
- JONES, David (1990). "Soviet Strategic Culture" em Carl G. Jacobsen (ed.), *Strategic Power: USA/USSR*. London: Macmillan.
- JULLIEN, François(1995). *The Propensity of Things: Towards a History of Efficiency in China*. New York: Zone Books.
- KIER, Elizabeth (1997). *Imagining War: French and British Military Doctrine between the Wars*. Princeton: Princeton University Press.
- KRATOCHWILL, Friederich e LAPID, Yoseph (1996). *The Return of Culture and Identity in International Relations Theory*. Boulder: Lynne Rienner.
- KUPCHAN, Charles (1994). *The Vulnerability of Empire*. Ithaca: Cornell University Press.

- LAI, David (2004). *Learning from Stones: A Go Approach to Mastering China's Strategic Concept, Shi*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute.
- LANTIS, Jeffrey (2009). "Strategic Culture: From Clausewitz to Constructivism" em Jeannie Johnson, Kerry Kartchner e Jeffrey Larsen (eds.), *Strategic Culture and Weapons of Mass Destruction: Culturally Based Insights into Comparative National Security Policymaking*. London: MacMillan.
- LEITES, Nathan e GEORGE, Alexander (1951). *The Operational Code of the Kremlin*. New York: McGraw Hill.
- LEWIS, John Wilson e XUE, Litai (2006). *Imagined Enemies: China Prepares for Uncertain War*. Stanford: Stanford University Press.
- LEWIS, Mark Edward (1990). *Sanctioned Violence in Early China*. New York: State University of New York Press.
- LIN, Biao (1965). "Long Live the Victory of People's War!". Disponível em [http://www.marxists.org/reference/archive/lin-biao/1965/09/peoples\\_war/ch05.htm](http://www.marxists.org/reference/archive/lin-biao/1965/09/peoples_war/ch05.htm) [acedido em 3 de outubro de 2013].
- LOCK, Edward (2010). "Refining Strategic Culture: Return of the Second Generation". *Review of International Studies* nº3, pp. 685-708.
- LUTTWAK, Edward (2012). *The Rise of China vs the Logic of Strategy*. Harvard: Belknap Press of Harvard University.
- MU, Zhongyue e GUOQING, Wu (1992). *Zhongguo Zhanzheng Shi* (História das Guerras na China) (2 vols.). Beijing: Jinchun chubanshe.
- NI, Lexiong (2001). "Zhongguo Gudai Junshi Wenhua Guannian due Shijie Heping de Yiyi" (Implicações da Cultura Militar Tradicional Chinesa na Paz Mundial) em *Junshi Lishi Yanjiu* (Investigação da História Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- NISBETT, Richard (2003). *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently and Why*. New York: Free Press.
- NIU, Hanzhang (2007). "Shixi Haixia Liangan de Yitihua Quxiang" (Análise da Tendência de Integração no Estreito de Taiwan) em Liang Shoude e Li Yihu (eds.), *Quanqiuhua yu Hexie Shijie* (Globalização e Mundo Harmonioso). Beijing: Shijie Zhishi chubanshe, pp. 360-369.
- NYE, Joseph (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.
- NYE, Joseph (2006). "Soft Power: Think Again". *Foreign Policy*. Disponível em [http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/02/22/think\\_again\\_soft\\_power](http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/02/22/think_again_soft_power) [acedido em 9 de agosto de 2013].
- MAGI, Gianluca (ed.) (2010). *Os 36 Estratagemas Chineses*. Lisboa: Esfera dos Livros.



- MAHNKEN, Thomas (2011). *Secrecy & Stratagem: Understanding Chinese Strategic Culture*. Lowy Institute for International Policy. Disponível em [http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Mahnken%2C\\_Secrecy\\_and\\_stratagem.pdf](http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Mahnken%2C_Secrecy_and_stratagem.pdf) [acedido em 3 de maio de 2012].
- MAO, Tse-tung (1964). *Selected Works of Mao Tse-tung* (4 vols.). Peking: Foreign Languages Press.
- MAZARR, Michael (1996). “Culture and International Relations: a Review Essay”. *The Washington Quarterly* n°2, pp. 177-197.
- MEARSHEIMER, John (2003). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton.
- MOTT IV, William e KIM, Jae Chang (2006). *The Philosophy of Chinese Military Culture: Shih vs Li*. London: Palgrave MacMillan.
- PENG, Guangqian e YAO, Youzhi (2005). *The Science of Military Strategy*. Beijing: Military Science Press.
- PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE (1998). *China’s National Defense in 1998*. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/1998.htm> [acedido em 23 de abril de 2014].
- PINES, Yuri (2009). *Envisioning Eternal Empire: Chinese Political Thought of the Warring States Period*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- PING-CHEUNG, Lo (2012). “Warfare Ethics in Sunzi’s Art of War? Historical Controversies and Contemporary Perspectives”. *Journal of Military Ethics* n°2, pp. 114-135.
- PING-CHEUNG, Lo (2012). “The Art of War Corpus and Chinese Just War Ethics Past and Present”. *Journal of Military Ethics* n°4, pp. 404-446.
- PORTER, Patrick (2009). *Military Orientalism: Eastern War through Western Eyes*. London: Hurst & Company.
- PYE, Lucien e VERBA, Sydney (eds.) (1965). *Political Culture and Political Development*. Princeton: Princeton University Press.
- PYE, Lucian e LEITES, Nathan (1970). *Nuances in Chinese Political Culture*. Santa Monica: RAND.
- QIAO, Liang e WANG, Xiangsui (1999). *Chao Xian Zhan: Dui Quanqiuhua Shidai Zhangzheng yu Zhanfa de Xiangding* (Guerra Sem Limites: Pensamento e Regras da Guerra numa Era Globalizada). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- SAWYER, Ralph (ed.) (1993). *The Seven Military Classics of Ancient China*. Boulder: Westview Press.
- SAWYER, Ralph (1996). *One Hundred Unorthodox Strategies: Battle and Tactics of Chinese Warfare*. Cambridge: Westview Press.



- SAWYER, Ralph (1999). *The Tao of War: The Martial Tao Te Ching*. Cambridge: Westview Press.
- SCHELLING, Thomas (1980). *The Strategy of Conflict*. Cambridge: Harvard University Press.
- SHULSKY, Abram (2000). *Deterrence Theory and Chinese Behavior*. Santa Monica: RAND.
- SCOBELL, Andrew (2003). *China's Military and the Use of Force: beyond the Great Wall and the Long March*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCOTT, David (2009). *China and the International System, 1840-1949: Power, Presence, and Perceptions in a Century of Humiliation*. New York: State University of New York Press.
- SEGAL, Gerald (1985). *Defending China*. London: Routledge.
- SHI, Yinhong (2010). *Quanqixing de Tiaozhan yu Zhongguo: Duoshi zhi qiu yu Zhongguo de Zhanlue Xuyao* (A China e os Desafios Globais: Necessidades Estratégicas da China numa Era de Muitos Problemas). Changsha: Hunan Renmin chubanshe.
- SHU, Guang Zhang (1992). *Deterrence and Strategic Culture: Chinese-American Confrontations, 1949-1958*. Ithaca: Cornell University Press.
- SNYDER, Jack (1977). *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*. Santa Monica: RAND.
- STALNAKER, Aaron (2012). "Xunzi's Moral Analysis of War and Some of Its Contemporary Implications". *Journal of Military Ethics* n°2, pp. 97-112.
- SWAINE, Michael e TELLIS, Ashley (2000). *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future*. Santa Monica: RAND.
- TAO, Hanzhang (1987). *Sun Tze's Art of War: the Modern Chinese Interpretation*. New York: Sterling Publishing.
- TOWMEY, Christopher (2006). *Chinese Strategic Culture: Survey and Critique*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/chinese.pdf> [acedido em 15 de julho de 2008].
- TWISS, Summer e CHAN, Jonathan (2012). "Classical Confucianism, Punitive Expeditions, and Humanitarian Intervention". *Journal of Military Ethics* n°2, pp. 81-96.
- XU, Jia (2008). "Junshi Toumingdu yu Zhong mei Junshi bu xin" (Transparência Militar e Confiança Militar Mútua Sino-Americana). *Heping yu Fazhan* (Paz e Desenvolvimento) n°2, pp. 15-18.
- YAN, Xuetong e XU, Jin (eds.) (2009). *Wangba Tianxia Sixiang ji Qiyong* (Pensamentos sobre a Liderança Mundial e suas Implicações). Beijing: Shijie Zhishi chubanshe.

- YE, Zicheng (2011). *Inside China's Grand Strategy: the Perspective from the People's Republic*. Lexington: University of Kentucky Press.
- YU, Zemin (2006). *Lengning Liang Qian duo Nian de Junshi Sixiang: Zhongguo Gudian Zhanlue di dang dai Yingyong* (Condensando Dois Mil Anos de Pensamento Militar: Aplicação Contemporânea das Estratégias Clássicas Chinesas). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- WALTZ, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill.
- WANG, Jiang; LI, Xiaoning; QIAO, Liang e WANG, Xiangsui (2003). *Xin Zhanguo Shidai* (A Nova Era dos Estados Guerreiros). Beijing: Xinhua chubanshe.
- WANG, Jianwei (1999). *Limited Adversaries: Post-Cold War Sino-American Mutual Images*. New York: Oxford University Press.
- WANG, Pufeng (ed.) (1993). *Mao Zedong Junshi Zhanlue Lun* (Sobre a Estratégia Militar de Mao Zedong). Beijing: Junshi Kexue chubanshe.
- WEBER, Max (2010 [1920]). *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Whiting, Allen (1975). *The Chinese Calculus of Deterrence: India and Indochina*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- WU, Rusong (1996). “Rou Wu Lu: Zhongguo Gudian Zhanlue Zhiyao” (Sobre o ‘Combate Soft’: A Quintessência da Estratégia Clássica da China). *Zhongguo Junshi Kexue* nº1 (Ciência Militar da China), pp. 111-128.
- ZHANG, Ellen (2012). “Weapons Are Nothing but Ominous Instruments: The *Daodejing's* View on War and Peace”. *Journal of Religious Ethics* nº3, pp. 473-502.
- ZHANG, Yuliang (ed.) (2006). *Zhanyi Tiyaoyao* (Ciência das Campanhas Militares). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- ZHENG, Wang (2012). *Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations*. New York: Columbia University Press.
- ZHU, Jinning (1991). *The Asian Mind Game*. New York: Rawson Associates.
- ZHU, Yong (ed.) (1990). “Dui Tushu de wu jingqi shu Bianzhi Yijian” (Comentários Compilados sobre os Sete Clássicos Militares) em *Junshi Tiaoyue Zhongguo Zhengji Zuopin* (Trabalhos Coligidos sobre Tratados Militares Chineses). Beijing: Jianfanjun chubanshe.

## ALEXANDRE CARRIÇO

Tenente-Coronel de Infantaria (Reserva). Assessor de Estudos e Investigador no Instituto da Defesa Nacional (IDN).

O fAtoR NuClEAr e As DinâmiCAs  
NuClEArEs do SéCul o XXI

Francisco Galamas <sup>1</sup>

Investigador no Instituto da Defesa Nacional

### RESUMO

A arma nuclear, como a arma mais destrutiva existente, tem a capacidade para alterar profundamente a Estratégia e o relacionamento entre Estados. Depois de uma Guerra Fria, em que verificámos uma dinâmica nuclear bipolarizada, o século XXI apresenta uma realidade mais complexa e multipolarizada. Este artigo pretende analisar as diferentes dinâmicas nucleares que as primeiras décadas do século XXI apresentam e os riscos que acarretam.

**Palavras-chave:** arma nuclear, dissuasão, dinâmicas inter-estatais.

### ABSTRACT

As the most destructive weapon in existence, nuclear weapons have the ability to deeply change the strategy and the dynamics between States. After the Cold War, when we had a bipolar nuclear dynamics, the twenty-first century presents a more complex and multipolar reality. This article aims to analyze the different nuclear dynamics present in the first decades of the twenty-first century and the risks they entail.

**Keywords:** nuclear weapon, deterrence, interstate dynamics.

---

<sup>1</sup> Contactos: Email – [francisco.galamas@defesa.pt](mailto:francisco.galamas@defesa.pt)

Recebido em 04 de setembro de 2015 / Aceite em 20 de outubro de 2015

## 1. INTRODUÇÃO

A arma nuclear e o seu poder destrutivo mudou não só a Estratégia mas também o relacionamento entre Estados. Apesar de já perfazer sete décadas desde que a arma nuclear foi utilizada pela última vez, imagens da destruição ainda estão presentes no ambiente estratégico de diversos países e continua a ser uma fator basilar no cálculo do poder de um Estado. No entanto, o Mundo que viu nascer a arma nuclear já pouco tem a ver com a realidade que nos rodeia atualmente. O número de potências nucleares aumentou em quantidade e os arsenais à disposição melhoraram substancialmente na sua capacidade de entrega de ogivas nucleares criando adicionais desafios em diferentes zonas do globo.

Deste modo, é propósito deste artigo focar-se nos grandes desafios estratégicos que a arma nuclear continua a criar nestas décadas iniciais do século XXI. Tendo presente a vitória diplomática por detrás do acordo nuclear celebrado entre o Irão e as potências do P5+1 (Estados Unidos da América – EUA, Rússia, China, França, Inglaterra e Alemanha), foi decidido dar maior enfoque a questões de impacto estratégico nomeadamente as dinâmicas nucleares trilaterais que atualmente vigoram assim como à questão do programa nuclear norte-coreano. De fora ficaram as questões ligadas ao terrorismo nuclear, dado que é opinião do autor que a hipótese de concretização de um ataque desta natureza ser profundamente remota apesar de ser um tópico que requer contínua monitorização governamental.

## 2. A ARMA NUCLEAR E A ESTRATÉGIA

Após a 2ª Guerra Mundial, a aquisição de capacidade nuclear pelas duas Potências liderantes do Sistema Internacional levou a uma transformação da Estratégia, dado que a guerra deixou de ter um preço suportável para o Estado vitorioso (Gray, 1999: 303). Por tornar a vitória de uma guerra entre Potências demasiado cara, as armas nucleares vão, na segunda metade do século XX, tornar-se numa das principais ferramentas de estabilização do equilíbrio de poder, através da sua capacidade de dissuasão (Walker, 2004: 11). No entanto, essa dissuasão nuclear só é eficaz caso ambos os Estados nucleares consigam adquirir capacidade de retaliação nuclear (geralmente denominada de *Second Strike*).<sup>1</sup> Só dessa forma se conseguirá desencorajar e retirar a vantagem no uso de armas nucleares em ataques surpresa. A capacidade de retaliação nuclear leva a que os líderes se sintam dissuadidos de usarem o armamento nuclear com propósitos ofensivos (Sagan, 1999: 377) (Payne e Walton, 2002: 174).

---

<sup>1</sup> Capacidade de retaliação nuclear contra um primeiro ataque nuclear.

Uma dissuasão nuclear estável pressupõe três requisitos: a) a inexistência de uma guerra preventiva durante o período de transição em que um Estado tem capacidade nuclear e outro está em fase de iniciação do programa nuclear; b) ambos os Estados devem ter capacidade de retaliação nuclear e c) arsenais nucleares devem ser salvaguardados contra o uso acidental ou não autorizado (Sagan, 1999: 373). Para além destes requisitos, acrescentam ainda duas vulnerabilidades presentes na dissuasão nuclear que podem fragilizar a sua estabilidade. A primeira reside no facto da própria dissuasão ser instável pois é voluntária, ou seja, existe a possibilidade do dissuadido poder não se deixar dissuadir pelo dissuasor (Gray, 1999: 337-338). Outra vulnerabilidade presente é o efeito da proliferação nuclear na própria dissuasão, pois quantos mais Países existirem com armas nucleares e respetivos meios de entrega, maiores serão as hipóteses de a própria dissuasão nuclear falhar (Payne e Walton, 2002: 161).

Identificadas estas vulnerabilidades, torna-se premente identificar os eventuais perigos que a proliferação nuclear acarreta para o Sistema Internacional. Em primeiro lugar, põe em perigo a estabilidade regional porque programas de armas nucleares, assim como os seus melhoramentos, produzem adicionais vulnerabilidades nos Estados rivais. Em segundo lugar, as disputas regionais são, geralmente, de importância vital para as potências regionais e não para uma potência extrarregional. Em caso de disputa regional, a potência local poderá ver nas armas nucleares um meio para responder a agressão, logo mais propensa a ser usada, e não somente como uma arma de último recurso. Como terceira consequência da proliferação nuclear, poderemos considerar a forma como a proliferação nuclear cria uma reação em cadeia estratégica. Quando um País desenvolve armamento nuclear, este serve como catalisador para proliferação nuclear vertical e/ou horizontal nos demais países na região. Em quarto lugar, a aquisição de armas nucleares por países com estruturas governamentais débeis acarreta o risco de em caso de colapso das estruturas securitárias, atores não-estatais possam aceder a este tipo de armamento. Por fim, quantos mais programas de armas nucleares existirem maiores serão os riscos de uso acidental, ou não autorizado, deste tipo de armamento (Galamas e Garcia, 2014: 199).

### **3. DINÂMICAS NUCLEARES TRILATERAIS**

#### **a. EUA, Rússia e China**

Durante a Guerra Fria verificámos uma dinâmica nuclear bilateral entre os EUA e a União Soviética baseada numa corrida quantitativa aos armamentos. A queda da União Soviética e a emergência da China num Mundo pós-bipolar criou uma dinâmica nuclear trilateral entre as maiores potências nucleares do Mundo – EUA, Rússia e China. Bastará ver os esforços recentes na modernização nuclear destes três países para perceber o forte investimento que estes estão a fazer nos seus arsenais estratégicos.

OS EUA, por exemplo, encontram-se em pleno programa de modernização da sua tríade nuclear que, segundo algumas estimativas, poderá custar perto de \$1 trilhão nos próximos 30 anos (Wyke: 2014). Os objetivos traçados por este programa de modernização estão bem definidos: melhorar a precisão dos vetores, desenvolver ogivas interoperáveis e criar opções para alvos subterrâneos. A nível da dimensão marítima da tríade nuclear, esforços têm sido direcionados para o desenvolvimento de um novo submarino nuclear com capacidade para uso de mísseis balísticos (SSBNx) com intuito de substituir, a partir de 2027, os submarinos nucleares de classe *Ohio*. Projetos semelhantes têm sido desenvolvidos para os mísseis balísticos lançados por submarinos (SLBM) usados pela Marinha norte-americana (Butterwort: 2014). A vertente terrestre das forças nucleares dos EUA será alvo, não só de uma modernização, como também terá um novo míssil balístico intercontinental (ICBM) denominado de *Ground-Based Strategic Deterrence* (GBSD) cujas características são ainda desconhecidas mas estima-se que será adaptado para plataformas móveis (reforçando a capacidade retaliatória nuclear dos EUA) e será dotado de um elevado nível de precisão. Até 2030, os EUA esperam ter 420 ICBM GBSD ao serviço das suas Forças Armadas para substituir os 450 *Minuteman III* que atualmente estão em serviço (Grossman: 2014).

Washington procederá também à modernização dos seus bombardeiros estratégicos. A atual frota de aeronaves com capacidade para armamentos nucleares, como o B-2 e o B-52H, será alvo de atualizações dos seus sistemas de forma a prolongar o seu tempo de serviço até 2044. Tendo presente as necessidades a longo prazo, as autoridades norte-americanas estão em fase de desenvolvimento de um novo bombardeiro nuclear, denominado de B-3 ou *Long Range Strike Bomber* (LRS-B) (Laird: 2015). De forma a contrabalançar a vantagem militar convencional detida pelos EUA e pela NATO, a Rússia tem investido fortemente na modernização do seu arsenal nuclear. Até 2022, Moscovo pretende substituir os seus ICBM mais antigos por novos modelos como o SS-27 Topol-M ou RS-24 Yars. Ao mesmo tempo que substitui os mísseis balísticos mais antigos por modelos mais recentes, as autoridades russas também estão a desenvolver novos ICBM, como o Sarmat ou o Rubezh, para substituir os modelos atualmente em uso. Outros desenvolvimentos levados a cabo pela Marinha russa incluem o desenvolvimento de novos SSBN, como os submarinos da classe Borei, ou a modernização de submarinos já existentes como o Delta-IV. A nível de SLBM esforços têm sido encetados na produção dos novos mísseis Bulava que têm um alcance de 8 mil quilómetros. No que se refere à capacidade aérea estratégica, a Força Aérea russa segue uma estratégia semelhante à desenvolvida pela Marinha russa, ou seja, enquanto moderniza as atuais aeronaves, desenvolve simultaneamente outros modelos, incluindo um novo bombardeiro estratégico (PAK-DA). Esta nova aeronave está prevista entrar em serviço após 2023 devido a constantes atrasos sofridos pelo projeto (Novichkov: 2015).

Por fim, o arsenal nuclear chinês também está em pleno processo de renovação. Tal processo tem decorrido ao longo das três últimas décadas e tem como propósito não só melhorar os sistemas de entrega terrestres, navais e aéreos como expandir o próprio arsenal nuclear – sempre com enfoque na qualidade do arsenal e não na quantidade (Zhang: 2012). No entanto, é preciso ter em atenção que o desenvolvimento de mísseis balísticos com diversas ogivas (ogivas MIRV) poderá levar a um aumento quantitativo do arsenal nuclear chinês (Kulacki: 2011). As razões da adoção de ogivas MIRV por parte da China serão explicadas posteriormente. No que concerne à melhoria qualitativa do seu arsenal, as autoridades chinesas confirmaram, no final de 2014, que está em desenvolvimento um novo ICBM, DF-41, com 12 mil quilômetros de alcance assim como um novo míssil de alcance intermédio (IRBM), o DF-26C. Ao nível das plataformas marítimas, a Marinha chinesa está já a planear um SSBN de nova geração, classe Tang Tipo 096, assim como um SLBM com maior alcance e ogivas MIRV, o JL-3, que poderá estar operacional em 2020. No que toca a aeronaves estratégicas, a Força Aérea chinesa modernizou o bombardeiro nuclear H-6, denominado agora de H-6K, assim como poderá estar a desenvolver um novo bombardeiro estratégico em parceria com a Rússia. Acresce ainda que os militares chineses estarão a testar um novo míssil cruzeiro nuclear (CJ-20).

Ao olhar para os esforços de modernização nuclear destes três países e que compõem o núcleo desta dinâmica nuclear trilateral, poderemos identificar diversas razões que estão na base destes projetos. Em primeiro lugar, os avultados investimentos nas plataformas nucleares previamente mencionadas e seus substitutos justificam-se pelo fim do período de vida útil dos vetores. No caso da Rússia, alguns dos seus ICBM atualmente operacionais já ultrapassaram o período de vida útil à semelhança do bombardeiro nuclear Tu-95MS cujo *design* já tem mais de seis décadas. Problemas semelhantes enfrentam tanto os arsenais nucleares dos EUA como os da China. Em segundo lugar, a necessidade estratégica dos EUA manterem a superioridade nuclear face aos seus grandes oponentes – a Rússia e a China. Como acima foi demonstrado, estas potências asiáticas têm levado a cabo programas de substancial melhoria das suas capacidades nucleares. De forma a manter a capacidade dissuasora estratégica, as autoridades norte-americanas veem como necessário manter um fosso ao nível das capacidades nucleares entre os EUA e os seus rivais, de forma a não só desencorajar qualquer ataque estratégico contra o seu território ou mas também contra o território dos seus Aliados.

A colocação de sistemas de interceção de mísseis (vulgarmente denominados de escudos antimíssil) pelos EUA em diversos locais no Mundo poderá ser considerada a terceira razão que tem alimentado esta dinâmica nuclear. Em 1972, quando o Tratado de Mísseis Anti-Balísticos (ABM) foi assinado, havia a noção que a vulnerabilidade nuclear entre as duas superpotências, EUA e a União Soviética, criava uma estabilidade estratégica. Com a retirada norte-americana



do Tratado ABM, em 2001, e os desenvolvimentos verificados ao nível de sistemas antimíssil na Europa, a Rússia teme que este tipo de equipamentos possa pôr em causa a eficácia do seu arsenal estratégico.

A própria Doutrina Militar Nacional russa, publicada em 2014, considera os sistemas de interceção de mísseis estratégicos como uma das grandes ameaças atuais que este País enfrenta (Trenin: 2014). De forma a contornar este problema, o programa de modernização nuclear russo tem apostado na instalação de contramedidas nos seus vetores. O ICBM SS-27 Topol-M terá ogivas MARV (Múltiplos Veículos de Reentrada Manobráveis) de forma a evitar que os interceptores antimíssil consigam calcular a trajetória das ogivas e interceptar as mesmas. Outros vetores, como o SLBM Liner, serão equipados com ogivas MIRV com semelhante propósito.

Por outro lado, a colocação de sistemas antimíssil no Nordeste Asiático, pelos EUA ou seus Aliados devido a problemáticas securitárias criadas pelos mísseis balísticos norte-coreanos, tem preocupado de forma semelhante as elites militares chinesas. A China tem a clara percepção de que qualquer sistema antimíssil colocado nesta região para interceptar mísseis norte-coreanos, terá igualmente a capacidade de interceptar alguns dos vetores estratégicos chineses. Deste modo, a modernização do arsenal nuclear chinês inclui a colocação de ogivas MARV e MIRV assim como outras contramedidas para evitar a interceção dos vetores estratégicos do arsenal nuclear chinês.

A quarta razão que sustenta estes esforços de modernização nuclear é a melhoria e o reforço das capacidades militares norte-americanas ao nível de *counterforce*, nomeadamente o sistema *Prompt Global Strike* (PGS). O sistema PGS baseia-se num ataque convencional sustentado em plataformas hipersónicas, capazes de atingir um alvo em qualquer local do Planeta em menos de uma hora com elevados níveis de precisão. Acresce que estes vetores podem também transportar ogivas nucleares, o que poderá ser bastante desestabilizador para a dinâmica nuclear existente entre estes três países. Moscovo e Pequim temendo que o desenvolvimento de vetores hipersónicos pelos EUA permita ataques surpresa contra vetores estratégicos sem capacidade de resposta, têm levado a cabo modificações substanciais nas suas forças nucleares.

A Rússia, por exemplo, voltou a recorrer a ICBM transportados em plataformas ferroviárias, que estão em constante movimento de forma a garantir que este vetor não será destruído mantendo a capacidade de retaliação nuclear russa intacta. Seguindo uma trajetória similar, o novo ICBM DF-41, produzido pela China, também foi desenhado para plataformas móveis embora não rodoviárias. Neste particular, é importante notar que decorre entre estes três países uma corrida a veículos de entrega hipersónicos. A China já reconheceu ter feito um teste a um vetor hipersónico, apelidado de Wu-14, e a Rússia também admitiu ter testado esse tipo de vetores (Russia Times: 2015).

Nos EUA, a Boeing testou um veículo hipersónico que voou 370 quilómetros em quatro minutos. Alguns analistas temem que esta corrida por armamentos hipersónicos possa ser profundamente desestabilizadora dado que coloca o ónus

no desenvolvimento de meios ofensivos além de tornar os sistemas defensivos, como aqueles que executam intercepção antimíssil, ineficazes (Ewing: 2015). Por fim, é preciso ter a percepção do estatuto que o armamento nuclear dá aos países que o possuem e, no caso particular da Rússia, a manutenção do prestígio internacional poderá ser uma solução para manter o estatuto de Potência internacional tendo presentes as enormes fragilidades militares que atualmente demonstra.<sup>2</sup>

Além dos riscos identificados, esta dinâmica nuclear trilateral levanta outras preocupações. A colocação de ogivas MIRV, por exemplo, aumenta o número de engenhos nucleares por míssil o que permite que um ataque inicial tenha um maior impacto e, conseqüentemente, beneficie o atacante. Tal cria também uma maior instabilidade estratégica. Por outro lado, tendo presente as debilidades dos arsenais nucleares russos e chineses é preciso ter a noção de que a constante procura norte-americana pela superioridade nuclear irá sempre provocar reações estratégicas passíveis de prejudicar a estabilidade estratégica desta dinâmica nuclear (Mount: 2015).

### **b. China, Índia e Paquistão**

No continente asiático decorre uma outra dinâmica nuclear que também inclui a China assim como o Paquistão e a Índia. Esta dinâmica nuclear baseia-se em rivalidades regionais e tem como elemento central a Índia. Começando pela rivalidade sino-indiana que tem raízes anteriores aos programas nucleares e focalizam-se em disputas fronteiriças, tentativas para alcançar estatuto de hegemonia regional e assistência militar a países terceiros. Neste particular, refira-se o apoio que a China tem dado ao programa nuclear Paquistão enquanto a Índia assinou um acordo de cooperação nuclear civil com os EUA em 2008.

Poder-se-á intuir dizer que as elites indianas começaram a ver a utilidade de um programa nuclear militar após a derrota na Guerra Sino-Indiana de 1962, que criou a maior contenda territorial do Mundo (cerca de 4057 quilómetros em disputa na zona do Butão e Nepal), à qual acresce o confronto com o Paquistão em 1965. Acresce que entre estes dois acontecimentos, a China testou o seu primeiro engenho nuclear em 1964. Para além da aquisição de capacidade nuclear pela China, a percepção da desvantagem convencional que a Índia teria perante as Forças Armadas chinesas terá sido muito provavelmente outra das grandes motivações do programa nuclear militar indiano. Autoridades indianas creem que conflitos fronteiriços poderiam envolver, no futuro, chantagem nuclear assim como não acreditam que a política de Não-Primeiro Uso (NFU) adotada pela China seria respeitada.

---

<sup>2</sup> Para mais informação sobre os processos de modernização nuclear dos Países referidos, consultar: GALAMAS, Francisco (2015) "The Motivations Behind the Nuclear Modernization Programs of the P5", Nação e Defesa, nº140, Instituto da Defesa Nacional, pp. 25-46.

Deste modo, as autoridades indianas iniciaram o desenvolvimento de armas nucleares em 1965, tendo os trabalhos aumentado o seu ritmo durante o Governo de Indira Ghandi, que receava o envolvimento da China ou dos EUA durante a Guerra Índia-Paquistão de 1971 (Pillalamarri: 2015). Três anos depois, a Índia consegue levar a cabo o seu primeiro teste nuclear, com um engenho baseado em plutónio, tendo desde então este programa sido sempre acompanhado por um programa de mísseis balísticos. Mais tarde, em Maio de 1998, a Índia testou cinco engenhos nucleares (quatro de fissão e um termonuclear embora não se saiba se foi detonado com sucesso). Atualmente, estima-se que a Índia tenha perto de 110 ogivas nucleares, embora a maioria dos engenhos em questão seja baseada na fissão nuclear e de baixa potência (Farley: 2015).

Acresce ainda que a melhoria do arsenal nuclear da China nas últimas décadas é visto pela comunidade estratégica indiana como uma ameaça. Curiosamente, ao contrário da Índia, os progressos nucleares chineses – previamente referidos – são influenciados na sua essência pelos desenvolvimentos do arsenal nuclear dos EUA e da Rússia (Kampani, 2014: 11). Para contrapor estes avanços nucleares chineses, a Índia tem apostado num programa de modernização nuclear baseado em três grandes vértices: 1) desenvolvimento de mísseis de maior alcance, 2) na capacidade de retaliação nuclear e 3) sistemas antimíssil.

Em primeiro lugar, a Índia tem focado o seu programa no aumento do alcance dos mísseis balísticos com capacidade nuclear dado que pretende exercer uma dissuasão nuclear sob todo o território chinês. Neste campo, foram feitos desenvolvimentos nos mísseis Agni culminando no teste com sucesso do Agni-V com um alcance de 5 mil quilómetros. Neste momento, está em desenvolvimento o Agni-VI que poderá ter cerca de 10 mil quilómetros de alcance, ou seja com capacidade intercontinental, e oferece a possibilidade de utilizar ogivas MIRV (Banerjee: 2015). Assim que este míssil se tornar operacional, a Índia entrará num grupo reduzido de países com capacidade de produção de mísseis intercontinentais – EUA, Rússia, China, Reino Unido e França. Tal será também uma forma da Índia se afirmar como uma grande potência internacional (Chowdhury: 2015).

Simultaneamente, investimentos têm sido feitos na capacidade de retaliação nuclear indiana. Para tal, a Marinha indiana está em fase de testes do primeiro submarino de propulsão nuclear com capacidade balística (SSBN) de fabrico doméstico, o INS Arihant. Para reforçar a sua credibilidade da vertente marítima da dissuasão nuclear este País está também a desenvolver um míssil balístico para uso em submarinos (SLBM), denominado de K-4 que será dotado de velocidade hipersónica e de uma manobrabilidade que dificultará qualquer tentativa de interceção por sistemas antimíssil (Panda: 2014). Também, os mísseis em fase de desenvolvimento, como o Agni-V, foram desenhados para plataformas móveis para garantir a sobrevivência destas plataformas com vetores nucleares e, conseqüentemente, manter a capacidade de retaliação nuclear (Economic Times: 2015).

Por outro lado, a Índia está a desenvolver sistemas de intercepção de mísseis. A criação deste sistema foi motivada pela aquisição pelo Paquistão, em 1995, de mísseis chineses M-11 (com capacidade nuclear) e tinha como propósito inicial dar cobertura a quatro cidades indianas consideradas estratégicas.

O desenvolvimento terá duas fases distintas: uma primeira fase onde se pretende que o sistema intercete mísseis com alcances inferiores a dois mil quilómetros e uma segunda fase que procurará abater mísseis balísticos com alcances até 5 mil quilómetros. Até agora, os testes levados a cabo não têm tido sucesso e muitos questionam a eficácia deste sistema (Singh, 2015). No entanto, considerando a reação chinesa aos sistemas de intercepção antimíssil colocados no Japão e aqueles que os EUA pretendem colocar na Coreia do Sul, será uma forte possibilidade que a China comece a olhar com maiores suspeitas o desenvolvimento destes sistemas por parte da Índia ao qual acresce, naturalmente, o acordo nuclear entre os EUA e a Índia de 2008.

Ainda no quadro regional, a Índia leva a cabo uma dinâmica nuclear com o Paquistão. A rivalidade entre os dois países tem raízes históricas bem definidas, embora no que se refere à opção nuclear paquistanesa se possa identificar dois momentos-chave: 1) a Guerra de 1971 com a Índia, onde o Paquistão foi derrotado e 2) a primeira explosão nuclear indiana, em 1974.

O programa de armas nucleares do Paquistão tem como propósito dirimir a desvantagem convencional que este País tem face às Forças Armadas indianas. No sucesso do programa nuclear paquistanês, o apoio da China foi fundamental especialmente no seu início, durante a década de 80, quando Pequim forneceu urânio e desenhos de ogivas para a construção de uma bomba.

Anos mais tarde, em 1998, Paquistão levou a cabo um ensaio nuclear e assume-se como uma potência nuclear. Atualmente, Islamabad não tem uma tríade estratégica dado não ter submarinos com capacidade balística. No entanto, a assistência da China poderá ser vital dado que se prevê que o Paquistão compre oito submarinos com capacidade balística e, deste modo, reforce substancialmente a sua capacidade de retaliação nuclear (Ansari: 2015). Acresce ainda que o arsenal balístico nuclear paquistanês inclui o míssil balístico Shaheen-III – com 2750 quilómetros de alcance que permite alcançar todo o território indiano – e mísseis táticos Nasr com capacidade nuclear e um alcance de 60 quilómetros (Pillalamarri: 2015).

Neste último aspeto, é preciso referir a doutrina *Cold Start* adotada pela Índia. Esta doutrina prevê rápidas incursões retaliatórias do exército indiano no Paquistão como resposta a atentados terroristas executados por grupos não-estatais paquistaneses ou apoiados por este País. A ideia-base por detrás desta doutrina é a de que as forças indianas somente retirarão do território paquistanês em troca da entrega dos suspeitos que tenham levado a cabo ataques terroristas.

No entanto, esta doutrina assume que o Paquistão não utilizará armas nucleares contra uma incursão limitada das Forças Armadas da Índia. Infelizmente, a resposta do Paquistão diz-nos exatamente o contrário. A aposta em armas nucleares táticas – suportadas pelos mísseis Nasr – demonstra que existe a possibilidade real deste tipo

de incursões ter uma resposta nuclear. Tal levanta questões importantes. Por exemplo, a presença de armas nucleares táticas implica a existência de um sistema de comando e controlo dado que acarreta a cedência de autorização aos comandantes operacionais para uso deste armamento. Pressupõe-se, também, que o Paquistão estará disposto a usar armamento nuclear contra ameaças convencionais. Um dos riscos presentes na presença tática destas armas é que na ausência da possibilidade de haver uma visão estratégica dos acontecimentos, o comandante operacional pode assumir que a sua iminente derrota no teatro de operações justifica o recurso a armas nucleares com uma eventual retaliação nuclear por parte da Índia (Sankaran: 2014).

Outro risco presente é a possibilidade de roubo por parte de grupos não-estatais dada a menor dimensão e o elevado estado de prontidão das armas nucleares táticas (Keck: 2015).

Um adicional fator de instabilidade presente na relação nuclear Índia-Paquistão poderá ser o escudo antimíssil que Nova Deli está presentemente a desenvolver. Caso o sistema seja implementado com sucesso, irá pôr em causa a capacidade de retaliação nuclear paquistanesa assim como a sua doutrina de Dissuasão Mínima Credível. Esta doutrina de postura nuclear pretende garantir a capacidade de retaliação nuclear e, dessa forma, evitar a corrida a armamentos. Ao colocar em causa essa capacidade, a Índia arrisca a que o Paquistão reforce o desenvolvimento de novos meios de entrega equipados com contramedidas para evitar esses mesmos sistemas de interceção (O'Donnell e Joshi: 2013).

Em jeito de avaliação, é possível referir que esta dinâmica nuclear trilateral tem três características principais. A primeira está relacionada com a relação nuclear entre a China e a Índia. Como já mencionado, as melhorias no arsenal nuclear chinês não estão diretamente relacionados com a Índia mas sim com os programas nucleares dos EUA e da Rússia. Não obstante, a modernização dos vetores nucleares chineses tem um impacto estratégico na Índia. Em segundo lugar, apesar da China não confrontar diretamente o programa nuclear indiano não quer dizer que este não tenha impacto nas opções das elites de Pequim.

As autoridades chinesas preferem confrontar indiretamente a Índia através do apoio ao programa nuclear paquistanês não só através de apoio técnico na produção de armas nucleares e construção de reatores nucleares, mas igualmente na venda de plataformas ou vetores capazes de transportar ogivas nucleares. Deste modo, a China não só abre mais uma frente nas preocupações estratégicas indianas como tenta contrabalançar o acordo de cooperação nuclear assinado entre os EUA e a Índia. Em terceiro lugar, a relação mais instável nesta dinâmica nuclear é entre a Índia e o Paquistão. Diversos fatores contribuem para que tal aconteça. A adoção de armas nucleares táticas por Islamabad em resposta à doutrina de *Cold Start* indiana poderá ser um foco de elevada instabilidade com risco de levar a um indevido uso de armamento nuclear. Por outro lado, o desenvolvimento de sistemas antimíssil por parte da Índia pode dar início a uma corrida de armamentos com o Paquistão a qual terá efeitos desestabilizadores na região do sul da Ásia.

#### 4. COREIA DO NORTE

Numa altura em que tudo indica que a crise nuclear iraniana terá uma solução diplomática, as atenções voltam-se para a Coreia do Norte. Para perceber as razões por detrás da militarização do programa nuclear norte-coreano é necessário recuar até ao final da década de 80. Diversos fatores fragilizaram a Coreia do Norte. Em primeiro lugar, a queda da União Soviética – e perda da proteção nuclear fornecida por esta – seguida de uma aproximação diplomática chinesa à Coreia do Sul sem que se verificasse iniciativa semelhante dos EUA face a Pyongyang (Feffer, 2003: 62). A este isolamento diplomático, foi seguida a 1ª Guerra do Golfo com tremendo impacto na liderança norte-coreana. O resultado desta Guerra no Médio Oriente, e a respetiva derrota das Forças Armadas iraquianas, levou a que os norte-coreanos concluíssem que as armas químicas não teriam um efeito dissuasor suficientemente forte perante uma intervenção militar por parte de potências nucleares (Bermudez, 2015). Deste modo, a Coreia do Norte começa a olhar o armamento nuclear como o único meio capaz de dissuadir uma potência como os EUA, além de trazer um prestígio internacional que ainda só poucos países no Mundo têm acesso. Por fim, a deterioração da economia norte-coreana e as carências energéticas foram outro forte fator que aceleraram o programa nuclear deste País do Nordeste asiático. A título de exemplo poder-se-á referir que no início da década de 90 a economia da Coreia do Norte diminuiu perto de 2-3%/ano e que, em 1993, o governo de Pyongyang admitiu publicamente que os seus planos de longo prazo não estavam a cumprir os objetivos propostos (Feffer, 2003: 20 e 71).

Neste cenário, o programa nuclear norte-coreano pretendeu – inicialmente – ser uma fonte de pressão para conseguir concessões políticas e diplomáticas assim como outros bens essenciais à Coreia do Norte, nomeadamente alimentares, ou assistência energética. Ao aplicar este tipo de estratégia, o desenvolvimento de armas era desnecessário sendo somente necessário ter acesso aos elementos técnicos que permitem o desenvolvimento de uma ogiva nuclear. A opacidade do programa pode, deste modo, ter tido o propósito de iniciar negociações e conseguir as respetivas concessões da Comunidade Internacional. Este tipo de abordagem terá permitido chegar ao Acordo Estruturado (Agreed Framework) celebrado entre a Coreia do Norte e os EUA em Outubro de 1994. Este acordo previa a suspensão da produção de plutónio e da construção de infraestruturas nucleares pela Coreia do Norte em troca de concessões financeiras, energéticas e diplomáticas cedidas por outros países como o Japão, a Coreia do Sul e os EUA. No entanto, a falha do cumprimento deste acordo levou a que este fosse abandonado em Dezembro de 2002 e que o programa nuclear norte-coreano – com base em plutónio – fosse reiniciado pouco depois.

Foi a partir desse momento que as elites norte-coreanas decidiram complementar a estratégia usada para o programa nuclear com uma outra abordagem. A nova



estratégia pretendia usar a infraestrutura nuclear como meio para internacionalizar a crise coreana, demonstrando que se poderiam aumentar os custos de um conflito regional, e desta forma obrigar a uma mediação chinesa ou norte-americana. Tal abordagem antevê um maior nível de transparência dado que regionalmente terá de se acreditar que uma guerra nuclear será, pelo menos, do ponto de vista técnico possível. Nesta altura, a Coreia do Norte teve que aumentar o nível de transparência do seu programa nuclear para mostrar que tem engenhos nucleares prontos a usar sem que estes necessitem de ter um especial nível de sofisticação. A partir de 2006, a postura norte-coreana tornou-se mais transparente no que toca às suas capacidades nucleares embora ao mesmo tempo mais preocupante. Neste particular, é possível que os testes nucleares assim como uma maior transparência, por parte do regime norte-coreano, no desenvolvimento de infraestruturas de enriquecimento de urânio tenham servido este propósito.

A transição da estratégia nuclear norte-coreana não cessou e atualmente encontra-se em evolução para uma terceira fase na qual este regime tenta desenvolver uma estratégia nuclear verdadeiramente dissuasora e que consiga retaliar contra quaisquer tentativas de mudar o regime por via militar. Esta estratégia necessita de maiores graus de transparência que as anteriores posturas dado que o adversário terá que obrigatoriamente saber as capacidades nucleares que a Coreia do Norte detém. É, também, necessário um arsenal nuclear maior do que o estritamente necessário de forma a garantir redundância e conseqüente sobrevivência em caso de um eventual ataque preemptivo contra este arsenal. Neste momento, o aspeto mais fulcral é que o arsenal nuclear tenha capacidade de contra-valor dado não serem necessários sistemas táticos ou de elevada precisão apesar de ser preciso que exista alguma sofisticação operacional para garantir sobrevivência das forças nucleares (Smith: 2015).

Verificamos que os desenvolvimentos nucleares, a nível de infraestruturas, plataformas e vetores, atestam que a Coreia do Norte está a caminhar para uma postura assente na capacidade de retaliação nuclear. As infraestruturas capazes de produzir plutónio, ou enriquecer urânio, têm sido melhoradas ou expandidas de forma a aumentar a quantidade de material físsil disponível com o intuito de dilatar o número de engenhos nucleares disponíveis. Com propósitos similares, melhoramentos têm sido feitos ao nível dos mísseis balísticos com capacidade para transportar uma ogiva nuclear, especialmente no que concerne ao alcance e mobilidade dos mesmos, de forma a garantir a sobrevivência das forças nucleares e a capacidade de retaliação. Neste particular, poder-se-á incluir não só as tentativas para desenvolver um ICBM assim como os esforços para conseguir produzir um SLBM, embora ambos estejam ainda numa fase muito embrionária (Smith: 2015).

Apesar de este tipo de estratégia ter o potencial para dissuadir intervenções estratégicas externas, tem o problema de não dissuadir ações militares de baixo impacto dado que um eventual agressor poderá não acreditar que irá sofrer uma retaliação nuclear estratégica em resposta a um ataque convencional limitado. Para ganhar credibilidade



neste aspeto, a Coreia do Norte poderá sentir-se tentada a desenvolver capacidade nuclear tática para dissuadir ameaças militares neste espectro do conflito. Pyongyang poderá estar a sondar a possibilidade de desenvolver armas nucleares deste género pois tem testado o míssil balístico de curto alcance, KN-02, baseado no modelo russo SS-21, um vetor tático com reconhecida capacidade para transportar ogivas nucleares (Galamas: 2014).

Para conseguir fazer uma transição para uma estratégia nuclear que não pretende somente dissuadir intervenções externas mas também compensar a inferioridade das forças militares convencionais, a Coreia do Norte necessita de um maior nível de transparência. Não só é necessário demonstrar capacidade de retaliação nuclear como credibilidade para usar estas armas ao nível tático. Como já referido no exemplo do KN-02, a Coreia do Norte irá precisar de sistemas de entrega mais sofisticados com capacidade de contra-força, ou seja combinar vetores de elevada precisão com engenhos de baixa potência nuclear (Smith: 2015).

Embora seja improvável que a Coreia do Norte adote uma postura deste género a curto-médio prazo, caso o faça será de alto risco tendo em conta as constantes crispções entre ambas as Coreias. Ao colocar armamento nuclear ao nível tático acarreta riscos de uso precipitado ou não autorizado de armas nucleares táticas, tal como referido quando mencionada opção semelhante feita pelo Paquistão. Acresce que o desenvolvimento de maiores capacidades nucleares será sempre alvo de uma resposta da Comunidade Internacional ao nível de sanções internacionais. A nível regional, verifica-se a forte possibilidade de países rivais entrarem numa dinâmica de corrida de armamentos de forma a contrapor eventuais capacidades nucleares táticas norte-coreanas.

## 5. CONCLUSÃO

Esforços diplomáticos conseguiram resolver a crise em redor do programa nuclear iraniano. Não obstante, em diversos locais do globo a competição nuclear tem levado a uma corrida quantitativa e qualitativa a armamentos nucleares com os riscos que tal acarreta. Enquanto na dinâmica trilateral nuclear entre os EUA, Rússia e China os riscos de confrontação nuclear são menores dada a experiência que estes países têm não só na gestão de crises entre ambos mas também pela existência mecanismos de salvaguarda que os seus arsenais nucleares têm.

O mesmo já não se poderá dizer face a uma dinâmica similar entre a China, Índia e o Paquistão. Apesar de ser improvável uma confrontação nuclear entre Pequim e Nova Deli, situação não se verifica na relação nuclear entre esta última e o Paquistão. A corrida de armamentos nucleares verificada entre a Índia e o Paquistão tem-se intensificado ao longo dos últimos anos, não só na melhoria dos vetores entrega como no aumento do stock de material físsil capaz de aumentar o número de ogivas nucleares.

Acresce ainda que a decisão paquistanesa de desenvolver ogivas nucleares táticas cria riscos securitários já referidos.

Armamento semelhante parece querer desenvolver a médio prazo a Coreia do Norte, num contexto onde confrontações regionais – embora que de pequena escala – sejam frequentes. Apesar da natureza embrionária do seu programa nuclear, Pyongyang parece estar neste momento a querer desenvolver uma capacidade de retaliação nuclear, incluindo capacidade nuclear submarina. Ao mesmo tempo, existem indicações de que o regime norte-coreano, a médio prazo, poderá optar por armas nucleares táticas, o que certamente agravaria as tensões no nordeste asiático. Tendo presente os riscos sistémicos que o uso de armas nucleares acarreta a Comunidade Internacional terá de acompanhar de forma mais próxima os acontecimentos nestes cenários. No entanto, as declarações de intenções habituais terão que ser acompanhadas por iniciativas concretas e que definam metas realistas baseadas em acordos de controlos de armamento e de não-proliferação.

Neste particular, seria interessante ver os EUA e a Rússia a incluírem a China em alguns acordos controlo de armamentos nucleares, até agora, meramente bilaterais assim como reavivar as Conversações multilaterais com a Coreia do Norte sem quaisquer pré-condições, dado o mais importante ser o reinício do diálogo nuclear com Pyongyang. Só através de iniciativas deste género ou similares poderão os focos de tensão, que envolvem atores com armas nucleares, ser estabilizados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ANSARI, Usman (2015). “Pakistan To Buy 8 Submarines From China”. *Defense News*. Internet: <http://www.defensenews.com/story/defense/naval/submarines/2015/04/03/pakistan-to-buy-8-submarines-from-china/25233481/>
- BANERJEE, Ajay (2015). “A first: Nuke sub Arihant to test-fire N-capable missile”. *The Tribune India*. Internet: <http://www.tribuneindia.com/news/nation/a-first-nuke-sub-arihant-to-test-fire-n-capable-missile/104772.html>
- BERMUDEZ, Joseph (2015). “North Korea’s Development of a Nuclear Weapons Strategy”. *North Korea’s Nuclear Futures Series*. US-Korea Institute. Internet: [http://38north.org/wp-content/uploads/2015/08/NKNF\\_Nuclear-Weapons-Strategy\\_Bermudez.pdf](http://38north.org/wp-content/uploads/2015/08/NKNF_Nuclear-Weapons-Strategy_Bermudez.pdf)
- BUTTERWORTH, Bob (2014). “A Second Chance on Nuclear Modernization”. *Breaking Defense*. Internet: <http://breakingdefense.com/2014/08/a-second-chance-on-nuclear-modernization/>
- CHOWDHURY, Jhinuk (2015). “The Agni-V and India’s ICBM Strategy”. *The Diplomat*. Internet: <http://thediplomat.com/2015/02/the-agni-v-and-indias-icbm-strategy/>

- EWING, Philip (2015). "Arms race goes hypersonic". *Politico*. Internet: <http://www.politico.com/story/2015/08/russia-china-arms-race-goes-hypersonic-weapons-future-121230>
- FARLEY, Robert (2015). "India's Mighty Nuclear-Weapons Program: Aimed at China and Pakistan?". *The National Interest*. Internet: <http://nationalinterest.org/feature/indias-mighty-nuclear-weapons-program-aimed-china-pakistan-11956>
- FEFFER, John (2003). *North Korea South Korea U.S. Policy at a time of crisis*. Seven Stories Press. New York
- GALAMAS, Francisco (2014). "2014: A Year in North Korean Security". *The Diplomat*. Internet: <http://thediplomat.com/2014/12/2014-a-year-in-north-korean-security/>
- GALAMAS, Francisco e GARCIA, Francisco Proença (2014). "Globalization and the Threats of Weapons of Mass Destruction Proliferation" in Teresa Rodrigues, Rafael Garcia Perez e Susana de Sousa Ferreira (editores). *Globalization and International Security: An Overview*. Nova Publishers. USA
- GRAY, Colin (1999). *Modern Strategy*. Oxford University Press. New York.
- GROSSMAN, Elaine (2014). "Key targeting tech for future U.S. nuclear missile has gone unfunded". NextGov.com. Internet: <http://www.nextgov.com/defense/2014/08/key-targeting-tech-future-us-nuclear-missile-has-gone-unfunded/91790/>
- KAMPANI, Gaurav (2014). *China-India Nuclear Rivalry in the "Second Nuclear Age"*. IFS Insights. Norwegian Institute for Defence Studies. Internet: [http://brage.bibsys.no/xmlui/bitstream/id/250021/Insight2014\\_3.pdf](http://brage.bibsys.no/xmlui/bitstream/id/250021/Insight2014_3.pdf)
- KECK, Zachary (2015). "The 5 Most Dangerous Nuclear Threats No One Is Talking About". *The National Interest*. Internet: <http://nationalinterest.org/feature/the-5-most-dangerous-nuclear-threats-no-one-talking-about-12160>
- KULACKI, Gregory (2011). "China's Nuclear Arsenal: Status and Evolution". *Union of Concerned Scientists*. Internet: <http://www.ucsusa.org/sites/default/files/legacy/assets/documents/nwgs/UCS-Chinese-nuclear-modernization.pdf>
- LAIRD, Robbin (2015). "What The B-3 Bomber Should Be". *Breaking Defense*. Internet: <http://breakingdefense.com/2015/05/what-the-b-3-bomber-should-be/>
- MOUNT, Adam (2015). "The Real Danger in Nuclear Modernization". *The Diplomat*. Internet: <http://thediplomat.com/2015/02/the-real-danger-in-nuclear-modernization/>
- NOVICHKOV, Nikolai (2015). "Russia's future PAK DA bomber to be delayed by Tu-160M2 production". *IHS Jane's 360*. Internet: <http://www.janes.com/article/53102/russia-s-future-pak-da-bomber-to-be-delayed-by-tu-160m2-production>

- O'DONNELL, Frank e JOSHI, Yogesh (2013). "India's Missile Defense: Is the Game Worth the Candle?". *The Diplomat*. Internet: <http://thediplomat.com/2013/08/indias-missile-defense-is-the-game-worth-the-candle/?allpages=yes>
- PAYNE, Keith e WALTON, C. Dale (2002). "Deterrence in the Post-Cold War World" in Robert Art e Kenneth Waltz (editores). *Strategy in the Contemporary World: Introduction to Strategic Studies*. Oxford University Press. 2002
- PANDA, Ankit (2014). "India Inches Closer to Credible Nuclear Triad With K-4 SLBM Test". *The Diplomat*. Internet: <http://thediplomat.com/2014/05/india-inches-closer-to-credible-nuclear-triad-with-k-4-slbm-test/>
- PILLALAMARRI, Akhilesh (2015). "India's Nuclear-Weapons Program: 5 Things You Need to Know". *The National Interest*. Internet: <http://nationalinterest.org/feature/indias-nuclear-weapons-program-5-things-you-need-know-12697>
- SAGAN, Scott (1999). "Why Nuclear Spread is Dangerous". *The Use of Force: Military Power and Internacional Politics*. Rowman & Littlefield Publishers. 1999
- SANKARAN, Jaganath (2014). "The Enduring Power of Bad Ideas: 'Cold Start' and Battlefield Nuclear Weapons in South Asia". *Arms Control Today*. Internet: [https://www.armscontrol.org/ACT/201\\_11/Features/Cold-Start-and-Battlefield-Nuclear-Weapons-in-South-Asia](https://www.armscontrol.org/ACT/201_11/Features/Cold-Start-and-Battlefield-Nuclear-Weapons-in-South-Asia)
- SEM AUTOR, (2015). "China confirms test of new hypersonic strike vehicle 'Wu-14'". *Russia Times*. Internet: <http://www.rt.com/news/267115-china-tests-hypersonic-missile/>
- SEM AUTOR, (2015). "Canister-based nuclear capable Agni-V missile test fired successfully". *Economic Times*. Internet: [http://articles.economictimes.indiatimes.com/2015-01-31/news/58650640\\_1\\_agni-v-avinash-chander-deterrence-capability](http://articles.economictimes.indiatimes.com/2015-01-31/news/58650640_1_agni-v-avinash-chander-deterrence-capability)
- SINGH, Sushant (2015). "Interceptor missile tested 7 times, DRDO's Rajinikanth moment still far". *The Indian Express*. Internet: <http://indianexpress.com/article/explained/interceptor-missile-tested-7-times-drdo-rajinikanth-moment-still-far/#sthash.xyfxlQxT.dpuf>
- SMITH, Shane (2015). "North Korea's Evolving Nuclear Strategy". *North Korea's Nuclear Futures Series*. US-Korea Institute. Internet: [http://38north.org/wp-content/uploads/2015/09/NKNF\\_Evolving-Nuclear-Strategy\\_Smith.pdf](http://38north.org/wp-content/uploads/2015/09/NKNF_Evolving-Nuclear-Strategy_Smith.pdf)
- TRENIN, Dmitri (2014). "Russia's New Military Doctrine: Should the West Be Worried?". *The National Interest*. Internet: <http://nationalinterest.org/feature/russias-new-military-doctrine-should-the-west-be-worried-11944>

- WALKER, William (2004). *Weapons of Mass Destruction and the International Order*. Adelphi Paper. International Institute for Strategic Studies. Oxford University Press. New York. 2004.
- WYKE, Thomas (2014). “US Begin \$1 Trillion Upgrade of Nuclear Weapons Arsenal”. *International Business Times*. Internet: <http://www.ibtimes.co.uk/us-begin-1-trillion-upgrade-nuclear-weapons-arsenal-1474990>
- Zhang, Hui (2012). “China’s Nuclear Weapons Modernization: Intentions, Drivers, and Trends”. Project on Managing the Atom. Kennedy School of Government. Harvard. Internet: <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/ChinaNuclearModernization-hzhang.pdf>

## **FRANCISCO GALAMAS**

É Investigador Associado do Instituto da Defesa Nacional (IDN) onde trabalha tópicos ligados à não-proliferação e desarmamento de armas de destruição em massa. É também membro do Grupo de Trabalho NATO dos Young Atlanticists do Conselho Atlântico dos EUA e do George C. Marshall European Center for Security Studies.



SeGuRAnÇA e GIobAlizAção:  
A PersPetIVA dos Estudos CrítIcos de SeGuRAnÇA

Álvaro Moreira dos Santos <sup>a b 1</sup>

<sup>a</sup> Major de Artilharia, Oficial Adjunto do G3 da Brigada de Intervenção.

<sup>b</sup> Investigador Associado do CINAMIL - Academia Militar.

## RESUMO

A segurança é um conceito amplo e sem significado único. Depende do contexto político em que é concebida, onde as práticas são reflexo das teorias de pensamento. O fenómeno da globalização tem impacto nas questões de segurança. Em particular, a globalização económica tem aumentado as desigualdades entre centro e periferia, com impactos significativos no sentimento de segurança das sociedades. Este artigo procura analisar qual o impacto do fenómeno da globalização na segurança das sociedades da periferia do sistema internacional.

Procurar-se-á demonstrar que a segurança deve ser pensada além dos estudos tradicionais e que o fenómeno da globalização, em particular a globalização económica tem impacto pernicioso na segurança das sociedades da periferia do sistema internacional. Par tal, será argumentado que os eventos do 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, mostram a falência explicativa dos estudos tradicionais de segurança e que a globalização económica apesar de criar oportunidades, tem potencial para aumentar as desigualdades entre centro e periferia, diminuindo as possibilidades de emancipação das sociedades periféricas do sistema internacional e o sentimento de segurança.

**Palavras-chave:** Segurança; Globalização; Emancipação; Estudos Críticos de Segurança.

---

<sup>1</sup> Contactos: Email – [alvaro.moreirasantos@gmail.com](mailto:alvaro.moreirasantos@gmail.com)

Recebido em 04 de setembro de 2015 / Aceite em 10 de novembro de 2015



## ABSTRACT

Security is a wide concept with more than one meaning. It depends on the political context in which it is conceived, where practices are a reflex of theories. The phenomenon of globalization has an impact on security issues. In particular, economic globalization has increased inequalities between center and periphery with significant impacts on the feeling of society's security. This article analyzes the impact of the phenomenon of globalization in society's security on the periphery of the international system.

It will be demonstrated that security should be considered beyond traditional studies and that the phenomenon of globalization, especially economic globalization has pernicious impact on society's security on the periphery of the international system. Therefore, it will be stated that the events of September 11, 2001, in the United States, show the explanatory failure of traditional security studies and that economic globalization even though creating opportunities, has the potential to increase inequalities between center and periphery reducing the possibilities of emancipation of peripheral societies of the international system and the feeling of security.

**Key words:** Security; Globalization; Emancipation; Critical Security Studies.

## 1. INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria marcou para sempre a história da humanidade. A esperança num futuro pacífico e estável, cedo se mostrou uma realidade utópica (Duffield, 2007: 1). De facto, assistiu-se a uma década de convulsão desconcertante caracterizada pela mudança, incerteza e conflitos (Jones, 1999: 93) internos e regionais na periferia do sistema internacional, onde o subdesenvolvimento, a pobreza, competição por recursos, exclusão social, criminalidade, (Duffield, 2007: 1) foram fontes dos conflitos negligenciadas na agenda internacional (Lynn-Jones e Miller: 1995: 4) (Acharya, 1997: 300).

Conflitos, denominados de “novas guerras” (Duffield, 2007: 1) (Kaldor, 2012: 1) inflamaram e ampliaram a agenda das teorias tradicionais de segurança – focadas nas questões estritamente militares durante o período da Guerra Fria – no seu objeto de análise, mostrando a necessidade de se repensar a segurança na agenda política. Neste contexto, os Estudos Críticos de Segurança surgem como alternativa a uma escola de pensamento tradicional, de cariz etnocêntrico, que apesar de muito trabalho, simplificou a realidade em favor da generalização. Desprezou a riqueza e diversidade de análise, a fim de obter uma caricatura simplista da complexa realidade.

Alternativa a uma escola que assume a existência duma completa harmonia entre os interesses dos indivíduos e do seu estado, atribuindo ao estado o *status quo* de ser o objeto referente de segurança, como pré-condição para o bem-estar individual dentro desse estado (Jones, 1999: 93-104). Ora, como Barry Buzan (1991: 44) afirma no seu livro “*People, States and Fear*” há aqui uma contradição na medida em que, o estado pode ser também uma ameaça para os seus cidadãos, através da prossecução de práticas inadequadas ou excessivas de policiamento, justiça deficiente, perseguição política, entre outros. É dentro desta escola de pensamento reflexivo e interpretativo da realidade social, que o presente artigo será desenvolvido, tendo por propósito analisar qual o impacto do fenómeno da globalização na segurança das sociedades da periferia do sistema internacional.

Assim, procurar-se-á demonstrar ao longo do artigo que a segurança deve ser pensada além dos estudos tradicionais e que o fenómeno da globalização, em particular a globalização económica tem impacto pernicioso na segurança das sociedades da periferia do sistema internacional. Para tal, será argumentado que os eventos do 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, mostram a falência explicativa dos estudos tradicionais de segurança e que a globalização económica apesar de criar oportunidades, tem potencial para aumentar as desigualdades entre centro e periferia, diminuindo as possibilidades de emancipação das sociedades periféricas do sistema internacional e o sentimento de segurança.

## 2. SEGURANÇA E GLOBALIZAÇÃO

O conceito de segurança é um conceito amplo e sem significado único. Todavia, é comum reconhecer-se que segurança representa a ideia de “estar ou sentir-se seguro perante ameaças ou perigos” (Booth, 2005: p.13). O seu significado depende do contexto político em que é concebida, onde as práticas são reflexo das teorias de pensamento. Deste modo, a concetualização de segurança é produto de diferentes entendimentos sobre o que a política é, ou deve ser. No campo ontológico, os estudos de segurança ampliam-se além da soberania estatal, onde os indivíduos e sociedades são objetos referentes de segurança. No campo epistemológico, é assumida a possibilidade do estudo do mundo social. Finalmente, os estudos de segurança servem de orientação para a prática que é explicitamente emancipatória (*idem., ibidem.*: 14-21). Neste acervo, a segurança e emancipação estão interrelacionadas, que por analogia se pode afirmar que são as duas faces da mesma moeda. Na teoria e na prática, a emancipação preocupa-se com a libertação de qualquer tipo de restrições (*idem., 2007*: 111). Para Booth (2007: 112).

*“a emancipação visa a segurança das pessoas das opressões que as travam de realizar o que livremente iriam escolher fazer. Isto fornece um quadro tridimensional para a política: uma ancoragem filosófica para o conhecimento, uma teoria de progresso para a sociedade e uma prática de resistência contra a opressão. A emancipação é a filosofia, teoria e políticas para inventar a humanidade”.*

Se se analisar a realidade tendo em conta o que atrás foi dito, o conceito de segurança ganha por certo maior profundidade e latitude, rejeitando a agenda ortodoxa dos estudos tradicionais de segurança. Uma agenda criada para justificar opções políticas em contexto histórico próprio, como o período da Guerra Fria que criou quadros de análise estritos da realidade, focando-se essencialmente nos equilíbrios estratégicos, desprezando a dimensão social e separou as esferas de atuação política, económica e securitária, pelo que oferece uma visão enviesada da complexidade da realidade social e por conseguinte da segurança.

Para Robert Cox (1981: 128). “... *Toda a teoria é para alguém e serve um propósito*”. Desta forma, os estudos de segurança devem ser também para os mais pobres, para os menos representados e para os que têm menos poder (Jones, 1999: 159), ampliando a agenda tipicamente etnocêntrica dos estudos tradicionais de segurança. As políticas emancipatórias não precisam de ser exclusivamente políticas do Ocidente. Uma política de segurança mais benigna necessita rejeitar o etnocentrismo e incluir na sua agenda a multiplicidade de vulnerabilidades nas diferentes partes do sistema internacional, bem como aceitar as diferenças culturais, étnicas e ideológicas (Booth, 2005: 181).

Os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, forneceram-nos a convicção de que a segurança não é um assunto exclusivo de, e para os estados. Os estados não são os únicos atores no sistema internacional. A complexidade dos eventos merece uma análise mais ampla e profunda daquela que os estudos tradicionais de segurança proporciona. Pois vejamos, a Al-Qaeda, o principal ator neste evento não é um estado, nem está organizada de forma semelhante a um estado, bem como não é um ator que procurou maximizar o seu poder.

Considerando as motivações – reação à modernização, enquanto processo emancipatório característico do Ocidente diametralmente oposto à identidade Islâmica –, o modo como foram concretizados os ataques e o modo como responder – se o Ocidente tem ou não o direito ou obrigação de libertar o povo Afegão dos Talibans –, estes são aspetos que não se encaixam na lente tradicional realista. Enquanto a resposta aos atentados pode ser entendida pelo Ocidente como o caminho para a emancipação, para muitos estados Islâmicos pode ser entendida como justificação da potência imperialista (Smith, 2005: 27-43). Assim, é importante perceber que segurança e emancipação, inseridas num contexto político, podem ter origem geográfica, cultural e ideológica distinta e diversificada do Ocidente. A natureza dos ataques de 11 de setembro mostra também que o fenómeno da

globalização tem impacto nas questões de segurança. A tecnologia, as comunicações e a liberalização de mercados dão robustez às ameaças assimétricas. Verifica-se aqui a presença de três novos elementos do impacto do fenómeno da globalização nas questões de segurança. Primeiro, a noção do estado como barreira protetora contra ameaças externas perdeu folego. Segundo, a capacidade de grupos terroristas utilizarem a tecnologia disponível ao nível global como ameaça. Terceiro, os terroristas estavam interconectados através duma rede global desde os Estados Unidos, Europa, Médio Oriente, a começar no Afeganistão (Kay, 2006: 2). Por certo, a análise profunda de eventos como o de 11 de setembro, traz à tona a falência explicativa dos estudos tradicionais de segurança, adensados na hipertrofia da estratégia e no estado como principal ator do sistema internacional. Forças sociais constituem-se também como um ator com relevância e capacidade de intervenção no sistema internacional. Vimos até aqui que o fenómeno da globalização introduz novos desafios à segurança ao nível global. Mas, e nas periferias do sistema internacional? Que impacto tem este fenómeno, em particular a globalização da economia, para a segurança individual e das sociedades periféricas do sistema internacional? Concentremo-nos no modo e no momento em que este fenómeno é exportado para as periferias e nos resultados que produz.

Stiglitz (2002: IX-X), antigo assessor de economia de Bill Clinton e funcionário do Banco Mundial ao qual foi atribuído o prémio nobel da economia, reconhece o efeito devastador da globalização nos países em desenvolvimento, especialmente para as pessoas de poucos recursos nesses países. Acredita que a globalização económica – processo de remoção das barreiras ao livre mercado e a integração das economias – tem um potencial de enriquecimento para todos, ricos e pobres. Contudo o modo como a globalização tem sido gerida e as imposições colocadas aos países em desenvolvimento necessitam de ser radicalmente pensadas. As decisões tomadas ao longo dos anos nem sempre resolveram os problemas, mas ajustam-se aos interesses dos que têm o poder. Neste sentido, a globalização económica tem potencial para aumentar as desigualdades entre Centro e Periferia. Segundo Booth (2007: 349), a desigualdade tem efeitos perniciosos para a segurança. Enquanto processo impositivo, a globalização suscita servir o interesse imperialista do Ocidente, diminuindo as possibilidades de emancipação e o sentimento de segurança individual e das sociedades da periferia do sistema internacional.

Por outro lado, é necessário também entender o contexto histórico e as contingências regionais em que o processo de globalização económica é implementado nas periferias. O processo de descolonização nomeadamente na Ásia, África e Médio Oriente trouxe para o sistema internacional um conjunto de estados soberanos desenhados arbitrariamente no período colonial em contradição com os laços étnicos e religiosos. Contradição que diminui a coesão política interna

e fortalece a potencial divisão entre os interesses de segurança do estado e da sociedade. Este tipo de Estados estão sujeitos à agitação política interna, separatismo e movimentos de insurgência. Para além disso, o legado do colonialismo colocou estes novos estados em desvantagem económica para manter a sua estabilidade interna. A posição dos estados periféricos foi agravada no período da Guerra Fria. A divisão das regiões entre ideologias e economias políticas em competição nos blocos socialistas e capitalistas criaram o legado da confrontação militar e o intervencionismo das superpotências. Durante a Guerra Fria, a ajuda dada pelas superpotências aos aliados, alinhados ou não-alinhados nas periferias para assistir o seu progresso económico teve também outro efeito, deixaram-nos expostos às forças do capitalismo liberal no final e aos custos de segurança a ele associados.

Assim, o processo de implementação da globalização teve impacto na estabilidade política, económica e societal das periferias do sistema internacional. Primeiro, produziu exclusão económica para alguns estados e sociedades, que resultou em confrontos internos nas periferias. Segundo, produziu rivalidade nas periferias por recursos económicos escassos, tais como energia, comida, água, entre outros. Terceiro, produziu deslocação económica dentro dos estados. A globalização em conjugação com os efeitos da descolonização e bipolarização diminuíram a soberania dos estados, nas áreas onde o controlo da soberania pelos estados era fraca, como nos casos do Afeganistão e Somália. Lugares onde os grupos terroristas e grupos de crime organizado podem praticar atividades ilícitas com pouca ou mesmo nenhuma interferência. (Hughes, 2002: 9-15).

Finalmente, o legado do colonialismo e o processo de descolonização mostram-nos relações mais e menos formais de exploração entre centro – símbolo de modernidade e industrialização – e periferia – fornecedor de matérias-primas e mão-de-obra barata. Relação que representa uma nova expressão de hierarquia da economia capitalista mundial na produção de riqueza, remetendo a periferia ao subdesenvolvimento e subordinação das políticas emancipatórias próprias do centro. A agenda neoliberal que triunfou no pós-Guerra Fria promoveu a liberalização dos mercados e incrementou o poder económico privado. Factos que vulnerabilizaram muitos estados periféricos, com necessidades de implementar reformas estruturais da economia nacional. Aqueles que, ao nível interno se estavam a consolidar, ficaram expostos às economias consolidadas do centro. Problemas que foram agravados pela incapacidade dos estados periféricos sob a dominação das instituições financeiras internacionais neoliberais criarem práticas políticas de redistribuição dos custos com efeitos perniciosos para a segurança, diminuindo as possibilidades de emancipação das sociedades periféricas do sistema internacional e o sentimento de segurança (Fierke, 2007: 150-152).

### 3. CONCLUSÕES

A segurança não é um assunto exclusivo de, e para os Estados. O estado não é, nem tem que ser o único objeto referente de segurança. Existem outros objetos referentes de segurança abaixo e acima do estado, para quem a segurança representa um sentimento além da mera sobrevivência.

A segurança deve ser pensada além dos estudos tradicionais de segurança. O 11 de setembro de 2001 mostra a falência explicativa dos estudos tradicionais e a necessidade de se pensar a segurança num quadro amplo e profundo de análise com capacidade de se empenhar no mundo social.

As teorias tradicionais, criadas para justificar opções políticas em contexto histórico próprio, como o período da Guerra Fria criaram quadros de análise estritos da realidade, focando-se essencialmente nos equilíbrios estratégicos, desprezando a dimensão social e separaram as esferas de atuação política, económica e securitária, pelo que oferecem visões enviesadas da complexidade da realidade social e por conseguinte da segurança.

O fenómeno da globalização tem impacto pernicioso para a segurança. Particularmente a globalização económica tem potencial para aumentar as desigualdades entre centro e periferia diminuindo possibilidades de emancipação e o sentimento de segurança das sociedades periféricas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARYA, Amitav (1997) "The Periphery as the Core: The Third World and Security Studies" in Krause, Keith; Williams Michael C. (eds.) *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BOOTH, Ken (ed.) (2005) *Critical Security Studies and World Politics*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- BOOTH, Ken (2007) *Theory of World Security*. New York: Cambridge University Press.
- BUZAN, Barry (1991) *People, States and Fear*. Second Edition. New York: Harvester Wheatsheaf.
- COX, Robert (1981) "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory". *Millenium – Journal of International Studies*, vol. 10 (2), 126-155.
- DUFFIELD, Mark R. (2007) *Global Governace and The New Wars: the merging of development and security*. London: Zed Books.

- FIERKE, K. M. (2007) *Critical Approaches to International Security*. Cambridge: Polity Press.
- HUGES, C (2002) “Reflections on Globalization, Security and 9/11”. *CSGR Working Paper* N°105/02.
- KALDOR, M (2012) *New & Old Wars: organized violence in a global era, 3rd Edition*. Cambridge. Polity Press.
- KAY, Sean (2006) *Global Security in the Twenty-First Century: The Quest for Power and the Search for Peace*. Boulevard: Rowman and Littlefield Publishing Group, Inc.
- JONES, Richard W. (1999) *Security, Strategy, and Critical Theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- LYNN-JONES, Sean M.; MILLER, Steven E. (1995) *Global Dangers: Changing Dimensions of International Security*. Cambridge: MIT Press
- SMITH, Steve (2005) “The Contested Concept of Security” in Booth, Ken (ed.) *Critical Security Studies and World Politics*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- STIGLITZ, Joseph E. (2002) *Globalization and its Discontents*. New York: W.W. Norton & Company, Inc.

### **ÁLVARO A. MOREIRA DOS SANTOS**

Major de Artilharia. Adjunto do G3 na Brigada de Intervenção. Investigador Associado do CINAMIL - Academia Militar. Mestrando de Relações Internacionais, vertente de especialização: Estudos da Paz e da Segurança, na Universidade de Coimbra.



**dos triângulos Estratégicos:  
O Impacto no Posicionamento  
Internacional de Portugal**

Pedro Meneses <sup>1</sup>

Tenente de Infantaria. Professor de Relações Internacionais na Academia Militar e Investigador no CINAMIL. Doutorando em Ciências Sociais, Especialidade de Estudos Estratégicos, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

### **RESUMO**

O presente artigo aborda o tema «Dos Triângulos Estratégicos: O impacto no posicionamento internacional de Portugal» e tem como objetivo refletir sobre o modo como Portugal articula a sua posição geográfica e as suas relações político-diplomáticas, para aumentar a sua autonomia e a sua relevância na Ordem mundial. A investigação que agora apresentamos permitiu concluir que a centralidade atlântica do território português possibilita o controlo dos movimentos marítimos no Atlântico e perfila o País como parte essencial na construção da arquitetura de paz e segurança a Norte e a Sul daquele Oceano. Aquela centralidade valoriza direta e indiretamente Portugal na hierarquia das potências, uma vez que fortalece a posição do País na OTAN e na UE à medida que a consolidação e integração dos países da CPLP se aprofunda e reforça a sua liderança no seio dos países da CPLP à medida que a sua relevância na OTAN e na UE é incrementada.

**Palavras-chave:** Portugal, Triângulos Estratégicos, Ordem Mundial.

---

<sup>1</sup> Contacto: [pedro.meneses@academiamilitar.pt](mailto:pedro.meneses@academiamilitar.pt)

Recebido em 12 de julho de 2015 / Aceite em 10 de setembro de 2015

## ABSTRACT

This article discusses the theme “On Strategic Triangles: The impact on the international position of Portugal” and aims to reflect on how Portugal articulates its geographical position and its political and diplomatic relations, to increase their autonomy and their relevance in the World Order.

This scientific article allowed to conclude the atlantic centrality of the Portuguese territory enables the control of shipping movements in the Atlantic Ocean and makes the country an essential part in the construction of the peace and security architecture both in the North and South of this Ocean. That geographical centrality values directly and indirectly Portugal in the hierarchy of powers, since it strengthens the country’s position in NATO and in EU as the consolidation and integration of the CPLP countries deepens and empowers its leadership within the CPLP countries as its relevance in NATO and in EU is incremented.

**Key words:** Portugal, Strategic Triangles, World Order.

*«Um país não escolhe inteiramente a sua política externa (...)»*

Jaime Gama

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, a inserção internacional de Portugal seguiu uma trajetória dinâmica, alternando entre o isolamento continental europeu e a expansão marítima para Sul e para Oeste.

O fim da II Guerra Mundial e a Guerra Fria conduziram à criação de uma comunidade política e de segurança — a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) — e à rotura dos tradicionais impérios coloniais europeus em África e na Ásia.

Em 1949, Portugal foi chamado a participar na fundação da Aliança Atlântica, pese embora no País não vigorasse um sistema político democrático. No contexto de uma aliança político-militar na Bacia do Atlântico Norte, «(...)a ausência de Portugal de um sistema defensivo que envolvesse as principais potências atlânticas da América do Norte e da Europa constituiria uma vulnerabilidade que se poderia tornar fatal à consistência e sobrevivência da Aliança.» (Santos, 2009: 123). A Revolução de 25 de Abril despoletou o processo de descolonização que se seguiu — ainda que tardia relativamente às potências coloniais do Centro e do Norte da Europa — e a extinção do Império Africano<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A História de Portugal relata a constituição de três impérios em diferentes períodos históricos, nomeadamente o Império de Goa, o Império do Brasil e, mais recentemente, o Império Africano.

Assumida a indispensabilidade do *guarda-chuva* de segurança norte-atlântico, Portugal experimentou três ciclos de política externa desde 1976 (Pavia & Monteiro, 2013), designadamente: o ciclo de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), entre 1976 e 1985; o ciclo da cooperação lusófona, cujo início pode ser estabelecido em 1985, mas que se efetiva com a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1999; e o ciclo da diplomacia económica, após 1999. Estes ciclos da Política Externa Portuguesa do Portugal democrático, a que se soma a condição de Estado-Membro fundador da OTAN, definem os vetores e linhas de força da ação externa portuguesa.

A análise destes vetores permite identificar que «(...) as prioridades estratégicas de Portugal (...) assentam na tríade União Europeia — Aliança Atlântica — Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa.» (Palmeira, 2006: 198), ou seja, nos *grandes espaços* a que o país pertence e em que investe recursos políticos, diplomáticos, económicos e militares consideráveis.

A participação nestes múltiplos *grandes espaços* tem garantido a Portugal uma autonomia de decisão e uma capacidade para influenciar as decisões francamente superiores à dimensão da sua massa crítica, pelo que importa refletir sobre as razões que viabilizam esta condição.

Assim, o presente artigo procurará descrever o modo como Portugal, articula a sua posição geográfica e as suas relações político-diplomáticas, para aumentar a sua autonomia e a sua relevância na Ordem mundial.

## 2. OS TRIÂNGULOS ESTRATÉGICOS DE PORTUGAL

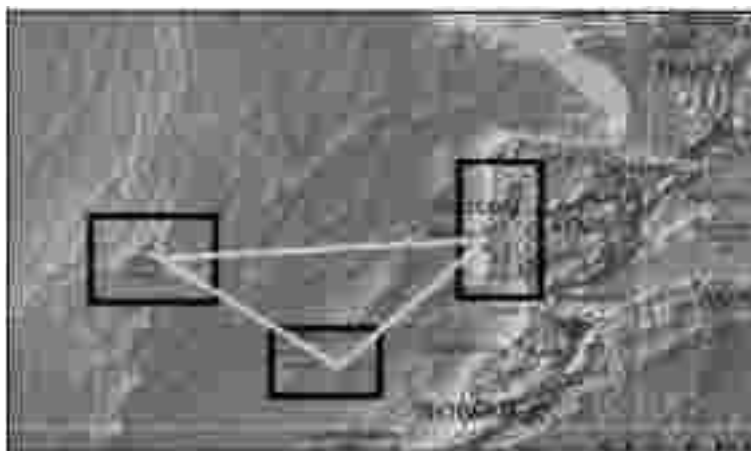
A inserção internacional de Portugal no início de presente século é melhor interpretada considerando o conceito de *Triângulo Estratégico Português*. Apesar de serem várias as ocasiões em que se refere o conceito e à sua aplicação por parte do Estado Português, a sua definição tem sido palco de parco debate. Em Junho de 2014, o Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico publicou uma obra com intitulada “*O Mar no Futuro de Portugal: Ciência e Visão Estratégica*”, em que Marisa Fernandes procurou definir *Triângulo Estratégico Português*, sugerindo que corresponde a:

«(...) uma ideia abstrata, resultando num conjunto de potencialidades e vulnerabilidades (securitárias, económicas e científicas) do espaço geopolítico português no seu todo, que é necessário gerir em benefício da população portuguesa no âmbito do Estado Português por si só, mas também em prol do papel que o Estado desempenha como membro de Organizações Internacionais como a OTAN e a EU e de comunidades como a CPLP.» (Fernandes, 2014: 125).

Ao considerarmos esta conceção, facilmente entenderemos a razão que leva José Palmeira (2006) a referir-se ao *Triângulo Estratégico Português*, salientando a estreita ligação de Portugal à tríade OTAN — UE — CPLP e a importância que a articulação destes *grandes espaços* tem para o reforço da posição e da liberdade de ação do País. Na publicação *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais* (2006), Palmeira refere a existência de três *Triângulos Estratégicos Portugueses* interdependentes, que designa como *triângulo nacional*, *triângulo lusófono* e o *triângulo mundial*.

## 2.1. O Triângulo Nacional

O *triângulo nacional* corresponde ao polígono definido pelos vértices Lisboa, Ponta Delgada e Funchal (*vide* Figura 1) e articula a posição geográfica das parcelas do *território nacional* — continente e arquipélagos. De acordo com José Palmeira (2006), é o triângulo nacional que confere a Portugal a sua vocação marítima, profundidade atlântica e posiciona o País como ponto de charneira e convergência de vários grandes espaços.



**Figura 1:** O triângulo nacional.

O *triângulo nacional*, posicionado no centro do Atlântico Norte, é um *interface* para a ligação entre as suas margens, permitindo o controlo sobre:

- os movimentos marítimos no Golfo de Cádiz em direção ou provenientes do Estreito de Gibraltar, em direção;
- os movimentos marítimos entre a América do Norte e a Europa;
- os movimentos marítimos entre o Pacífico (através do Canal do Panamá) e a Europa; e
- os movimentos marítimos entre os países do Atlântico Sul e a Europa.

Enquanto espaço físico que permite o controlo sobre as regiões de convergência de navios militares e comerciais, o *triângulo nacional* é alicerce fundamental da política e da estratégia nacionais, possibilitando que um pequeno Estado — Portugal — se afirme como essencial à viabilidade e à credibilidade de alguns dos principais *grandes espaços* da cena internacional — a OTAN, a UE ou a CPLP. A título de exemplo, devemos atender ao convite endereçado a Portugal para participar na fundação da OTAN, em 1949, ainda que o regime político vigente até 1974 não partilhasse dos valores democráticos dos países da América do Norte e da Europa Ocidental<sup>4</sup> (Santos: 2009) (Escorrega: 2010) (Correia A: 2010).

## 2.2. O Triângulo Lusófono

O *triângulo lusófono* alicerça-se na constituição e consolidação da CPLP, mas resulta da articulação entre os vértices Lisboa, Brasília e Luanda (Palmeira: 2014) (*vide* Figura 2). Este *triângulo estratégico* permite a ligação entre o Continente Europeu, a América do Sul e África. A articulação entre estes vértices garante a Portugal um elemento diferenciador no contexto da OTAN e da UE, ao mesmo tempo que permite um relacionamento privilegiado com dois países da bacia do Oceano Atlântico com grande potencial de expansão e desenvolvimento — Angola e Brasil.



**Figura 2:** O triângulo lusófono.

O *triângulo lusófono* constitui-se como um *garante* da liberdade de ação lusa. O vínculo deste polígono a um grande espaço de matriz cultural — como a CPLP — permite que os três vértices desenvolvam relações políticas, diplomáticas e económicas

<sup>3</sup> Parte substancial do que Saul Bernard Cohen (2009) designa por *Trade Dependent Maritime Realm*.

<sup>4</sup> Angola, o Brasil, Cabo Verde, a Guiné Bissau, a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe situam-se no Atlântico Sul. Moçambique está posicionado na região oeste da Bacia do Índico e Timor-Leste localiza-se no Sudoeste Asiático, em posição de charneira entre o Oceano Índico e o Oceano Pacífico.

privilegiadas com países de distintas regiões do globo<sup>5</sup>, com diferentes conceitos estratégicos e pertencentes a outros *grandes espaços*. Esta ligação estreita permite concretizar domínios de concertação político-diplomática, assumir a vanguarda na regulação da segurança e da estabilidade no Atlântico Sul e articulá-la com outras arquiteturas de paz e segurança regionais como a OTAN.

Além disso, é do domínio público que estão disponíveis reservas significativas de recursos naturais essenciais na região Sul do Oceano Atlântico — *i. e.* petróleo ou gás natural — que os países da América do Norte e da Europa importam em grandes quantidades e são transformados ou consumidos nos seus pesados complexos industriais. Angola e Brasil estão entre os países com as reservas mais significativas e com a produção mais elevada mundialmente.

Assim, torna-se evidente que o *triângulo lusófono* é fundamental numa arquitetura de paz e segurança no Atlântico Sul. Angola e Brasil emergem como potências regionais e, em articulação com Portugal, promovem um arquitetura de paz e segurança alargada ao Atlântico Sul, sem que com isso assistam à presença de forças militares significativas na sua área de influência (Couto: 2012). Este *triângulo* é reforçado pelo vínculo dos seus três vértices à CPLP, uma organização de matriz cultural que desenvolve um papel ímpar de reunião Estados das duas margens do Atlântico Sul e com destaque cada vez maior para a estabilidade naquela Bacia (Palmeira: 2006). Não obstante, o *triângulo lusófono* apresenta grandes disparidades na sua constituição. Portugal, com um nível de estabilidade política, económica e de segurança consistentes, principalmente após a entrada na década de 90 do século passado, articula-se com o Brasil. Este país dispõe uma matéria crítica muito elevada<sup>5</sup> e é como potência regional e emergente. Apesar disso, com um sistema económico extremamente dependente dos recursos petrolíferos e um sistema político democrático ainda jovem, o Brasil tem uma estabilidade pouco consistente e um nível de desenvolvimento aquém do das grandes potências<sup>6</sup>. Por fim, Angola é um país em clara ascensão regional, exercendo uma forte influência na África Subsariana, principalmente na região do Golfo da Guiné e da África Austral. Apesar disso, o sistema político vigente desde o fim da Guerra Civil, as extensas desigualdades internas e a fragilidade do seu sistema económico fazem do País um parceiro consideravelmente frágil no que respeita à capacidade de projeção de poder<sup>7</sup> (Palmeira: 2006).

---

<sup>5</sup> *I. e.* grande território, população de aproximadamente duzentos milhões de habitantes, consideráveis reservas de petróleo e gás natural.

<sup>6</sup> Por exemplo, no ano de 2014, o Brasil ocupou a posição n.º 79 do Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, bem abaixo da posição n.º 41 ocupada por Portugal.

<sup>7</sup> Atente-se à participação de Angola na crise vivida pela Guiné-Bissau durante o ano de 2012.

### 2.3. O Triângulo Mundial

O *triângulo mundial* articula três *grandes espaços* a Portugal que pertence, nomeadamente à OTAN, a UE e a CPLP. O facto de Portugal ser membro destas três organizações possibilita que esteja presente nos principais *fora* internacionais de decisão, garantindo uma acrescida capacidade de concertação político-diplomática e, por esta via, poder de influência sobre as principais decisões da Política Internacional.

Estes três *grandes espaços* definem a fronteira de Portugal nos domínios da segurança, da economia e da identidade cultural (Correia: 2002) (Moreira, 2005) (Moreira: 2011).

Desde a fundação da OTAN, em 1949, Portugal tem na Aliança um garante da sua segurança. A OTAN é o principal fator de dissuasão de eventuais agressões, ao mesmo tempo que assegura a solidariedade dos Estados-Membros no caso de ataque ao território nacional. Este princípio — defesa coletiva — aplica-se a todos os países subscritores do *Tratado de Washington* e reorganiza as fronteiras de segurança de todos, fazendo-as coincidir com os limites dos países que ocupam as posições geográficas mais exteriores.

Os EUA — incontestado líder da Aliança Atlântica — veem o triângulo nacional como cabeça-de-ponte para a projeção das suas forças militares em direção a Europa e ao Norte de África, ao mesmo tempo que reconhecem a importância do Arquipélago dos Açores para o controlo da navegação no Atlântico Norte (Fernandes: 2014)<sup>8</sup>. O território nacional é imprescindível à Aliança Atlântica pela sua localização central no Atlântico Norte, extremamente próximo do acesso ao Mar Mediterrâneo e do Magrebe e em posição de rápido acesso ao Sul do Atlântico. A localização geográfica de Portugal é fundamental para o controlo dos movimentos no Oceano Atlântico, sejam militares ou comerciais<sup>9</sup> (Serronha: 2010) (Santos: 2009).

A assinatura do *Tratado de Adesão* à CEE a 12 de junho de 1985, veio confirmar a transfiguração desta fronteira portuguesa que, a 1 de janeiro de 1986, passou a ser coincidente com a CEE.

Até 1985, a adesão à CEE centrava-se na garantia da manutenção de um sistema político democrático e da promoção de desenvolvimento económico e social. Uma vez consolidado o regime democrático, a dianteira dos interesses lusos a defender no quadro europeu passou a situar-se no campo económico.

---

<sup>8</sup> Neste domínio, um fator a considerar prende-se com a importância da geografia dos Açores evoluir em proporção inversa à autonomia das aeronaves e embarcações. Os avanços tecnológicos significativos na indústria aeronáutica e espacial, e na construção naval, têm vindo a permitir a construção de aeronaves e embarcações com uma autonomia e uma capacidade de carga cada vez maiores, reduzindo a dependência que os EUA têm relativamente ao *Lajes Field* e à *65<sup>th</sup> Air Base Wing*, lá estacionada.

<sup>9</sup> Recentemente, verifica-se o desinvestimento norte-americano na Base das Lajes. Por um lado, a crescente autonomia das aeronaves reduz a necessidade de recurso àquela unidade militar. Por outro lado, após vários conflitos no início do século XXI, os EUA procuram reduzir as suas despesas militares.



Após o período de transição que Portugal experienciou na sua integração na UE, os termos do Acordo de Schengen e da Convenção Schengen foram finalmente assumidos sem restrições<sup>10</sup>, permitindo a plena integração na comunidade de livre circulação de pessoas, bens e serviços. Em particular, a eliminação de barreiras ao comércio entre os Estados-Membros da UE permitiu que os países daquela organização assumissem lugar de destaque na economia portuguesa, como aliás é notório quando analisamos os dados relativos ao comércio internacional em Portugal<sup>11</sup>.

A prosperidade portuguesa, principalmente depois da integração monetária, está vinculada à própria prosperidade do conjunto dos Estados-Membros da CEE, cujos níveis médios de riqueza Portugal persegue há quase três décadas. A liberdade de circulação de pessoas, bens e serviços inerente à pertença à UE e a expansão da organização para leste têm colocado a fronteira económica de Portugal cada vez mais afastada das fronteiras políticas delimitadoras do espaço de soberania clássica. No caso da CPLP, verificamos que esta organização não tem equiparável nas múltiplas organizações internacionais existentes. No prefácio de “*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Fundamentos Político-Diplomáticos*” (Marchueta & Fontes: 2001), Adriano Moreira afirma que a CPLP não tem paralelo na reorganização que surgiu da Segunda Guerra Mundial, mesmo quando comparada com a Commonwealth ou a Organização Internacional da Francofonia (OIF). O fim do Império Africano determinou o fim de uma estratégia nacional implícita e secular, permitiu que os novos países seguissem um rumo diferente de Portugal, contudo não deitou por terra o património histórico, cultural e linguístico comum. A necessidade de uma reorganização das relações entre os Estados resultantes da independência dos povos e territórios dos extintos Impérios de Portugal deu origem à constituição da Comunidade. Para todos os Países Membros, a CPLP assume a expressão de vetor estratégico de PE, uma vez que aumenta o respetivo poder e amplia a capacidade de influência nas OI regionais e inter-regionais (Bernardino: 2011). Ainda que de modo descontínuo, os Estados resultantes da dissolução dos Impérios de Goa, do Brasil e Africano constituem um espaço político coletivo diferenciado e identificado pelo predomínio da Língua Portuguesa. Estes Estados, na sua maioria localizados nas margens do Atlântico Sul, reconhecem a existência de interesses comuns, confirmados através de compromissos formalizados em sede bilateral e multilateral (Marchueta & Fontes: 2001).

---

<sup>10</sup> O que se efetivou no ano de 1995.

<sup>11</sup> A título de exemplo, deve salientar-se que Portugal exporta bens e serviços num total de cerca de 48 mil milhões de Euros, dos quais cerca de 34 mil milhões de Euros têm como destino países da UE. No que às importações diz respeito, Portugal regista um valor total de cerca de 59 mil milhões de Euros, dos quais cerca de 44 mil milhões são provenientes de países da UE (Instituto Nacional de Estatística: 2014).

Uma característica distintiva da CPLP prende-se com o facto dos seus membros estarem associados a grandes espaços, constituídos ou em constituição, sendo que a cada um desses grandes espaços correspondem conceitos estratégicos diferenciados. Tal multiplicidade de ligações obriga à conceção de um conceito estratégico lusófono comum, viável e integrador (Marchueta & Fontes: 2001). Segundo Marchueta & Fontes (2001: 15), a relação favorável com os Continentes Africano e Americano, através dos PALOP e do Brasil respetivamente, permitem a afirmação sustentada de Portugal nos países ocidentais, ao mesmo tempo que possibilitam um contrapeso a uma continentalização excessiva do País.

### 3. A ARTICULAÇÃO DOS TRIÂNGULOS ESTRATÉGICOS DE PORTUGAL E O POSICIONAMENTO DO PAÍS NA HIERARQUIA DAS POTÊNCIAS

Os *triângulos estratégicos portugueses* são uma sistematização da influência e da expressão da posição geográfica no quadro da política e da estratégia portuguesas, que se traduzem num exercício funcional do poder por parte de Portugal.

O *triângulo nacional* assenta na posição geográfica das três parcelas do território nacional e na sua própria configuração arquipelágica e oceânica, características que incrementam a importância do território nacional como um todo, mas principalmente dos Arquipélagos do Açores e da Madeira (Ferreira: 1980).

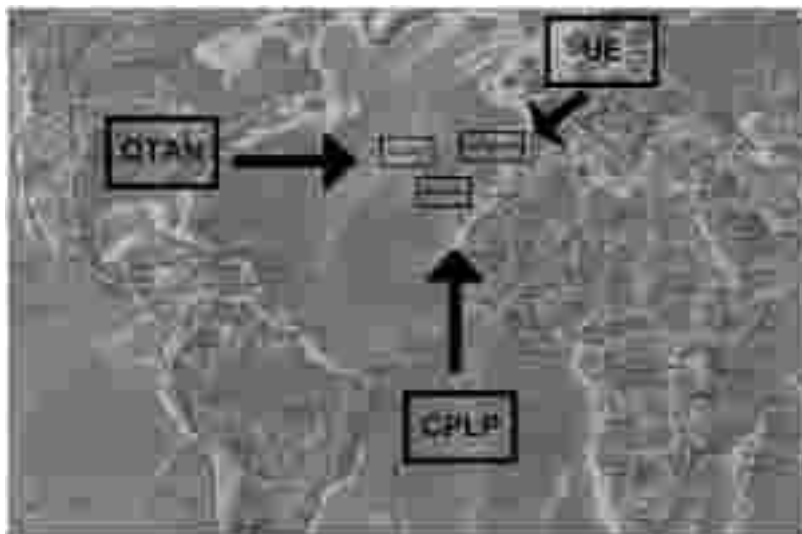


Figura 3: Portugal como ponto de convergência da OTAN, da UE e da CPLP.

O *triângulo lusófono* centra-se na ligação de Portugal com a potência regional na América do Sul — o Brasil — e com uma potência africana em emergência regional, principalmente no Golfo da Guiné e na África Austral — Angola. Esta ligação baseia-se também no património histórico, cultural e linguístico comum, é reforçada pela presença dos três países num fórum multilateral — a CPLP —, mas os seus objetivos serão de natureza essencialmente económica e securitária. O *triângulo mundial* constitui-se graças à posição geográfica lusa, que “obrigou” à integração de Portugal no *Tratado do Atlântico Norte*, em 1949, e faz do Estado Português um país europeu membro da UE. Já a língua comum e o património histórico, cultural e linguístico comum possibilitou a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que sendo pluricontinental se concentra no Atlântico Sul.

A condição de Estado-Membro da NATO, da UE e da CPLP permite que Portugal garanta a presença no principal bloco político e militar do Mundo, integre um grande espaço de natureza política e económica e promova a integração de natureza cultural com países de áreas geográficas diversas. O País aumenta o seu poder no seio da OTAN e da UE de modo proporcional à intensidade e à profundidade dos laços com os países da CPLP, principalmente aqueles que são desenvolvidos com Angola e o Brasil. Ao mesmo tempo que são facilitadas as relações com dois importantes atores da segurança no Atlântico Sul, abrem-se portas em dois mercados regionais de importância crescente, como são o Mercado Comum do Sul ou a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Palmeira: 2006).

A inserção internacional de Portugal é potenciada pela posição geográfica das parcelas do território nacional e pelas diferentes ligações — políticas, securitárias, económicas e culturais — que Portugal estabelece. Portugal é um Estado crucial na viabilidade e credibilidade da Aliança Atlântica enquanto organização de defesa coletiva dos países do Atlântico Norte e ator global de segurança. Simultaneamente, a mesma posição geográfica faz do país um Estado europeu. Em estreita ligação com o regime político democrático e a economia de mercado aberta e capitalista, a posição geográfica possibilitou que Portugal se tornasse Estado-Membro da UE e, ainda que indiretamente, impulsionou o fortalecimento da economia e das condições de estabilidade e segurança do País.

Em conjunto, a adesão à OTAN e à UE coloca Portugal nos principais fora internacionais no âmbito da segurança e da economia. O posicionamento de Portugal nas duas principais organizações regionais do Atlântico Norte teve consequências no plano interno, mas também fomentou o desenvolvimento do vetor lusófono da Política Externa Portuguesa, consolidado com a fundação da CPLP.

Apesar de ter subjacente um património histórico, cultural e linguístico comuns, a fundação da CPLP beneficiou da integração de Portugal na Aliança Atlântica

e na UE. Principalmente nos setores da segurança e da economia, Portugal é um importante promotor das relações entre os países de língua portuguesa, a OTAN, a UE e os respetivos Estados-Membros (Couto: 2012).

A relevância de Portugal no quadro da OTAN e da UE é incrementada pela integração — senão liderança — no quadro da CPLP, mas principalmente pelas relações privilegiadas mantidas com as duas potências lusófonas no Atlântico Sul — Angola e Brasil.

A dependência dos recursos naturais do Sul, torna cada vez mais provável a conceção de uma arquitetura de paz e segurança Atlântica, ainda que tal não implique a presença militar dos países da OTAN na região Sul do Atlântico. Neste contexto, Portugal poderá desempenhar um papel agregador. José Loureiro dos Santos defende isso mesmo, quando afirma que

*«(...) a existência de um acordo de segurança em que Portugal participe juntamente com importantes países ribeirinhos do Atlântico (e Mediterrâneo), num sistema que envolva o Atlântico Sul, preencheria com “ espaço amigo” a calote terrestre deixada em aberto pelas duas alianças (...) que envolvem o Atlântico Norte.»* (2009: 129).

Também no plano da segurança, a integração na CPLP reforça o poder de Portugal no quadro da OTAN e da CPLP. Os recursos naturais existentes nos países ribeirinhos do Atlântico Sul e os mercados por eles representados são importantes para os países do Atlântico Norte. Hoje, os países da CPLP desempenham um importante papel no estabelecimento de equilíbrios em África e na América Latina. Sendo membro da CPLP, Portugal tem a capacidade de influenciar e participar em decisões com impacto para a estabilidade do Atlântico Sul e, indiretamente, para a segurança e para a estabilidade dos países do Atlântico Norte.

Em “*A Circunstância do Estado Exíguo*”, Adriano Moreira ilustra a liberdade de ação representada pela CPLP, não só pela História partilhada entre povos de diversos cantos do Mundo, mas também pelo que ela pode proporcionar no que se refere à articulação nos movimentos nas direções norte-sul e este-oeste. Desta forma:

*«(...) uma janela de liberdade governativa e soberana, para desenvolver a política que recebeu forma na CPLP. É uma vertente que envolve a articulação da segurança do Atlântico Norte com a segurança do Atlântico Sul, reconhece a importância dos arquipélagos portugueses, e também de Cabo Verde, que ajuda a renovar e modernizar a solidariedade do Brasil, que presta ao globalismo o serviço da solidariedade horizontal dos povos de língua portuguesa.»* (2011: 17).

Esta referência é ilustrativa das mais-valias potenciais da partilha e materialização institucional de um percurso histórico comum, seja do ponto de vista político, estratégico ou económico. Por estas razões e pelo domínio das dinâmicas regionais das margens do Atlântico Sul, Portugal perfila-se como um excelente interprete dos interesses e das sensibilidades dos principais países da região — Angola e Brasil (Couto: 2012).

#### 4. CONCLUSÃO

Na atualidade, o conceito tradicional de fronteira tende a diluir-se na multiplicidade de ligações e interdependências dos Estados. No caso de Portugal, verifica-se a integração em diferentes *grandes espaços*, concretizada pela importância da posição geográfica das parcelas do território nacional, pela partilha de interesses político-diplomáticos, estratégicos e económicos comuns, mas também pela existência de um património histórico, cultural e linguístico comum.

A centralidade atlântica do território português permite o controlo dos movimentos marítimos no Atlântico e perfila o País como parte essencial à construção de uma arquitetura de paz e segurança quer a Norte, quer a Sul daquele Oceano. Aliás, é esta condição que valoriza direta e indiretamente Portugal na hierarquia das potências, uma vez que:

- fortalece a sua posição na OTAN e na UE à medida que a consolidação e integração dos países da CPLP se aprofunda;
- reforça a sua posição no seio dos países da CPLP à medida que a sua relevância na OTAN e na UE é incrementada.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDINO, L. M. B., 2011. A Segurança Marítima no Seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia. *Nação e Defesa*, Volume N.º128 - 5.ª Série, pp. 41-46.
- COHEN, S. B., 2009. *Geopolitics: The Geography of International Relations*. 2.ª ed. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc..
- CORREIA, A., 2010. *O Mar no Século XXI - Contributo para uma Análise Estratégica aos Desafios Marítimos Nacionais*. Aveiro: FEDRAVE.
- CORREIA, P. d. P., 2002. Análise Geopolítica de Portugal. *Nação e Defesa*, Volume N.º 101 - 2.ª Série, pp. 79 - 98.
- COUTO, A. C., 2012. A Importância Estratégica do Atlântico Sul. *Nação e Defesa*, Volume N.º 132 - 5.ª Série, pp. 238 - 246.

- ESCORREGA, L. F., 2010. Da Importância Geopolítica e Geoestratégica dos Açores no Atual Contexto Estratégico. *Revista Militar*, Fevereiro / Março, Volume N.º 2497 / 2498, pp. 203 - 239.
- FERNANDES, M., 2014. Geopolítica do Atlântico: A Actualidade do Triângulo Estratégico Português. In: *O Mar no Futuro de Portugal: Ciência e Visão Estratégica*. Lisboa: Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico, pp. 123 - 137.
- FERREIRA, J. M., 1980. Reflexão sobre a Importância Estratégica das Ilhas Atlânticas: Sua permanência e evolução histórica. *Nação e Defesa*, Volume N.º 13, pp. 134 - 144.
- Instituto Nacional de Estatística, 2014. Dados Estatísticos. [Online] Available at: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_base\\_dados](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados) [Acedido em 07 Outubro 2015].
- MARCHUETA, M. R. & Fontes, J., 2001. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Fundamentos político-diplomáticos*. Lisboa: Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente.
- MOREIRA, A., 2005. As Fronteiras da Europa. *Nação e Defesa*, Volume N.º 112 - 3.ª Série , pp. 9 - 16.
- MOREIRA, A., 2011. *A Circunstância do Estado Exíguo*. Lisboa: Diário de Bordo Editores.
- PALMEIRA, J., 2006. *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.
- PALMEIRA, J., 2014. Potencial Geopolítico da CPLP na Segurança Internacional. In: *Interfaces da Lusofonia*. Braga: CSCS Universidade do Minho, pp. 191 - 198.
- PAVIA, J. F. & Monteiro, M., 2013. *A Política Externa nos Programas de Governo do Portugal Democrático (1974 - 2013)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- SANTOS, J. L. d., 2009. A Região Geopolítica do Atlântico e Portugal. *Nação e Defesa*, Outono - Inverno, Volume N.º 24 - 4.ª Série, pp. 121 - 132.
- SERRONHA, M., 2010. Portugal e o Novo Conceito Estratégico da NATO. *Relações Internacionais*, Setembro, Volume N.º 27, pp. 55 - 64.

## **PEDRO MENESES**

Tenente de Infantaria. Professor de Relações Internacionais na Academia Militar e Investigador Associado do CINAMIL. Doutorando em Ciências

Sociais, Especialidade de Estudos Estratégicos, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.



**O PAPEL DA União Africana NA SEGURANÇA Em África:  
do mar mediterrâneo Ao Cabo.**

Eugénio Costa Almeida

Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP)  
Investigador do Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL) e do  
CINAMIL - Academia Militar

**RESUMO**

O texto, tendo por base a perspectiva académica da “Arquitetura de Paz e Segurança em África, e procura abordar a problemática da segurança e da paz no continente Africano tendo por base as diretivas previstas no Ato Constitutivo da União Africana e nos Comitês Técnicos Especializados, com particular atenção, para o “Comitê de Paz e Segurança da União Africana”, bem como a sua intervenção na resolução de diferentes conflitos que colocam em causa a paz e a segurança intra e inter-Estados neste continente, bem como a intangibilidade das atuais fronteiras nacionais.

**Palavras-chave:** África, Paz, Segurança, União Africana, APSA, Conflitos.

**ABSTRACT**

The text, based on the academic perspective of Architecture for Peace and Security in Africa, seeks to address the issues of security and peace on the African continent based on the planned policy in the Constitutive Act of the African Union and the Specialized Technical Committees, with particular attention to the Committee for Peace and Security of the African Union and its intervention in solving different conflicts that may call into question peace and security intra and inter-State on the African continent as well as the inviolability of existing national borders.

**Keywords:** Africa, Peace, Security, African Union, APSA, Conflicts.

---

<sup>1</sup> Contactos: Email – [elcalmeida@gmail.com](mailto:elcalmeida@gmail.com) / <http://elcalmeida.net>

Recebido em 04 de julho de 2015 / Aceite em 10 de setembro de 2015

“... A identidade do Estado de Direito e a concepção de “Segurança” e de “Defesa” como elementos centrais do potencial estratégico constituem, no contexto das Relações Internacionais, vetores essenciais de afirmação regional e global do Estado. Assim, os instrumentos de um Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional, concorrentes com as ações de Política Externa, empregaram ao longo dos tempos diferentes mecanismos e recorreram a múltiplos elementos político-estratégicos. Instituído o instrumento militar vetor quase omnipresente, privilegiado e elemento estruturante da ação estratégica do Estado, nomeadamente através da participação em sistemas de segurança coletiva no seio das Organizações Internacionais e Regionais...” (Bernardino, 2013: 17)

## 1. INTRODUÇÃO

O *Acto Constitutivo da União Africana* (AU 2000) – inicialmente denominada Organização de Unidade Africana (OUA) –, no seu artigo 3º (*Objetivos*), alínea f, afirma que é obrigação, dos Estados signatários do Acto Constitutivo de União Africana (UA), “... promover a paz, a segurança e a estabilidade no Continente.” Já o artigo 4º (*Princípios*) do mesmo documento, nas alíneas “e” a “j” alerta para a necessidade de haver uma resolução por via pacífica, dos conflitos entre Estados-Membros da União através dos meios apropriados que sejam decididos pela Conferência da União (e); proíbe o uso da força ou da ameaça do uso da força entre os Estados-Membros da União (f); declara que a UA tem o direito de intervir num Estado-Membro em conformidade com uma decisão da Conferência em situações graves nomeadamente, crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade (h); defende a coexistência pacífica dos Estados-Membros da União e seu direito de viver em paz e em segurança e de procurar ajuda, através da Conferência da UA, assim como o direito de a União intervir para restaurar a paz e a segurança (i) aliado ao direito dos Estados-Membros de pedirem a intervenção da União, com vista à restauração da paz e segurança (j).

Estes são alguns dos princípios basilares da União Africana relativamente às questões de coexistência, paz e segurança do Continente.

E sobre esta matéria o Ato Constitutivo remete-nos para o artigo 5º (*Órgãos da União*), onde é determinado, nas suas diversas alíneas, a existência de um órgão denominado *A Conferência da União* de um *Conselho Executivo* e de *Comitês Técnicos Especializados*. Em relação a estes Comitês, o artigo 14º (*Comitês Técnicos Especializados*), no n.º 2, determina que “... A Conferência pode, se considerar apropriado, reestruturar os Comitês existentes ou estabelecer outros...”. Por esse facto, em 26 de dezembro de 2003, e de acordo com o disposto no artigo 13º (*Funções do Conselho Executivo*), segundo os parágrafos 1 (*O Conselho Executivo deve coordenar a tomada de decisão sobre políticas em áreas de interesse comum para os Estados-Membros*)

e 3 (*O Conselho Executivo pode delegar todas ou algumas das funções enunciadas no parágrafo 1 deste Artigo nos Comitês Técnicos Especializados estabelecidos no âmbito do artigo 14º deste Ato*), foi instituído o “ *Conselho de Paz e Segurança da União Africana*” (CPSUA)<sup>1</sup>, a seguir descrito.

Durante décadas, nomeadamente após as independências, as dificuldades de consolidar a soberania, a carência de mecanismos de um alerta precoce, bem como a difícil articulação de meios militares e os limites de aptidões da maior parte das instituições africanas, permitiram a existência de um cenário de desadequação de atuações e carência de meios para combater os emergentes fenómenos de conflito, progressivamente mais complexos.

Com a afirmação da UA e gozando de experiências acumuladas, foi possível às diferentes interorganizações regionais inseridas na UA, consolidar o seu papel na esfera económica e ensaiar passos no sentido de uma maior articulação de sensibilidades, por vezes divergentes, visando uma capacitação institucional em matéria de defesa e segurança.

Ainda assim, a coexistência de dinâmicas de impulso à atuação na esfera da defesa e segurança em múltiplos níveis – sejam sub-regionais, regionais ou continentais – manifesta-se num delicado processo de articulação e harmonização de competências, especialmente na ligação com a UA, levando os debates, em torno do aprofundamento de competências político-económicas da organização continental serem, também, indissociáveis da reflexão quanto ao estabelecimento de uma doutrina continental de paz e segurança.

Mais do que a materialização da ideia de “... *soluções Africanas para problemas Africanos...*”, tão caras dos primeiros líderes africanos, bem como beneficiando de um conhecimento de proximidade que, em alguns casos impele alguma ascendência sobre atores em presença nas organizações africanas, subsiste o potencial de conceção e operacionalização de um efetivo quadro de atuação em matéria de paz e segurança. Talvez, tenha sido por isso, que emergiu uma vontade que norteou o desenvolvimento e conceção da designada “Arquitetura de Paz e Segurança da UA, visando a aprendizagem de competências e concertação de abordagens a nível continental. Traduzindo as adversidades que o processo poderia levantar, a UA procurou uma *arquitetura* que integrasse a adoção de um sistema gradativo de intervenção face à ocorrência de conflitos no continente e a primazia da abordagem político-diplomática na gestão dos mesmos. Nesse sentido, foi concebida uma estrutura própria que recuperou alguns dos mecanismos previstos na anterior OUA, agora desenvolvidos e enquadrados num sistema em que o centro de controlo é o Conselho de Paz e Segurança (ORE: 2010).

---

<sup>1</sup> <http://www.au.int/en/organs/psc>.

## 2. AS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA

A CPSUA, que se baseia no Conselho de Segurança das Nações Unidas, visa assumir posturas de *peacekeeping* e intervenção rápida em casos de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade (AU: 2002). As suas principais funções, de acordo com o Protocolo que instituiu a CPS-AU pelo artigo 6º (Funções), são: a promoção da paz, segurança e estabilidade na África, a diplomacia preventiva no contexto de conflitos africanos, e atuar em catástrofes e ações humanitárias. É, por definição, o órgão da UA que atua diretamente na busca pela resolução de conflitos no continente, sendo a sua estrutura diretiva composta por 15 membros (10 eleitos para mandatos de dois anos, e 5 membros eleitos para mandatos de 3 anos). Para aprovação de questões regulamentais é exigida uma maioria simples enquanto para resoluções é necessária a aprovação de dois terços de seu quórum; todavia, a UA preconiza que deve-se, dentro do possível, tentar sempre o consenso.

Os membros do CPSUA são eleitos pela Assembleia da União Africano para refletir o equilíbrio regional na África bem como em outros critérios, incluindo a capacidade de contribuir militarmente e financeiramente para a União, a vontade política para fazê-lo, e presença diplomática eficaz em Adis Abeba. Tem como apoio o programa militar denominado Força Africana de Alerta (Gbenenoui, 2006), ou *African Standby Force* (Alghali e Mbaye: 2008). Até ao presente já se realizaram, no âmbito deste Conselho, cerca de 540 reuniões, sendo uma das últimas a reunião 537, de 24 de agosto de 2015, onde foi debatido os esforços do Quênia na luta contra a milícia somali al-Shabaab e do plano de deslocalização do campo de refugiados de Dadaab, existente no Quênia, bem como os esforços deste país para evitar ataques de al-Shabaab ao campo de refugiados (N'Diaye: 2015).

Todavia, a principal reunião do CPSUA aconteceu em Joanesburgo, em paralelo com a 27ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo da UA, nos 11 e 12 de junho de 2015, e que antecederam a 25ª Cimeira da União Africana, ocorrida a 14 e 15 do mesmo mês, com a presença dos Chefes de Estado e de Governos dos Estados-membros da UA, onde foram abordadas várias questões primordiais para a situação atual do Continente, como o Burundi, a proliferação de grupos terroristas no continente (especial destaque para os grupos extremistas do Boko Haram e al-Shabab), ou as crise no Sudão do Sul e da Líbia.

Uma das principais resoluções da CPSUA foi anunciada a 26 de Setembro de 2015, na sede da UA na ONU antes da 70ª Assembleia-geral das Nações Unidas, relacionada com a situação no Sahara Ocidental. Nesta reunião estiveram presentes os Chefes de Estados e de Governos dos países da UA. Na resolução divulgada, o CPSUA

*” aprovou por unanimidade uma decisão em que expressa a sua “profunda preocupação”, com o facto de, apesar dos esforços levados a cabo por sucessivos enviados pessoais do Secretário-geral da NU não se registou nenhum progresso na procura de uma solução para o conflito que se encontra em ponto morto desde há mais de quatro décadas”; nesse sentido o CPSUA apelou “à Presidência da Comissão a “continuar a intensificar os seus esforços, em particular através do seu enviado especial, Joaquim Chissano, (...) para o controlo eficaz das disposições” do Conselho de Segurança” (AAPSO: 2015).*

É assente nestes pressupostos que se vai tentar abordar, de uma forma abreviada, a Segurança em África bem como o papel da União Africana no eixo que vai do *al-Bahr al-al-Abyad Mutawassiḡ* (Mar Mediterrâneo) ao extremo oposto do Continente Africano.

Ives Gandra Martins, na Nota Prévia incluída na obra *“A posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança Africana”* (Bernardino: 2013), embora referindo-se, especificamente, para o caso de Angola, mas extrapolada para todas as Forças Armadas africanas, em geral, refere que estas *“... estão cada vez mais profissionalizadas e deverão exercer um papel preponderante na estabilização institucional...”*, segundo o que Luis Bernardino denomina *“...da trilogia dos três “D” (Defesa, Desenvolvimento e Diplomacia)...”* (2013: 11). Ou seja, na realidade, tudo o que a UA preconiza ao longo do seu Ato Constitutivo.

A nota introdutória, em itálico, que inicia este texto, apesar de se referir ao “Estado” e este no seio das Organizações Internacionais e Regionais, dá-nos uma visão periférica do papel do instrumento militar na resolução de conflitos, na manutenção de Paz e nos sistemas de Segurança, entre e intra-Estados, ou, quando apoiadas pelas Organizações Internacionais, como atores externos, na estabilidade e segurança coletivas dos Estados. Ou seja, e uma vez mais, é esse o facto que se nos depara com a Segurança em África e o papel da UA nesse desígnio.

### **3. FACTOS E CASOS QUE CONDICIONAM A PAZ E SEGURANÇA NO CONTINENTE AFRICANO**

Um dos maiores problemas com que o continente Africano se continua a deparar, está na procura da consolidação da paz e segurança no seio dos africanos. Para isso os Estados africanos apoiam-se nas recomendações e resoluções que são distribuídas nas Cimeiras da UA, nos Conselhos Executivos, nos Comitês Especializados que, no caso presente, é o CPSUA, bem como nas Organizações Regionais Africanas, políticas, económicas e, ou, militares.

Ainda assim e dentro de um contexto de expressiva manutenção e perenidade de conflitos armados, que convive com inúmeras situações de instabilidade não pouco dissimulada, a temática da segurança no Continente africano adquire especial realce; por esse facto, constata-se que, apesar dos incessantes esforços da UA e dos seus comitês especializados, a Paz e a Segurança político-militar no continente está, ainda, numa fase apática, suscitando o projetar de alguns cenários facilitadores de predisposição ao conflito, no qual, o funcionamento de escolas institucionais de prevenção, gestão e resolução de conflitos se assume como fulcral, visando uma abordagem a um tempo preventiva e simultaneamente com capacidades na gestão e resolução de crises.

Diversos atos insurreccionais, extremismos militares e religiosos, variados tipos de terrorismos, a maioria assentes em dogmas religiosos ou secessionistas, são alguns dos casos que colocam em causa a Paz e a Segurança no Continente africano: seja a norte, junto às margens do Mediterrâneo, seja no Sahel, seja no Corno de África, seja na região dos Grandes Lagos, ou no Golfo da Guiné. Naturalmente não só nestas regiões onde pontuam os maiores conflitos e as maiores preocupações quanto à Paz e Segurança em África e que mantém em constante alerta a CPSUA.

Regressando ao título deste texto “A Segurança em África e o papel da União Africana no eixo do Mar Mediterrâneo ao Cabo” ou seja, no eixo Mediterrâneo-Cidade do Cabo, há diversos tipos de conflitos – político, económicos e militares – que podem colocar em causa toda uma arquitetura criada para manutenção e sustentação de uma Paz e Segurança africana. Sintetizemos alguns casos, políticos, militares e económicos, entre os muitos, com que se deparam a UA e a CSPUA:

i) A fragmentação da Líbia após o derrube do ditador Kadhafi; dos iniciais grupos insurreccionais que se revoltaram contra o regime de Trípoli e que tiveram como base a cidade petrolífera de Benghazi, a maioria fracionou em diferentes grupos armados, a maioria de cariz *jihadista*, com alguns a aderirem ao EIL (Estado Islâmico do Iraque e do Levante, dito EI, ISIS ou DAESH); bem como a manutenção do *status quo* somali com a persistente atuação do grupo extremista islâmico al-Shabab, na Somália, e, recentemente, com um ataque a uma Universidade queniana – o Quênia faz parte da coligação militar que combate os *jihadistas* somalis.

ii) As tentativas de secessão nos territórios do Norte do Mali e da Nigéria, levadas a efeito, na sua maioria, por organizações extremistas de influência *jihadista*. No caso do Mali, verificou-se na região de Azawad ou Azaoud, onde predominava o Movimento Nacional para a Libertação do Azawad (MNLA), de raiz *tuaregue/tamasheq* a que, mais tarde, se associaram o Movimento pela Unidade e os grupos extremistas islâmicos Ansar Dine, Al-Qaeda do Magreb islâmico (AQMI) e a Jihad na África Ocidental (Mujao). Este conflito rapidamente assumiu, uma dimensão

internacional, baseado em resoluções do Conselho de Segurança da ONU<sup>2</sup>, tendo o envolvimento ativo da ONU, da UA e da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO) através da presença da *Ecowas Standby Brigade* (ECOBRI), de Estados vizinhos do Mali, dos Estados Unidos da América e, especialmente, da França, com o consensual apoio de e ao governo maliano (Cadeado: 2013).

Já na questão nigeriana o já referido grupo extremista do Boko Haram que deseja separar o norte, predominantemente islâmico, e criar um Estado onde vigore a sharia. Mantém conflitos armados quer na Nigéria, quer no norte do Camarões como no Chade, países que têm operado com a Nigéria no combate ao extremismo *jihadista*. Recentemente, em março de 2015, o Boko Haram aliou-se ao EIIL – independentemente de milhares de quilômetros, e muitas fronteiras, separarem Mossul, bastião do EIIL, no norte do Iraque, e o quartel-general do líder do Boko Haram, Abubaker Shekau, em Gwosa, Nigéria – o que poderá, juntamente com as alianças de alguns grupos *jihadistas* da Líbia, provocar uma coroa asfixiante sobre a zona ocidental do norte de África e do Sahel.

*iii*) A situação política no Egito onde, na sequência da Primavera Árabe, um líder islamita, Mohamed Morsi Issa al-Ayyat, eleito por sufrágio direto e universal, foi deposto através de um *Coup d'État* militar, liderado pelo ministro da Defesa, general Abdul Fatah Khalil Al-Sisi. A situação política à época, 2013, colocava em campos opostos islamitas radicais pró-Morsi a contestatários laicos e islamitas moderados, sem que o exército egípcio conseguisse solucionar o problema político e económico que essa confrontação provocava na economia do país e na estabilidade da região.

*iv*) A crise político militar nos Grandes Lagos (Burundi, Ruanda, e República Democrática do Congo) com Angola e África do Sul serem dois dos países que mais têm tentado manter a solução pacífica na ordem dos trabalhos. Todavia, e apesar dos esforços, da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) o problema subsiste, Como alertava, ainda recentemente, o Vaticano, é impossível um “*carnífice poder ser também o salvador e libertador*” (News.Va: 2013) numa questão onde declarações recentes que algumas personalidades da comunidade internacional, de entre elas, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e relacionadas com a crise no leste da República Democrática do Congo, solicitavam ao presidente Kabila o retomar as negociações com o movimento insurgente congolês M23, parecendo esquecer que este movimento é apoiado, em homens, armas e munições, por alguns países limítrofes, com especial destaque para o Ruanda e o Uganda. Para essas

---

<sup>2</sup> As resoluções 2056 (sanções contra os grupos insurgentes, apoiando os esforços regionais para a resolução pacífica do problema, sem incluir o uso da força); 2071 (reconhece a necessidade de abrir uma linha de ação militar); e 2085 (que estabelece a Missão Internacional de Apoio ao Mali).



personalidades, o pretexto é garantir a segurança de fronteiras burundi-ruandesas face à *ameaça* proveniente de suas respectivas rebeliões que escaparam em território congolês, em particular, das provocadas pelas Forças Democráticas de Libertação de Ruanda e pela coligação ugandesa Aliança das Forças Democráticas (ADF-Nalu), esta, maioritariamente, apoiada pelo governo do Sudão (News.Va: 2013) que, também, mantém um conflito fronteiriço com o Sudão do Sul, resultante da cisão do Sudão.

v) No caso do Sudão do Sul, e apesar da cisão ter sido formalizada através do *Comprehensive Peace Agreement* (Acordo Global de Paz), celebrado entre as duas partes, com o apoio da comunidade internacional e gerida pela UA, e onde se previa entre outros itens *a administração e desmilitarização da região fronteiriça de Abyei, a demarcação da fronteira comum e a soberania dos estados do Kordofão do Sul e o Nilo Azul, a garantia de uma certa permeabilidade da fronteira, a chamada “soft border”, de maneira a não entravar os fluxos humanos e económicos tradicionais nessa zona, bem como a necessidade de chegar a acordos sobre a gestão e a exploração dos hidrocarbonetos e dos recursos hídricos, de garantir as pensões e os subsídios dos trabalhadores, de preservar as comunicações e as redes de transporte, e de estabelecer a responsabilidade pelo pagamento da dívida*, (Estévez: 2014) constata-se ainda haver algumas divergências profundas entre os dois Estados quanto a questões fronteiriças e quanto à redistribuição dos fundos relacionados com a exploração e distribuição do petróleo. Aliado a esta situação na periclitante fronteira entre os dois Estados sudaneses, o Sudão do Sul sofre, igualmente, de uma crise política devido às acusações do presidente Salva Kiir, sobre o antigo vice-presidente Riek Machar, como este ter tentado levar a efeito um golpe de Estado. Um conflito político que degenerou num conflito étnico, levando o Conselho de Segurança, a pedido da UA, aprovar por unanimidade, em dezembro de 2013, uma resolução para reforçar o contingente de capacetes azuis na missão no Sudão do Sul (UNMISS), elevando o número de soldados na região para 12.500 militares<sup>3</sup>. Apesar dos esforços da UA e da comunidade internacional, a reunião de Junho do CPSUA, em Joanesburgo reforçou a necessidade de reforçar a mediação do a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) com a criação de um grupo *ad-hoc* de cinco países: África do Sul, Chade, Ruanda, Argélia e Nigéria, liderados pelo antigo presidente maliano Alpha Oumar Konare (Tomasevic: 2015).

vi) A situação político-militar em Moçambique entre o Governo moçambicano, liderado pelo partido Frelimo, e a Renamo. De um lado um partido que deseja manter o atual *status quo* político. Do outro um partido, antigo movimento oposicionista armado que, com os Acordos de Paz de Roma, em 1992, se converteu às regras do sistema político participativo, mas que, sistematicamente, tem contestado os resultados

---

<sup>3</sup> <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmiss/facts.shtml>.

eleitorais gerais e que deseja alterações substantivas na divisão administrativa. Daí não haveria problemas de maior se a Renamo, pelos referidos acordos não mantivesse direito ao uso de armas e à manutenção de alguns dos seus antigos aquartelamentos. Recentemente houve confrontos armados entre as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e militantes da Renamo. Um conflito latente, aliado à frágil situação fronteiriça malawi-tanzaniana, no Lago Niassa, que pode colocar a região numa situação imponderável.

vii) As agitações conjunturais na fronteira lacustre entre o Malawi e a Tanzânia, com Moçambique em alerta, devido a uma eventual redefinição de fronteiras no Lago Niassa, entre aqueles dois países, perante a eventual existência de hidrocarbonetos (Zeca: 2012).

O Lago Niassa é um recurso essencial e uma necessidade básica para a sobrevivência dos malawianos. O Malawi vai sempre, independentemente das considerações subjacentes, encontrar factos que lhe permitam reivindicar o *direito natural* de autonomia e jurisdição do lago, valendo-se nos acordos e tratados das potências colonizadoras. Um verdadeiro instrumento de continuação e corporalização dos antigos interesses europeus em África. Moçambique é parte complementar do conflito fronteiriço no Lago Niassa, mesmo que a disputa direta seja entre o Malawi e Tanzânia (Zeca: 2012). Pode-se inferir pelo que acima se descreveu que ainda existe um campo de trabalho para a UA e o Conselho de Paz e Segurança da União Africana desbravarem caminhos que levem à indispensável estabilidade política, económica e, principalmente, militar. É certo que a CPSUA, através dos seus dirigentes e das *African Standby Force*, tem procurado corresponder às necessidades emergentes com que se depara desde que foi instituída em 2003.

Todavia, e como se verificou ao longo do texto, as preocupações da União Africana e da CPSAU na resolução dos diferentes conflitos esbarra com a emergência continuada de questões, que, por vezes, poderiam ser consideradas menores, mas que acabam por derrapar em graves conflitos político-militares de *consequências catastróficas* (News.Va: 2013) ou no *crescimento da ameaça de terrorismo e do extremismo violento* (N'Diaye: 2015), como as que se verificam na Líbia, nos Grandes Lagos, no Sudão do Sul ou na Nigéria, obrigando a UA a se dispersar por realidades e situações muito diferentes do inicialmente pensadas como exequíveis.

#### 4. CONCLUSÃO

Pode-se inferir pelo que acima se descreveu que ainda existe um campo de trabalho para a UA e o Conselho de Paz e Segurança da União Africana desbravarem caminhos que levem à indispensável estabilidade política, económica e, principalmente, militar.

Por certo que a CPSUA, através dos seus dirigentes e das African Standby Force, tem procurado corresponder às necessidades emergentes com que se depara desde que foi instituída em 2003.

Todavia, e como se verificou ao longo do texto, as preocupações da União Africana e da CPSAU na resolução dos diferentes conflitos esbarra com a emergência continuada de questões, que, por vezes, poderiam ser consideradas menores, mas que acabam por derrapar em graves conflitos político-militares de consequências catastróficas (News.Va: 2013) ou no crescimento da ameaça de terrorismo e do extremismo violento (N'Diaye: 2015), como as que se verificam na Líbia, nos Grandes Lagos, no Sudão do Sul ou na Nigéria, obrigando a UA a se dispersar por realidades e situações muito diferentes do inicialmente pensadas como exequíveis.

E é neste ponto que a importância das diferentes interorganizações inscritas no seio a UA se torna importante na tentativa de consolidação dos problemas inscritos nas esferas económicas, mesmo que as suas sensibilidades políticas, militares ou institucionais, por vezes divergentes – como se menciona na Introdução –, tendo como objetivo final uma compromisso institucional continental em matérias de defesa e segurança, face aos referidos conflitos político-militares e insurrecionais visando o reforço da posição da institucional da UA no sistema internacional. Como recorda Machado Barroso provavelmente um “dos elementos que tem sido recorrente nas questões de segurança no continente africano tem sido a proliferação de sintomas característicos dos estados falhados” (2010: 881) – recorde-se o caso da Líbia após a queda de Kadhafi – os quais poderão se transfigurar em fatores desestabilizadores afetando toda uma região ou mesmo um continente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAPSO (2015). *Conselho de Paz e Segurança da UA aprova importante resolução sobre o Sahara Ocidental*, Associação de Amizade Portugal-Sahara Ocidental, Lisboa. Internet:<http://aapsocidental.blogspot.pt/2015/09/conselho-de-paz-e-seguranca-da-ua.html?spref=bl>. [consultado em 28 de setembro de 2015].
- ALGHALI, Zinurine Abiodu e MBAYE, Mamadou (2008) The African Standby Force and Regional Standby Brigades, in Vários, *Conflict Trends*, Issue 3 (2008), p. 34-38. Internet: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=101777>. [consultado em 30 de setembro de 2015].
- AU (s/data). *Peace and Security Council (PSC)*, The African Union Commission, Addis Ababa. Internet: <http://www.au.int/en/organs/psc> [consultado em 30 de setembro de 2015].

- AU (2000). *Constitutive Act of the African Union*, The African Union Commission, Addis Ababa. Internet: <http://www.achpr.org/instruments/au-constitutive-act/>. [consultado em 27 de setembro de 2015].
- AU (2002). *Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council of the African Union*, The African Union Commission, Addis Ababa. Internet: [http://www.au.int/en/sites/default/files/Protocol\\_peace\\_and\\_security.pdf](http://www.au.int/en/sites/default/files/Protocol_peace_and_security.pdf). [consultado em 30 de setembro de 2015].
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2013). *A posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Edições Almeidina, Coimbra; ISBN: 978-972-40-5000-3.
- CADEADO, Calton (2013), *Significado político da internacionalização do Conflito no Mali*. Internet: [https://www.academia.edu/5593262/Significado\\_pol%C3%ADtico\\_da\\_internacionaliza%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Conflito\\_no\\_Mali](https://www.academia.edu/5593262/Significado_pol%C3%ADtico_da_internacionaliza%C3%A7%C3%A3o_do_Conflito_no_Mali). [consultado em 30 de setembro de 2015].
- CSNU/CPSUA (2015). *8º Encontro Consultivo do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Conselho de Paz e Segurança da União Africana: O CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA (CP-SUA)*. Internet: <https://minionu15anoscsnucpsua.wordpress.com/o-comite/o-conselho-de-paz-e-seguranca-da-uniao-africana-cpsua/>. [consultado em 28 de setembro de 2015].
- ESTÉVEZ, Dario López (2014). *O papel da UA e a IGAD na resolução das questões pendentes entre o Sudão e o Sudão do Sul. Dimensão e natureza das problemáticas intersudanesas depois da cisão nacional*. Comunicação apresentada na 9ª Conferência Ibérica de Estudos Africanos, realizada a 11 de setembro, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- GBENENOUI, Gervais Anselme (2006). “Le rôle du Conseil de Paix et de sécurité de l’Union Africaine dans la prévention et la résolution des conflits en Afrique: analyse appliquée au cas du Darfour «LA POLITIQUE DU CONSEIL DE PAIX ET DE SECURITE ET SES MOYENS DE MISE EN ŒUVRE»”, in Vários *Mémoire Online*, pp.7-19. Internet: [http://www.memoireonline.com/07/12/6048/m\\_Le-rle-du-Conseil-de-Paix-et-de-securite-de-l-Union-Africaine-dans-la-prevention-et-la-resolut1.html](http://www.memoireonline.com/07/12/6048/m_Le-rle-du-Conseil-de-Paix-et-de-securite-de-l-Union-Africaine-dans-la-prevention-et-la-resolut1.html). [consultado em 30 de setembro de 2015].
- N’DIAYE, Ibrahim (2015). *Communiqué du Conseil de paix et de sécurité de l’Union africaine (UA), en sa 537ème réunion sur les efforts du Kenya dans la lutte contre al-Shabaab et le plan de relocalisation du camp de réfugiés de Dabaab*. Internet: <http://radionunez.com/?p=574>. [consultado em 28 de setembro de 2015].

- NEWS.VA (2013). *Basta dois pesos e duas medidas na crise dos Grandes Lagos*, in Official Vatican Network. Internet:<http://www.news.va/pt/news/africard-congo-basta-dois-pesos-e-duas-medidas-na>. [consultado em 30 de setembro de 2015].
- OBSERVATÓRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES [ORE] (2010). “A “arquitetura” de Paz e Segurança em África”, in Vários, Janus.net: *Anuário 2010*, p.144-145. Internet:[http://www.janusonline.pt/popups2010/2010\\_3\\_3\\_3.pdf](http://www.janusonline.pt/popups2010/2010_3_3_3.pdf). [consultado em 28 de setembro de 2015].
- TOMASEVIC, Goran (2015). *Du Burundi à la Libye, les crises du continent au sommet de l’UA*, in Radio France Internationale (RFI). Internet:[http://www.rfi.fr/afrique/20150613-burundi-libye-crises-continent-sommet-ua-conseil-paix-securite-terrorisme?ns\\_campaign=reseaux\\_sociaux&ns\\_source=twitter&ns\\_mchannel=social&ns\\_linkname=editorial&aef\\_campaign\\_ref=partage\\_user&aef\\_campaign\\_date=2015-06-13](http://www.rfi.fr/afrique/20150613-burundi-libye-crises-continent-sommet-ua-conseil-paix-securite-terrorisme?ns_campaign=reseaux_sociaux&ns_source=twitter&ns_mchannel=social&ns_linkname=editorial&aef_campaign_ref=partage_user&aef_campaign_date=2015-06-13). [consultado em 28 de setembro de 2015].
- UA (2010). *Relatório do Estado da União Africana, Moçambique 2010*, União Africana/Grupo Continental de Assessoria para Pesquisa, Nairobi, Quênia.
- UNMISS, *United Nations Mission in the Republic of South Sudan*. Internet: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmiss/facts.shtml>. [consultado em 30 de setembro de 2015].
- ZECA, Emilio J. (2012). *Disputa Fronteira entre Malawi e Tanzânia e as suas implicações para Moçambique: Análise Geopolítica, Geoestratégica e Geoeconómica da Importância do Lago Niassa*, Instituto Superior de Relações Internacionais/Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, Maputo, Moçambique.

## EUGÉNIO LUÍS DA COSTA ALMEIDA

Cidadão Luso-Angolano. Licenciado pela Universidade Lusíada de Lisboa e Mestre em Relações Internacionais e Doutorado em Ciências Sociais, na especialidade de Relações Internacionais (ambos pelo ISCSP-UTL). Investigador Associado no CINAMIL e no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL. Participa, periodicamente em conferências seja como organizador, orador e moderador.

Sensibilização e Treino em Cibersegurança  
- Exercício de Recolha de Informação -

José Martins <sup>1a</sup>, José Silva <sup>2b</sup>, Carlos Pimentel <sup>3b</sup>, António Galindro <sup>4c</sup>, João Rocha <sup>5c</sup>,  
Marco Custódio <sup>6c</sup>

<sup>a</sup> Departamento de Ciências e Tecnologias de Engenharia, Academia Militar & Empresa “FeelSec”

<sup>b</sup> Departamento de Ciências e Tecnologias de Engenharia, Academia Militar

<sup>c</sup> Departamento de Ciências Exatas e Naturais, Academia Militar

## RESUMO

Este artigo apresenta um método de planeamento para a execução de exercícios académicos de recolha de informação através do ciberespaço, e centrados na sensibilização e treino em cibersegurança dos colaboradores de uma organização. Está orientado principalmente para as organizações que procuram realizar a sensibilização e treino dos colaboradores de modo a mitigar o risco de obtenção e divulgação da informação classificada da sua organização por parte de uma organização oponente. A importância deste estudo é fundamental pois as organizações necessitam cada vez mais de optar por formações ajustadas a problemas concretos, à sua especificidade, e de medir o retorno dos seus investimentos em segurança da informação.

O *design* do método de planeamento proposto tem por suporte uma revisão de literatura e a realização de um exercício académico de recolha de informação realizado no âmbito da Academia Militar / Exército Português. É um trabalho em progresso, onde através do método de investigação *Action Research* se procura identificar as principais fases, atividades e tarefas do método. Está ligado à prática do “saber fazer”, sendo necessário a realização de mais instâncias do exercício, em organizações com diferentes topologias, para a sua validação. Como principais resultados obtidos da realização deste tipo de exercício salientam-se, a importância: (i) do treino individual na utilização das aplicações necessárias para recolha de informação; (ii) da forma de organizar o grupo para executar

---

<sup>1</sup> Contactos: Email – [jose.carloslm@gmail.com](mailto:jose.carloslm@gmail.com)

<sup>2</sup> Contactos: Email – [jose.silva@academiamilitar.pt](mailto:jose.silva@academiamilitar.pt)

<sup>3</sup> Contactos: Email – [pimentel.cam@gmail.com](mailto:pimentel.cam@gmail.com)

<sup>4</sup> Contactos: Email – [ajog1964@gmail.com](mailto:ajog1964@gmail.com)

<sup>5</sup> Contactos: Email – [rocha.jppb@mail.exercito.pt](mailto:rocha.jppb@mail.exercito.pt)

<sup>6</sup> Contactos: Email – [mpmcustodio@gmail.com](mailto:mpmcustodio@gmail.com)

as atividades; (iii) e dos colaboradores possuírem conhecimentos técnicos do funcionamento das Redes de Computadores e da Internet, com especial atenção para os protocolos utilizados (por exemplo, o TCP-IP) e tecnologias de suporte (por exemplo, ativos de rede, *firewalls*).

Perceciona-se ainda que numa primeira iteração deste tipo de exercícios é preferível: (i) a sua execução em ambientes virtuais, em virtude de se notar algum receio dos participantes em interagir com a organização real (alvo), face à sua inexperiência na utilização das ferramentas disponibilizadas; (ii) utilizar grupos de reduzida dimensão para permitir uma melhor interação entre os seus membros (e.g., três a seis pessoas); (iii) necessidade de software de *business intelligence* para integrar e analisar a informação recolhida.

Este artigo procura lançar as bases para o *design* de um método de planeamento para execução de exercícios académicos de cibersegurança focados na recolha de informação ao nível organizacional, e em partilhar lições aprendidas com outras organizações militares e civis.

**Palavras-Chave:** Exercício de Cibersegurança, Sensibilização e Treino, Cibersegurança, Segurança da Informação, Recolha de Informação.

## ABSTRACT

This article seeks to establish a framework of planning cyber security academic exercises, focused on gathering information at the organizational level, and to share lessons learned with other military and civilian organizations.

This paper presents a method of planning academic exercises of collecting information through cyberspace. The focus is to raise the awareness of employees in cyber security and train the employees in this area. It is mainly oriented to organizations looking for improving awareness and training of employees in order to mitigate the risk of obtaining and disclosure of classified information of your organization. The importance of these exercises is fundamental because organizations increasingly need to adjust training to real problems, and be able to measure the return of the investment in information security.

The design of the proposed planning method is supported on literature review and in the completion of an academic exercise carried out in the Portuguese Military Academy. It is a work in progress, which through Action Research method is sought to identify the main phases, activities and tasks of the method. It is based in the “know-how” practice, being necessary to carry out more instances of the exercise, on organizations with different topologies, for an academic validation.

The main results obtained with the exercise are: (i) the importance of the individual training in the use of the necessary applications to collect information; (ii) the correct role distribution to the group elements to perform the activities; (iii) the employees must have technical knowledge of the operation of Computer



Networks and the Internet, with special attention to use the protocols (eg TCP-IP) and supporting technologies (eg, network assets, firewalls).

In the first trial of this type of exercise is advisable: (i) its performance in virtual environments, some participants are afraid to interact with the real organization (target), because their inexperience in use of the available tools; (ii) use small groups to allow a better iteration among its members (eg, three to six people); (iii) the need of business intelligence software to integrate and analyze the information collected.

**Keywords:** Cyber Security Exercise, Awareness and Training, Cyber Security, Information Security, Information Retrieval.

## 1. INTRODUÇÃO

A segurança da informação é fundamental para as organizações (Andress: 2011) (Whitman e Mattord: 2012), em especial para a militar, conseqüentemente deve ser mitigado o risco da recolha de informação através do ciberespaço por parte de um adversário, de modo a evitar a sua superioridade de informação, ou seja, deve-se garantir a capacidade operacional de uma organização recolher, processar e disseminar um fluxo ininterrupto de informação, enquanto se explora ou nega a capacidade de um adversário fazer o mesmo.

A gestão eficaz da informação nas suas múltiplas dimensões, como seja a preservação da informação das nossas forças e a disrupção dos sistemas do adversário, é um multiplicador de força que aumenta significativamente o potencial de combate dessa força e amplifica a probabilidade de sucesso do cumprimento da missão.

O ciberespaço levanta desafios novos e complexos à segurança da informação para as organizações e Estados (Martins: 2014) pela possibilidade de um adversário anónimo, sem restrições temporais e geográficas explorar as vulnerabilidades dos componentes principais dos seus Sistemas de Informação (SI). Conseqüentemente pode atingir as propriedades de segurança da informação, a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade (Dhillon: 2007) (ISO / IEC 27001, 2013) (Pfleeger & Pfleeger: 2007). Os efeitos de alguns dos métodos de ataque lançados através do ciberespaço e suportados essencialmente nas Tecnologias de Informação (TI) foram observados no ciberataque lançado contra a Estónia em abril e maio de 2007, que levaram à paralisação de praticamente todas as atividades do Estado (Tikk: 2008) e no conflito da Geórgia em 2008 (Tikk, et al.: 2008). Perspectivam-se também nas possíveis capacidades de alguns países para a condução de *Cyber Warfare e de Computer Network Operations* (Andress & Winterfeld: 2011) (Carr: 2012) (JP 3-12: 2013). Podem identificar-se múltiplos e diferenciados métodos de ataque através de diferentes taxonomias, como seja a *Common Attack Pattern Enumeration and Classification* (CAPEC), de *frameworks* de testes de penetração (NIST 800-115: 2008), de certificações reconhecidas pela indústria (e.g., a *Certified Ethical Hacker*) (Walker: 2012) ou em relatórios internacionais (Ponemon. 2012) (Symantec: 2014).

Documentos estes que transmitem uma visão geral sobre as modalidades de ação de um adversário e consequentemente permitem orientar a organização no treino individual e coletivo dos seus colaboradores.

Embora exista uma multiplicidade de ações possíveis de serem realizadas por um adversário, um aspeto central para o planeamento e execução de um método de ataque por parte de um adversário é a necessidade de conhecer o oponente (ou seja, a organização alvo). *SunTzu*, na sua obra, *A Arte da Guerra*, afirmava que “*Conhece o teu inimigo e conhece-te a ti próprio e em cem batalhas nunca serás derrotado. Se não conheces o teu inimigo e apenas te conheces a ti mesmo, por cada vitória sofrerás uma derrota*”.

O sucesso nos conflitos militares depende da obtenção de informação acerca do adversário e da cada vez mais eficiente utilização das Tecnologias de Informação (Arquilla & Ronfeldt: 1999). Um dos manuais de Operações de Campanha do Exército Português refere que “*a informação constitui um fator que não pode deixar de ser tido em conta no ambiente operacional moderno, que faz sentir a sua importância de três formas distintas: (i) Na capacidade de a ela aceder; (ii) Na capacidade em a negar ao adversário; (iii) Na capacidade em disponibilizar ao adversário a informação que nos interessa que ele obtenha*” (RC130-1, 2005: 2.5).

Consequentemente é importante identificar as formas de obtenção de informação no âmbito das organizações militares. De acordo com as características da fonte de informação, e segundo uma abordagem militar de pesquisa e tratamento de informação, estas formas de obtenção podem ser divididas nas seguintes categorias (AJP-2.0,2003): (i) HUMINT (*Human Intelligence*): cujo objetivo é a obtenção de informação com origem nos seres humanos (por exemplo, através de ataques de Engenharia Social); (ii) MINT (*Imagery Intelligence*): que visa a obtenção de informação através de satélite ou fotografia aérea (por exemplo, utilizar o google earth); (iii) SIGINT (*Signals Intelligence*): permite a obtenção de informação através da interceção de sinais com origem na emissão de energia eletromagnética (por exemplo, interceção e captura das ondas eletromagnéticas emitidas através de monitores, impressoras); (iv) MASINT (*Measure and Signature Intelligence*): é uma forma de aquisição de informação que não se enquadra na HUMINT, na IMINT e na SIGINT (por exemplo, origem acústica); (v) OSINT (*Open Source Intelligence*): centra-se na obtenção de informação através de fontes públicas (por exemplo, sites na Internet, relatórios, listas telefónicas); (vi) TECHINT (*Technical Intelligence*): foca-se na análise de equipamento e armamento militar (por exemplo, análise da informação armazenada num portátil); (vii) CI (*Counter Intelligence*): inclui todas as ações tomadas para detetar, identificar, rastrear, explorar e neutralizar as atividades de intelligence de organizações amigas, adversários ou inimigos, procurando fundamentalmente contrariar ou neutralizar os esforços de recolha de informação de um oponente.

A história recente tem mostrado que a tipologia dos conflitos tem vindo a alterar-se. Desenrolam-se no seio das populações e apelam massivamente à opinião pública,

pois sabe-se que os decisores políticos relevam a forma como as populações vêm o emprego das Forças Armadas. Como diz a publicação doutrinária do Exército Português, PDE 3-00, *“este facto alterará de modo significativo a forma como as forças armadas poderão aplicar a força militar para alcançarem o sucesso nas suas operações. Embora a guerra continue a ser um conflito de vontades, assume particular relevo a disputa pelo controlo da população”* (2012: 1-7).

Este controlo da população é realizado com a utilização das Operações de Informação, cujo objetivo principal é negar à população em geral a informação divulgada pelo adversário e promover uma informação das nossas forças. As organizações terroristas, os grupos de crime organizado, os grandes grupos económicos ao serviço de interesses não revelados, poderão assumir o poder (ou parte deste) dentro de alguns Estados, e não se coíbem de empregar os meios de comunicação social, as redes sociais e as infraestruturas tecnológicas para atingir os seus fins.

Como refere o PDE 3-00,

*“para atingir este objetivo as suas operações tendem a evoluir, tornando-se mais sofisticadas e empregando todo o tipo de táticas e técnicas à sua disposição (sejam elas convencionais, não convencionais, irregulares e criminais) tendo como principal objetivo criar condições de instabilidade, procurando afastar o poder legítimo e as suas forças da respetiva população. Uma vez atingido o controlo local, procurarão alargar a sua influência utilizando as redes globais, através de Operações de Informação (INFO OPS - Information Operations), não se coibindo de empregar a violência sempre que necessário, sendo esta empregue sem limitações de qualquer tipo, sejam elas de ordem moral, humanitária ou outras”* (2012: 1-7).

Como exemplo recente pode-se ver as ações de violência extrema do atual denominado “Estado Islâmico” que usa a Internet, as redes sociais e os media como meios de suporte às Operações de Informação. Se lhe for possível negar acesso a estes meios, o seu sucesso será severamente comprometido. Foi com base nestes pressupostos que o grupo de hacktivismo Anonymous declarou ciberguerra ao ISIS.

As Tecnologias da Informação permitem às forças militares aceder, através das operações centradas em rede, a estados de superioridade de informação face ao adversário (AR 25-1, 2013: 2). Para isto ser possível é fundamental que todos os militares estejam cientes das potencialidades e vulnerabilidades dos Sistemas de Informação. *“As forças contendoras lutam continuamente pela obtenção de vantagens no ambiente de informação ao mesmo tempo que conduzem operações de combate. As ações de informação moldam o ambiente operacional e ao mesmo tempo desestabilizam o comando e controlo do adversário ou inimigo”*(PDE 3-00, 2012: 50). Logo a recolha e a análise de informação, bem com a sua segurança são aspetos centrais no planeamento de operações militares. A *Intelligence Militar*

considera o ciberespaço como origem cada vez mais relevante para este processo (JP 2-0: 2013) (JP 3-12: 2013) (Mattern, Felker and Borum: 2014).

Deste modo é crítico a sensibilização e treino dos colaboradores de uma organização militar na atividade de recolha e análise de informação. É fundamental conhecer os modos de atuação do adversário, nesta nova dimensão do campo de batalha, o que vai permitir proteger de forma mais eficiente a organização, mas também possibilitar planear ações futuras sobre um adversário, quer no âmbito de operações defensivas, quer ofensivas.

Só o treino real (ou simulado, através de jogos de guerra) permite obter experiência e partilhar lições aprendidas, i.e., aprender de forma eficiente, o que vai possibilitar alterar o modo de fazer as coisas, a fim de melhorar o desempenho. Pois o valor de uma lição aprendida está na sua implementação em atividades futuras (PDE 0.32.00: 2012).

Tendo em consideração a importância do treino no âmbito desta temática o objetivo central deste artigo é apresentar um método de planeamento para a execução de exercícios académicos de recolha de informação através do ciberespaço, e centrados na sensibilização e treino em cibersegurança dos colaboradores de uma organização. De forma a descrever o método de planeamento e enunciar as lições aprendidas, o artigo está estruturado em cinco seções. Nesta primeira identifica-se e enquadra-se o problema. Na segunda analisa-se a questão da sensibilização e treino dos colaboradores, salientando a importância das organizações possuírem um programa de sensibilização e treino, e ainda se analisam alguns dos principais fatores a considerar nesse programa. Na terceira seção descreve-se o planeamento e a execução de um exercício de recolha de informação através do ciberespaço, realizado numa organização militar (Academia Militar, Portugal). Posteriormente, na quarta seção, discutem-se os resultados obtidos da investigação e por fim apresentam-se os principais resultados da investigação, as limitações do estudo e os trabalhos futuros a realizar.

## **2. SENSIBILIZAÇÃO E TREINO EM CIBERSEGURANÇA**

A sensibilização e o treino dos colaboradores de uma organização, centrado nos modos de atuação do adversário, abordagem tradicional na doutrina militar para o planeamento de operações, é fundamental também em cibersegurança, pois possibilita complementar uma visão mais tradicional, focada na maioria das vezes unicamente na implementação de controlos de segurança da informação e SI. O que possibilita que os colaboradores possam passar a atuar como sensores da organização para prevenir, detetar, deter, desviar, recuperar e reagir a possíveis ataques e consequentemente proteger de forma mais eficiente a organização a que pertencem.

A necessidade da sensibilização e treino dos colaboradores para a cibersegurança é identificada por diversos autores, organizações Nacionais e Internacionais (ISO / IEC 27001: 2013) (SANS: 2015) (Walker: 2012). Identifica-se também uma especial

preocupação com os métodos de ataque de Engenharia Social (Mann: 2008) (Peltier: 2006), especialmente os que utilizam ações ativas de recolha de informação, como seja os ataques de *phishing* ou a exploração das redes sociais.

A primeira fase da execução de um ataque, quer manual, quer automático, através da Internet, passa na maioria das vezes pelo reconhecimento do alvo, ou seja, pela recolha de informação, o que vai possibilitar, posteriormente ao adversário definir cenários de atuação, através da modelação de métodos de ataque (por exemplo, através do uso da técnica de árvores de ataque) (Correia e Sousa: 2010). Consequentemente é fundamental a sensibilização e treino dos colaboradores de uma organização para este tipo de atividades de um adversário, focadas na recolha de informação. Tem ainda a vantagem de poderem ser treinados sem custos elevados, quer pelo reduzido tempo necessário para o seu treino, quer pela possibilidade de utilizar *software open source*. É essencial que a entidade responsável pelas ações de sensibilização e treino tenha em consideração à partida a diferença entre sensibilização (*awareness* em Inglês) e treino; Awareness: “*which is used to stimulate, motivate and remind the audience what is expected of them*”, Training: “*the process that teaches a skill or the use of a required tool*” (Peltier, 2005: 1). Para além disso é ainda importante que ao nível organizacional se considere, para o planeamento e execução, diferentes grupos de formandos (por exemplo, utilizadores no geral, gestores de nível intermédio, utilizadores especialistas de tecnologias de Informação, profissionais da segurança da informação e SI), pois é necessário ajustar a sensibilização e o treino para cada um dos grupos definidos (NIST 800-50: 2003).

Considera-se que para realizar a sensibilização e o treino dos colaboradores é necessário ter em consideração no planeamento os seguintes eixos principais, ou seja, conhecer: (i) os principais componentes de um programa de sensibilização e treino (NICE: 2015) (NIST 800-50: 2003) (NIST 800-16: 2013) (Peltier: 2005) (Siponen: 2001); (ii) O tipo de exercícios que podem ser realizados, i.e., a sua abordagem (ENISA: 2009); (iii) as ações e ferramentas que podem ser utilizadas (Chauhan and Panda: 2015) (Walker: 2012); (iv) e por fim a gestão das lições aprendidas (PDE 0-32-00: 2012).

Deste modo, para realizar a sensibilização e treino dos colaboradores através de exercícios de cibersegurança deve-se ter em consideração os seguintes aspetos principais:

- (1) Identificar as competências individuais e coletivas a desenvolver nos colaboradores da organização.
- (2) Escolher o tipo e a abordagem do exercício mais adequado à organização e à audiência de treino.
- (3) Identificar claramente os objetivos do exercício e as suas métricas de avaliação.
- (4) Escolher o cenário geral, as *storylines* e a lista de eventos do exercício
- (5) Escolher a organização alvo, ou o ambiente de simulação que a representa.
- (6) Identificar e avaliar os riscos da execução do exercício.
- (7) Identificar os principais *stakeholders* envolvidos no apoio direto e indireto.

- (8) Selecionar os grupos de colaboradores a treinar.
- (9) Selecionar a forma de garantir a competitividade entre os grupos.
- (10) Identificar o software a utilizar (preferencialmente *open source*).
- (11) Definir o processo de planeamento e de execução (ver Quadros I e II).
- (12) Elaborar a fita do tempo ajustada aos objetivos definidos de acordo com as listas de eventos a realizar.
- (13) Identificar os diversos apoios críticos (por exemplo o suporte logístico).
- (14) Identificar e treinar os tutores, ou seja os especialistas que acompanham o exercício.
- (15) Obter e gerir as lições aprendidas de modo a partilhar os ensinamentos por toda a organização.
- (16) Gerir e classificar toda a informação recolhida do exercício.

Tendo em consideração os aspetos identificados anteriormente planeou-se um exercício de cibersegurança que possibilita aos colaboradores da organização, neste caso particular aos alunos da Academia Militar, perceberem as modalidades de ação do adversário que podem ser executadas para recolha de informação e deste modo sensibilizá-los para boas práticas no âmbito da segurança da informação e da cibersegurança, as quais devem ser responsabilidade de todos os colaboradores de uma organização.

### **3. EXERCÍCIO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO**

O exercício consistiu fundamentalmente na recolha de informação de uma organização, em ambiente de *Competitive Intelligence*, de modo passivo, utilizando ferramentas *Open Source* (Hadnagy, Watson, Mason, Ackroyd: 2014) (Chauhan, Panda: 2015) Walker: 2012) e focado no “*saber fazer*”.

Numa organização este tipo de exercício permite motivar os colaboradores para a necessidade do cumprimento das regras internas de segurança da informação, pois possibilita que estes verifiquem a informação que a sua organização na realidade tem disponibilizada ao público em geral e ainda conhecer algumas das principais ações que um adversário pode executar para obter informação da sua organização através de fontes abertas.

No caso da Academia Militar a utilização deste tipo de exercícios é triplamente vantajoso, pois possibilita: (i) motivar os alunos para a temática da segurança da informação e da cibersegurança, complementando a unidade curricular E361 - Segurança da Informação, SI e Ciberdefesa; (ii) prepará-los para executar esta atividade em situações operacionais reais, pois na organização militar cada soldado é um “sensor de recolha e proteção da informação”; (iii) possibilita iniciar a sua preparação no âmbito das *Computer Network Operations*, na vertente ofensiva.



A abordagem deste exercício é a tradicional “*Capture of Flag*”, em que se procura obter o máximo de informação de uma organização adversária. Ganha a equipa que obtiver maior pontuação e em caso de igualdade, a equipa que sugerir um método de ataque com maior probabilidade de sucesso.

Tem como principais objetivos: (i) criar e desenvolver competências na área da Segurança da Informação, Sistemas de Informação e Cibersegurança nos discentes da AM; (ii) e fomentar a reflexão e a partilha de conhecimento entre docentes, discentes e as organizações participantes.

A “*Blue Team*”. *i.e.*, a equipa das forças amigas, foi constituída por grupos de alunos da AM, com a missão de recolher informação e a “*Red Team*”, ou seja, o adversário, é a organização alvo, objeto da ação de recolha.

A execução do exercício decorreu de acordo com seis regras principais: (i) as ações de recolha de informação, antes da sua execução, devem ser aprovadas pelo tutor (docente especialista que acompanha cada grupo de alunos) e pelo representante da organização alvo, de modo a controlar possíveis riscos operacionais; (ii) é permitida apenas a utilização de fontes abertas, particularmente a Internet; (iii) só é permitida a utilização de aplicações que não interajam com os Sistemas de Informação da organização, de modo a evitar a deteção das ações da “*Blue Team*” pela organização alvo; (iv) respeitar a fita do tempo aprovada para execução do exercício, reforçando a importância da gestão do tempo disponível para planeamento e execução das operações militares; (v) elaborar um relatório final com template aprovado, a entregar ao escalão superior (importância das lições aprendidas); (vi) os documentos com a informação obtida sobre a organização alvo devem ser destruídos ou armazenados com segurança após a realização do exercício (importância da classificação e tratamento da informação).

O planeamento e a execução do exercício foi efetuado de acordo com o processo referenciado no Quadro 1 e as atividades nucleares identificadas no Quadro 2.



Quadro 1: Processo de Planeamento do Exercício	
<b>Objetivo</b>	Recrutamento e tratamento de informações de organizações alvo através da internet;
<b>Entradas</b>	Organizações alvo; Grupos de interesse participantes;
<b>Saídas</b>	Resumo de tipos de organizações; Questionário de avaliação de atividades;
<b>Controlo</b>	Regras de realização do exercício; Fluxo de tempo de planeamento e execução; Cuidada utilização dos instrumentos Open Source disponibilizados;
<b>Materiais necessários</b>	Sala de apoio ao funcionamento do exercício; Sede de computadores com acesso à internet; Aplicações Open Source; Sistema de apoio aos conteúdos necessários (modo); Google Drive;
<b>Entidades Subordinadas</b>	Organização parceira alvo; Tarefas desempenhadas em grupo (relatório); Avaliações e relatórios da organização alvo; Entidades da cadeia de comando das organizações participantes;
<b>Identificação e Avaliação do Risco</b>	(Omitida por questões de segurança militar)
<b>Documentação Pós-Exercício</b>	Diário de exercício; Lista de itens de referência e sobre outros alunos; Matriz de análise de resultados de informações a apresentar pelos grupos; Instrumentos de suporte ao funcionamento das aplicações utilizadas;

No Quadro 1 identifica-se de modo sumário, o objetivo principal do exercício, as principais entradas e saídas do processo de planeamento, bem com o modo de controlo de execução do exercício. Identificam-se ainda os principais recursos críticos utilizados e as entidades que participam. É fundamental a identificação e avaliação do risco, atividade que foi realizada, mas que por motivos de segurança militar é omitida no artigo. E por fim listam-se alguns dos principais documentos utilizados no planeamento e execução.

No Quadro 2, identificam-se as principais atividades a desenvolver para a realização de um exercício deste tipo. A lista de tarefas não é exaustiva, mas representativa das que foram necessárias desenvolver para esta instância e de algumas que se prevê que futuramente serão realizadas (assinaladas com \*).

Quadro 2: Atividades Nucleares de um Esboço de Trabalho de Grupo/Projeto	
Atividade	Finalidade
Grupos de Fronteira	Grupos operacionais organizados em função das características do grupo de trabalho.
Comitê de Gestão do Exercício	Formar e gerir uma equipa responsável pelo planeamento do exercício.
Equipa Operacional	Formar e gerir uma equipa responsável por implementar o exercício.
Equipa Participativa	Grupos de trabalho que participam no exercício.
Tutores e Assistentes	Atividade de gestão de grupos que incluem o acompanhamento e a avaliação.
Tecnologias	Grupos de dados de organizações e entidades existentes e interações em rede.
Gestão da Economia	Desenvolver o plano de apoio ao exercício (e.g., verificação das condições, preparação de locais, software e vídeo, registo).
Identificação e Avaliação do Risco	Identificar e avaliar todos os riscos que possam a realização do exercício (e.g., fatores organizacionais, de recursos).
Laboratório Virtual (*)	Desenvolver intervenções virtuais para treino dos alunos e realizar as ações do exercício (e.g., simulação com avatares e interação virtual).
Servicos, Monitorização e Data Mining (*)	Grupos de monitorização, recolha de dados de sucesso e processo de monitorização e de análise dos dados produzidos.
Atividades Formais Computacionais (*)	Definir e gerir o sistema que identifica e valida os resultados das atividades de risco desenvolvidas.
Legislação	Preparar e processar todos os requisitos de apoio (e.g., simulação).
Gestão de Comunicação e Comunicações	Grupos de gestão de comunicações e de sistemas de apoio ao comando e controlo do exercício (e.g., sistema de vídeo conferência).
Plataformas Colaborativas	Estabelecer e gerir locais de trabalho em rede à disposição do exercício (e.g., sites e ferramentas) e manter uma lista de utilizadores.
Gestão Documental	Grupos de documentação produzidos no exercício, de modo a permitir a comunicação.
Atividades Formais (*)	Grupos de treino e desenvolvimento de habilidades relacionadas (e.g., Estado Maior do Exército, simulação de locais, eventos).

A realização deste exercício decorreu em duas fases, numa primeira fase foi efectuada a preparação dos alunos (2º e 3º Ano) para o exercício e numa segunda fase decorreu a execução. A fase de planeamento demorou aproximadamente um mês e a fase de execução teve a duração de três horas.

Salienta-se que: (i) a organização dos grupos foi proposta pelos alunos, tendo a sua maioria três elementos na constituição (sugestão dos responsáveis pelo exercício); (ii) existiu um docente tutor para acompanhar cada turma (com aproximadamente 12 grupos); (iii) já existia um conhecimento do tipo de exercício; (iv) disponham

de uma *framework* conceptual teórica base sobre as temáticas abordadas (ministrada durante a UC E361: segurança da informação, Sistemas de Informação e Ciberdefesa); (v) os alunos possuíam na sua maioria o sistema operativo Windows 7/8 e utilizaram como ambiente de virtualização a Virtual Box; utilizaram para acesso à internet Pen's de banda larga móvel USB dos próprios.

No final do exercício todos os participantes estiveram presente numa reunião de lições aprendidas e cada grupo de alunos respondeu a um inquérito *online*, o que permitiu obter informação relevante para o planeamento de exercícios futuros. Perspectivaram-se ainda um conjunto de atividades nucleares que permitiria futuramente gerir um exercício académico de dimensão nacional, algumas das quais não foram implementadas no exercício realizado, mas que estão identificadas no Quadro 2.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O exercício decorreu com grande empenho dos alunos, sendo este um dos principais objetivos, que consequentemente foi atingido. Face à experiência obtida neste exercício, é importante em futuros exercícios introduzir as seguintes melhorias: (i) realizar ações de formação e treino com as principais aplicações a utilizar, pois verificou-se que uma percentagem elevada dos alunos não tinha instalado e testado as ferramentas recomendadas; (ii) reforçar a prática da utilização das máquinas virtuais nas unidades curriculares E316 e E315; (iii) introduzir e utilizar a *Framework Kali* (testes de penetração) na unidade curricular E361; (iv) utilizar a rede Wifi da Academia Militar; (v) clarificar e introduzir melhorias no documento base para recolha de informação (“Lista de Itens”); (vi) possibilitar a recolha de informação através de ações de Engenharia Social do tipo “humano-humano”, via telemóvel ou mail (por exemplo, através de ataques de *phishing*); (vii) e utilizar ferramentas de *business intelligence* para agrupar, analisar e apresentar a informação recolhida aos decisores.

Notou-se em diversos grupos uma “*ansiedade*” em ligar diretamente, via telefone, à organização alvo, mas simultaneamente percecionou-se uma certa relutância em usar as aplicações sugeridas, por dois motivos: primeiro, pela necessidade de instalação de software nas máquinas pessoais dos alunos (opção escolhida para facilitar o treino e a execução); em segundo, por questões éticas, pois estes sentiam que estavam a recolher informação, embora autorizada, de uma Unidade Militar. Em termos gerais, para próximos exercícios, é importante para melhorar os resultados obtidos que (i) que os grupos estejam localizados num único edifício, para facilitar a logística de apoio; (ii) garantir que as salas possuam tomadas de energia eléctrica e pontos de rede em número suficiente; (iii) planear o exercício para uma data onde a solicitação académica aos alunos seja menor (i.e., realização de testes e trabalhos); (iv) introduzir um factor de avaliação académica no exercício; (v) aumentar a duração da reunião de lições aprendidas, de modo a que todos os coordenadores dos grupos possam intervir e manifestar a sua opinião.

#### 4.1 Resultados do Inquérito

Após a realização do exercício com a duração de aproximadamente três horas, os grupos participantes preencheram um questionário online composto por 22 perguntas agrupadas em 4 seções. Os alunos dividiram-se por 18 grupos, sendo cada um composto por 2 a 4 alunos (maioritariamente de três). Cada grupo respondeu ao inquérito, correspondendo a um total de 18 respostas. De uma forma breve, são indicadas as questões mais relevantes. Na primeira seção, para caracterização dos participantes, foram colocadas as questões:

##### i) Questão: Qual o ano que frequenta?

Respostas:	Nº respostas	Porcentagem Respostas
2º Ano	5	27.8%
3º Ano	13	72.2%



O número de respostas, muito superior no 3º ano, quando comparado com o 2º ano é justificado por no 3º ano existirem mais alunos a frequentar a Academia Militar. Por outro lado, não existem respostas de outros anos uma vez que no Exercício apenas participaram alunos do 2º e 3º anos.

##### ii) Questão: Qual o curso que frequenta?

Curso:	Nº Respostas	Porcentagem Respostas
Armas	14	77.8%
Engenharia	2	11.1%
Administração	1	5.8%



A distribuição dos alunos na Academia Militar pelos cursos reflete as necessidades do Exército, sendo notório o predomínio do Curso de Ciências Militares (vulgo Curso de Armas) com especialidades em Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

##### iii) Questão: Como organizou o grupo de trabalho?

Método de Organização	Nº de Respostas	Porcentagem Respostas
Divisão do trabalho por todos os elementos do grupo	15	83.3%
Três ou elementos do grupo procuraram responder a todas as questões	2	11.1%
Um procurou responder e outro ajudar	1	5.8%

Permitiu-se aos grupos fazerem a gestão do trabalho da forma que consideravam mais produtiva. Considerando que todos os elementos possuem um grau de conhecimento similar, a opção da quase totalidade dos grupos foi de distribuir o trabalho de pesquisa / recolha de informação, por todos os elementos do grupo.

A segunda secção incluiu perguntas sobre as ferramentas usadas para a recolha de informação. A totalidade dos grupos usaram o Google como o motor de pesquisa preferido. Em complemento, metade dos grupos visitaram o website da organização alvo para obtenção de informação. Note-se ainda que as redes sociais também foram utilizadas por quase metade dos grupos para a obtenção de informação. A terceira secção incluiu questões relativas ao conhecimento adquirido ao longo do exercício.

**iv) Questão: Este exercício foi relevante para a sua formação?**

Resposta	N.º de Respostas	Porcentagem Respostas
Nada útil	1	5.6%
Pouco útil	12	66.7%
Muito útil	5	26.7%
Extremamente útil	2	11.1%



É notório que a quase totalidade dos grupos considerou que o exercício realizado foi útil para a sua formação. Atendendo a este resultado, este exercício será repetido anualmente, com detalhes adicionais, para melhoria da execução e refletir os objectivos / motivações dos participantes.

**v) Questão: Aprendeu algo de novo?**

Resposta	N.º de Respostas	Porcentagem Respostas
Nada de novo	0	0.0%
Alguns conhecimentos novos	3	16.7%
Alguns conhecimentos novos e coisas novas	7	36.9%
Muitos conhecimentos novos e coisas novas	10	53.3%



A resposta a esta questão indica que todos os participantes aprenderam algo de novo, o que é motivador para a realização de um novo exercício, na continuidade deste. Observa-se ainda que mais de metade dos participantes aprendeu “diversas coisas novas” ou “muitas coisas novas”, o que sugere que o presente exercício foi um êxito.

**vi) Questão: Usou conhecimentos obtidos noutras unidades curriculares?**

Cinco grupos responderam a esta questão afirmando que não usaram conhecimentos de outras unidades curriculares, para além da UC E361. Os grupos que usaram conhecimentos obtidos de outras unidades curriculares, indicaram Sistemas Computacionais e de Comunicação (4 grupos), Programação (2 grupos), Base de Dados (1 grupo) e Metodologia da Comunicação (1 grupo). A quarta secção teve como objectivo recolher a opinião dos participantes sobre a duração do exercício, os aspectos que mais / menos gostaram, e ainda quais as expectativas para futuros exercícios.

**vii) Questão: A duração do exercício foi:**

Programa	Nº de respostas	Porcentagem respostas
Curta, mas seria mais curta	2	11.1%
Curta e deveria ser mais curta	7	38.9%
Longa, mas seria mais curta	6	33.3%
Longa e deveria ser mais curta	0	0%



Genericamente os participantes consideraram que a duração do exercício foi longa; de todos os participantes, metade sugere que a duração do exercício deveria ser mais curta. Este resultado é facilmente entendido em virtude de alguma falta de conhecimento e prática na utilização das aplicações.

**viii) Questão: O que gostaria de ver explorado num futuro exercício?**

As respostas a esta questão foram muito diversas, existindo uma concentração (sete grupos) que sugerem ataques de penetração / obtenção de passwords. As restantes sugestões são: (i) descobrir passwords de emails e de redes sociais (dois grupos); (ii) métodos para proteger a informação pessoal (dois grupos); (iii) recolha de informação de forma ativa (um grupo); (iv) ver em tempo real a execução do exercício (um grupo); (v) obter dados pessoais de colaboradores de uma instituição (um grupo); (vi) recolher mais informação de cariz tecnológico e não tanto informação humana (um grupo).

**ix) Questão: As instalações foram adequadas?**

Programa	Nº de respostas	Porcentagem respostas
Sim	9	50%
Não	9	50%



No que respeita às instalações as opiniões dos participantes dividiram-se, em que apenas 50% considera as instalações adequadas. Os aspetos que poderão ter influenciado um número considerável de respostas negativas poderá ser a inexistência de ar condicionado, o reduzido número de tomadas eléctricas, e o facto de uma das salas ter sido um anfiteatro.

É relevante ainda mencionar que os participantes têm preferência por um exercício com visualização em tempo real dos progressos efectuados pelos vários grupos, sendo este aspecto uma motivação adicional para acompanhar o desenrolar do exercício. Estes resultados permitem concluir que o método preferencial de abordagem para a resolução do problema pelos alunos foi “dividir para conquistar”, ou seja, repartir as múltiplas tarefas por todos os elementos do grupo tal que seja possível atingir o objectivo no menor período de tempo possível.

Os alunos usaram preferencialmente o Google, talvez por desconhecerem outros motores, apesar de existirem meta-pesquisadores (motores de busca que combinam o resultado de vários motores de busca). As redes sociais (por exemplo, o facebook) também foram usadas para pesquisa, pois permitem explorar a vulnerabilidade de alguns “humanos” que expõem muitos detalhes pessoais e da sua organização nas redes sociais.

Saliente-se que 100% dos participantes afirmou que aprendeu algo de novo e 94% dos participantes considerou este exercício relevante para a sua formação, o que motiva os responsáveis pelo exercício a efectuar diligências para a continuidade e melhoria deste tipo de exercício, refletindo o que os participantes gostariam de explorar em futuros exercícios.

## 5. CONCLUSÕES

O artigo apresenta um método de planeamento para a execução de exercícios académicos de cibersegurança, focado na recolha de informação através do ciberespaço e divulga algumas das principais preocupações associadas à sensibilização e treino em cibersegurança ao nível organizacional.

Constatou-se que a realização deste tipo de exercícios académicos de abordagem prática são mais motivantes para os discentes (e docentes) do que os de “caneta e papel” e que os discentes ganham reais competências centradas no “saber fazer”, pois não basta dizer o que fazer, é necessário executar. Verificou-se ainda a importância do treino individual na utilização das aplicações, antes de iniciar o treino coletivo. Em próximos exercícios é importante ultrapassar as dificuldades identificadas anteriormente, com especial relevância, para a necessidade de realizar ações de formação e treino com as principais aplicações e explorar ainda durante o exercício os métodos de ataque focados no *Phishing* e na análise das *Redes Sociais*. É também importante a presença de especialistas militares da área de ciberdefesa



que interliguem os conhecimentos teóricos e práticos ministrados em ambiente acadêmico com as verdadeiras necessidades operacionais do Exército Português. A reflexão dos docentes intervenientes neste exercício (autores do artigo) permite propor desde já melhorias em futuros exercícios para colmatar algumas das deficiências detetadas, que passarão: (i) pela criação de uma atividade extra curricular anual de *Ethical Hacking* que permita desenvolver as competências necessárias aos alunos e futuros oficiais do Exército; (ii) aumentar a coordenação multidisciplinar entre unidades curriculares que possam contribuir para o ensino desta temática; (iii) implementar uma actividade laboratorial para treinar as competências associadas às temáticas da segurança da informação, Sistemas de Informação e cibersegurança (já se encontra em fase de implementação); (iv) estreitar as relações e partilha de lições aprendidas com outras entidades que desenvolvem conhecimento nesta temática. De modo a otimizar e validar o *método* de planeamento do exercício é necessário a sua execução em diversas organizações, com diferentes topologias no âmbito das Forças Armadas. Em termos de trabalhos futuros é também importante explorar a vertente dos Jogos de Guerra / Simulação e a *Cyber Intelligence*. Nesta temática só equipas multidisciplinares e com elevada competência técnica, centrada no saber fazer podem ultrapassar os desafios que se colocam em termos de cibersegurança às Organizações e aos Estados.

## AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial ao Professor Henrique dos Santos da Universidade do Minho, ao Professor Rui Silva do Instituto Politécnico de Beja (UbiNET), pelas sugestões e ensinamentos partilhados, e ao Centro de investigação Geoespacial do Exército (CIGeoE), na pessoa do Major (Eng.) Francisco Salvador, pelo apoio como representante da organização alvo e pelos conhecimentos partilhados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AJP - 2.0 (2003). *Allied Joint Intelligence: Counter Intelligence and Security Doctrine*, NATO.
- ANDRESS, Jason (2011). *The Basics of Information Security*, Elsevier.
- ANDRESS, J., and Winterfeld, S. (2011). *Cyber Warfare: Techniques, Tactics and Tools for Security Practitioners*: Syngress Media Inc.
- Army Information Technology.USA AR 25-1 (2013).
- ARQUILLA, J., & Ronfeldt, D. (1999). The Advent of Netwar: Analytic Background, *Studies in Conflict & Terrorism*, 22(3), 193-206.

- CARR, J. (2012). *Inside Cyber Warfare* (Second Edition ed.): O'Reilly.
- CHAUHAN, Sudhanshu and PANDA, Nutan, Kumar K. (2015). *Hacking Web Intelligence*, Syngress.
- CORREIA, M. P., & SOUSA, P. J. (2010). *Segurança no Software*. Lisboa: FCA.
- DHILLON, G. (2007). *Principles of Information Systems Security*, Text and Cases, Wiley.
- ENISA (2009). *Good Practice Guide on National Exercises*, December, EU.
- HADNAGY, Chris, Watson, Gavin, Mason, Andrew and Ackroyd, Richard (2014). *Social Engineering Penetration Testing*, Syngress.
- ISO / IEC 27001 (2013). *Information technology – Security techniques – Information Security Management Systems - Requirements*.
- JP 2.0 (2013). *Joint Intelligence*, Joint Chiefs of Staff, USA.
- JP 3-12 (2013). *Cyberspace Operations*, USA.
- MANN, I. (2008). *Hacking the human: Social Engineering Techniques and Security Countermeasures*: Gower Publishing Company.
- MARTINS, José Carlos L. (2014). *Método de Planeamento de Segurança da Informação para Organizações Militares em Ambiente de Guerra de Informação*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho.
- MATTERN, Troy, Felker, John, Borum, Randy and Banford, George (2014). *Operational Levels of Cyber Intelligence*, International Journal of Intelligence and Counter Intelligence, Nº 27, pp. 702-719.
- NICE (2014). *The National Cybersecurity Workforce Framework*, USA.
- NIST 800-115 (2008). *Technical Guide to Information Security Testing and Assessment*, USA.
- NIST 800-50 (2003). *Computer Security, Technology Awareness and Training Program*, USA.
- NIST 800-16 (2013). *A Role-Based Model for Cyber Security Training*, V2.0, USA.
- PDE 0.32.00 (2012). *Lições Aprendidas*: Ministério da Defesa Nacional, Exército Português.
- PELTIER, Thomas R. (2005). *Implementing an Information Security Awareness Program*, The EDP Audit, Control, and Security Newsletter, Vol. XXXIII, Nº 1.
- PELTIER, Thomas R. (2006). *Social Engineering: Concepts and Solutions*, The EDP Audit, Control, and Security Newsletter, Vol. XXXIII, Nº 8.
- PFLIEGER, C. P., and Pflieger, S. L. (2007). *Security in Computing*, Prentice Hall, 4ed, United States of America.

- PONEMON (2012). *The Human Factor in Data Protection*, Research Report, Ponemon Institute.
- RC 130-1 (2005). *Regulamento de Campanha - Operações*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- SANS (2015). *Twenty Critical Security Controls for Effective Cyber Defense* (Version 4.1).
- SIPONEN, Mikko (2001). *Five Dimensions of Information Security Awareness*, Computer and Society, June 2001, pp. 24-29.
- SYMANTEC (2014). *Internet Security Threat Report, 2013 Trends*, Volume 19, Published April 2014.
- TIKK, E. (2008). *National Defense Policies for Cyber Space – Background and Effect of the Estonian Cyber Attacks* (Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence), Academia Militar, Lisboa, Portugal.
- TIKK, E., Kaska, K., Rünninger, K., Kert, M., Talihärm, A.-M., & Vihul, L. (2008). *Cyber Attacks Against Georgia: Legal Lessons Identified*, NATO Unclassified Report v1.0. Tallin, Estonia: Cooperative Cyber Defense Centre of Excellence.
- WALKER, Matt (2012). *Certified Ethical Hacker*, Exam Guide, McGraw-Hill.
- WHITMAN, Michael E. and MATTORD, Herbert J. (2012). *Principles of Information Security*, Course Technology, Cengage Learning.

## **JOSÉ MARTINS**

Professor Regente na Academia Militar nas temáticas de Segurança da Informação, Sistemas de Informação e Ciberdefesa. Doutorado em Tecnologias e Sistemas de Informação na área da “Gestão de Segurança da Informação e de SI”. É fundador e gestor da empresa FeelSec que se dedica à implementação de programas de sensibilização e treino de SegInfo, SI e cibersegurança em organizações públicas e privadas.

## **JOSÉ SILVA**

É docente do Departamento de Ciências e Tecnologias de Engenharia, da Academia Militar, e lecciona as unidades curriculares Sistemas Computacionais e de Comunicação, Programação de Sistemas e Análise de Circuitos.

## **JOÃO ROCHA**

Professor Regente na Academia Militar nas temáticas de sistemas Operativos e Programação. Engenheiro Electrotécnico Militar interessa-se pelas áreas de data mining, data farming e segurança da Informação. Actualmente é chefe do Departamento de Ciências Exactas e Naturais da Academia Militar (DCEN).

## **ANTÓNIO GALINDRO**

Professor Regente na Academia Militar nas temáticas de Programação, Algoritmos e Estruturas de Dados e Bases de Dados. Mestre em Engenharia Informática, interessa-se pelas áreas de Segurança da Informação.

## **MARCO CUSTÓDIO**

Professor Regente na Academia Militar da disciplina de Introdução à Programação e Professor Auxiliar nas cadeiras de Redes de Computadores e de Tecnologias de Informação e Plataformas de Internet. Mestre em Engenharia Informática e de Computadores. É Tenente-Coronel do Exército Português, a prestar serviço na Direção de Comunicações e Sistemas de Informação.

## **CARLOS PIMENTEL**

Professor Adjunto na Academia Militar nas temáticas de Segurança da Informação, Sistemas de Informação e Ciberdefesa. É Instrutor permanente da GNR nos cursos de Transmissões, Informações e Investigação Criminal. Publicou um livro pela FCA com o título “CyberWar – O Fenómeno, as Tecnologias e os Actores”. Interessa-se fundamentalmente pelas áreas de Segurança da Informação e comunicações seguras.

**the birth of A (fAKE?) nAtion At the AfterMAth of the deComPosition of  
Ussr. the Unsolved issue of Post-Soviet 'frozen ConflIctS'  
O nAscimento de umA (fAl sA?) nAção no SeGuimento do desmenbrA-  
mento dA Urss. A Questão não ResolvidA dos Conflitos  
'ConGel Ados' Pós-SoviétiCos**

Marco Marsili <sup>1</sup>

Researcher, Center for International Studies (CEI-IUL) of the University Institute of Lisbon (ISCTE-IUL) and Portuguese Military Academy and Research Center (CINAMIL).

### ABSTRACT

This paper analyzes the situation of some states (Abkhazia, Nagorno Karabakh, South Ossetia and Transnistria), *de facto* independent after the dissolution of the USSR, which have been being in a limbo for 25 years, hovering between being considered 'fake states' and from getting the international legal status to which aspire. There is the problem of identifying the objective requirements for their largely recognition, which otherwise remains merely a discretionary choice of the other actors in the international society, based on purely political requirements and economic interests. In a world made up of states, which are the main actors on the international stage, how can these entities get the 'certification' of *de jure* sovereign states?

**Keywords:** Frozen Conflict, Nationalism, International Community, International Law.

### RESUMO

Este artigo analisa a situação de alguns Estados (Abkhazia, Nagorno Karabakh, Ossétia do Sul e Transnístria), *de facto* independentes depois da dissolução da URSS, que estão há cerca de 25 anos no limbo, oscilando entre ser considerados 'Estados falsos' e recebendo o status legal internacional a que aspiram. Existe o problema de identificar os requisitos objetivos para o seu reconhecimento, em grande parte, que de outra forma parece apenas uma escolha discricionária dos outros atores na comunidade internacional, com base em requisitos puramente políticos e interesses econômicos. Num mundo feito de Estados, que são os principais actores na cena internacional, como podem estas entidades obter a 'certificação' de Estados soberanos *de jure*?

**Palavras-chave:** Conflito Congelado, Nacionalismo, Comunidade Internacional, Direito Internacional.

---

<sup>1</sup> Email: [info@marcomarsili.it](mailto:info@marcomarsili.it).

Recebido em 03 de outubro de 2015 / Aceite em 10 de novembro de 2015

## 1. INTRODUCTION

The dissolution of the Soviet Union, not only gave birth to states born from the former republics that made up the union, but also blew nationalism confined within the diplomatic boundaries of the new states. In the post-Soviet power vacuum, geographical, historical, linguistic, ethnic, religious and cultural differences prompted some people to refuse belonging sanctioned by the division of the Union of Soviet Socialist Republics. Thus the enclaves within the new independent states were born: Abkhazia and South Ossetia in Georgia, Nagorno Karabakh in the territory of Azerbaijan, and Transnistria, a strip of land on the eastern edge of Moldova with Ukraine. These entities are *de facto* independent from the states to which they belong, but they lack of a large international recognition. The fact that they have been staying in a legal limbo for 25 years poses some questions about the status of these entities, in addition to which, in 2014, appeared the new ones arising from the conflict in the Crimea and in the eastern Ukraine.

These situations have generated ‘frozen conflicts’, situation in which active armed conflicts has been brought to an end, but no peace treaty or other political framework resolves the conflicts. Therefore, legally the conflicts can start again at any moment, jeopardizing the stability and international order.

## 2. FROM THE CREATION OF THE USSR TO ITS BIG BANG

On December 8, 1991, Russian, Ukrainian and Belarus Presidents signed the Belavezha Accords, declaring dissolution of the USSR by its founder states, and on December 26, 1991, the Soviets of the Republics of the Supreme Soviet of the Soviet Union formally established the dissolution of the Union as a subject of international law: the multinational Bolshevik state ceased after 73 years.

The Treaty of Creation of the USSR, forming the Union of Soviet Socialist Republics, was signed on December 28, 1922 (Sakwa: 1999), and the new state was *de jure* recognized by the British Empire on February 1, 1924. The Transcaucasian Socialist Federative Soviet Republic was a constituent republic of the Soviet Union, and embraced Armenia, Azerbaijan and Georgia.

The multinational status of USSR is also confirmed by the multilingual aspect of the Union, specifying that all of the Union’s decrees have to be printed in the official language of each constituent republic: Russian, Ukrainian, Belarusian, Georgian, Armenian and Turkic (*i.e.* Azerbaijani).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> *Treaty on the Creation of the USSR*, Art. 14, signed in Moscow, 30 December 1922.

With the adoption of the 1936 Soviet Constitution on December 5, 1936 the USSR was re-organized from a Union-based confederation, into a proper federal country (Towster, 1948: 106), and the Transcaucasian Socialist Federative Soviet Republic ceased to exist, splitting into the three republics.

In prelude to World War II, several new republics were created prior to the German invasion of USSR in 1941. On August 24, 1940 the Moldavian Soviet Socialist Republic was the final republic created by merging the large territory of Bessarabia, previously part of the Romanian territory, with the Moldavian Autonomous Soviet Socialist Republic, previously part of the Ukrainian Soviet Socialist Republic.

During the seventy years of life of the Union, Abkhazia, South Ossetia, Nagorno Karabakh and Transnistria enjoyed a degree of autonomy, due to the privileged status of autonomous republics. The 1921 USSR constitution granted Abkhazia autonomy as a Socialist Soviet Republic, later an autonomous republic within the Georgian Soviet Socialist Republic (Holberg, 2010: 33), while South Ossetia was an Autonomous Oblast within the same former Soviet Socialist Republic. The Nagorno Karabakh, an Armenian majority territory (Hewsen, 2001: 32-33, map: 19) (Hewsen: 1982), was an Autonomous Oblast established in 1923 within the Azerbaijan SSR in the Soviet Union. Transnistria, part of the Russian Empire from the late eighteenth century, has an overall majority of the population (mostly Russians and Ukrainians) speaking Russian as a mother tongue. The end of the USSR brought the clock back to 73 years, to the time of independence of these republics from Moscow. The result of this big-bang has left some consequences, the last of which is related to the tension between Russia and Ukraine for the Crimea, and later for Novorossiia (New Russia), a confederation of the self-proclaimed Donetsk People's Republic (DPR) and Luhansk People's Republic (LPR). Russian-speaking nationalities, which enjoyed a certain autonomy within the Soviet state because of their own peculiarities, did not hesitate to unleash conflicts to free themselves from the new states in which they were confined (Nagorno Karabakh War 1988–1994; Georgian-Ossetian conflict 1989–2008; War of Transnistria 1990-1992; War in Abkhazia 1992–1993).

The conflict between Georgia and separatists in South Ossetia and Abkhazia led, in August 2008, direct military intervention of Russia in Georgia. Finally, in 2014 the conflict in Crimea and in the Caucasus region, in eastern Ukraine broke out. Crimea was part of the Russian Empire, and in 1921 became an autonomous republic within Russian Soviet Federative Socialist Republic, while the Donetsk People's Republic claims the legacy of the 1918 Donetsk–Krivoy Rog Soviet Republic.

The push for independence comes from far away, and today's claims for getting the lost autonomy, have their roots in the national peculiarities, buried for 70 years in the Soviet federal state.



### 3. INTERNATIONAL RECOGNITION

The problem of the legal status for these post-Soviet ‘frozen conflict’ zones has been arising for about 25 years. While they are *de facto* independent states, from the standpoint of international law they are not independent *de jure*, lacking of a large recognition by UN member states.

Therefore the issue is the objective requirements for recognition as independent states within the international society that, according to Bull (1997: 78-81), is made up of states, which are the main actors on the international stage.

The *Declaration on Principles of International Law concerning Friendly Relations and Co-operation Among States in accordance with the Charter of the United Nations*, adopted by the UN General Assembly, establishes the manner in which states must relate, but does not establish criteria for the recognition of the statehood; does not establish requirements because a state can be defined as such. The Resolution states, however, the principle of equal rights and self-determination of peoples, enshrined in the *Charter of the United Nations*. The Declaration provides that “all peoples have the right freely to determine, without external interference, their political status and to pursue their economic, social and cultural development, and every State has the duty to respect this right in accordance with the provisions of the Charter”, and that “Every State has the duty to promote, through joint and separate action, realization of the principle of equal rights and self-determination of peoples”.

Abkhazia, Nagorno Karabakh, South Ossetia and Transnistria are partially recognized states: as well as mutual recognitions, they have been recognized by some UN members. Abkhazia and South Ossetia are currently recognized by four UN member states: Russia, Nicaragua, Venezuela and Nauru (Vanuatu recognized Abkhazia in 2011, but subsequently withdrew its recognition in 2013 as did Tuvalu with Abkhazia and South Ossetia in 2014).

Transnistria, unlike Abkhazia and South Ossetia, has no borders with Russia, and doesn’t have equal strategic role, although borders with Ukraine, whose territorial integrity has been undermined by Moscow in 2014. Despite not officially recognizing Tiraspol’s independence - only South Ossetia and Abkhazia recognize Transnistria as a sovereign - Moscow established a consulate in the disputed territory, which could join the Russian Federation. Many Transnistrians also have Russian and Ukrainian citizenship.

It has to be noticed the fact that the recognition of these two entities has come a few months after the declaration of independence adopted on February 17, 2008 by the Assembly of Kosovo, followed by the immediate recognition by some countries. Currently the Republic of Kosovo has received 110 diplomatic recognitions as an independent state: 108 out of 193 (56%) United Nations member states, plus the Republic of China (Taiwan), Sovereign Military Order of Malta, 23 out of 28 (82%) European Union member states, 24 out of 28

(86%) NATO member states. The states that have rejected the recognition of Kosovo include Argentina, Brazil, China, Greece, India, Iran, Israel, Romania, Russia, Spain, Ukraine, Uruguay, Venezuela, and, of course, Serbia.

Two permanent members of the UN Security Council (Russia and China), and other five members of the European Union (Spain, Romania, Greece, Slovakia and Cyprus), do not recognize the independence of Kosovo, which remain a partially recognized state, as well as the former USSR entities.

Apart from the reasons of Moscow, and that of China due to the Taiwan issue, the lack of recognition by other member countries of the EU are due to internal problems with secessionists or independentists, or are due to relations with neighboring states on territorial designations: Catalonia calls for independence from Spain; Romania and Slovakia are struggling with the demand for Hungarian autonomy; between Greece and Cyprus there is the unsolved issue of the Turkish Republic of Northern Cyprus. Greece also complains the legitimacy of the name of the Republic of Macedonia (Yanev, 1999) - officially the Former Yugoslav Republic of Macedonia -, and this blocks the access of Skopje to EU and NATO (International Court of Justice: 2011), while Turkey has been the first country to recognize the Republic of Macedonia with its constitutional name and as nation (Turkish Embassy in Skopje: 2008).

The recognition of Kosovo, as well as the recognition of the former USSR entities, breaches the international obligation to respect the territorial integrity of the countries they belong, the obligation of peaceful settlement of disputes and the principle of non-intervention established within the UN legal frame. It remains open, however, the issue of the right to self-determination, the principle of which is enshrined in the same tool that protects the territorial integrity of states and prohibits external interference.

The UN *Declaration on Principles of International Law*, appealing “... to all States to be guided by these principles in their international conduct and to develop their mutual relations on the basis of the strict observance of these principles...”, expressly prohibits “any action which would dismember or impair, totally or in part, the territorial integrity or political unity of sovereign and independent States”, stating that “Every State shall refrain from any action aimed at the partial or total disruption of the national unity and territorial integrity of any other State or country”.

The case of Kosovo is cited as a precedent by supporters of incorporation within Russia of the Republic of Crimea, which has gained recognition not only from Moscow, but also from Afghanistan, Armenia, Belarus, Bolivia, Cuba, North Korea, Nicaragua, Sudan, Syria, Venezuela and Zimbabwe, as well as by the Nagorno Karabakh Republic (UN General Assembly: 2014). These countries, allies of Russia, while recognizing the independence of Crimea, do not recognize the sovereignty of the self-proclaimed confederation of Novorossiya, which is not recognized, first, right from Moscow. Novorossiya is recognized as a sovereign and independent state only by South Ossetia (Tiblov: 2014) which, anyway, is recognized by

the Kremlin. The EU strongly condemned the violation of Ukrainian sovereignty and territorial integrity by the Russian armed forces as well as the annexation of Crimea and Sevastopol to the Russian Federation (European Commission: 2015a). Although not recognized, Aleksandr Vladimirovich Zakharchenko, head of state and Prime Minister of the self-proclaimed Donetsk People's Republic's (DNR), and Igor Venediktovich Plotnitsky, head of the unrecognized Luhansk People's Republic (LPR), signed the Minsk Protocol concerning the conflict in the Donbass region (Trilateral Contact Group: 2014). While other representatives signed the document with their appropriate qualifications - Swiss Ambassador and special representative of OSCE General Secretary, Heidi Tagliavini; Second President of Ukraine, Leonid D. Kuchma; Ambassador of the Russian Federation in Ukraine, Mikhail Y. Zurabov - the informal representatives of the breakaway republics signed without specifying their qualification, so that this does not mean a recognition of independence by Kiev. As the protocol collapsed soon, a new one was signed (Trilateral Contact Group: 2015).

The speedy recognition of Kosovo's independence by many countries demonstrates the double standard of the international society: the self-declared Sahrawi Arab Democratic Republic (formally Western Sahara, a former Spanish colony), proclaimed in 1976 by the Polisario Front, is actually recognized by 40 states (39 have 'frozen' or 'withdrawn' recognition for a number of reasons). The sovereignty over Western Sahara is claimed by Morocco, while The SADR government controls only a part of the territory it claims. Somaliland, a self-declared independent state on the southern coast of the Gulf of Aden, has been looking for international recognition since 1991. All these entities, whose statehood is independent of its recognition by other states, are claiming independence, controlling *de facto* their territory, or a part of it.

The principle of self-determination is incompatible with the territorial integrity of a country: both of these principles are fixed in the UN Charter. Tibet, a *de facto* independent state since 1912 (Shakya, 1999: 4, 90); (Feigon, 1996: 119); (Goldstein, 1997: 30-37); (Latourette, 1964: 333), though it was not recognized by any country as enjoying *de jure* independence, has been invaded by PRC in 1949. The independence of Tibet is unrecognized by any United Nations member state, including US (Goldstein: 2003) and Great Britain<sup>3</sup>. Curiously the position of the People's Republic of China (PRC), which has ruled mainland China since 1949, is the same of the Republic of China (ROC), which ruled mainland China before 1949 and currently controls Taiwan.

From 1913 to 1950 Tibet demonstrated the conditions of statehood as generally accepted under international law (both 'declarative' and 'constitutive' theory).

---

<sup>3</sup> The 1914 *Convention Between Great Britain, China, and Tibet* (Simla Accord) defined Tibet's legal status and boundaries. China withdrew from the agreement in July 1914 and Great Britain and Tibet signed it bilaterally.

In the opinion of the International Commission of Jurists (ICJ), the government of Tibet conducted its own domestic and foreign affairs free from any outside authority, and countries with whom Tibet had foreign relations are shown by official documents to have treated Tibet in practice as an independent State (Legal Inquiry Committee, 1960: 5-6); (Van Praag van Walt. 1987).

#### **4. THE INTERNATIONAL STATUS OF AN SELF-DECLARED STATE**

The recognition of a state or a government is an act that only other states and governments may grant or withhold. The diplomatic recognition is an explicit, official, unilateral act in the foreign policy of states. Not having issued such a statement does not necessarily mean the state has objections to the existence, independence, sovereignty or government of another state. It is a discretionary choice made by governments, both for internal reasons and for reasons of foreign policy and international relations. There are not certain and unique prerequisites for the allocation of state sovereignty, even if the required criteria according to the 'declarative' theory are: a defined territory; a permanent population; a government and a capacity to enter into relations with other states<sup>4</sup>. However, the governments of the so-called 'collapsed states' (Zartman: 1995) often do not have control of the territory, and the legitimate representation of the country is disputed between different forces. The key example of the collapse of the administrative structures of the state is given by Somalia, whose conflict culminated after the ouster from power of Siyaad Barre in 1991. According to Fortes and Evans-Pritchard (1995) this phenomenon is not an exclusive of Africa, where the population is often nomadic and does not reside permanently within the territory of a state ('stateless people'). In some cases, therefore, the conditions for recognition of state sovereignty would lack, without implying, however, the disappearance from the international society.

There are some entities that, while lacking of one or more of the above requirements, have achieved recognitions by members of the international society. The Sovereign Military Hospitaller Order of Saint John of Jerusalem of Rhodes and of Malta (SMOM), headquartered in Rome, has no territory, and is recognized only by Italy and the Holy See, which is sovereign over the Vatican City, a walled enclave within the city of Rome, which is the smallest independent state in the world. Moreover, the Military Corps engaged in abroad missions are supervised by Italy, another sovereign country. The Holy See and the State of Palestine are the only UN non-member states participating as observers in the sessions and the works of the General Assembly (United Nations: 2015a). The self-declared State of Palestine, most of whose

---

<sup>4</sup> *Convention on Rights and Duties of States* adopted by the Seventh International Conference of American States, signed at Montevideo, Uruguay, on 26<sup>th</sup> December 1933.

claimed territory have been occupied by Israel since 1967, recently obtained the first recognitions from Great Britain, France, Belgium, Denmark, Ireland, Portugal, Spain, Italy and Russia. Most of the former non-member observer states become full members of UN after the veto of one or more of the permanent members of the Security Council was overcome by changes in geopolitical circumstances: this confirms the discretionary nature of international relations.

## **5. RECOGNITION AS A POLITICAL CHOICE**

The United Nations is neither a state nor a government, and therefore does not possess any authority to recognize either a state or a government: states are admitted to membership in the United Nations by decision of the General Assembly upon the recommendation of the Security Council (United Nations, 2015b), where the five permanent members (China, France, Russia, United Kingdom and United States) have the power of veto.

There are some entities, such as the Republic of China (Taiwan), which, despite lost the status of a member of the UN for geopolitical reasons (UN General Assembly, 1971), continues to maintain the requirements of sovereignty and recognition by other governments: this is the reason that pushed Taiwan to recognize the independence of Kosovo. Unlike other entities which are not members of the UN (.ps and .va are the Internet country code officially assigned respectively to the State of Palestine and to the Vatican City), Taiwan has its own Internet suffix .tw, which was not attributed to other entities as the SMOM, while, in the past, was attached to the Deutsche Demokratische Republik.

The German Democratic Republic (DDR) was established in East Germany in 1949, in the territory occupied by the Soviet Red Army (international non-recognition is often influenced by the presence of a foreign military force). Until 1973 the sovereignty of DDR was largely unrecognized by the West and by the most of the Third World countries (Myers Feinstein, 2001: 78), as it was considered as Soviet puppet. Unlike what happened with China, in 1973 DDR and Federal Republic of Germany (West Germany) were both admitted into the United Nations, and this increased the number of countries recognizing East Germany, including the US, UK and France. Before its statehood recognition by the UN, the Nationales Olympisches Komitee der DDR (National Olympic Committee for DDR) was recognized in 1968 as independent by the International Olympic Committee, and the East Germany athletes began to participate in the Olympic Games that year under its flag.

But, if the DDR, thanks to the support of the USSR and its allies, managed to get a late large international recognition, this does not happen for all entities. The Turkish Republic of Northern Cyprus (TRNC), a self-declared state, considered by the international society as part of the Republic of Cyprus, is unrecognized by any United Nations member state other than Turkey (and for a short period by Pakistan), which

has invaded and occupied the island since 1974, in response to a coup d'état of the Greek military junta. TRNC is considered a 'puppet state' (Kurtulus, 2005: pp.136). In light of the above, it is clear that the recognition of a state depends on the political choices made by the other actors on the international scene. These choices may be justified by domestic politics or by foreign policy. Governments that have problems with separatist or independence movements within their territory, have a tendency to deny recognition that may change in the reductive sense their territory (*i.e.*, the case of Spain and Catalonia) or the territory of an allied nation.

Countries that recognize the sovereignty of Abkhazia and South Ossetia, or which support the incorporation of the Republic of Crimea within Russia, are allies of Moscow, or have an interest because of a similar situation (*i.e.*, the case of Armenia and Nagorno Karabakh).

The statehood of Abkhazia, Nagorno Karabakh, South Ossetia and Transnistria does not depend on its recognition by other nations, as the UN *Declaration on Principles of International Law* provides that "*The establishment of a sovereign and independent State, the free association or integration with an independent State or the emergence into any other political status freely determined by a people constitute modes of implementing the right of self-determination by that people*". Even if their territory's political status remains unresolved, these entities are independent presidential republics with their own governments, parliaments, military, police, postal system, and currency. The authorities of these republics held referendum (plebiscite) to seek legitimacy for the proclamation, and subsequently to declare their independence, and adopted constitution, flag, national anthem, coat of arms, and held elections.

According to the 'constitutive' theory, a state is a body of international law if it is recognized as such by another state that is already a member of the international society (Grant: 1999). Thus, it would only need one recognition by a state, which is already part of the international society, and a full member of the UN, to obtain the status of *de jure* state. Hence, the partially recognized states of Abkhazia, South Ossetia and Crimea would qualify as *de jure* states, while Transnistria, Nagorno Karabakh and Novorossiia, which are unrecognized by any United Nations member state, would get this qualification indirectly, because of their recognition by these entities.

## **6. FROM 'PUPPET STATES' TO 'FAKE STATES'**

According to the 'declarative' theory, the statehood recognition depends largely on the independence from a third country. This issue is particularly acute for those entities which depend on Russian diplomatic and political support, and military and economic assistance: their economies are currently very dependent



on funding from Moscow. The conflict escalation in Crimea and in the Caucasus region was heavily influenced by the Russian military (PACE: 2015).

In the modern and contemporary history several cases of entities partially recognized for this reason have been registered. Without considering the cases of governments in exile (the state still continued to enjoy international recognition, and the dispute is the only about the legitimate government), in the twentieth century there have been the cases of Manchukuo, of the Italian Social Republic, and of Palestine, which drags to the present day, along with the issue of the partial recognition of Kosovo. Some of these entities, now considered 'fake states', once were called 'puppet states'. Manchukuo was a puppet state in Northeast China and Inner Mongolia, seized by Japan, which was governed from 1932 till 1945 by Puyi, the last emperor of China (Jowett, 2004: 7-36).

The Italian Social Republic (Repubblica Sociale Italiana or RSI), was a satellite state of Nazi Germany during the later part of World War II (from 1943 until 1945), led by the Duce Benito Mussolini. Manchukuo was diplomatically recognized by USSR and by the allies of Japan: Germany, Italy, and by countries all controlled or influenced by them. The Italian Social Republic received recognition only from Germany, Japan and their puppet states (De Grand, 2000: 131).

## **7. MOSCOW'S CHOICE BETWEEN FAKE AND LEGALITY**

According to Zartman (1995) the contemporary phenomenon of state collapse coincides with the end of the bipolarism, while the author makes clear that the return to ethnic nationalism is a manifestation of the state collapse rather than its cause. Russia has risen from the ashes of the decadent era of Yeltsin, and is opposing the expansion of the European Union and NATO to the East. Moscow's strategy aims, in particular, to the destabilization of Ukraine (PACE: 2015), the country-bearing with the West, bordering in the south-west with Transnistria. Unlike Transnistria, the Republic of Crimea borders with Russia, as well as Novorossiya, an historical region of the Russian Empire.

With the recognition of Crimea as an independent and sovereign entity, and its following annexation, Moscow gains direct access for its Black Sea Fleet, saving on costs for the rental of the naval base on Ukrainian territory and on the access rights to the territorial waters of Kiev, which enjoyed also a discount on gas imported from Russia (Felgenhauer: 1999), which promptly denounced this agreement. Moreover, the Black Sea serves as an economic thoroughfare connecting the Caucasus region and the Caspian Sea to Central and Eastern Europe. Moscow employed the Black Sea Fleet in the 2008 conflict with Georgia, in support of the independence of South Ossetia. Russia backed the self-proclaimed breakaway republics of South Ossetia and Abkhazia in the Russo-Georgian War. The choice of the Cremlin to recognize



the independence of this entities comes after the recognition of Kosovo by the US and most of its allies (83 are members of the UN do not recognize the independence of Pristina from Belgrade), and at the request of Kiev to join the European Union, which opened a gap to the eastward enlargement of the EU and NATO, perceived as a threat to the Russian interests and security.

Lacking 'hard power', Russia tries to oppose the advance of NATO and the European Union with the 'soft power' of gas.

The trilateral EU-Russia-Ukraine meetings on gas are intended to break the deadlock between Moscow and Kiev after the Russian intervention in the Crimea, and to allow supplies. The Winter Package (European Commission: 2014a) was necessary to cover the domestic consumption in Ukraine over the winter period 2014–2015. The total amount of 3.1 billion US dollars for unpaid invoices was paid to Gazprom for thanks to the EU financial aid.

In 2007 the UE and Ukraine began negotiations of an Association Agreement and of a Deep and Comprehensive Free Trade Area (DCFTA), finalized on December 2011, and ratified by the Ukrainian Parliament on September 2014 (European Commission: 2015b). In mid-2013 the EU-Ukraine Council endorsed an EU-Ukraine Association Agenda (European Commission: 2015c) designed to pave the way for the Association Agreement and the DCFTA (European Commission: 2015d). As Ukraine is a partner country within the European Neighbourhood Policy (ENP), the European Commission strongly supports Kiev in the economic field, providing Macro-Financial Assistance (MFA), within a gradual progress towards political association and economic integration (European Commission: 2014b).

These measures combined could bring overall support of at least 11 billion Euro over the coming years (2014-2020) from the EU budget and EU based international financial institutions in addition to the significant funding being provided by the International Monetary Fund (IMF) and World Bank (European Commission: 2014c). The match of state recognition goes, then, by geopolitical, economic and strategic interests, and is not based only on public international law.

## **8. THE ECONOMIC APPROACH: GAS POWER**

Unlike South Ossetia and Abkhazia, whose recognition by the Kremlin came after Kosovo self-determination and in the aftermath of the war with Georgia, Russia does not recognize the independence of the Nagorno Karabakh Republic (NKR). Caution is due to fears that an 'excess of recognitions' will set a precedent, and open a gate for similar requests within the Russian Federation, or within the territories of its allies. The lack of recognition of the sovereignty of Stepanakert by Moscow should not lead us to believe that Russia has no interest in the Nagorno Karabakh affair, as the interests of Moscow pass indirectly through the issue of Nagorno

Karabakh, whose independence was declared around the time the Soviet Union dissolved, on September 2, 1991.

During the Nagorno Karabakh war Armenia deployed its military in the region, and still keeps its troops along the borderline, providing arms and other military necessities to the Nagorno Karabakh Defense Army. Several battalions of the Armenian Army are deployed directly in the Karabakh zone on occupied Azerbaijani territory (Blandy, 2008: 14).

The special relationship between Stepanakert and Yerevan is so close, that Nagorno Karabakh (in Armenian *Artsakh*) could be considered *de facto* as part of Armenia: Robert Kocharyan, former president of the Nagorno Karabakh Republic and first commander in chief of the NKR Army, became in 1997 the prime minister of Armenia, and the following year was elected as the second president of the country, holding the post for two consecutive terms until 2008. The official language of the NKR is Armenian, and the currency is Armenian dram; the government sites are online under the Armenian Internet suffix .ar, as well. Despite this, Yerevan does not recognize the Artsakh Republic as the independent. Unlike for the conflict in the Donbass, the OSCE Minsk Group, established to find a peaceful settlement of the Nagorno-Karabakh conflict, and co-chaired by France, the Russian Federation, and the United States, does not include representatives of the breakaway NKR, confirming the dependence of Stepanakert from Yerevan.

Armenia and Russia have the closest relationship in the South Caucasus. After the withdrawal of the two remaining Russian bases from Georgia, Armenia remains the only state with a Russian group of forces in the South Caucasus (Blandy, 2008: 13). The interest of Moscow in this area is due to the fact that Azerbaijan is acting as an energy pipeline hub, offering a route which bypasses Russia through the transit states of Georgia and Turkey via the Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC) oil pipeline and the South Caucasus gas pipeline (SCP) Baku-Tbilisi-Erzurum (BTE), which runs parallel to BTC for 429 miles, before connecting to the Turkish gas pipeline network. Through BTC, Baku not only transfers its own oil and gas to western markets, but also to Kazakhstan and Turkmenistan.

The BTE, the BTC and the Baku-Supsa oil pipeline (both managed by British Petroleum), which ends on the Black Sea in Georgian territory, and the Baku-Novorossiysk (managed in partnership with the Russian company Transneft), are the main oil export pipelines of Azerbaijan. Other Azeris gas pipelines are the Gazi-Magomed-Mozdok (run jointly with Russian Gazprom) and the Baku-Astara (because of tensions with Armenia, Azerbaijan has signed an exchange agreement with Iran, which supplies natural gas to the exclave of Nakhchivan, receiving a commission of 15 percent on transit fees).

The TAP project (Trans-Adriatic Pipeline), recognized by the EU as “project of common interest” (European Commission: 2015e), contemplates the construction of a pipeline to transport natural gas from the Caspian Sea to the European

market, through Turkey, Greece and Albania, up to Italy. The pipeline will open the Southern Gas Corridor, a real cornerstone of European energy strategy. This new route will be added to the existing routes by which Europe receives natural gas, making its energy supplies more secure and flexible. The TAP will be linked to the TANAP pipeline (Trans-Anatolian Natural Gas Pipeline Project), which will connect Azerbaijan to Turkey, continuing to European markets, with landing in Southern Italy. For this pipeline supply contracts for the largest sale in the history of gas were signed (estimate: 130 billion Euros).

The project of the South Stream pipeline - that until December 2014, when the state company Gazprom took over all shares, also involved the Italian Eni, the French EDF and Germany's Wintershall - would provide transportation of Russian and Caspian gas to Europe through a pipeline that runs under the Black Sea, through Turkish territorial waters, with terminals in Italy and Austria.

If the Trans-Caspian Gas Pipeline, which involves the construction of an undersea gas pipeline between the Turkmen city of Türkmenbaşy up to Baku, comes to fruition, it will also further enhance Azerbaijan's status as both a producer and transit hub, diminishing Moscow's influence in the region, and circumventing both Russia and Iran. The Trans-Caspian Gas Pipeline strengthens the collaboration between Georgia and Azerbaijan, and isolates Armenia, pulling over Russia and Iran. Moscow and Tehran didn't lose time to ally on the energy issue: on April 13, 2015 the Russian President Vladimir Putin lifted the UN ban and authorized the export of the S-300 air defense missile systems to Iran (Russian Presidential Executive Office: 2015).

In light of this we can better understand the strategy of the Kremlin in the region. Armenia absolves the task of challenging the territorial integrity of Azerbaijan through of the Nagorno Karabakh conflict. Moscow, which has already committed itself directly in the Georgian conflict, ensuring security of Abkhazia and South Ossetia, does not intend to expose itself directly in the Nagorno Karabakh, nor want to risk starting a spiral of independence movements that could backfire. All this remains unsolved and it is referred to as post-Soviet 'frozen conflicts'.

## 9. CONCLUSIONS

In a society of just less than 200 actors, the public international law, in itself artificial, takes on the character of the state reason, even more than the characteristic of customary. A member state of this society is not obliged to abide by this type of law, unless it expressly consented to a particular course of conduct (Slomanson, 2011: 4). Five centuries after, the rule of Niccolò Machiavelli described in "*The Prince*", which suggests to act immorally at the right times, is more relevant than ever. Moral values in reality do not greatly affect the decisions of leaders in making changes to the political system.

The recognition of the statehood remains a purely political decision and discretionary, and regards feedback of domestic politics and international relations between states. The sovereignty of a nation does not depend on its *de jure* recognition, Thus leaving the question of how many recognitions are necessary to be considered part of the international society, or whether it is a question of 'quality' rather than quantitative an open issue.

In an interconnected and globalized world, it is hard for a state to claim not to be dependent, although in some respects, by others. The supply of oil and gas (used as a 'soft power'), rather than food or military supplies, as well as technology transfer, makes a nation depending from another. It is no longer possible, therefore, to invoke the principle of independence from external interference, to determine the political status of an entity.

## **BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES**

- BLANDY, Charles W. (2008). *Azerbaijan: Is War Over Nagornyy Karabakh a Realistic Option?*, Advanced Research and Assessment Group, Caucasus Series 08/17. Shrivenham: Defense Academy of the United Kingdom, May 2008. ISBN: 9781905962495. Available at [http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/87342/ipublicationdocument\\_singledocument/a89cdf88-ead4-40f1-8fc1-dd35b766ff72/en/08\\_may.pdf](http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/87342/ipublicationdocument_singledocument/a89cdf88-ead4-40f1-8fc1-dd35b766ff72/en/08_may.pdf).
- BULL, Hedley (1977). *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. New York City, N.Y.: Columbia University Press. ISBN: 0231041322.
- DE GRAND, Alexander J. (2000). *Italian Fascism: Its Origins & Development*, 3rd ed. illustrated. Lincoln, NE: University of Nebraska Press. ISBN: 0803266227.
- EUROPEAN COMMISSION (2014a). *Binding Protocol regarding the conditions for gas delivery from the Russian Federation to Ukraine for the period from November 2014 until 31st of March 2015*, done in Bruxelles on 30 October 2014. Bruxelles: European Union, Directorate General for Energy. Available at [https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20141030\\_trilateral\\_protocol.pdf](https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20141030_trilateral_protocol.pdf).
- EUROPEAN COMMISSION (2014b). *Ukraine*. Bruxelles: European Union, Directorate General for Economic and Financial Affairs (DG ECFIN). Available at [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/international/neighbourhood\\_policy/ukraine\\_en.htm](http://ec.europa.eu/economy_finance/international/neighbourhood_policy/ukraine_en.htm).
- EUROPEAN COMMISSION (2014c). *Support Package for Ukraine*. Bruxelles: European Union. Available at [http://ec.europa.eu/archives/commission\\_2010-2014/president/news/archives/2014/03/pdf/20140306-ukraine-package\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/archives/commission_2010-2014/president/news/archives/2014/03/pdf/20140306-ukraine-package_en.pdf).

- EUROPEAN COMMISSION (2015a), *Fact Sheet. EU-Ukraine Relations*, 150217/02. Bruxelles: European Union, European External Action Service (EEAS). Available at [http://eeas.europa.eu/statements/docs/2014/140514\\_02\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/statements/docs/2014/140514_02_en.pdf).
- EUROPEAN COMMISSION (2015b). *EU-Ukraine Association Agenda to prepare and facilitate the implementation of the Association Agreement. As endorsed by the EU-Ukraine Association Council on 16 March 2015*. Bruxelles: European Union, European External Action Service (EEAS). Available at [http://eeas.europa.eu/ukraine/docs/st06978\\_15\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/ukraine/docs/st06978_15_en.pdf).
- EUROPEAN COMMISSION (2015c). *EU-Ukraine Association Agenda to prepare and facilitate the implementation of the Association Agreement as endorsed by the EU-Ukraine Cooperation Council (Luxembourg, 24 June 2013)*. Bruxelles: European Union, European External Action Service (EEAS). Available at [http://eeas.europa.eu/ukraine/docs/eu\\_ukr\\_ass\\_agenda\\_24jun2013.pdf](http://eeas.europa.eu/ukraine/docs/eu_ukr_ass_agenda_24jun2013.pdf).
- EUROPEAN COMMISSION (2015d). *EU-Ukraine Deep and Comprehensive Free Trade Area*. Bruxelles: European Union, Directorate General for Trade. Available at [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/april/tradoc\\_150981.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/april/tradoc_150981.pdf).
- EUROPEAN COMMISSION (2015e). *Project of Common Interest/Cluster of PCIs*, 9 January 2014. Bruxelles: European Union, Directorate General for Energy. Available at [http://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2013\\_pci\\_projects\\_country\\_0.pdf](http://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2013_pci_projects_country_0.pdf).
- FEIGON, Lee (1996). *Demystifying Tibet: Unlocking the Secrets of the Land of the Snows*. Lanham, MD: Ivan R. Dee. ISBN: 1566630894.
- FELGENHAUER, Tyler (1999). *Ukraine, Russia and the Black Sea Fleet Accords*, WWS Case Study 2/99. Princeton, NJ: Princeton University Woodrow Wilson School of Public and International Affairs. Available from The Defense Technical Information Center (DTIC) at <http://dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a360381.pdf>.
- FORTES, M. and EVANS-PRITCHARD, E.E. (1995). *African Political Systems*. London: Oxford University Press.
- GOLDSTEIN, Melvyn C. (1997). *The Snow Lion and the Dragon. China, Tibet, and the Dalai Lama*. Berkeley, CA: University of California Press. eISBN: 9780520923256. Available at <http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft2199n7f4/>.
- GOLDSTEIN, Melvyn C. (2003). "The United States, Tibet, and the Cold War", *Journal of Cold War Studies*, Vol. 8, No. 3, Summer 2003, pp. 145-164. Available at <http://www.case.edu/affil/tibet/tibetanSociety/documents/TheUnitedStatesTibetandtheColdWar.pdf>.
- GRANT, Thomas D. (1999). *The Recognition of States: Law and Practice in Debate and Evolution*. Westport, CT: Praeger. ISBN: 0275963500.

- HEWSEN, Robert H. (1982). "Ethno-History and the Armenian Influence upon the Caucasian Albanians, in Samuelian", in Thomas J. (ed.), *Classical Armenian Culture. Influences and Creativity*. Chicago: Scholars Press. pp. 27–40. ISBN: 0891305653.
- HEWSEN, Robert H. (2001). *Armenia: a Historical Atlas*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2001.
- HOIBERG, Dale H., ed. (2010). "Abkhazia", in *Encyclopedia Britannica*, I: A-ak Bayes, 15<sup>th</sup> ed. Chicago, IL: Encyclopedia Britannica Inc., 2010. ISBN: 9781593398378.
- INTERNATIONAL CONFERENCE OF AMERICAN STATES (1933). *Convention on Rights and Duties of States* adopted by the Seventh International Conference of American States, signed at Montevideo, Uruguay, on 26 December 1933, in *League of Nations Treaty Series*, vol. 165, 1936, N. 3801-3824, pp. 20-43. Lausanne: League of Nations, 1936. Available at <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/LON/Volume%20165/v165.pdf>.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (2011). *Judgment of 5 December 2011-Application of the Interim Accord of 13 September 1995 (the former Yugoslav Republic of Macedonia v. Greece)*, 2008 General List No. 142. The Hague: International Court of Justice, 5 December 2011. Available at <http://www.icj-cij.org/docket/files/142/14879.pdf>.
- JANEV, Igor, (1999). "Legal Aspects of the Use of a Provisional Name for Macedonia in the United Nations System", *American Journal of International Law*, Vol. 93, No. 1, 1999, pp. 155-160. Available at [http://popovashapka.com/Makedonija-the\\_name\\_legal\\_dr.htm](http://popovashapka.com/Makedonija-the_name_legal_dr.htm). ISSN 00029300.
- JOWETT, Phillip S. (2004). *Rays of The Rising Sun, Armed Forces of Japan's Asian Allies 1931– 45, Volume I: China & Manchuria*. Solihul: Helion & Co. Ltd. ISBN: 1874622213.
- KURTULUS, Ersun N. (2005). *State Sovereignty: Concept, Phenomenon and Ramifications*. New York: Palgrave Macmillan. ISBN 9781403977083.
- LATOURETTE, Kenneth Scott (1964). *China*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.
- LEGAL INQUIRY COMMITTEE (1060). *Tibet and Chinese People's Republic*. Geneva: International Commission of Jurists (ICJ).
- MYERS FEINSTEIN, Margarete (2001). *State symbols: the quest for legitimacy in the Federal Republic of Germany and the German Democratic Republic, 1949–1959*. Boston and Leiden: Brill Academic Publishers. ISBN: 0391041037.
- PARLIAMENTARY ASSEMBLY OF THE COUNCIL OF EUROPE (PACE) (2015). *Conflict in south-east Ukraine. Ceasefire must be respected to ease humanitarian crisis*. Strasbourg Cedex: Council of Europe, 28 January 2015. Available at [http://www.coe.int/en/web/portal/newsroom/-/asset\\_publisher/r5CeaqlRVFro/content/conflict-in-south-east-ukraine](http://www.coe.int/en/web/portal/newsroom/-/asset_publisher/r5CeaqlRVFro/content/conflict-in-south-east-ukraine).



- RUSSIAN PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE (2015). *Amendment to Executive Order on measures for implementing UN Security Council Resolution No. 1929*. Moscow: Presidential Executive Office, the President of Russia's website, 13 April 2015. Available at <http://en.kremlin.ru/events/president/news/49248>.
- SAKWA, Richard (1999). *The Rise and Fall of the Soviet Union, 1917–1991: 1917–1991*. London: Routledge. ISBN: 9780415122900.
- SHAKYA, Tsering (1999). *The Dragon in the Land of Snows. A History of Modern Tibet Since 1947*. New York, NY: Columbia University Press. ISBN: 9780231118149.
- SLOMANSON, William (2011). *Fundamental Perspectives on International Law*, 6<sup>th</sup> Ed. Boston, MA: Wadsworth. ISBN: 0495797197.
- THE PLENIPOTENTIARIES OF GREAT BRITAIN, CHINA AND TIBET (1914). "Convention Between Great Britain, China, and Tibet" (Simla Accord), in *Political Treaties of Tibet (821-1951)*. Dharamshala: Department of Information and International Relations (DIIR) of Central Tibetan Administration (CTI). Available at <http://tibet.net/1952/01/political-treaties-of-tibet-821-1951/>
- TIBILOV, Leonid (2014). *Decree on the Recognition of the People's Republic of Luhansk*, 18 June 2014. Tskhinvali: Administration of the President of the Republic of South Ossetia. Available at <http://presidentruo.org/?p=9168#more-9168>.
- TOWSTER, Julian (1948). *Political Power in the U.S.S.R., 1917–1947: The Theory and Structure of Government in the Soviet State*. Oxford: Oxford University Press.
- TRILATERAL CONTACT GROUP (2014). *Protocol on the results of consultations of the Trilateral Contact Group*, Minsk, 5 September 2014. Vienna: Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE). Available at <http://www.osce.org/ru/home/123258?download=true>.
- TRILATERAL CONTACT GROUP (2015). *Package of Measures for the Implementation of the Minsk Agreements*, Minsk, 11 February 2015. Vienna: Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE). Available at <http://www.osce.org/ru/cio/140221?download=true>.
- TURKISH EMBASSY IN SKOPJE (2008). Info Notes-Bilateral relations between Turkey and Macedonia, 17.09.2008. Ankara: Republic of Turkey Ministry of Foreign Affairs. Available at <http://uskup.be.mfa.gov.tr/ShowInfoNotes.aspx?ID=121272> (accessed 14 November 2015).
- UNITED NATIONS (1945). *Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice*, signed in San Francisco, CA, 26 June 1945. New York, NY: United Nations. Available at <https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>.
- UNITED NATIONS (2015a). *Non-member States*. New York, NY: United Nations. Available at <http://www.un.org/en/members/nonmembers.shtml>. By resolution A/RES/67/19 of 29 November 2012, the General Assembly accorded non-Member Observer State status to Palestine.



- UNITED NATIONS (2015b). *About UN Membership*. New York, NY: United Nations. Available at <http://www.un.org/en/members/about.shtml>.
- UN GENERAL ASSEMBLY (1970). *Declaration on Principles of International Law concerning Friendly Relations and Co-operation among States in accordance with the Charter of the United Nations*. Resolution A/RES/25/2625 adopted by the General Assembly [Adopted on a Report from the Sixth Committee (A/8082)] on the Twenty-fifth session, Agenda item 85, 24 October 1970. New York, NY: United Nations. Available at <http://www.un-documents.net/a25r2625.htm>.
- UN GENERAL ASSEMBLY (1971). "Restoration of the lawful rights of the People's Republic of China in the United Nations", Resolution A/RES/2758 (XXVI) passed on 25 October 1971, in *United Nations General Assembly, 26<sup>th</sup> Session*, p. 2. New York, NY: United Nations. Available at [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/2758\(XXVI\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2758(XXVI)).
- UN GENERAL ASSEMBLY (2014). *Territorial integrity of Ukraine*, Resolution A/68/262 adopted by the UN General Assembly on 27 March 2014, Sixty-eighth session, Agenda item 33 (b). New York, NY: United Nations. Available at [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/68/262](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/262).
- VAN PRAAG VAN WALT, Michael C. (1987). *The Status of Tibet: History, Rights and Prospects in International Law*. Boulder, CO: Westview, 1987.
- ZARTMAN, I. William, ed. (1995). *Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers. ISBN: 1555875602.

## MARCO MARSILI

Marco Marsili is a journalist, writer, researcher and a former university professor of journalism. Researcher at CEI-IUL (Center for International Studies) of the University Institute of Lisbon (ISCTE-IUL), and at CINAMIL (Military Academy) Research Center), is Ph.D. candidate in History, Studies of Security and Defense at ISCTE-IUL in partnership with the Military Academy of Portugal. Focuses his research on geopolitics issues, and on the legal, political and human dimension of the system of blacklisting of terrorism. Graduated in Political Sciences and International Relations and in Communication and Society both with maximum grade *cum laude*, holds an Advanced Postgraduate Diploma in History, Studies of Security and Defense. Wrote and published 12 books mostly regarding politics, digital media communication and journalism, and has several publications in academic journals.

More infos at: [marcomarsili.it](http://marcomarsili.it).

**Sistema Político InternACIONAl e GlobAlizAção:  
ContinuidAde ou RoturA?**

Artur Jorge Abreu Varanda <sup>1</sup>

Aspirante-Aluno de Artilharia, Academia Militar

**RESUMO**

O presente trabalho realizado no âmbito da unidade curricular - Teoria da relações internacionais - 4º Ano procura identificar os efeitos das Globalização no Sistema Político Internacional. Para tal, é primeiro definido o conceito de Sistema Político Internacional, partindo do conceito de Sistema para chegar à definição de Kenneth Waltz, inserida no Realismo Estruturalista, sendo ainda explorada a complexidade do sistema. Em seguida, é caracterizada a evolução do Sistema Político Internacional atual, desde a sua formação em conjunto com o Estado soberano até à Sociedade Internacional da atualidade. Finalmente, é definida a Globalização, identificando as suas causas, processos e efeitos. Ao relacionar ambos os conceitos definidos, cruzando-os com a evolução do atual Sistema Político Internacional, conclui-se que a Globalização não altera a natureza anárquica do sistema, mas diminui a importância do Estado como unidade do mesmo, e aumenta a sua interdependência. Adicionalmente, a Globalização torna obsoleto o Sistema Político Internacional como nível de análise, ao criar um Sistema Global composto por entidades diversas, e centrado nas suas interações.

**Palavras-chave:** Sistema Político Internacional; Globalização; Sociedade Internacional; Sistema Global; Estado Globalizado.

---

<sup>1</sup> Contacto: Email – [arturjorge.varanda@hotmail.com](mailto:arturjorge.varanda@hotmail.com)

Recebido em 04 de julho de 2015 / Aceite em 10 de setembro de 2015

## ABSTRACT

The present essay identifies the effects of Globalization on the International Political System. To do so, it first defines the concept of International Political System, departing from the general concept of System to arrive at Kenneth Waltz's definition, inscribed in Structural Realism. The Complexity of the International Political System is also explored. Second, it characterizes the evolution of the current International Political System, since its formation from the first sovereign states until the present day International Society. Finally, it defines Globalization, identifying its causes, processes and effects. By connecting both concepts with each other, and with the evolution of the atual International Political System, it is concluded that Globalization doesn't alter the anarchic nature of the system, but diminishes the importance of the state as its main unit and increases its interdependence. Globalization also obsoletes the International Political System as a level of analysis, by enabling a Global System comprised of different entities, and centered on their interactions.

**Keywords:** International Political System; Globalization; Complexity; Global System; Globalized State.

## 1. INTRODUÇÃO

Imaginemos um charco: este tem uma forma irregular, pelo que algumas das suas zonas estão mais isoladas que outras. Consideremos agora os habitantes desse charco: os diferentes habitantes interagem numa série de cadeias, algumas circunscritas a uma área, outras comuns a todo o charco, e quando existe uma perturbação na superfície da água todos os habitantes a sentem. Agora imaginemos que o charco se torna cada vez mais pequeno. Os sistemas de interações locais e globais começam a confundir-se, e qualquer perturbação na superfície é sentida mais rapidamente e com maior intensidade pelos seus habitantes. Não é difícil entender que o «charco» é uma metáfora para o nosso mundo, e que o seu decréscimo de tamanho procura modelar a globalização.

Sentimos a globalização como o globo que entra continuamente dentro das nossas vidas: diariamente interagimos com produtos feitos a milhares de quilómetros de distância e com culturas e idiomas diferentes através dos *media*, e somos afetados, através do «efeito dominó», por cadeias de eventos com origem noutros estados, noutras regiões do globo. Parece por vezes que interagimos diretamente com o mundo. E os Estados? No mundo da globalização, a política parece por vezes um anacronismo, e o estado um apêndice que irá acabar por desaparecer. Se conseguimos interagir com facilidade com entidades muito distantes fisicamente, o Estado é relegado a intermediário inútil. No entanto, ainda estamos habituados à ideia de pertença a um estado-nação, e exemplos da sua ação também nos surgem

continuamente. Este está associado a um espaço físico e a um povo com uma cultura. A ele está também associado um centro de poder político que procura a segurança e o bem-estar dos seus cidadãos, e que para isso os representa perante outros estados. Por estas razões grande parte das nossas interações continua a ser com estado ao qual pertencemos. Da mesma forma, as interações entre estados e outras entidades políticas continuam a dominar as notícias, e a afetar diariamente as nossas vidas. Da guerra, vista pela escola realista como a mais importante das interações entre entidades políticas, Alvin Toffler refere:

*“Today’s wars will affect the price of gasoline in pipelines, the price of food in supermarkets, and the price of securities on the stock exchange. They will also disrupt the ecological balance and push their way into every one of our homes by way of the television screen”* (Alvin Toffler citado por Morris: 2015).

Imposto a um mundo de indivíduos que cada vez mais interagem entre si, está um sistema de entidades políticas que interagem com eles e que também interagem entre si, em prol da segurança e bem estar desses mesmos indivíduos.

Assim, parece paradoxal um mundo em que os indivíduos de todas as suas regiões tendem a interagir diretamente nos âmbitos económico e cultural, mas em que os estados continuam a ser os principais atores na esfera política. Sendo assim, que alterações é que o sistema de estados está a sofrer com a globalização? É a partir desta tensão que surge este artigo.

O objetivo deste estudo é, com base em pesquisa bibliográfica, analisar os efeitos da Globalização no Sistema Político Internacional.

Para o fazer, partimos de um extremo: definimos o Sistema Político Internacional em abstrato segundo a perspectiva neorealista, procurando definir as suas unidades constituintes, (haverão outras para além dos Estados?), e sua estrutura, bem como o vocabulário que utilizaremos durante o artigo. De seguida, analisamos a evolução desse sistema à luz da escola inglesa, procurando identificar a sua tendência de evolução. Finalmente, servimo-nos de novas abordagens para entender quais os efeitos da globalização, e se estes explicam ou não a evolução recente do “Sistema Político Internacional”.

## **2. O SISTEMA POLÍTICO INTERNACIONAL**

Em primeiro lugar, há que definir claramente o nosso objeto de estudo. Para Kenneth Waltz, o Sistema Político Internacional é o resultado das interações de unidades políticas inscritas numa estrutura internacional (Waltz, 1979: 40). Para ele, uma abordagem sistémica é necessária no estudo das relações internacionais, uma vez que vários efeitos ao nível internacional não têm apenas origem nas entidades que

o compõem, mas também no sistema em si (1979: 68)<sup>2</sup>. Os avanços tecnológicos, o balanço de poder no sistema, condições económicas: todos são exemplos de mudanças no sistema que afetam as ações dos seus componentes sem partirem necessariamente de um deles.

Assim, para estudar um sistema não basta conhecer os seus elementos: é necessário estudar também o comportamento e a estrutura do sistema em si, que emergem das interações entre esses elementos<sup>3</sup>. Ao procurar entender a abordagem sistémica de que Waltz refere, estamos à procura de princípios comuns a todos os sistemas que nos podem ajudar durante a análise do Sistema Político Internacional: partimos assim do caso geral (sistema), para o particular (Sistema Político Internacional).

Segundo o Dicionário Merriam-Webster, um sistema é um grupo de elementos, interdependentes ou que interagem regularmente, que formam um todo unificado<sup>4</sup>. É a Teoria Geral dos Sistemas<sup>5</sup> que investiga os princípios comuns a todas as entidades complexas e os modelos, (geralmente matemáticos), que podem ser utilizados para os descrever (Heylighen & Joslyn, *What is Systems Theory?*: 1992).

Adams *et al* contribuíram para o estudo dos sistemas ao procurar definir a Teoria como um sistema de sete axiomas<sup>6</sup>, cuja base é o axioma da Centralidade. Este descreve as características básicas dos sistemas a partir de dois pares de proposições. É no primeiro par que estão contidos os princípios da Emergência e da Hierarquia (Adams, Hester, Bradley, Meyers, & Keating, 2013: 116). Segundo o princípio da Emergência, o Sistema tem propriedades que só fazem sentido quando atribuídas ao todo. Essas derivam das suas partes, mas não podem ser reduzidas a estas (Checkland, 1993 *citado por* Adams, Hester, Bradley, Meyers, & Keating, 2013: 117). Já o princípio da Hierarquia indica que todas as entidades que podem ser tratadas como um todo são compostas por outras entidades que são todos. As propriedades emergentes denotam os níveis de análise (Idem: 117). Em suma, num sistema, o todo é maior do que a soma das suas partes, e cada parte constitui ela própria um outro todo.

<sup>2</sup> *"In the history of international relations, however, results achieved seldom correspond to the intentions of actors. Why are they repeatedly thwarted? The apparent answer is that causes not found in their individual characters and motives do operate among the actors collectively. Each state arrives at policies and decides on actions according to its internal processes, but its decisions are shaped by the very presence of other states as well as by interactions with them"* (Waltz, 1979: 65).

<sup>3</sup> *"According to reductionism, the laws governing the parts determine or cause the behavior of the whole. This is "upward causation": from the lowest level to the higher ones. In emergent systems, however, the laws governing the whole also constrain or "cause" the behavior of the parts"* (Heylighen, *Basic Concepts of the Systems Approach*: 1998).

<sup>4</sup> *"System: a regularly interacting or interdependent group of items forming a unified whole"* (Merriam-Webster Dictionary: 2015).

<sup>5</sup> A Teoria dos Sistemas desenvolveu-se em meados dos anos 50 do século XX pelo biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy, como sendo o estudo transdisciplinar da organização abstrata de fenómenos, independentemente da sua substância, tipo ou escala espacial ou temporal (Heylighen & Joslyn, *What is Systems Theory?*: 1992).

<sup>6</sup> Uma estrutura que respeite os sete axiomas é necessariamente um sistema.

Através destes princípios, podemos descrever todo o tipo de sistemas, desde sistemas criados pelo Homem, com um estado de equilíbrio definido, e com interações e componentes facilmente identificáveis até entidades altamente complexas e imprevisíveis, como os neurónios no encéfalo, um formigueiro ou uma população humana. Este último grupo de sistemas não lineares, complexos e caóticos é estudado pela Teoria da Complexidade<sup>7</sup>. Num sistema complexo, regras simples dão a cada agente<sup>8</sup> um grau de liberdade para atuar, causando relações não-lineares de causa-efeito e um comportamento imprevisível e complexo do sistema (Jones: 2003). Adicionalmente, as interações entre os agentes são mais críticas que os próprios agentes (Idem, 2003).

Finalmente, Cudworth e Hobden identificam neste tipo de sistemas quatro princípios: auto-organização (padrões/ordem emergem a partir de interações caóticas ente os agentes), não-linearidade (o mesmo estímulo pode provocar respostas diferentes), abertura (o sistema não tem equilíbrio estático) e coevolução (os agentes do sistema estão em constante adaptação) (2010 *citados por* Glover: 2012).

Compreendemos agora a importância da estrutura do Sistema Político Internacional de Waltz, e como é que esta pode emergir a partir do comportamento dos seus agentes. No entanto, ainda não conhecemos realmente a natureza desse sistema: quais os seus agentes? Como são as suas interações? Como é a sua estrutura? Só assim podemos conhecer realmente o Sistema Político Internacional.

Começemos pelas unidades do Sistema Político Internacional: apesar de reconhecer que não são os únicos atores no sistema, os Estados-Nação são para Waltz os principais atores do Sistema Político Internacional (1979: 93), pois todos os outros atuam em função deles<sup>9</sup>. Também Abel Cabral Couto assume que os Estados são os principais atores do Sistema Político Internacional, ladeados por outros atores territoriais, organizações internacionais e organizações transnacionais (1988: 20). Para ele, o Sistema Político Internacional é “*um conjunto de centros independentes de decisões políticas que interatuam com uma certa frequência e regularidade*” (Idem,: 19).

---

<sup>7</sup> “Complexity theory is a relatively new field that began in the mid-1980s at the Santa Fe Institute in New Mexico” (Chan: 2001); “In general, the complexity of a system emerges from the interactions of its interrelated elements as opposed to the characteristics of those elements in and of themselves” (Santa Fe Institute: 2013).

<sup>8</sup> Nos sistemas complexos, o agente é um elemento do sistema capaz de atingir um objetivo ou de produzir um resultado através da interação com outros agentes e com um ambiente mais passivo (Santa fe Institute, 2013).

<sup>9</sup> “So long as the major states are the major actors, the structure of international politics is defined in terms of them. That theoretical statement is of course borne out of practice. States set the scene which they, along with nonstate actors, stage their dramas or carry on their humdrum affairs” (Waltz, 1979: 94).

Quanto à estrutura de um sistema, esta é definida pela posição dos seus elementos entre si e pelo princípio que gera essas posições (Waltz, 1979: 80). Para Waltz, o Sistema Político Internacional têm uma estrutura própria, decomposta em Princípio Ordenador, Caráter (função) das Unidades e Distribuição de Capacidades pelas Unidades (Tabela 1).

**Tabela 1** – Estrutura do Sistema Político Internacional (Adaptado de Waltz, 1979: 88-101)

Princípios Ordenadores	"Structures are defined first, secondly by the principle of order which governs it." (Waltz, 1979: 88)	Os princípios ordenadores garantem a sua sobrevivência
Caráter das Unidades	"Structures are defined secondly by the distribution of functions of government units." (Waltz, 1979: 88)	Os Estados têm funções semelhantes
Distribuição de Capacidades	"Structures are defined thirdly by the distribution of capabilities among units." (Waltz, 1979: 88)	Os Estados têm capacidades semelhantes

O que resulta desta estrutura é um sistema anárquico<sup>10</sup>, que muda consoante muda a distribuição de poder entre as suas unidades, podendo ser classificado quanto à sua polaridade<sup>11</sup>. Nele, unidades semelhantes, os estados, interagem entre si seguindo um único princípio ordenador: garantir a sua sobrevivência. Por esta razão, podemos argumentar que o Sistema Político Internacional é um sistema complexo: com um equilíbrio mutável<sup>12</sup>, sem relações lineares de causalidade e em constante evolução, em que uma estrutura que traduz equilíbrios de poder complexos emerge a partir do comportamento de cada estado. Classificar o Sistema Político Internacional como complexo traz também uma última implicação: compele-nos a admitir que as interações entre agentes são mais importantes do que os próprios agentes: esta é a abordagem das Relações Internacionais Complexas, que descrevem o padrão complexo de interações como «vida internacional»<sup>13</sup>. Será que este pressuposto é verdadeiro? Para averiguar, há que entender a evolução do Sistema Político Internacional.

<sup>10</sup> "In anarchic realms, like units coact. In hierarchic realms, unlike units interact. In an anarchic realm, the units are functionally similar and tend to remain so" (Waltz, 1979: 104).

<sup>11</sup> "A polaridade refere-se ao número de atores e à distribuição de capacidades entre estes e, desta maneira, é um indicador da estrutura do sistema" (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003: 156 citados por Mendes Dias: 2007). Se um ator ou um conjunto de atores formam um «pólo», o seu desaparecimento altera significativamente a estrutura do sistema (Evans & Newnham, 1998, p. 34). Daqui vêm as classificações de sistema unipolar, bipolar ou multipolar.

<sup>12</sup> Podemos também argumentar que este equilíbrio está associado ao conceito de equilíbrio de poder (balance of power): "From the theory, one predicts that states will engage in balancing behavior, whether or not balanced power is the end of their acts. (...) The expectation is not that a balance, once achieved, will be maintained, but that a balance, once disrupted, will be restored in one way or another. Balances of power recurrently form. Since the theory depicts international politics as a competitive system, one predicts more specifically that states will display characteristics common to competitors (...)" (Waltz, 1979: 128).

<sup>13</sup> "Exponents of CIR [Complex International Relations] theory define the pattern of international life as a complex adaptive system (CAS). This suggests that: (i) it is not a cluster of unrelated activities but an interconnected system; (ii) that this is not a simple system, but a complex one; (iii) the interconnectedness between the parts of the system is not unchanging, but constantly self-organizing—that is, it is their capacity to cope with new challenges that makes the system adaptive" (Kavalski, 2007: 444)



### 3. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO INTERNACIONAL

Como surgiu o Sistema Político Internacional? Começemos por recordar a definição de Sistema Político Internacional do General Cabral Couto. Para ele, “*se a interação entre as organizações independentes não é frequente e regular, não poderemos falar num sistema: por exemplo, no século XV a China e os Estados da Europa não eram partes de um mesmo sistema internacional*” (1988: 20). Esta é a nossa primeira «pista» quanto à importância das interações: sem interações regulares entre elementos, não pode existir um sistema.

Assim, quando as interações entre estados são suficientemente regulares, emerge um sistema. Mas o que acontece se densidade e velocidade das interações continuar a crescer num dado sistema? Mesmo num sistema anárquico dominado pelo princípio do interesse próprio, como o de Waltz, a interação intensa e regular torna necessária a criação de um conjunto de convenções que facilitem a comunicação e negociação entre unidades do sistema, o que desencadeia o seu reconhecimento mútuo (Buzan, 1993: 342). Nesse caso, Barry Buzan, (oriundo da Escola Inglesa de Relações Internacionais), afirma que a partir de um Sistema (Político) Internacional emerge uma Sociedade Internacional, quer pela existência de uma cultura partilhada<sup>14</sup>, como no caso do Mundo Greco-Romano, quer pela convergência de objetivos políticos<sup>15</sup> (Buzan, 1993: 330-336).

A Sociedade Internacional, (conceito central da Escola Inglesa), é uma associação de comunidades políticas distintas que aceita alguns valores comuns, regras e instituições (Armstrong, 2011: 37). Numa Sociedade Internacional, a estrutura anárquica do sistema é acompanhada por um conjunto de convenções que surgem para facilitar as interações entre unidades.

O exemplo marcante de Sociedade Internacional é aquela que emergiu na Europa a partir da Paz de Vestfália (1648), que pôs fim à Guerra dos 30 Anos e deu origem ao princípio da soberania<sup>16</sup>, e que por sua vez assinala o aparecimento dos Estados-Nação modernos. Antes da Paz de Vestfália, os vários sistemas internacionais existentes<sup>17</sup> eram ou dominados por uma unidade muito poderosa (como o Império Romano), por

<sup>14</sup> Esta é a via Civilizacional (*Gemeinschaft*): “*We must assume that a states-system [i.e., an international society] will not come into being without a degree of cultural unity among its members*” (Wight, 1977: 33 citado por Buzan, 1993: 333)

<sup>15</sup> Esta é a via Funcional (*Gesellschaft*): “*Bull posits three elementary goals as basic to any society: (1) some limits on the use of force, (2) some provision for the sanctity of contracts, and (3) some arrangement for the assignment of property rights. The idea is that mutual self-interest will push leaderships into pursuing common objectives in these three areas and thus into constructing an international order [society]*” (Bull, 1977: 4-5 citado por Buzan, 1993: 334-335)

<sup>16</sup> A Paz de Vestfália estabeleceu o direito dos Estados Alemães fazerem a sua própria diplomacia; foi também estabelecido que eles eram iguais internacionalmente. O facto de terem sido as nações europeias a estabelecerem os termos do tratado representa a perda da autoridade supranacional do Papado para regular as relações entre entidades políticas (Armstrong, 2011: 43).

<sup>17</sup> Antes dos Descobrimentos (séculos XV-XVI), a inexistência de contacto regular entre unidades políticas significa que ainda não era possível falar num único Sistema Internacional (Buzan, 1993: 331).

autoridades supranacionais (como o Papado durante a Europa Medieval) ou formavam sociedades internacionais rudimentares (como a Grécia Antiga) (Armstrong, 2011: 37-38). Na ordem pós-Vestfália, a soberania dos estados significou simultaneamente a criação de um sistema de estrutura anárquica, de unidades iguais regidas pelo próprio interesse, e dos alicerces de uma Sociedade Internacional de matriz europeia baseada no reconhecimento mútuo e na aceitação de um conjunto de convenções.

A evolução do sistema de estados europeus foi acompanhada pelo fortalecimento da sociedade por eles formados. O final das Guerras Napoleônicas trouxe uma ordem multipolar rígida, dominada pelas grandes potências<sup>18</sup> no chamado Concerto da Europa<sup>19</sup>. A estas juntaram-se as antigas colônias, e depois os estados mais desenvolvidos, como o Japão, no alargamento da Sociedade Internacional<sup>20</sup>. O Concerto multipolar sofreu, a partir de 1890, uma bipolarização, de forma que quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial (1914), a configuração do sistema era rigidamente bipolar, dividida em duas alianças<sup>21</sup>.

Com o final da Primeira Guerra Mundial, surge um marco importante na evolução da Sociedade Internacional: a Liga das Nações. A Liga representava uma tentativa de construir uma verdadeira Sociedade Internacional que regulasse as relações entre estados, e ao contrário do Concerto da Europa, não incluía apenas estados europeus. Um dos objetivos principais era evitar as guerras através do princípio da segurança coletiva: todos estados-membro concordavam em unir-se contra qualquer estado que praticasse um ato de agressão contra outro. Segundo o presidente americano Woodrow Wilson, fora o *Balance of Power* o responsável pela Primeira Guerra Mundial, e daí o ênfase no conceito de segurança coletiva (Armstrong, 2011: 44). A experiência da Liga das Nações acabou por falhar, e o *Balance of Power* continuou a principal garantia da paz entre estados (Armstrong, 2011: 45). Quando este falhou, eclodiu a 2ª Guerra Mundial, em 1939.

O final da Segunda Guerra Mundial (1945) trouxe consigo a fundação da ONU (Organização das Nações Unidas), com o objetivo de manter a paz e segurança entre as nações, e de promover a cooperação internacional (Organização das Nações Unidas, 2005). Inicialmente, a atuação da ONU foi dificultada pelo sistema bipolar muito rígido que caracterizou a Guerra Fria: se o *Balance of Power* entre as superpotências ajudou a manter a paz, especialmente na Europa (Armstrong, 2011: 45), a sua influência era de tal ordem que impediu a atuação da ONU. Após

<sup>18</sup> “Prússia, da Rússia, da Áustria e da Grã-Bretanha, a que se juntou a França” (Mendes Dias, 2007: 33)

<sup>19</sup> “O Congresso de Viena (de outubro de 1814 a 9 de junho de 1815) trouxe à luz a solução para os problemas que se colocavam à Europa, à altura; a ordem dos Estados-Nação assentou num Sistema Internacional multipolar” (Mendes Dias, 2007: 33)

<sup>20</sup> “Há dois séculos, os Estados Unidos entraram no sistema bem como, algumas décadas depois, e pelo menos formalmente, as repúblicas latino-americanas. O Império Otomano e o Japão foram, por sua vez, os primeiros Estados não ocidentais a serem admitidos no sistema de Estados [Sociedade Internacional]” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003: 42 citados por Mendes Dias, 2007: 32)

<sup>21</sup> “As «triplas» Entente (Grã-Bretanha, França e Rússia) e Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália), que bipolarizaram a estrutura entre 1907 e 1914” (Mendes Dias, 2007: 33-34).

a dissolução da União Soviética, o sistema unipolar resultante<sup>22</sup> permitiu à Organização uma atuação muito mais abrangente. Sobre o momento da História em que vivemos, Armstrong caracteriza-o como o primeiro em que em que o princípio da igualdade soberana entre estados é a norma legal central no mundo inteiro. Em troca desta ordem, os 193 estados da ONU concordaram em restringir seriamente o uso da força militar e em promover o respeito pelos Direitos Humanos (2011: 46). No entanto, o estado atual desta Sociedade Internacional levou Armstrong a levantar cinco questões (ideias) sobre as tendências para a sua evolução futura (2011: 46-47):

- A Globalização dissolve as identidades sociais tradicionais; as normas internacionais tenderão a centrar-se nos direitos dos indivíduos, e não nos dos estados;
- O final da Guerra Fria causou o colapso de muitos estados; as ameaças à segurança mundial surgem agora principalmente *dentro de* em vez de *entre* estados;
- O poder americano é atualmente superior a qualquer outra entidade, mas tem limites; dada a sua posição central no processo de Globalização, um enfraquecimento do poder americano teria implicações para a evolução desse processo;
- Há uma tendência crescente nos estados menos desenvolvidos para rejeitar os valores do processo de Globalização como parte da estratégia imperialista ocidental;
- O crescente envolvimento das organizações internacionais, transnacionais e dos estados desenvolvidos nos assuntos internos dos menos desenvolvidos (ambiente, pobreza) constitui um desafio à soberania dos Estados.

Retomemos por fim à visão geral da evolução do Sistema Político Internacional: identificamos uma tendência para o aumento do número e frequência das interações entre os atores do sistema; por sua vez, a Escola Inglesa mostra como esse aumento das interações levou à criação da Sociedade Internacional atual. Será que a questões levantadas por Armstrong sobre o futuro próximo são apenas efeito do aumento das interações entre estados, ou será que há mais processos em jogo?

#### 4. A GLOBALIZAÇÃO

*“Globalization is most simply (or simplistically!) defined as the process of increasing interconnectedness between societies such that events in one part of the world increasingly have effects on peoples and societies far away”* (Baylis & Owens, 2011: 8).

---

<sup>22</sup> “podemos dizer que o Sistema é unipolar de hegemonia, não-arrogante (conjuntural). O pólo é os Estados Unidos da América, ancorados no dinamismo da sua economia, na sua capacidade científico-tecnológica (domínio tecnológico), que influi de forma decisiva na capacidade de projeção militar (global), no domínio das tecnologias de informação e na produtividade” (Mendes Dias, 2007: 36).

Centremo-nos no conceito de processo<sup>23</sup>: a Globalização é um processo, que afeta um conjunto de atores numa dada escala temporal. O que caracteriza o processo de Globalização é o aumento das interações entre os atores do Globo, sejam eles estados, indivíduos ou outras organizações. Anthony McGrew define claramente o que entende por «aumento das interações»: para ele, esse aumento significa um aumento da extensão (espacial), magnitude e velocidade das interações, acompanhado de uma crescente interligação entre os níveis local e global (em que efeitos globais influenciam locais, e vice-versa) (McGrew, 2011: 18). Este aumento das interações é geralmente associado à atualidade, mas muitos autores consideram que a Globalização que sentimos é a última de um processo que abranje uma escala temporal maior (Baylis & Owens, Introduction, 2011: 9). McGrew identifica três Vagas de Globalização (2011: 23): a primeira, que engloba os Descobrimentos e a primeira expansão Europeia (1450-1850); a segunda (1850-1945), caracterizada por um aumento ainda maior da colonização e da influência europeia nas outras regiões do mundo; e uma terceira, a Globalização Contemporânea (a partir de 1945), tornada possível por desenvolvimentos na tecnologia e por uma maior interdependência económica.

Estas Vagas pretendem ilustrar como ao longo da história, a tendência sempre foi o aumento das interações entre elementos do sistema, mas vários autores assinalam a Globalização Contemporânea como uma nova era na evolução social e política da Humanidade, em rotura com as Vagas anteriores. Baylis *et al* apresentam uma série de oito argumentos que sustentam essa tese (tabela 2). Podemos considerá-los como uma lista de sintomas que indicam como a Globalização Contemporânea afeta decisivamente as áreas da economia, tecnologia, cultura e política, representando uma mudança de paradigma:

**Tabela 2** – Argumentos da globalização categorizados (Adaptado de Baylis & Owens, 2011,; pp. 10-11).

<b>Contexto</b>	Argumentos para a Globalização Contemporânea (Baylis & Owens, Introduction, 2011, p. 11)
<b>Economia</b>	A velocidade da transformação económica é mais rápida do que em qualquer período anterior devido ao aumento da interdependência económica.
<b>Tecnologia</b>	Redução das barreiras geográficas, permitindo a comunicação instantânea e a interação global em tempo real. Novos fluxos de informação e tecnologia geram efeitos globais e interdependência económica.
<b>Cultura</b>	Emergência de uma cultura global, misturando elementos locais e globais. Globalização da cultura popular. Convergência de valores e normas.
<b>Política</b>	Emergência de uma cultura transnacional global, com efeitos globais e interdependência económica. Globalização da política internacional. Aumento da influência dos Estados Unidos.

<sup>23</sup> Process: “a) a natural phenomenon marked by gradual changes that lead toward a particular result; (...) b) a series of actions or operations conducing to an end” (Merriam-Webster Dictionary, 2015).

A Globalização Contemporânea resulta da convergência de todas as áreas<sup>24</sup>, que interagem entre si para produzir o aumento das interações de que falámos inicialmente. Podemos mesmo modelar um processo de *feedback* positivo: maior interligação gera ainda maior interligação, num aumento quase «exponencial». Daqui resultam mudanças radicais na escala da organização política, económica e social: o mundo passa a ser um local social partilhado (*shared local space*) (McGrew, 2011: 18). McGrew termina a sua análise da Globalização ao discutir os seus efeitos no estado segundo os três vetores que emergiram da Paz de Vestfália: Territorialidade, Soberania e Autonomia (Tabela 3). Para McGrew a Globalização não significa necessariamente a obsolescência do estado soberano, mas admite que outros tipos de unidades, tais como organizações internacionais, tenham ganho importância, e obriga a que façamos uma mudança no nosso nível de análise, de um nível centrado no Estado para um que se centre em todo o sistema<sup>25</sup>.

**Tabela 3** – Comparação entre o Estado antes e depois da Globalização (Adaptado de McGrew, 2011: 23-24).

	Estado Pré-Glo	Estado Globalizado
<b>Territorialidade</b>	Compartilhamos a soberania com fronteiras fixas.	Dimensões e limites são muito fluidos, são transmutáveis por meio da progressão do poder político (como o terrorismo, o crime organizado, o cibercriminoso, Internet, etc.).
<b>Soberania</b>	Estado (hoje ou amanhã) é o Estado-mãe, autoridade superior e exclusiva.	A autoridade do Estado-mãe é partilhada com outros Estados e com outros organismos internacionais.
<b>Autonomia</b>	Estado tem autoridade, mantimento de unidade e integridade territorial e soberania e capacidade de estabelecer relações diplomáticas com outros Estados.	O Estado não sobrevive e compete para sobreviver, sendo obrigado a cooperar e a negociar com outros Estados e com organizações internacionais para sobreviver e desenvolver-se.

Finalmente, após analisarmos as alterações que a Globalização produziu no estado, o que é que ela não alterou? Apesar de tudo, o Estado continua a existir. Lamy assinala que é o Estado o principal agente que continua a zelar pelo nosso Bem-Estar e Segurança, e que continua a possuir o monopólio (legal) do poder coercivo (2011: 125). Por sua vez, o uso da força continua a ter importância, porque mesmo um estado globalizado age primariamente em prol dos seus interesses<sup>26</sup>.

<sup>24</sup> Para McGrew, três (Economia, Tecnologia e Política) das quatro áreas apresentadas na tabela 2 são os *Engines of Globalization*, responsáveis pelo aumento das interações e interligação.

<sup>25</sup> “Globalization requires a conceptual shift in our thinking about world politics from a principally state-centric perspective of geocentric or global politics – the politics of worldwide social relations” (McGrew, 2011, pp.29)

<sup>26</sup> “The most effective tool of statecraft is still force or the threat of force and, even in these times of globalization, states must continue to look after their own interests. All states, in the language of the neo-realists, are egoistic value maximizers” (Lamy, 2011: 124).

Em suma, podemos ver o processo de Globalização como um aproximar dos diferentes sistemas (político, económico, social), que liga todos os componentes numa rede densa de interações que só se torna aparente no nível de análise global. Isto representa simultaneamente o culminar de uma tendência histórica, e também uma mudança de paradigma quanto à importância das interações.

## 5. CONCLUSÕES

Temos nas mãos dois extremos: por um lado, os neorealistas como Waltz, que definem o Sistema Político Internacional na sua forma mais abstrata, como um conjunto de unidades independentes, (cujas principais são os Estados), que interagem numa estrutura anárquica em prol do seu interesse próprio, como competidores. No outro extremo, a Globalização faz convergir os diferentes elementos e as diferentes áreas e níveis do sistema, interligando-os de tal forma que os Estados perdem parte da sua soberania. Temos nas mãos uma tese e a sua antítese; para chegar à sua síntese, a nossa conclusão, há que interpretar o Sistema Político Internacional no contexto da Globalização.

Quando Waltz modelou o Sistema Político Internacional, fê-lo de uma forma abstrata, centrando-se nas suas unidades e na sua estrutura. No entanto, através da nossa breve análise da Teoria da Complexidade, vimos como o Sistema Político Internacional pode ser considerado um Sistema Complexo. Nos Sistemas Complexos, uma ordem complexa emerge a partir de regras simples que modelam o comportamento dos agentes; assim, as interações são mais importantes que os próprios agentes.

Através da Escola Inglesa, vimos como o aumento dessas interações é suficiente para construir, em cima do Sistema anárquico de Waltz, uma Sociedade Internacional que aceita um conjunto de convenções acerca do relacionamento entre atores. A atualidade é, segundo Armstrong, o primeiro momento da História em que existe uma Sociedade Internacional que abrange todo o mundo.

Finalmente, vimos como a Globalização Contemporânea é o aumento recente da magnitude, velocidade e extensão das interações, e o aumento da interligação entre atores dos sistemas mundiais (económicos, sociais ou políticos). Neste período indentificamos efeitos que aparentemente rompem com o paradigma anterior do Sistema Político Internacional: interdependência entre estados e correspondente perda de soberania. E quanto aos princípios desse sistema, será que são alterados? A síntese que fazemos destas posições é a seguinte: a Globalização afeta os elementos do Sistema Político Internacional ao aumentar a sua interdependência e reduzir soberania dos estados, mas não altera sua a estrutura. Se a Sociedade Internacional é *construída* no topo do Sistema Internacional *anárquico*, a Globalização é *construída* no topo de uma Sociedade Internacional, em que a densidade de interações aumentou o suficiente para aproximar o nível de análise global ao local. No entanto, persiste a estrutura-base *anárquica*: os estados continuam a ser entidades políticas



funcionalmente iguais, diferenciadas pelo seu poder, que atuam para atingir os seus interesses. A importância da força coerciva nesta estrutura-base é tal que ação das organizações internacionais como a ONU, que tenderiam a ter uma posição política hierarquicamente superior aos seus estados-membro, só têm liberdade de ação com o consentimento destes, tal como o caso da ONU durante a Guerra Fria. Enquanto os Estados continuarem existir, a Globalização existe porque está no seu interesse: esta é a continuidade que referimos no título do artigo.

A rotura está na obsolescência do próprio Sistema Político Internacional como nível de análise. Apesar da continuada importância dos estados, qualquer ação sua afeta e é afetada por uma constelação de outras entidades, não apenas de caráter político ou económico, mas também por pessoas individuais. Houve durante a nossa História alturas onde pudemos ignorar todas estas entidades e dividir rigidamente as interações em (intra)nacionais e internacionais, considerando um Sistema Político Internacional composto por estados. Hoje, uma ação global tem impacto local, e ações locais têm cada vez mais impacto internacional, da mesma forma que ações políticas têm impacto económico e cultural, e vice-versa. A variedade das entidades é tanta, que o estudo das interações no mundo globalizado se deve centrar nelas. Isto requer que recorramos ao estudo da Complexidade para estudar as Relações Internacionais:

*“We must develop language to capture the fluidity and dynamism of contemporary global affairs. IR theory rooted in complexity will mean analyses of world affairs that focus on the patterns of interactions occurring within and between networks, rather than specific “agents” of world politics”* (Glover: 2012).

Apesar de reconhecermos a continuidade na estrutura-base do Sistema, a rotura está no Sistema em si e na forma como o analisamos: há que considerar hoje um único Sistema e um único nível de análise, que considere todas as interações e todas as redes de interdependência: o Sistema Global.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, K., HESTER, P., BRADLEY, J., MEYERS, T., & KEATING, C. (2013). *System Theory as the Foundation for Understanding Systems*. Old Dominion University, National Centers for System of Systems Engineering, Norfolk, United States of America. Obtido em 06 de abril de 2015, de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sys.21255/abstract>
- ARMSTRONG, D. (2011). The Evolution of International Society. In J. Baylis, S. Smith, & P. Owens, *The Globalization of World Politics* (pp. 36-46). New York, United States of America: Oxford University Press.



- BAYLIS, J., & OWENS, P. S. (2011). Introduction. In J. Baylis, & P. S. Owens, *The Globalization of World Politics* (pp. 2-10). New York, United States of America: Oxford University Press.
- BAYLIS, J., Owens, P., & Smith, S. (Edits.). (2011). *The Globalization of World Politics*. New York, United States of America: Oxford University Press.
- BULL, H. (1977). *The Anarchical Society*. New York, United States of America: Columbia University Press.
- BUZAN, B. (1993). From International System to International Society: Structural Realism and Regime Theory Meet the English School. *International Organization*, 47(3), 327-352. Obtido em 02 de maio de 2015, de <http://www.jstor.org/stable/2706979>
- CABRAL COUTO, A. (1988). *Elementos de Estratégia*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- CHAN, S. (31 de outubro de 2001). *Complex Adaptive Systems*. Obtido em 14 de abril de 2015, de Massachusetts Institute of Technology: <http://web.mit.edu/esd.83/www/notebook/Complex%20Adaptive%20Systems.pdf>
- CHECKLAND, P. B. (1993). *Systems Thinking, Systems Practice*. New York, United States of America: Wiley.
- CLARK, I. (2011). Globalization and the post-cold war order. In J. Baylis, P. Owens, & S. Smith, *The Globalization of World Politics* (pp. 546-557). New York, United States of America: Oxford University Press.
- CUDWORTH, E., & HOBDEN, S. (2010). Anarchy and Anarchism: Towards a Theory of Complex International Systems. *Millennium: Journal of International Studies*, 399-416.
- DOUGHERTY, J., & PFALTZGRAFF Jr, R. (2003). *Relações Internacionais - As Teorias em Confronto*. Gradiva: Lisboa.
- EVANS, G., & NEWNHAM, J. (1998). *The Penguin Dictionary of International Relations*. Bury St. Edmunds, United Kingdom: Penguin Books.
- GLOVER, R. (21 de julho de 2012). *Compatibility or Incommensurability: IR Theory and Complex Systems Analysis*. Obtido em 13 de abril de 2015, de E-International Relations: <http://www.e-ir.info/2012/07/21/compatibility-or-incommensurability-ir-theory-and-complex-systems-analysis/>
- HEYLIGHEN, F. (14 de outubro de 1998). *Basic Concepts of the Systems Approach*. Obtido em 06 de abril de 2015, de Principia Cybernetica: <http://pespmc1.vub.ac.be/SYSAPPR.html>
- HEYLIGHEN, F., & Joslyn, C. (1 de novembro de 1992). *What is Systems Theory?* Obtido em 06 de abril de 2015, de Principia Cybernetica Web: <http://www.pespmc1.vub.ac.be/systheor.html>

- JONES, W. (October de 2003). *Complex Adaptive Systems*. (G. Burgess, & H. Burgess, Edits.) Obtido em 13 de abril de 2015, de Beyond Intractability: <http://www.beyondintractability.org/essay/complex-adaptive-systems>
- KAVALSKI, E. (2007). The fifth debate and the emergence of complex international relations theory: notes on the application of complexity theory to the study of international life. *Cambridge Review of International Affairs*, 435-454.
- LAMY, S. (2011). Contemporary mainstream approaches: neo-realism and neo-liberalism. In J. Baylis, P. Owens, & S. Smith, *The Globalization of world politics* (pp. 116-127). New York, United States of America: Oxford University Press.
- MCGREW, A. (2011). Globalization and global politics. In J. Baylis, P. Owens, & S. Smith, *The Globalization of World Politics* (pp. 16-29). New York, United States of America: Oxford University Press.
- MENDES DIAS, C. (2007). Caracterização do Sistema Internacional. *Proelium*, 27-44.
- MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. (2015). *Process*. Obtido em 03 de maio de 2015, de Merriam Webster Dictionary: <http://www.merriam-webster.com/dictionary/process>
- MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. (2015). *System*. Obtido em 06 de abril de 2015, de Merriam-Webster Dictionary: <http://www.merriam-webster.com/dictionary/system>
- MORRIS, V. (17 de setembro de 2015). *Grading Gerasimov: Evaluating Russian Nonlinear War Through Modern Chinese Doctrine*. Obtido de Small Wars Journal: <http://smallwarsjournal.com/jrn/art/grading-gerasimov-evaluating-russian-nonlinear-war-through-modern-chinese-doctrine>
- WALTZ, K. (1979). *Theory of International Politics*. Reading, Massachusetts, United States of America: Addison-Wesley Publishing Company. Obtido em 13 de abril de 2015, de <https://pt.scribd.com/doc/40007016/Kenneth-Waltz-Theory-of-International-Politics>

## **ARTUR JORGE ABREU VARANDA**

É Aspirante-Aluno de Artilharia do Exército Português e frequenta o Mestrado Integrado em Ciências Militares da Academia Militar. Encontra-se atualmente a concluir o Tirocínio para Oficial na Escola das Armas, em Mafra.



**Os Poderes Erráticos: O terrorismo.  
Génese, Conceitos, Evolução e Tipologias.**

Bruno Rafael Ramos Prata <sup>a 1</sup>

<sup>a</sup> Aspirante Aluno da Guarda Nacional Republicana na Academia Militar

### **RESUMO**

O objetivo geral da presente investigação consiste em compreender de forma histórica e conceptual, através da análise documental, o fenómeno do terrorismo. Neste sentido, os objetivos específicos vertem-se na caracterização da sua evolução, na explicação dos seus conceitos e na definição das suas tipologias. A metodologia empregue no decorrer da investigação consistiu na análise documental, seguindo a esta uma matriz dedutiva e visando, por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chegar a uma conclusão. O trabalho é composto por quatro capítulos, devidamente delineados e interligados pela seguinte sequência lógica: no primeiro (introdução), alude-se à contextualização da investigação, respetiva importância e justificação da escolha do tema, definem-se os objetivos, alude-se ao tipo de estudo e apresentam-se os principais conceitos; no segundo, faz-se uma análise histórica do fenómeno do terrorismo, desde as suas origens (ou desde que tenha sido reconhecido como tal) até à atualidade; no terceiro, procede-se a uma análise conceptual do termo e das tipologias a ele associadas; e, por fim, no último capítulo são expostas algumas conclusões, com vista a dar resposta concreta às questões de investigação.

Conclui-se que uma ação terrorista assenta, basicamente, em cinco pressupostos. Por outro lado, apresentam-se algumas tipologias do fenómeno, fundamentada em bases doutrinárias maioritariamente aceites. E, finalmente, com vista a responder ao objetivo geral da investigação apresenta-se uma definição de terrorismo, de entre a diversidade de definições existentes, que se considera englobar sinteticamente os elementos indispensáveis ao entendimento e estudo do fenómeno.

**Palavras-chave:** Terrorismo; Errático; Clandestinidade; Ação Terrorista.

---

<sup>1</sup> Contacto – Email: [brrprata@gmail.com](mailto:brrprata@gmail.com)

Recebido em 04 de julho de 2015 / Aceite em 10 de setembro de 2015

## ABSTRACT

The overall objective of this research is to understand historically and conceptually, based on documents analysis, the phenomenon of terrorism. In this way, the specific objectives are to characterize its evolution, explain its concepts and defining its types. The methodology employed during the investigation consisted of document analysis, following a deductive research matrix and aiming, through a chain of reasoning in descending order, from the general analysis to the particular in order to reach a conclusion.

The work consists of four chapters, properly designed and interconnected by the following logical sequence: the first (introduction), alluded to the contextualization of research, respective importance and reasons for the choice of theme, the objectives are defined, refers to the type of study and presents the main concepts; in the second, it is a historical analysis of the phenomenon of terrorism, from its origins (or where it has been recognized as such) to the present day; in the third, it proceeds to a conceptual analysis of the term and types associated with it; and finally, in the last chapter there are exposed some conclusions in order to give concrete answers to research questions.

It was concluded that a terrorist action is based primarily on five assumptions. On the other hand, there are presented some types of phenomena, mainly based on doctrine acceptable bases. And finally, in order to meet the overall objective of the research, it is presented a definition of terrorism, from the diversity of definitions, which is considered synthetically encompass the essential elements to the understanding and study of the phenomenon.

**Keywords:** Terrorism; Erratic; Clandestinely; Terrorist action.

## 1. INTRODUÇÃO

O terrorismo “*tornou-se preocupação dominante nas políticas de muitos Estados, sendo referência frequente nos debates sobre política internacional e sobre defesa nacional*” (Martins, 2010: 5), facto que motivou esta investigação.

Atualmente, esta ameaça internacional é um fenómeno em proliferação, sendo preponderante que os atores da segurança dos Estados, como as Forças Armadas e as Forças de Segurança, se adequem e conjuguem esforços no sentido de estarem preparados para combater este fenómeno, que se apresenta geograficamente disperso e multifacetado. De maior relevância, é ainda a sua compreensão atempada numa perspectiva de desenvolvimento de uma “análise estratégica”, para assim se poderem delinear eventuais cenários de evolução e prever formas de atuação ou, na pior das hipóteses, planear a gestão de consequências após a

concretização de um atentado.

A presente investigação tem como objetivo geral compreender de forma histórica e conceptual, através da análise documental, o fenómeno do terrorismo, seguindo para tal uma matriz dedutiva e visando, por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chegar a uma conclusão.

Neste sentido, os objetivos específicos vertem-se na caracterização da sua evolução, na explicação dos seus conceitos e na definição das suas tipologias. Com vista a responder cabal e incisivamente aos objetivos apresentados, formula-se a seguinte questão central – “*O que é o terrorismo?*” – a qual será orientada pela resposta das questões derivadas – “*Que elementos caracterizam uma ação terrorista? Sob que formas se tipifica o fenómeno do terrorismo?*”. A definição do termo “terrorismo” não é unânime (Pereira, 2011: 36) e o consenso entre estudiosos, analistas políticos e homens de Estado está longe de ser alcançado (Garcia, 2007: 445), pelo que se torna necessário operacionalizar o conceito. Poder-se-iam elencar várias definições, mas nesta primeira fase, importa aferir sobre os elementos mais consensuais do fenómeno, por forma a ter-se um ponto de partida para a investigação que adiante se desenvolve.

Assim, em primeiro lugar, importa salientar o carácter errático do terrorismo, dado que o fenómeno não congrega todos os atributos da concepção tradicional do Poder – “*carece de uma legalidade objetiva, de instituições universalmente reconhecidas, tem uma natureza dispersa, não possui território, nem população nem orçamento - exatamente o “negativo” do Estado que conhecemos*” (Idem: 445).

Afaste-se, no entanto, a ideia daquilo que muitos conhecem por “terrorismo de Estado”, pois no domínio do terrorismo internacional, verificaram-se também diversas ações praticadas por agentes ao serviço dos governos dos países<sup>2</sup>, maioritariamente, com vista a eliminarem opositores exilados, mas o número, tanto de incidentes, como de vítimas, deste tipo de ações tem sido sempre muito inferior ao produzido pelo “terrorismo privado” (Martins, 2010: 23), ou somente terrorismo.

Pode, eventualmente, existir “terrorismo de Estado”, mas não se considera que se deva atribuir a classificação de “organização terrorista” aos governos que utilizam este “instrumento” (Pires, 2012: 668). A repressão de Estado ou aquela efetuada por dirigentes políticos ou militares, associada à tirania, aos ditadores e aos Estados totalitários, não constitui o entendimento mais apropriado do fenómeno no contexto desta investigação. “*Terrorismo é o terror com ação e essa ação tem, empiricamente, um carácter clandestino*”, tendo por base uma “*amplificação do medo, na vertente*

---

<sup>2</sup> São exemplo disso o Irão, Líbia, Iraque, Bulgária e a Coreia do Norte, entre outros.

*mediata dos ataques, mais do que a causa direta dos seus efeitos*” (Pires, 2012: 669). Há, portanto, uma distinção clara entre a organização e a ação terrorista – a “organização terrorista”, que opera na clandestinidade, utiliza como métodos os ataques terroristas, independentemente dos seus objetivos ou motivações, e distingue-se do terrorismo levado a cabo por entidades individuais.

A investigação decompõe-se em quatro capítulos, devidamente delineados e interligados pela seguinte sequência lógica: no primeiro (introdução), alude-se à contextualização da investigação, respetiva importância e justificação da escolha do tema, definem-se os objetivos, alude-se ao tipo de estudo e apresentam-se os principais conceitos; no segundo, faz-se uma análise histórica do fenómeno do terrorismo, desde as suas origens (ou desde que tenha sido reconhecido como tal) até à atualidade; no terceiro, procede-se a uma análise conceptual do termo e das tipologias a ele associadas; e, por fim, no último capítulo são expostas algumas conclusões, com vista a dar resposta concreta às questões de investigação.

## **2. DO TERRORISMO: UM PERCURSO ATÉ À ATUALIDADE**

### **2.1. Exploração do Fenómeno: dos anos Sessenta aos finais dos anos Oitenta**

O termo “terrorismo” terá surgido nos finais do séc. XVIII, aquando da Revolução Francesa, referindo-se ao “período do terror”, ou simplesmente “terror”, que era causado pelos grupos revolucionários violentos. Neste tempo, o designado “terror de Robespierre”, advogado, político francês e uma das personalidades mais importantes da revolução, levou milhares de franceses à guilhotina, incluindo os soberanos (Pires, 2012: 668). Posteriormente, até meados do séc. XX, terá sido também utilizado para “rotular sindicalistas, anarquistas e grupos nacionalistas” (Purpura, 2007: 15). Nesta altura, o terrorismo caracterizava-se por objetivos limitados e negociáveis, ambições de carácter local e motivações compreensíveis e tangíveis, normalmente associadas a conjecturas nacionalistas, com vista a alterações políticas ou autonomia territorial, sendo os seus atos previsíveis e, por isso, as negociações poderem ser estabelecidas e os conflitos resolvidos.

No entanto, pode considerar-se que o fenómeno só tenha começado a assumir proporções ameaçadoras a partir de finais da década de sessenta do século XX (Pires: 2012), mantendo um “*crescimento irregular mas constante*” (Martins, 2010: 23) até finais da década de oitenta, período durante o qual o terrorismo era utilizado para explicar atos políticos de extrema violência onde os principais responsáveis eram denominados de “terroristas” (Dyson citado por Purpura, 2007: 15).

Foi a 22 de julho de 1968, quando três membros da “Frente Popular para a Libertação da Palestina” tomaram de assalto um avião da companhia israelista *El Al*, enquanto este fazia o seu curso de Roma para Tel Aviv, obrigando-o a aterrar



na Argélia, que assinalou a internacionalização do que viria a ser o fenómeno do terrorismo (Fernandes in Moreira, 2004: 461).

A partir de 1979, com a revolução iraniana (instauração de um regime teocrático islâmico) e a invasão do Afeganistão pela União Soviética, dá-se o surgimento de diversos grupos religiosos islâmicos<sup>3</sup> com crescente importância no âmbito do terrorismo internacional (Martins, 2010: 24).

Surge assim uma forma de terrorismo global no que respeita à sua organização, ao seu alcance e aos seus objectivos, consubstanciando-se numa ameaça para a segurança internacional, obrigando a alterações, tanto ao nível das relações internacionais, como da segurança dos próprios Estados.

## 2.2. a Mudança de rumo: Transição para Os anos noventa

Com a crescente gravidade e proliferação do fenómeno durante os anos oitenta, verificou-se um *“progressivo acréscimo na luta contra essa ameaça, tanto no interior de cada país como na cooperação entre eles”* (Martins, 2010: 25). Por outro lado, em 1988, assiste-se à retirada soviética do Afeganistão, seguida do fim do regime marxista da União em 1991, factos que conduziram a alterações significativas na configuração do terrorismo internacional. A *“drástica diminuição dos patrocínios por parte dos países patrocinadores, evoluções positivas do conflito israelo-palestiniano, e alterações nas atitudes dos governantes, e nas opiniões públicas, em muitos países, proporcionando melhorias no combate ao terrorismo”* (Idem: 26) proporcionaram, então, um relativo decréscimo em termos globais do fenómeno nesse período. Em contrapartida, decorria um progressivo fortalecimento do terrorismo religioso, sobretudo islâmico, a par do enfraquecimento do terrorismo ideológico e, embora em menor grau, também do nacionalista laico.

## 2.3. globalização da ameaça: Surgimento da Al-Qaeda

Entretanto, em 1988, tem início um fenómeno de profunda influência para o terrorismo internacional em Peshawar, no Paquistão, quando Osama Bin Laden, milionário saudita e *mujahedín* na *jihad* contra os soviéticos e o regime comunista afegão, cria a Al-Qaeda (*“a rede”*), *“destinada a fomentar, coordenar e apoiar a luta dos “mujahedín”, em todo o mundo, tanto contra os regimes islâmicos corruptos como contra todos os “infieis” que ocupam terras do Islão”* (Martins, 2010: 29).

---

<sup>3</sup> São exemplo disso o movimento terrorista xiita libanês *“Hezbollah”* e o grupo terrorista religioso sunita *“Hamás”*.

De forma progressiva e ao longo dos anos noventa, a organização assumiu o papel de centro nevrálgico do terrorismo islâmico internacional, procurando atingir um ambicioso projeto geopolítico – “*a reunião de todo o mundo islâmico da “Umma” (comunidade mundial de todos os muçulmanos) numa mesma entidade político-religiosa sob a lei corânica (a sharia)*” (idem) – com a vantagem de patrocinar grupos terroristas, sem que a esta estivessem associados um território ou uma população, possibilitando uma evasão das medidas de coação (dissuasão e retaliação) por parte dos Estados e da própria comunidade internacional. Densificou-se, então, a ideia das redes terroristas, nomeadamente, das redes *jihadistas*, que apresentavam estrutura e coordenação pouco hierarquizada, e por isso flexível, e descentralizada, não sendo possuidoras de qualquer tipo de autoridade moral. No entanto, contêm mecanismos de treino e aquisição de conhecimento de atividades terroristas, detêm a capacidade de recolha de fundos e financiamento de ataques, conseguem o envio de mercenários para diferentes causas e têm o talento de levar a cabo operações próprias.

Nesse período, a *Al-Qaeda* desenvolveu também um série de ataques terroristas contra alvos americanos - Arábia Saudita em 1995 e 1996, Quênia e Tanzânia em 1998, Iémen em 2000 – seguidos de uma transferência da organização do Sudão para o Afeganistão, onde instalaram múltiplos campos de treino para os terroristas *mujahedin*. E, em 11 de setembro de 2001, a *Al-Qaeda* marca a sua posição na história do terrorismo internacional através da “*mais espetacular ação terrorista até hoje efectuada, destruindo completamente as duas torres gémeas do World Trade Center, em pleno coração de Nova Iorque, e parte do edifício do “Pentágono” em Washington D.C., causando mais de três mil mortos, mediante o desvio de quatro aviões civis de passageiros, utilizados como projéteis dirigidos, por 19 muçulmanos suicidas*” (Martins, 2010: 30).

#### **2.4. Modernização do Terrorismo: pós-11 de Setembro de 2001**

Os atentados perpetrados pela *Al-Qaeda* em 11 de setembro de 2001 transformaram a forma como os EUA e a comunidade internacional lidavam e combatiam o fenómeno terrorista, enquanto esta se revelava como uma “*organização com algumas das capacidades de um Estado (...) pondo tudo isso ao serviço de uma luta armada conduzida a nível mundial*” (Martins, 2010: 30).

O terrorismo transnacional tornou-se numa das maiores preocupações à segurança das sociedades contemporâneas, principalmente devido ao grande número de atos violentos deste género, levados a cabo em tão curto espaço de tempo. Além do 11 de setembro, de referir ainda os ataques perpetrados a 11 de março de 2004, em Espanha, e a 7 de julho de 2005, no Reino Unido, que foram marcados pelo uso da violência extrema e indiscriminada, com a intenção deliberada de atingir, tanto

o modo de vida ocidental, como abalar a sua estrutura política, por indivíduos ou grupos que se encontram dispersos pelos mais diversos países.

Segundo a EUROPOL (2014), o principal protagonista da transnacionalidade do terrorismo é, nos dias de hoje, o terrorismo islâmico, também considerado como a principal ameaça global. O terrorismo transnacional reporta-se a todo o tipo organizações estruturadas com ligações no âmbito operacional e de apoio, espalhadas por vários países e nos quais possuem capacidade de recrutamento, planeamento e recursos para levar a cabo ações terroristas, em qualquer parte do mundo (US Department of Defense, 2006: 37).

Como resposta, vários países investiram nos mecanismos de pesquisa de informação e procederam à captura de suspeitos, tendo-se vindo a efetivar uma *“colaboração entre governos, polícias, e agências de informação, sobretudo entre os Estados do mundo desenvolvido, não só no combate às atividades terroristas mas também na pesquisa e eliminação dos (...) apoios financeiros àquelas atividades”* (Martins, 2010: 31).

Em contrapartida, tem-se verificado um *“aparente aumento das disponibilidades de recrutamento de novos militantes islâmicos reforçando grupos terroristas e incentivando a formação de novos grupos”* (Idem: 32). Este incremento sustenta-se, essencialmente, nos atentados terroristas geradores dos sentimentos de orgulho, vingança e afirmação colectiva no “mundo islâmico”, assim como nas invasões dos países islâmicos do Afeganistão e do Iraque pela “cristandade ocidental”, liderada pelos EUA, e que são interpretadas sob a forma de atentados à independência, fé e cultura islâmicas.

Apesar da captura ou morte de muitos dos seus dirigentes, a *Al-Qaeda* continua a afirmar-se como referência, bem como centro coordenador, orientador e apoiante primordial de uma vasta rede de grupos terroristas sunitas<sup>4</sup>, mais ou menos independentes.

A *Al-Qaeda* atual existe mais como uma ideologia que se transformou numa vasta empresa – uma franchise internacional com representantes locais vagamente ligados

---

<sup>4</sup> As interpretações do islamismo geram dois principais grupos religiosos, os sunitas e os xiitas. A grande maioria dos muçulmanos são sunitas - estimativas sugerem entre 85% e 90% - e as diferenças residem na doutrina, rituais, direito, teologia e organização religiosa. Os muçulmanos sunitas consideram-se o ramo ortodoxo e tradicionalista do Islão, cujas práticas se baseiam em precedentes ou relatórios das ações do profeta Maomé e de pessoas próximas dele. Veneram todos os profetas mencionados no Corão, mas particularmente Maomé como o último profeta.

Quanto aos xiitas, estes reivindicam o direito de Ali, genro do Profeta Muhammad, e seus descendentes para liderar a comunidade islâmica. Há um elemento messiânico distintivo da fé e os xiitas têm uma hierarquia de clérigos que praticam interpretação independente dos textos islâmicos. Os muçulmanos xiitas são maioria no Irã, Iraque, Bahrein, Azerbaijão e, de acordo com algumas estimativas, Iêmen. Há ainda grandes comunidades no Afeganistão, Índia, Kuwait, Líbano, Paquistão, Qatar, Síria, Turquia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

[<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-16047709>], consultado em 23 de abril de 2015.

a uma base central ideológica ou motivacional, mas que promove os objectivos do núcleo de forma simultânea e independente. É, por isso, *“uma rede de redes, um fenómeno transnacional, facilitado pela Internet, pela intensificação das viagens internacionais, pelo relaxamento dos controles nas fronteiras, e unido pela partilha de uma ideologia [cuja] flexibilidade e ausência de estrutura formal lhe permitiram adaptar-se e sobreviver apesar das pesadas baixas que tem sofrido”* (Wilkinson citado por Martins, 2010: 32-33).

Em paralelo, os terrorismos xiistas mantêm-se igualmente patrocinados, tendo, neste caso, o Irão um papel direto preponderante ou por intermediário do grupo terrorista libanês *“Hezbollah”*.

Desta forma, no século XXI, assiste-se a um incremento da atividade no âmbito internacional e a uma nova dimensão do terrorismo ligado a interpretações fundamentalistas do islamismo, *“na medida em que representa um catalisador de ressentimentos históricos, de confronto de valores, e de invejas materiais entre duas civilizações”* (Martins, 2010: 34) – cristãos e muçulmanos. No entanto, as divergências que separam as comunidades sunitas (cerca de 90 por cento de todos os muçulmanos) das xiitas (abrangem os restantes), repercutem-se nas relações entre os grupos terroristas islâmicos, levando a que, geralmente, terroristas de ambas as crenças atuem separados uns dos outros, sem se oporem diretamente, nem cooperarem.

Outra preocupação crescente prende-se com a *“participação de muçulmanos de nacionalidade europeia ou americana, descendentes de emigrantes muçulmanos, ou recém convertidos ao islão, nas atividades terroristas”* (Idem: 35).

Quanto ao futuro do terrorismo internacional, prever a sua evolução é praticamente impossível, *“mas é possível afirmar que nos próximos anos este continuará sem dúvida a ser liderado, como tem acontecido desde meados dos anos noventa, pelos terrorismos religiosos islâmicos, e que a mobilização de vontades que se tem verificado para o enfrentar se manterá”* (Martins, 2010: 36). No entanto, assiste-se a um declínio na atividade global do terrorismo internacional nos últimos anos, apontando para uma progressiva atenuação do fenómeno, a par do fortalecimento da cooperação internacional.

## 2.5. Síntese Conclusiva

Existem três acontecimentos na história mundial, pós 2.<sup>a</sup> GM, aos quais se podem apontar implicações diretas na mudança da tipologia do fenómeno terrorista, fazendo com que este deixasse de estar associado a conjeturas nacionalistas, com vista a alterações políticas ou autonomia territorial, e passasse a ser um fenómeno internacional, global e com motivações, fundamentalmente, religiosas. O primeiro acontecimento deu-se com o estabelecimento do Estado de Israel e a consequente derrota de vários Estados árabes (em 1948, 1956, 1967 e 1973) perante

um punhado de judeus tratados na tradição islâmica com algum desdém. Conforme referido, é a ação da Frente Popular para a Libertação da Palestina no assalto ao avião da companhia israelita *El Al*, que assinala a internacionalização do terrorismo. O segundo momento ocorreu com a revolução iraniana, em 1979, a partir da qual o Irão assume a missão de exportar a *jihad* islâmica e combater o “grande Satã”. O terceiro, também em 1979, com a invasão do Afeganistão pelos soviéticos. Em 1989, os soviéticos retiram do Afeganistão derrotados e os *taliban* vencem os antigos aliados, conquistando Cabul, em 1992. Materializa-se a grande vitória do fundamentalismo radical e é proporcionado um espaço de acolhimento aos seus apoiantes externos. Bin Laden estabelece a *Al-Qaeda*, que forja e sustenta uma rede de grupos islâmicos radicais e de *jihadistas*, frequentadores dos campos de doutrinação e treino neste país.

Efetivamente, este tipo de terrorismo passou a ser uma ameaça à segurança internacional, obrigando a alterações, tanto ao nível das relações internacionais, como da segurança dos próprios Estados. É precisamente devido ao fortalecimento da cooperação internacional, imposta pela ameaça global, que se assistiu a um declínio na atividade do terrorismo internacional nos últimos anos e se perspetiva uma progressiva atenuação do fenómeno.

### 3. OS CONCEITOS E AS TIPOLOGIAS

No capítulo anterior, fez-se um percurso temporal e evolutivo do terrorismo até à atualidade, sendo possível constatar-se que o fenómeno foi já interpretado de diversas formas e praticado em diferentes âmbitos ao longo da História. Assim, torna-se pertinente uma procura da definição dos seus conceitos e tipologias, com vista à sua melhor caracterização e compreensão.

#### 3.1. Terrorismo: Uma aproximação da definição

Por o terrorismo ser um conceito de tal forma ambíguo e abrangente, torna-se inviável a elaboração de uma definição universalmente aceite. Todavia, numa tentativa de se obter uma definição mais operacional do conceito, é “*possível e necessário especificar certas características comuns do fenómeno*” (Combs & Slann, 2007: 320), nomeadamente, identificando uma série de atributos que, no seu conjunto, classificam os atos terroristas com alguma consistência.

Inicialmente, o terrorismo reportava-se a atos violentos levados a cabo contra inocentes e que visavam objetivos políticos (Cassese citado por Simões in Moreira, 2004: 508). Transformado num termo mais usual, passou a ser utilizado para caracterizar “*grupos que usassem da violência extrema com intenção de gerar o medo*” (Purpura, 2007: 16), dos quais eram exemplo os gangues de rua,

gangues de motociclistas e membros de sindicatos violentos. Dyson (citado por Purpura, 2007: 16) contesta essa definição, argumentando que era utilizada por determinados grupos sociais para caracterizar os seus opositores, e apontando para uma definição de terrorismo ligada à “*violência extrema com intenção de provocar num governo ou população uma mudança de orientação*”. Dentro da mesma linha, Rogeiro (Moreira, 2004: 525) define, literalmente, terrorismo como “*o sistema ou regime, baseado no medo, quer dizer, no impacte psicológico negativo (sofrido por indivíduos, grupos, massas) provocado por atos de violência calculada*”.

No âmbito da comunidade internacional, existem igualmente inúmeras designações, sendo que cada ator concebe o fenómeno à sua maneira. Porém, o factor comum reside no recurso à violência com o objectivo de provocar o terror. Surgem, deste modo, diversas propostas de definição do conceito, que, no seu conjunto, apontam para uma definição global de terrorismo.

Embora não muito recente, a definição da ONU é esclarecedora, quando se refere a:

*“atos criminosos previstos ou calculados de modo a provocar um estado de terror no público em geral, num grupo de pessoas ou numa só pessoa em particular, com fins políticos que são em qualquer circunstância injustificáveis, independentemente das considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de qualquer outra natureza que possa ser invocada como justificação”* (UN General Assembly, 1997: 2).

Mais completa e recente, embora semelhante, o que indicia alguma consistência na caracterização do fenómeno, é a abordagem do Conselho de Segurança:

*“atos criminosos, incluindo contra civis, cometidos com a intenção de causar a morte ou lesões corporais graves, ou tomada de reféns, com o objetivo de provocar um estado de terror no público em geral ou num grupo de pessoas ou em pessoas particulares, intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a praticar ou abster-se de praticar qualquer ato, (...) que sob nenhuma circunstância são justificados por considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de natureza similar”* (UN Security Council, 2004: 2).

Já no âmbito europeu, a Estratégia Antiterrorista da UE, considera o terrorismo como uma ameaça para todos os Estados e populações, um sério risco à nossa segurança, aos valores das nossas sociedades democráticas e aos direitos e liberdades dos nossos cidadãos, especialmente por atingir de forma indiscriminada pessoas inocentes. É, por isso, “*criminoso e injustificável em quaisquer circunstâncias*” (Conselho da União Europeia: 6).

Também a Decisão-Quadro do Conselho da UE, relativa à luta contra o terrorismo, se pronuncia genericamente sobre os “atos terroristas”, afirmando no seu artigo 1.º que são:

*“susceptíveis de afectar gravemente um país ou uma organização internacional, quando o seu autor os pratique com o objectivo de intimidar gravemente uma população, ou constranger indevidamente os poderes públicos, ou uma organização internacional, a praticar ou a abster-se de praticar qualquer ato, ou desestabilizar gravemente ou destruir as estruturas fundamentais políticas, constitucionais, económicas ou sociais de um país, ou de uma organização internacional”* (Conselho da União Europeia, 2002: 3).

Do outro lado do Atlântico, observa-se também alguma similaridade na definição de terrorismo, sendo este classificado pelo Governo dos EUA, através do seu Plano Estratégico Militar Nacional para o Combate ao Terrorismo, como

*“o uso calculado de violência ilegítima ou a ameaça de violência ilegítima com o intuito de provocar o medo; com intenção de coagir ou intimidar governos ou sociedades para a prossecução de fins geralmente políticos, religiosos, ou ideológicos. O termo “terrorista” refere-se àqueles que levam a cabo os atos terroristas”* (Chairman of the JCS, 2006: 37).

O FBI acrescenta que se trata do *“uso ilegal da força ou violência contra pessoas ou propriedade para intimidar ou coagir um governo, a população civil, ou qualquer segmento destes, com vista à prossecução de objectivos sociais ou políticos”* (FBI citado por Pastor, 2010: 44).

No respeitante ao entendimento nacional, importa invocar a Lei nº 52/2003, de 22 de agosto (Lei de Combate ao Terrorismo), resultante do cumprimento da Decisão-Quadro do Conselho da UE anteriormente referida, que no n.º 1 do seu artigo 2.º, considera como grupo, organização ou associação terrorista,

*“todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, atuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um ato, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral”* (Assembleia da República: 2003).

Ainda no mesmo artigo, especifica quais os atos tidos como terroristas, enquadrando-os criminalmente e caracterizando-os *“pela sua natureza ou pelo contexto em que são cometidos, (...) susceptíveis de afectar gravemente o Estado ou a população que se visa intimidar”* (Assembleia da República: 2003). Apesar



da amplitude conceptual das definições, importa ter em conta que esta lei foi produzida de forma a harmonizar a legislação penal dos diferentes Estados-membros da UE no que respeita à tipificação dos crimes de terrorismo.

Desta forma, é possível levantar-se uma série de elementos comuns da definição de terrorismo (Combs; Simonsen & Spindlove citados por Purpura, 2007: 16) e que convergem para um concepção mais universal do fenómeno:

- *inesperado, premeditado, violência ilegal;*
- *contra pessoas inocentes e propriedade;*
- *muitas vezes dirigidos contra “alvos suaves” (ou seja, pessoas inocentes e propriedade caracterizadas por pouca ou nenhuma segurança);*
- *encenado para produzir atenção dos media e medo além das vítimas imediatas;*
- *objectivos políticos, religiosos ou ideológicos;*
- *conduzida por uma organização com uma cadeia de comando ou estrutura celular conspiratória;*
- *realizado por um grupo subnacional ou entidade não-estatal.*

Verifica-se, portanto, nos dias de hoje, que o terrorismo não se trata de mais um ato de libertação nacional ou de afirmação de um direito, dado que na maioria das vezes está relacionado com a exoração de motivos religiosos e políticos; é “*uma arma contra os governos, os regimes políticos ou, no caso do chamado “terrorismo catastrófico”, contra a sociedade internacional in toto*” (Rogero in Moreira, 2004: 525). Consiste numa “*graduação da força, quer seja dinamizada pelo poder político do Estado, quer seja dinamizada contra o Estado*” (Moreira, 2004: 132). Outros autores completam, afirmando que se trata de “*uma conjugação entre guerra e teatro, uma dramatização da mais censurável forma de violência, a qual é perpetrada em vítimas inocentes, praticada diante de uma audiência na esperança de criar um estado de medo (...)*” (Combs & Slann, 2007: 320).

Sintetizando, e para os efeitos da presente investigação, considera-se que o terrorismo engloba cinco componentes cruciais – a violência, a audiência, o terror, as vítimas e a motivação ou objetivo político (Combs & Slann: 321-322) – cuja verificação é indispensável para a caracterização de um ato como “terrorista”. Estes, por sua vez, segundo Pastor (2010: 46) são perpetrados pelos designados terroristas, e assentam em quatro pressupostos básicos:

- *O uso premeditado de violência ou ameaça de violência;*
- *Com intuito de provocar o medo;*
- *Por forma a coagir ou intimidar, governos ou sociedades;*
- *Tendo em vista objectivos políticos, religiosos ou simplesmente ideológicos*

Este é um novo tipo de terrorismo, que apela não só à destruição cada vez mais letal e à escala global, mas que também aproveita a dramatização para que o ato em si seja reconhecido e temido por todo o mundo.

### 3.2. Tipologias: das Motivações aos Objetivos

A diversidade de formas sob a quais se manifesta o terrorismo, apela a uma sistematização do fenómeno, a qual, por sua vez, facilitará a definição do conceito. White (citado por Purpura, 2007: 16) afirma que *“uma tipologia é um sistema de classificação, e há tantas tipologias de terrorismo, quantas são as definições”*.

Entre os estudiosos, as tipologias de terrorismo divergem em determinados aspetos, pelo que se torna interessante abordar algumas (as que se consideram mais pertinentes), com o intuito de as comparar e encontrar pontos de contraste. Dyson (citado por Purpura, 2007: 17) divide o terrorismo em duas grandes categorias – doméstico (ou nacional) e internacional. O terrorismo doméstico consiste na *“violência extrema politicamente orientada que é perpetrada por residentes de um país dentro deste mesmo”*. Por sua vez, o terrorismo internacional compreende *“violência extrema politicamente orientada perpetrada por residentes ou representantes de um ou mais países contra os interesses de outro país (...)”*. Desta “separação” primária, brotam outras classificações, ainda que se sobreponham às duas grandes categorias anteriores. O mesmo autor (idem), propõe os seguintes exemplos:

- Extremismo de esquerda, tendo por base a ideologia comunista, segundo a qual o *“governo possui os meios de produção e prevê as necessidades de todos os cidadãos numa sociedade igualitária e sem classes”*, visa derrubar sistemas capitalistas e substituí-los por sociedades socialistas.
- Extremismo de direita, caracterizado pelo ódio e preconceito, tem como objetivo primário derrubar os governos vigentes e substituí-los por governos nacionalistas ou de orientação fascista.
- Terrorismo individual (“lobo-solitário”) ou de interesse especial, tendente a concentrar-se em poucas ou apenas uma causa específica e muito concreta, invés de procurar uma mudança mais generalizada de cariz político, religioso ou social.
- Terrorismo religioso, consistindo em atos de *“violência extrema utilizada por grupos religiosos para forçar mudanças. Tais terroristas veem a sua causa e violência abençoada por Deus”*.
- Terrorismo nacional ou étnico, cujo objetivo é *“usar a violência para garantir uma pátria para o seu grupo”*. Muitas vezes, está associado à vertente “doméstica” do terrorismo, uma vez que o grupo terrorista luta contra o governo vigente para reivindicar território.

- Terrorismo racista, caracterizado pela violência contra um grupo oprimido, podendo os seus simpatizantes (governo, empresas e outras pessoas) ser igualmente vítimas de terrorismo.

Outra abordagem interessante, e que converge no sentido da anterior, é a apresentada pela EUROPOL (European Law Enforcement Agency, 2012, 2013, 2014), no seus relatórios anuais sobre a situação e tendências do terrorismo (*Terrorism Situation and Trend Report*). Nestes documentos, a Agência distingue cinco tipologias de terrorismo que constituem ou podem constituir uma ameaça perene à conjectura do espaço europeu, nomeadamente: terrorismo de inspiração religiosa; terrorismo separatista e étnico-nacionalista; terrorismo anarquista e de esquerda; terrorismo de direita; terrorismo de causa individual (“lobo-solitário”). Abordagem ligeiramente distinta, mais simplificada, mas igualmente pertinente, é a de Wilkinson (citado por Martins, 2010: 14), que identifica “*pelo menos quatro tipos principais de movimentos terroristas atualmente ativos*”:

- (1) *Movimentos nacionalistas, autonomistas, ou de minorias étnicas;*
- (2) *Seitas ideológicas ou sociedades secretas procurando alguma forma de “justiça revolucionária” ou de libertação social;*
- (3) *Grupos de exilados ou de emigrados com aspirações irredentistas, separatistas, ou revolucionárias, relativamente ao seu país de origem;*
- (4) *“Gangs” transnacionais dispendo de terroristas e de suporte Logístico de dois ou mais países, geralmente em nome de algum vago objectivo “revolucionário mundial”.*”

Por fim, e apesar de relativamente antiquada, a ideia de Ted Gurr (citado por Purpura, 2007: 18) mantém-se atual, esclarecedora e pertinente para este estudo, quando escreve sobre uma tipologia do terrorismo tetra-catórica, conforme o seguinte:

- Terrorismo vigilante, caracterizado pela violência feita por particulares contra outros cidadãos para “*expressar o ódio ou resistir à mudança social*”.
- Terrorismo insurgente ou dissidente, cometido por grupos privados contra as autoridades públicas, isto é, contra a ordem política ou social estabelecida, em busca de uma mudança política radical. Estes grupos são “*separatistas étnicos e emigrados, organizações radicais de esquerda, e de direita, racistas, antigovernamentais, e de subsistência*”.
- Terrorismo transnacional ou internacional, que tem origem num país e culmina noutra região, podendo manifestar-se em subcategorias, através dos indivíduos que residem num país e ataquem alvos noutra país, ou através de indivíduos que emigram para o país de destino para preparar um ataque, geralmente durante vários meses ou anos.

- Terrorismo de Estado, caracterizado pelo uso da violência “legitimada”, feita por um governo contra a sua própria população a fim de eliminar a oposição ou de robustecer o poder político.

### 3.3. Síntese Conclusiva

Mais importante do que existir uma definição universal e consensual de terrorismo, inviável pela própria complexidade do conceito, é realçar as suas principais componentes, presentes, de uma forma ou de outra, em todas as definições: a violência, a audiência, o terror, as vítimas e a motivação ou objetivo político. Por outro lado, importa também destacar os pressupostos fundamentais dos atos terroristas: *“O uso premeditado de violência ou ameaça de violência; Com intuito de provocar o medo; Por forma a coagir ou intimidar, governos ou sociedades; Tendo em vista objetivos políticos, religiosos ou simplesmente ideológicos”* (Pastor, 2010: 46). No entanto, no que concerne à sistematização do terrorismo, o consenso é menos harmonioso e o levantamento de pressupostos ou “conceitos-chave” depende substancialmente do critério aplicado, dado que o fenómeno pode ser observado, interpretado e compreendido das mais diversas formas. Desde estudiosos, a atores da cena internacional, são várias as tipologias do terrorismo concebidas, embora com um denominador comum – as suas motivações e objetivos. Assim sendo, no âmbito desta investigação, considerou-se pertinente adoptar uma tipologia, tanto aceite por entidades internacionais de referência, como pelos próprios estudiosos, e que se pensa representar com alguma fidelidade a realidade atual da ameaça transnacional do terrorismo. Destacam-se, por isso, cinco categorias, já anteriormente explicitadas: terrorismo de inspiração religiosa; terrorismo separatista e étnico-nacionalista; terrorismo anarquista e de esquerda; terrorismo de direita; terrorismo de causa individual (“lobo-solitário”).

## 4. CONCLUSÕES

O terrorismo transnacional é, efetivamente, a grande ameaça à segurança das sociedades contemporâneas e, conseqüentemente, o grande desafio que sobre elas recai. Este terrorismo, deixou de ser um problema estritamente de SI, para se configurar como um caso de conflito internacional. Exige uma resposta mais exigente, complexa e integrada. Exige reformas internas, por parte dos Estados, mas também um reforço da cooperação internacional a todos os níveis – ao nível das informações, ao nível das FFSS e ao nível das FFAA.

Este fenómeno levanta dois grandes problemas. O primeiro prende-se com a articulação entre a SI e a SE – como se deverão articular os seus instrumentos tradicionais (FFSS e FFAA) do ponto de vista de comando e do ponto de vista

operacional? A resolução passará, naturalmente, por reformas jurídico-constitucionais, entre outros aspectos. O segundo, provavelmente mais difícil de resolver, baseia-se no articular da liberdade, matriz das sociedades democráticas, com as exigências da segurança – desafio pertinente e que carece de estudo, entendimento e afrontamento por parte das sociedades contemporâneas.

De relevar ainda a pertinência do estudo das diversas formas sob as quais se pode manifestar o fenómeno terrorista, tanto na vertente transnacional, como na vertente doméstica.

Concluindo, e dando resposta aos objetivos específicos propostos, poder-se-á afirmar que os *“elementos que caracterizam uma ação terrorista”* assentam, basicamente, no uso deliberado de violência; na intenção de gerar o medo; na motivação política, religiosa ou ideológica; e na finalidade de coagir governos ou sociedades.

Por outro lado, o *“terrorismo pode tipificar-se”* sob diversos “prismas”, consoante a óptica do analisador, sendo que a sistematização mais adequada à realidade atual deste fenómeno se considera a seguinte: terrorismo de inspiração religiosa; terrorismo separatista e étnico-nacionalista; terrorismo anarquista e de esquerda; terrorismo de direita; terrorismo de causa individual.

Finalmente, com vista a responder ao objetivo geral da investigação – *“O que é o terrorismo?”* – pode afirmar-se que este engloba cinco componentes indispensáveis – violência, audiência, terror, vítimas e motivação/objetivo político – sendo que, de entre a diversidade de definições, se considera que a seguinte engloba sinteticamente os elementos referidos, e por isso se torna esclarecedora para aqueles que pretendem estudar o fenómeno:

- *“o uso calculado de violência ilegítima ou a ameaça de violência ilegítima com o intuito de provocar o medo;*
- *com intenção de coagir ou intimidar governos ou sociedades para a prossecução de fins geralmente políticos, religiosos, ou ideológicos.”* (Chairman of the JCS, 2006: 37).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assembleia da República (2003). Lei n.º 37/2003 de 22 de Agosto. Assembleia da República. Retrieved from [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=119&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=119&tabela=leis)
- COMBS, C. C., & Slann, M. (2007). *Encyclopedia of Terrorism, Revised Edition*. New York: Facts On File, Inc.
- Conselho da União Europeia. (2002). *Decisão-Quadro do Conselho relativa à luta contra o terrorismo (2002/475/JAI)*. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. União Europeia. Retrieved from <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32002F0475&from=PT>
- Conselho da União Europeia (2005). *Estratégia Antiterrorista da União Europeia*. Bruxelas: União Europeia. Retrieved from <http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?f=ST+14469+2005+REV+4&l=pt>
- European Law Enforcement Agency (2012). *TE-SAT 2012*. Haia. Retrieved from <https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/publications/europoltsat.pdf>
- European Law Enforcement Agency. (2013). *TE-SAT 2013*. Haia. Retrieved from [https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/publications/europol\\_te-sat2013\\_lr\\_0.pdf](https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/publications/europol_te-sat2013_lr_0.pdf)
- European Law Enforcement Agency (2014). *TE-SAT 2014*. Haia. Retrieved from [https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/publications/europol\\_tsat14\\_web\\_1.pdf](https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/publications/europol_tsat14_web_1.pdf)
- GARCIA, F. M. G. P. P. (2007, April). O Terrorismo transnacional - Contributos para o seu entendimento. *Revista Militar*, (2463), 445–468.
- MARTINS, R. F. C. (2010). *Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos.”* *IDN Cadernos*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. Retrieved from [http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno\\_1.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_1.pdf)
- MOREIRA, A. (2004). *Terrorismo* (2.ª Edição). Coimbra: Almedina.
- PASTOR, J. F. (2010). *Terrorism and Public Safety Policing: Implications for the Obama Presidency*. New York: CRC Press.
- PEREIRA, R. B. (2011, July). Terrorismo: definições, motivações, funcionamento e abordagens psicossociológicas. *Pela Lei E Pela Grei - Revista Da Guarda Nacional Republicana*, (91), 36–39.
- PIRES, N. C. B. de L. (2012, June). Terrorismo, uma ameaça perene. *Revista Militar*, (2525/2526), 663–680.
- PURPURA, P. P. (2007). *Terrorism and Homeland Security: An Introduction with Applications*. Oxford: Elsevier.

- UN General Assembly. (1997). *Measures to Eliminate International Terrorism. A/RES/51/210*. United Nations. Retrieved from [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/51/210](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/51/210)
- UN Security Council. (2004). *Resolução 1566. S/RES/1566*. United Nations. Retrieved from <http://www.unrol.org/files/n0454282.pdf>
- US Department of Defense. (2006). *National Military Strategic Plan for the War on Terrorism*. Washington, DC: Chairman of the Joint Chiefs of Staff. Retrieved from <http://www.defense.gov/pubs/pdfs/2006-01-25-Strategic-Plan.pdf>

### **BRUNO RAFAEL RAMOS PRATA**

Aspirante Aluno da Academia Militar, a frequentar o Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança (Guarda Nacional Republicana).



**A teoria do Sistema Mundial.  
A Abordagem da Escola Inglesa: Soberania e  
Direito Internacional**

Daniel Gonçalves Valério<sup>1</sup>

Aspirante a Oficial de Cavalaria na Academia Militar

### **RESUMO**

A presente investigação centra-se na Teoria do Sistema Mundial e a Escola Inglesa de Relações Internacionais e a sua ligação aos conceitos de Soberania e Direito Internacional. Tendo como objetivo enunciar os conceitos estruturantes destes tópicos desenvolveu-se a investigação destes de forma independente. Procurou-se sobretudo desenvolver uma revisão de literatura sobre os temas em estudo e perceber pontos comuns e/ou distintos dos mesmos.

Conclui-se que é perceptível a distinção que as duas visões têm das Relações Internacionais, sendo que a Teoria do Sistema Mundial desenvolve a ideia de um Sistema baseado em relações económicas, centrado na necessidade e dependência dos vários Estados, por outro lado a Escola Inglesa defende a existência de uma Sociedade Internacional em que os Estados se relacionam por valores e ideais partilhados, o que garante uma estabilidade e um compromisso de cooperação.

**Palavras-Chave:** Teoria do Sistema Mundial, Escola Inglesa, Soberania, Economia-Mundial, Sociedade Internacional

### **ABSTRACT**

The paper focuses on the World System Theory and the English School of International Relations and their connection to the concepts of sovereignty and international law. Aiming to outline the structural concepts of these topics developed in the investigation of these independently. It aims to develop a literature review on the topics under consideration and realize common and/or distinctive points of them.

---

<sup>1</sup> Contacto – Email: [valerio.dg@mail.exercito.pt](mailto:valerio.dg@mail.exercito.pt)

Recebido em 04 de julho de 2015 / Aceite em 10 de setembro de 2015

In conclusion, it is noticeable the distinction between the two theories of International Relations, the World System Theory develops the idea of a system based on economic relations, centered on the need and dependency of the various States between each other, on the other hand the English School defends the existence of an International Society in which states are related by shared values and ideals, which ensures stability and cooperation commitment between them.

**Key words:** World System Theory, English School, Sovereignty, International law, World-Economy, International Society

## 1. INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais são uma ciência em desenvolvimento e onde múltiplas teorias se encontram em confronto com conceitos históricos e de direito. A Teoria do Sistema Mundial e a Escola Inglesa são duas visões diferentes das relações entre estados, e das enquadrantes dessas relações, sendo que o estudo dessas relações e as implicações para a Soberania e a aplicação do Direito Internacional torna-se um importante tópico de estudo. Pretende-se com esta investigação atingir os seguintes objetivos: Compreender e explicar os principais conceitos da Teoria do Sistema Mundial; Compreender e explicar os principais conceitos da Escola Inglesa de Relações Internacionais; Relacionar a Teoria do Sistema Mundial e a Escola Inglesa com o conceito de Soberania e Direito Internacional.

## 2. TEORIA DO SISTEMA MUNDIAL

### 2.1. Enquadramento

A Teoria do Sistema Mundial é a “...*perspetiva macrossociológica que procura explicar as dinâmicas da “economia capitalista mundial” como um “sistema total...*” (Martínez-Vela, 2001: 1).

Esta Teoria desenvolveu-se a partir da década de 1970 e assenta num ponto essencial para as Relações Internacionais (RI): a unidade básica de análise social são os Sistemas-Mundiais e não os Estados-Nação, segundo Wallerstein (2004a). Esta teoria tem as suas raízes na sociologia clássica, teoria revolucionária marxista e teorias de evolução social (Teoria da Dependência) e foi desenvolvida por Samir Amin, Andre Gunder e Frank e Immanuel Wallerstein, segundo Chase-Dunn (2001), sendo no entanto profundamente desenvolvida e associada com o último.

Wallerstein concentra o seu estudo em três áreas segundo Karsan & Atay (2013), os novos movimentos sociais baseado num estudo dos conceitos desenvolvidos

por Weber e de Marx (economia política e proletariado), a ideia de um sistema mundial moderno de cariz capitalista (baseado no estudo da história europeia) e uma crítica aos modelos epistemológicos e metodológicos das ciências sociais e defendendo uma proposta para uma ciência social histórica que denomina Análise do Sistema Mundial.

No seu livro *“The Modern World-System, Vol. I Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century”*, o autor desenvolve um modelo teórico para perceber as mudanças históricas envolvidas no surgimento do mundo moderno, segundo Halsall (1997). Apoiando o desenvolvimento do seu estudo histórico na Escola de Annales, cujo principal figura é Ferdinand Braudel, segundo Martinez-Vela (2001) e baseando-se nas teorias marxistas para o seu estudo, Wallerstein conclui que os conflitos sociais dentro dos grupos humanos e a centralidade do processo de acumulação e da luta de classes que resultam deste, o que o fez desenvolver uma noção dialética de conflito mas baseou-se sobretudo nas Teorias da Dependência, que explicam as relações entre Estados de uma ponto vista económico e que criam a ideia de relações entre zonas “Centrais” e “Periféricas”, e que procuram explicar o capitalismo e o sub-desenvolvimento de muitos países.

## 2.2. SisTeMa-Mundial

Wallerstein considera o seu elemento de análise primordial é o “Sistema-Mundial” definindo-o como:

*“A world-system is not the system of the world, but a system that is a world and which can be, most often has been, located in an area less than the entire globe. World-systems analysis argues that the units of social reality within which we operate, whose rules constrain us, are for the most part such world-systems (other than the now extinct, small minisystems that once existed on the earth). World-system analysis argues that there have been thus far only two varieties of world-systems: world-economies and world-empires. A world-empire (examples, the Roman Empire, Han China) are large bureaucratic structures with a single political center and an axial division of labor, but multiple cultures. A world-economy is a large axial division of labor with multiple political centers and multiple cultures. In English, the hyphen is essential to indicate these concepts. “World system” without a hyphen suggests that there has been only one world-system in the history of the world.”* (Wallerstein, 2004: 13)

De uma forma mais resumida são segundo Robinson (2011) entidades económicas não circunscritas por fronteiras políticas ou culturais. Detalhando esta definição percebemos para seu objeto de estudo ao longo da história ele considera os “Sistemas Históricos”, como demonstra“(...) world-system analysis as a research object chooses the “historical systems” instead of economies, markets, and national states.” (Karsan & Atay, 2013: 35) e distingue três tipos de sistemas históricos: “... “Mini-systems”, “World-economies” and “World-empire”.” (Karsan & Atay, 2013: 35) . No entanto destes três “Sistemas Históricos”, Wallerstein apenas considera dois deles “Sistema-Mundial”, sendo que os “Mini-sistemas” não apresentam qualquer valor no seu estudo, porque segundo Goldfrank (2000) eles não envolvem múltiplas culturas, e Wallerstein considera-os extintos “... (other than the now extinct small minsystems that once existed on the earth). “ (Wallerstein, 2004: 13).

Os “Impérios-Mundiais” e as “Economias-Mundiais” são assim o que Wallerstein considera como “Sistema-Mundial” considerando que permitem o estudo de uma zona espacial e temporal que abrange uma grande variedade de unidades políticas e culturais, e que essa zona representa a integração de atividades e instituições que obedecem a certas regras sistémicas, e distinguem-se, segundo Goldfrank (2000) pelo facto de os Impérios-Mundiais terem apenas um centro político enquanto as Economias-Mundiais terem diferentes centros políticos de força diferente, em que alguns se podem destacar e alcançar a Hegemonia no sistema.

### 2.3.EcOnOMia-Mundial

Definindo “Economia-Mundial” por

*“a large geographic zone within which there is a division of labor and hence significant internal exchange of basic or essential goods as well as flows of capital and labor. [...] is not bounded by a unitary political structure [...] there are many political units inside the world-economy, loosely tied together in our modern world-system in an interstate system.”* (Wallerstein, World-Systems Analysis An Introduction, 2004: 23)

A ideia é corroborada por Martínez-Vela (2001) que diz que integrado através do mercado em vez de um centro político, em que duas ou mais regiões são interdependentes em relação às necessidades como comida, combustível, e proteção, e dois ou mais centros políticos competem pelo domínio do sistema nunca nenhum conseguindo atingir uma superioridade tal que se torne único. Esta relação de interdependência é depois explicada por Wallerstein que considera que o mundo em que vivemos teve a sua origem no Séc XVI e que “It is and it always been a Capitalist world-economy.” (Wallerstein, 2004: 23) explicando que o Capitalismo é uma Economia-Mundial que consiste em regiões produtivas “Centrais”,

“Semi-periféricas” e “Periféricas” que estão integradas por mecanismos de mercado, mecanismos que são manietados pelos Estados competidores mais fortes do sistema, não existindo nenhum que seja forte o suficiente para controlar toda a economia, segundo Goldfrank (2000). Estas regiões “Centrais”, “Periféricas” e “Semi-periféricas” mantêm assim relações de interdependência criando o sistema “Economia-Mundial”. O conceito das relações de interdependência deriva da “Teoria da Dependência”, segundo Goldfrank (2000), e as relações surgem na forma de “An axial (hiearchical) division of labor (...)” (Lee, 2010: 6)<sup>2</sup>. Nessa perspetiva a relação consiste na perspetiva de que as diferentes zonas geográficas e culturais especializam-se e são “Centrais” (quando o seu propósito é o aumento do capital) ou “Periféricas” (cuja orientação é orientada para o trabalho produtivo), segundo Goldfrank (2000), sendo que estas diferentes zonas são estruturais para a existência da “Economia-Mundial”, no entanto as zonas “Semi-Periféricas” atuam, segundo Martínez-Vela (2001), como zonas-tampão entre zonas “Centrais” e “Periféricas” e têm uma mistura dos tipos de atividades e instituições que existem nos dois tipos referenciados anteriormente.

As relações económicas entre “Centro” e “Periferia” ocorrem, segundo Faist (2010), de uma forma desigual, em que as regiões periféricas são obrigadas a vender os seus produtos a preço reduzido (dada a sua natureza) todavia tendo que comprar os produtos das regiões centrais a preços muito elevados, o que leva a um “(...) process of capital accumulation at a global scale (...)” (Martínez-Vela, 2001: 4) que contribui para que “(...) the countries in which more core-like processes located wealthier.” (Wallerstein, 2004b: 18).

Esta riqueza deriva do processo de acumulação de capital, que é o objetivo primário do Capitalismo, e é descrita por Goldfrank (2010) como sendo um processo mundial e não uma série de processos paralelos nacionais e que está necessariamente envolvido com a apropriação e transformação do excedente das zonas periféricas, sendo estas condições necessárias, e não acidentais, para a existência do Capitalismo. É importante referir também o impacto da Tecnologia, sendo que “Technology is a central factor in the positioning of a region in the core or the periphery” (Martínez-Vela, 2001: 4). Dado serem os países centrais a possuírem a tecnologia, garantem sempre uma posição cimeira dentro do sistema, o que lhes permite obter grandes vantagens.

---

<sup>2</sup> “Central to the idea of a historical system is the division of labor – a core concept in the social sciences. The existence of a division of labor implies specialized work roles among individuals and groups along with the coordination or synchronization of these different roles, or labor activities. Hence, the division of labor naturally forms the outer boundaries of any social order in that sets the boundaries for and social relations and interdependencies” (Robinson, 2011: 5)

## 2.4. Império-Mundial

“Império-Mundial” é definido por “(...) structure in which there is a single political authority for the whole world-system.” (Wallerstein, 2004: 57) e por “(...) two or more culturally distinct groups linked together by the forcible appropriation of surplus (...) and its redistribution to a stratum of rulers if not more widely for political purposes. A wide range of historical social formations is thus included (...) long-lasting high civilizations of China or Rome.” (Goldfrank, 2000: 167). Estes foram a forma dominante de “Sistema Histórico” até 1500 d.C. segundo Robinson (2011) garantindo a extração de tributo, ou excedente, de comunidades de produtores que originalmente eram autónomas, e que era passado até ao centro e distribuído posteriormente à rede de responsáveis do “Império-Mundial”.

Esta é uma das formas que Wallerstein considera como possíveis para obter uma superioridade dentro de um “Sistema-Mundial” como se pode perceber em *“There are however two quite different ways in which states might realize dominance. One is to transform the world-economy into a world-empire. The second is to obtain what may be called hegemony in the world-system.”* (Wallerstein, 2004: 57) e considera que a tentativa de tornar uma “Economia-Mundial” num “Império-Mundial” com sucesso no passado através da *manu militari*<sup>3</sup> mas que numa fase mais recente da história nenhum estado conseguiu transformar uma economia-mundial num império-mundial ainda que vários centros políticos tenham tentado, em diferentes momentos da história, tendo alguns nalguns momentos atingido um estado de Hegemonia dentro da Economia-Mundial. Esse aspecto deve-se ao facto de num “Império-Mundial” apenas existir um centro político, que teria a capacidade de se sobrepor à prioridade do “Sistema-Mundial” que é a acumulação de capital, e que por essa razão iria debater-se com uma crescente hostilidade por parte das empresas capitalistas mais importantes dentro da “Economia-Mundial”. Wallerstein (2010) defende assim que na atualidade não existem “Impérios-Mundiais” existindo uma “Economia-Mundial” sob a forma Capitalista, que se denomina “Sistema-Mundial Moderno”.

## 2.5. Sistema-Mundial Moderno

O Sistema Mundial Moderno têm a sua origem no séc XVI e segundo Wallerstein (2004), estava então localizado apenas numa parte do globo, essencialmente em partes da Europa e do continente Americano. Este assume a forma de uma Economia Mundial Capitalista, já que “Capitalism and a world-economy (that is, a single division of labor but multiple polities and cultures) are obverse sides of the same coin.” (Wallerstein,

---

<sup>3</sup> *“Manu militari”* é uma expressão latina que significa através do uso da força, com o uso do poder militar

1974: 391). Como tal e para garantir a acumulação de capital que é caracterizante do Capitalismo é segundo Wallerstein, necessário um grande mercado mas também é preciso uma multiplicidade de estados, para que eles possam conseguir as vantagens de trabalhar com outros estados, evitando estados hostis aos seus interesses e dando primazia a estados com interesses comuns. Sendo que apenas a existência de vários estados assegura esta possibilidade de relações, surge então a necessidade de explicar como os estados se relacionam dentro do “Sistema-Mundial Moderno”.

“States exist within an interstate system.” (Karsan & Atay, 2013: 38) cujo desenvolvimento é, segundo Wallerstein (2004) atribuído ao desenvolvimento da diplomacia na época Renascentista na península itálica e a sua institucionalização é normalmente atribuída à paz de Vestefália de 1648, que foi assinado pela maioria dos Estados da Europa e positiva certas regras da relação interestados e que estabelece limites e garantias de autonomia aos mesmos, no entanto outros acontecimentos marcaram o seu desenvolvimento como a Revolução Francesa, que segundo Karsan & Atay (2013) foi um ponto de viragem e que levou a que as “regras do jogo” diplomático se modificassem.

Os Estados fazendo parte do sistema interestados relacionam-se segundo a divisão axial do trabalho e podem ser vistos como entidades que têm mobilidade dentro das relações interestados (divisão axial do trabalho), podendo subir [a Central] ou descer [a Periferia] na mesma, esta mobilidade é assim medida com base no modelo das relações com outros estados sendo que Robinson (2011) considera que a divisão entre países centrais-periféricos baseada nos estados-nação é imanente para o capitalismo mundial e é uma estrutura imutável do ponto de vista da “Teoria do Sistema Mundial”. O sistema interestados representa os resultados das relações entre estados e a sua força relativa não é meramente o grau em que eles conseguem “(...) manter a sua cabeça fora de água (...)” (Wallerstein, 2004b: 55) e assenta na competição natural, já que da competição entre estados fortes e o esforço desenvolvido pelos estados semi-periféricos para melhorar a sua posição resulta uma rivalidade interestados que normalmente se denomina “balance of power”. Wallerstein descreve como alguns estados têm maior capacidade de intervenção que outros apesar de todos serem soberanos, “All states are theoretically sovereign, but strong states find it easier to “intervene” in the internal affairs of weaker states than vice versa, and everyone is aware of that.” (Wallerstein, 2004b: 55).

O conceito de soberania:

*“(...) trata-se da existência de uma estrutura de autoridade estadual dentro de um determinado território, aliada à capacidade efetiva de exercer essa autoridade. Externamente, a soberania traduz-se na capacidade de estabelecer relações com outros Estados em condições de igualdade e simetria em reconhecimento. A estas duas dimensões acrescenta-se a capacidade de estruturar normativamente a vida dentro das suas fronteiras, sem interferências de terceiros Estados.” (Machado, 2006: 215).*



Segundo esta definição, a intervenção que Wallerstein descreve viola o conceito Vestefaliano de soberania criando a ideia que “(...) states exhibit a range of degrees of sovereignty in the interstate system...” (Lee, 2010: 13) e deixa a porta aberta para uma nova abordagem ao sistema interestados. Alguns autores argumentam que sob a perspectiva da Globalização os estados deviam deixar de ser a base do estudo dado que “(...) these concepts need to be reconceived in social rather than geographic term, as social location in a global society is increasingly stratified less along national and territorial lines than across transnational social lines.” (Robinson, 2011: 18) também Cox (1987) concorda com essa ideia, considerando que dentro das mesmas regiões por vezes surgem áreas com características de “Periféricas” e outras de “Centrais”.

### 3. A ESCOLA INGLESA

#### 3.1 Enquadramento

A escola inglesa surge na década de 1950 e é definida por

*“[...] a variety of theoretical inquiries which conceive of international relations as a world not merely of power or prudence or wealth or capability or domination but also one of recognition, association, membership, equality, equity, legitimate interests, rights, reciprocity, customs and conventions, agreements and disagreements, disputes, offenses, injuries, damages, reparations, and the rest: the normative vocabular of human conduct.”* (Jackson, 1992: 271).

Os seus principais fundadores foram Martin Wight e Hedley Bull que partindo também de uma perspectiva sistémica se distinguiram da abordagem americana ao centrarem a sua formulação teórica no conceito de Sociedade Internacional, em vez do conceito mais tradicional do Sistema Internacional. “Para a Escola Inglesa, o objeto de estudo das Relações Internacionais deve centrar-se na Sociedade Internacional, ou seja, mais do que um simples sistema de interação entre unidades, existe uma sociedade internacional que deve ser analisada.” (Sousa & Mendes, 2008: 88), no entanto outros autores apontam ainda outro tópico de estudo “Two core elements define the distinctiveness of English School: its three key concepts (...) international system, international society and world society.” (Buzan, 2004: 6-7). “Daí a emergência de conceitos centrais como o de sociedade internacional, sistema internacional e sociedade global.” (Saraiva, 2006: 133).

A escola inglesa têm assim quatro axiomas fundamentais:

— *The primary actors in the international system are sovereign “states” or city-states or nation-states.*

- *In international relations, there is a “system of states” whenever two or more states have sufficient contact between them and have sufficient impact on each other’s decisions*
- *There is “anarchy” in the international system, meaning no common government*
- *States in the international system exist in an “international society” in which they recognize the common interests and common values forming a society in the sense that they conceive themselves to be bound by a common set of rules governing relations with one another and share in the working of common institutions.” (Devlen, James, & Ozdamar, 2005: 179).*

É importante referir que apesar da Escola Inglesa se centrar no estudo da Sociedade Internacional, ela aceita a existência de um sistema internacional e de uma sociedade mundial, que compreende como coexistentes com a Sociedade Internacional, segundo Devlen, James & Ozdamar (2005), no entanto “(...) even though the English School accpets the value of all three constructs – that is, system, society and world society – it’s work shows greatest allegiance with the societal account of IR.” (Devlen, James, & Ozdamar, 2005: 185), o que demonstra que a perspetiva central desta Escola é a da abordagem e estudo da Sociedade Internacional

### 3.2 SoCiedade InTernaciOnal

A Sociedade Internacional é definida por

*“(...) is about the institutionalisation of shared interest and identity amongst states, and puts the creation and maintenance of shared norms, rules and institutions at the centre of IR theory. This position has some parallels to regime theory, but is much deeper, having constitutive rather than merely instrumental implications (Hurrell 1991: 12–16; Dunne 1995: 140–3). International society has been the the main focus of English school thinking, and the concept is quite well developed and relatively clear. In parallel with international system, it is also based on an ontology of states, but i is generally approached with a constructivist epistemology and historical methods.” (Buzan, 2004: 7)*

Outra definição é que “(...) parte da perspectiva da existência simultânea de elementos realistas e liberais na sociedade internacional. Ou seja, na sociedade internacional tanto existe a possibilidade de conflito e guerra como de cooperação e paz. Os seus principais atores são os Estados e indivíduos (...) é plural e composta por diferentes elementos constitutivos (...) as Relações Internacionais são definidas e compostas por vários e simultâneos fatores, onde o poder mas também as lideranças, o direito,

as instituições e as ideias são importantes.” (Sousa & Mendes, 2008: 225-226) e por “(...) is a society unlike any other, for it is the most comprehensive form of society on earth.” (Wight, 1986: 106) e ainda “A society of states (or international society) exists when a group of states, conscious of certain common interests and common values form a society in the sense that they conceive themselves to be bound by a common set of rules in their relations with another, and share in the working of common institutions.” (Bull, 1977: 13), este distingue-se do conceito americano de Sistema Internacional porque “System meant simply regular contact among states, whereas society included more specific notions like common interests, common values, a set of rules, and institutions.” (Devlen, James, & Ozdamar, 2005: 182).

A ideia da distinção entre uma visão de sociedade em vez de sistema, garante uma alteração ao paradigma das RI, já que os países deixam de se relacionar de uma forma obrigatória por necessidades e passam a relacionar-se por terem uma visão e valores comuns. Esta visão racionalista advém da perspectiva de Grotius que enuncia “(...) existe um direito comum entre as nações, igualmente válido na paz e na guerra, deduzido da natureza humana e incorporado na própria estrutura moral do universo” (Machado, 2006: 73) e que segundo Linklater (2005), Grócio acredita numa sociedade internacional em que a violência seria substituída por uma condição de uma relativa coexistência pacífica. Para a Sociedade Internacional funcionar é no entanto preciso, segundo Bull (1977) uma capacidade de diplomacia entre os Estados, baseada nas ideias e normas comuns, que é representada por um sistema de convenções, que segundo Linklater (2005), garante a preservação da ordem entre Estados com culturas, ideologias e aspirações radicalmente diferentes. No entanto “Bull argued that the goal of preserving the sovereignty of each state has often clashed with the goal of preserving the balance of power and maintaining peace.” (Buzan, 2004), este desafio da manutenção da soberania em relação à manutenção da ordem é perceptível, e leva a desequilíbrios dentro da sociedade, e acontece quando as normas são desrespeitadas, sobrepondo-se os objetivos/aspirações de um país às normas que regulam a sociedade.

Nos casos em que tal acontece, por vezes a soberania dos países é preterida pela manutenção da ordem na Sociedade, “(...) *order took priority over justice which requires that each sovereign state should be treated equally.*” (Linklater, 2005: 93) levando a intervenções de membros da sociedade para repor a ordem na mesma. Por outro lado são ainda identificados mais instrumentos para garantir a ordem da Sociedade “(...) Bull identified five instruments as being important: the balance of power mechanism, international law, diplomacy, war and great powers.” (Devlen, James, & Ozdamar, 2005: 187).

Estes instrumentos coordenados são o produto das relações entre Estados, segundo normas que garantem a ordem à sociedade o que combinado com a procura da maioria por essa mesma ordem, garantem a estabilidade necessária. No entanto e com a visão racionalista da sociedade, e o conceito de “Solidariedade” desenvolvido

com base nesta visão, uma das intervenções que é aceite é baseada na garantia direitos humanos <sup>4</sup>, sendo que a mesma é aceitável mas discutível já que “(...) *states have diferente and often conflicting ideas about justice, and that there is a danger they will undermine international society if states try to impose their views on others.*” (Linklater, 2005: 94) mas sempre tendo a montante que “*States may not agree on the meaning of justice but, Bull argued, they can concur about how maintain order among themselves.*” (Linklater, 2005: 94).

#### 4. CONCLUSÕES

A soberania é definida por “Governança política sem contestação de um Estado sobre determinado território (...) Supremo na ordem interna e independente na ordem externa.” (Sousa & Mendes, 2008: 224) e por “(...) ausência de qualquer dependência orgânica relativamente a qualquer outra entidade dentro do respetivo marco territorial (...) a soberania traduz-se na capacidade de estabelecer relações com outros Estados em condições de igualdade e simetria de reconhecimento (...) acrescenta-se a capacidade de estruturar normativamente a vida dentro das suas fronteiras, sem interferências de terceiros Estados.” (Machado, 2006: 215). Considera-se assim a soberania como o “poder dos poderes” segundo Bodin, torna-se necessário perceber como a Teoria do Sistema Mundial e a Escola Inglesa abordam a Soberania. Ambas as teorias têm o Estado Soberano como ponto essencial de estudo. A Teoria do Sistema Mundial integrado no “Sistema-Mundial Moderno” sob a forma de “Economia-Mundial Capitalista”, onde os Estados assumem a forma de “Central”, “Semi-periférico” e “Periférico” conforme a sua posição no sistema interestados e a sua localização na divisão axial do trabalho, os “Centrais” mais desenvolvidos e ricos e os “Periféricos” que produzem os materiais e garantem matéria-prima e a compra dos materiais produzidos pelos países “Centrais”, sendo que existe uma constante competição entre estados para alterar a sua posição na divisão do trabalho.

Esta visão sistémica das relações interestados assenta na premissa que esta competição pode resultar em conflitos para garantir a sobreposição de estados uns aos outros, a hegemonia dentro da “Economia-Mundial”, ou a simples mudança de posição na divisão axial do trabalho. O Direito Internacional releva que “(...) a tentativa de assegurar a sua clausura sistémica e auto-referencial perante a política ou a economia afigura-se bem mais complicada (...) a ideia de auto-organização de sistemas complexos parece ser adequada para captar a emergência de um complexo sistemas de normas (...)” (Machado, 2006: 43) levando a que a soberania deixe de ser um aspecto essencial na perspetiva desta teoria, já que

---

<sup>4</sup> Direito de Ingerência.

com as diferenças dentro de países “Centrais”, com zonas “Periféricas”, leva a que o Estado e a soberania do próprio deixem de ser o objeto de estudo central. A Escola Inglesa com a sua proposição central de uma visão de Sociedade Internacional têm como um dos seus axiomas a existência do Estado soberano e de ser entre Estados que se relacionam cumprindo um conjunto comum de regras e normas (Direito Internacional)<sup>5</sup> que se constrói essa Sociedade Internacional. No entanto, e apesar da soberania ser um aspeto central, esta pode ser preterida no sentido de garantir ordem à Sociedade. A visão racionalista da Sociedade, em que a solidariedade da Sociedade existe e que as “Intervenções Humanitárias” devem ser feitas, é discutida já que a sua ação pode ser vista sob diferentes prismas e que o conceito de justiça e direito internacional pode ter diferentes perspetivas. A soberania de um Estado, dada a intervenção de outros estados, pode ser assim “atacada”, reclamando-se o Direito Internacional como justificação, violando-se o princípio de uma relação saudável entre Estados.

A Sociedade mantém assim a sua ordem baseada no princípio da não-intervenção entre Estados, garantindo desta forma a Soberania como valor essencial, assegurado pela manutenção de um equilíbrio na balança do poder global.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BULL, H. (1977). *The Anarchical Society: A study of Order in World Politics*. Londres: Macmillan.
- BUZAN, B. (2004). *From International to World Society English School Theory and the Social Structure of Globalisation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHASE-DUNN, C. (2001). World-System Theorizing. Em J. Turner, *Handbook of Sociological Theory*. Nova York: Plenum.
- COX, R. W. (1987). *Production, Power, and World Order: Social Forces in the Making of History*. Nova York: Columbia University Press.
- DEVLEN, B., James, P., & Ozdamar, O. (2005). The English School, International Relations, and Progress. *International Studies Review* vol 7, 171-197.
- FAIST, T. (2010). Towards Transnational Studies: World Theories, Transnationalisation and Changing Institutions. *Journal of Ethnic and Migration Studies* Vol 36 n° 10, 1665-16687.
- GOLDFRANK, W. L. (2000). Paradigm regained? The Rules of Wallerstein’s World-System Method. *Journal of World-Systems Research* Vol XI n°2, 150-195.

---

<sup>5</sup> (Devlen, James, & Ozdamar, 2005: 186)

- HALSALL, P. (1997). Summary of Wallerstein on World System Theory. Em *Internet Modern History Sourcebook*.
- JACKSON, R. (1992). Pluralism in International Political Theory. *Review of International Studies* 18:3, 271-281.
- KARSAN, G., & Atay, E. (Novembro de 2013). “Another World is Possible”: A Monograph on Wallerstein’s World System Analysis. *Journal of Academic Studies*, Vol.15 Issue 59, pp. 21-45.
- LEE, R. E. (2010). Critiques and developments in world-systems analysis: an introduction to the special collection. *The Journal oh Philosophical Economies*, 5-18.
- LINKLATER, A. (2005). The English School. Em A. Linklater, S. Burchill, R. Devetak, J. Donnelly, M. Paterson, C. Reus-Smith, & J. True, *Theories of International Relations* (pp. 84-110). Houndmills: Palgrave Macmillan.
- MACHADO, J. E. (2006). *Direito Internacional do Paradigma Clássico ao pós-11 de Setembro*. Coimbra: Coimbra Editora.
- MARTÍNEZ-VELA, C. A. (2001). World Systems Theory. ESD.83.
- PHILLIPS, W. A. (1911). Balance of Power. Em H. E. Hooper, *Encyclopædia Britannica Vol 3*. Londres: Cambridge University Press.
- ROBINSON, W. I. (2011). Globalization and the sociology of Immanuel Wallerstein: A critical appraisal. *International Sociology*, 1-23.
- SARAIVA, J. F. (2006). Revisitando a Escola Inglesa. *Revista Brasileira Política Internacional*, 131-138.
- SOUSA, F., & Mendes, P. (2008). *Dicionário das Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- WALLERSTEIN, I. (1974). The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. *Comparative Studies in Society and History Vol 16 n°4*, 387-415.
- WALLERSTEIN, I. (2004). World-System Analysis. Em G. Modelski, *World-System History*. Oxford: EOLSS Publishers.
- WALLERSTEIN, I. (2004). *World-Systems Analysis An Introduction*. Londres: Duke University Press.
- WIGHT, M. (1986). *Power Politics*. Londres: Editora Penguin.

## **DANIEL GONÇALVES VALÉRIO**

Aspirante Aluno da Academia Militar, a frequentar o Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança (Guarda Nacional Republicana).





**A CoOperAção tÉcniCo-mil itAr  
entre PortuGAI e AnGolA**

Ruben José Gomes Cantante <sup>1</sup>

Aspirante-Aluno de Infantaria, Academia Militar

### RESUMO

A Cooperação Técnico-Militar (CTM) com Angola foi das cooperações militar a última a ser formalizada por Portugal devido a questões internas angolanas, nomeadamente ao período de guerra civil que este Estado viveu até meados da década de 90. Mesmo sendo o último acordo a ser formalizado, a sua dimensão e importância para a política externa nacional leva o autor a fazer uma análise aprofundada dos moldes em que esta se gere e quais os resultados que têm dela surgido para as partes envolvidas. Do orçamento de Defesa para as CTM cerca de um terço do mesmo é dirigido para a relação bilateral luso-angolana. A CTM com Angola é mantida através da formalização de Programas-Quadro nos quais os envolvidos, através dos seus Ministérios da Defesa Nacional e Ministérios dos Negócios Estrangeiros, se debruçam sobre as áreas e projetos a desenvolver dentro das Forças Armadas Angolanas e qual o papel das Forças Armadas Portuguesas nesse processo.

Concluiu-se que o Exército Português contribui com Recursos Humanos, doutrina, atitudes e valores nesta relação bilateral colaborando de forma eficiente para o desenvolvimento das FAA e ainda para a disseminação da língua e cultura portuguesas não só em Angola mas também no mundo.

A análise da atual estrutura do PQ para o triénio 2015-2017 afigura-se como um tema bastante viável para futuras investigações.

**Palavras-chave:** Cooperação Técnico-Militar; Portugal; Angola; Exército Português; Política Externa

---

<sup>1</sup> Contacto: Email – [r\\_cantante@hotmail.com](mailto:r_cantante@hotmail.com)

Recebido em 04 de julho de 2015 / Aceite em 10 de setembro de 2015

## ABSTRACT

The Military Cooperation with Angola was the last to be formalized due to internal questions in Angola during the civil war that this state lived in the 90th decade. It was the last treaty to be formalized but its importance to the national foreign politics takes the author to make a profound analysis of it and what were the benefits that it brought to both involved parts. About a third of the budget to the Cooperation is used in this bilateral relation.

The Cooperation with Angola is kept by the formalization of Programs in which the involved study the areas and projects to develop inside de Armed Forces of Angola e the part that the Portuguese Armed Forces plays in this process. These Programs are taken in periods that last for 3 or 4 years were the projects are made and new issues are brainstormed by the entities involved in it.

In the end, the author concluded that the Portuguese Army adds Human Resources, concepts, role-models and values to this bilateral relation which has been adding an important support to the development of the Armed Forces of Angola and has been also helping to spread the Portuguese language and culture in Angola but also in the World.

The analysis of the current Program for the period of 2015-2017 seems to be an interesting subject to future investigations.

**Keywords:** Military Cooperation; Portugal; Angola; Portuguese Army; Foreign Politics

## 1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Para entender o objeto desta investigação há que recuar alguns degraus e partir de um conceito mais abrangente, a Cooperação Internacional, passando por as variantes da mesma até chegar à CTM. Nas próximas linhas é feita uma introdução histórica da CTM entre Portugal e Angola para que o leitor compreenda os moldes em que a mesma foi processada. Nos próximos subcapítulos será feita a aproximação ao tema deste trabalho, desde o contexto internacional até à conjuntura em análise.

Após a declaração da Independência dos territórios que faziam parte do Ultramar português em 1975, houve a germinação de alguns conflitos bélicos que levaram à instabilidade política e que foram proliferando muito devido a determinadas ideologias emanadas por países do Leste Europeu que se fizeram acompanhar de milhares de cooperantes que controlaram e influenciaram esses Estados (Aranha: 1993). No entanto, e seguindo a lógica do mesmo autor, o progresso observado nessa relação foi bastante diminuto, muito devido ao desconhecimento da língua, dos costumes, da cultura e das populações, em que as mais altas instâncias dos PALOP foram tomando consciência de que Portugal continuava a ser quem reunia

melhores condições para abraçar uma relação bilateral estável e duradoura sem tentações de interferência política nem deliberações neocolonialistas (Aranha: 1993). Portugal expressava também a vontade de continuar a fomentar boas relações com os PALOP e desde logo que na Constituição da República Portuguesa de 1976 era manifestada essa mesma determinação <sup>1</sup>.

Foi então que de forma natural se tentou encontrar sucessor para esta antiga relação colonial e formas de participação no esforço internacional de ajuda ao desenvolvimento dos PALOP, criando-se então um conjunto precoce de estruturas, limitadas pela ausência de uma experiência coerente na matéria e cujas iniciativas levadas a cabo eram em muitas situações vítimas das conjunturas políticas e a uma certa instabilidade interna que não deixaram que esse desenvolvimento florescesse naturalmente (Barroso: 1995). Deu-se a assinatura do “Acordo Geral de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola” a 26 de Junho de 1978 para vincar as vontades das partes na consecução dessa cooperação mas, de acordo com Soares (1992) promoveu-se nos primeiros anos de forma intermitente e no qual se destacam ações limitadas como a formação de quadros, a frequência de estágios em Portugal, o fornecimento de materiais e prestação de assistência hospitalar.

Entre os anos de 1985 e 1989, Portugal rubricou acordos de “Cooperação Técnica no Domínio Militar” com vários PALOP <sup>2</sup>, mas o acordo assinado com o Estado Angolano em 1978 manteve-se inalterado. É também criada a Direção Geral da Política de Defesa Nacional em Julho de 1989 com o objetivo de pautar e planear as ações de cooperação com os PALOP e com o qual o MDN passou finalmente a dispor de fundações para elaborar os estudos de situação e acompanhamento da execução dos PQ aprovados nos acordos com os PALOP (Soares: 1992).

No ano de 1991 Portugal rubrica uma série de acordos com o Estado Angolano relativos à Indústria, Cultura e Matérias-primas <sup>3</sup>, no entanto ainda faltavam progressos, principalmente estabilidade em Angola <sup>4</sup> que, de acordo com o Instituto de Defesa Nacional (2011), por motivos relacionados com a guerra civil e a política interna deste país, as ações desenvolvidas foram todas levadas a cabo ao abrigo do acordo de 1978, que não permitia que esta beneficiasse dos mesmos projetos assinados com os outros PALOP no final da década de 80.

---

<sup>1</sup> Cfr. Constituição da República Portuguesa de 1976, Art. 7º, nº3 e nº4, Art. 15º, nº3 e Art.º 78º, nº2, alínea d).

<sup>2</sup> Com Cabo-Verde em Junho de 1988, Com São Tomé e Moçambique em Dezembro de 1988 e com Guiné-Bissau em Janeiro de 1989.

<sup>3</sup> Foram assinados 6 acordos em 12 de Abril de 1991, sendo que nenhum deles estava ainda ligado à área militar

<sup>4</sup> Após a Declaração da Independência de Angola a 10 de Novembro de 1975, o território angolano mergulhou numa guerra civil que durou 27 anos e conheceu três principais focos de intensidade entre os anos 1975-1991, 1992-1994, 1998-2002.

Segundo Santos (1997) a política portuguesa de cooperação para o desenvolvimento tem-se constituído como uma das componentes principais da política externa nacional a partir do ano de 1991<sup>5</sup>, ano no qual Portugal vai reocupar na plenitude do seu lugar como membro componente da comunidade dadora internacional. No ano de 1992, o XIII Governo Constitucional toma medidas<sup>6</sup> que reforçaram a vontade nacional em prosseguir com as medidas para a política externa nacional. A CTM com Angola nos moldes que hoje são conhecidos foi assinada em 3 de Outubro de 1996, ao abrigo do Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa, na cidade de Luanda. Os dois Estados, nas pessoas dos seus Ministros da Defesa fomentavam a vontade de estreitar a cooperação entre ambos.

De acordo com os dados acima descritos e usando a abordagem do General António Ribeiro<sup>7</sup>, pode-se dizer que a CTM com Angola conheceu três fases distintas: a primeira fase, a fase de pacificação das Relações PALOP/Portugal entre os anos de 1978 e 1989, a fase de Consolidação da CTM entre os anos de 1990 e 1994, e a fase de sustentação que decorre desde 1995 até aos dias de hoje. Atualmente a CTM entre Portugal e Angola encontra-se ao abrigo do PQ para o triénio 2015-2017 que, de acordo com o Ministro da Defesa Nacional Aguiar Branco (2014), “*visa reforçar a cooperação nalgumas áreas específicas dando continuidade ao bom relacionamento que existe desde há muito entre os dois países*”.

### 1.1. a COOperação InTernaciOnal

Para que se entenda algo tão específico como a CTM é necessário recuar até à conjuntura internacional e aos moldes nos quais os Estados se relacionam, tendo em conta que ainda hoje são os principais ativos das relações bilaterais e multilaterais no Mundo (Moreira: 1997).

A Sociedade Internacional, sendo a sobreposição de Estados<sup>8</sup> soberanos e iguais, é composta por relações contratuais contemplando uma organização e integração a nível regional e para a qual contribui um equilíbrio temporário dos interesses dos Estados, como refere Martins (1995) seguindo uma ideologia de Hans Morgenthau<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> Em Dezembro de 1991, Portugal, membro fundador do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE em 1960, vai reassumir funções no mesmo.

<sup>6</sup> De acordo com Santos, em 1992 foi feito o reescalonamento de dívidas e ajudas financeiras ao PALOP.

<sup>7</sup> Cfr. RIBEIRO, António – “A (CTM): Antecedentes, situação atual e desenvolvimentos previsíveis” – *Jornal do Exército* n.º 462-463, Lisboa, EME, 1998.

<sup>8</sup> De acordo com Henry Kissinger, Raymond Aron, Hans Morgenthau, o Estado é um dos principais atores das Relações Internacionais que se vocaciona essencialmente para uma política externa.

<sup>9</sup> Hans Morgenthau (1904-1980) foi uma personalidade que estudou exaustivamente as Relações Internacionais no século XX.

As relações acima descritas resultam muitas vezes em conflito, e durante largos períodos da história, o recurso à força foi utilizado como o principal vetor da resolução dos mesmos, de acordo com a opinião de Santos (2009). No sentido de contrair este recurso vai surgir a Cooperação Internacional como mediadora dos interesses próprios dos Estados que a integram (Santos: 2009).

Atualmente a Cooperação Internacional é um conceito bastante carregado na política externa dos Estados com o objetivo das partes envolvidas na mesma tirarem dividendos proveitosos internamente. Na ótica de Santos (2006) e atendendo à hegemonia que os Estados Unidos da América possuem atualmente, a sua linha de política externa é baseada sobretudo na junção do poder económico, militar e diplomático como alicerces de um domínio das relações de cooperação mundiais.

## 1.2. a COOperação InTernaciOnal Mil iTar

Na ótica de Aranha (1993), a Cooperação pode ser dividida em vertentes distintas conforme o propósito a que se propõe: financeira, técnica, militar, cultural, comercial, entre outras. A vertente que se pretende analisar nos próximos parágrafos é a Cooperação Internacional Militar.

Na balança de poderes a nível internacional, a Cooperação Internacional Militar surge, conforme sugere Rezende (2013), como uma forma dos Estados maximizarem o seu poder logo a cooperação em matérias de Defesa serve como catalisador da presença dos Estados em relação aos demais sem aumentar as pressões adjacentes ao Dilema da Segurança<sup>10</sup>.

Para Muthanna (2011) a Cooperação Internacional Militar está intimamente ligada à política internacional de defesa e defende que o uso da mesma pode servir como troca de erudição no que toca a formação, exercícios combinados e investigação e produção de equipamento militar a nível internacional. Conforme a análise de Muthanna (2011), a Cooperação Internacional Militar pode ser bastante útil na gestão de relações de defesa internacionais e conferir amparo a iniciativas diplomáticas de governo. Enquanto “os objetivos dos Estados participantes na Cooperação militar possam diferir, o cerne da questão é que eles trabalhem juntos para desenvolver um ambiente global de paz e confiança” (Muthanna, 2011: 3). Para que esse ambiente global positivista se desenvolva é indispensável que nenhuma atividade adversa seja empreendida contra um determinado Estado (Muthanna: 2011).

---

<sup>10</sup> Conceito levantado por John Herz que traduz que a corrida ao armamento por parte de um Estado não traz segurança mas sim insegurança aos demais, levando a uma possível corrida ao armamento cíclica a nível internacional.

### 1.3. a COOPERAÇÃO PORTUGUESA

A Cooperação Portuguesa caracteriza-se “como um dos pilares da política externa, fundamentalmente segundo três aspetos, um primeiro que tem a ver com a relação prosseguida com os países de língua portuguesa já que é uma importante aspiração da nossa política externa poder contribuir para o desenvolvimento e integração na comunidade internacional daqueles países, um segundo que coloca a questão da promoção da língua portuguesa em particular nos PALOP e Timor Leste. Finalmente o terceiro reside na aspiração em promover a nossa capacidade de interlocução e influência junto dos centros de decisão supranacionais” (Mourato, 2011: 30).

Na visão de Santos (1997) a Cooperação Portuguesa constitui uma das principais ferramentas da política externa nacional e um elemento vinculativo da sua identidade político-diplomática, tanto nas relações bilaterais como nas relações multilaterais. Na ótica de Bernardino (2007), a vertente político-estratégica da Cooperação Portuguesa para África mostra um vontade de se reestruturar e integrar objetivos numa escala superior no atual enquadramento legislativo em que Portugal tem vindo a ser um dinamizador do crescimento institucional dos PLOP, com ênfase para o setor da Defesa. De acordo com o documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, em anexo à resolução do Conselho de Ministros 196/2005<sup>11</sup> “... a Cooperação Portuguesa encontra a sua justificação num conglomerado de razões que incluem sentimentos de solidariedade humanitária ou política, interesses de ordem geoestratégica ou económica e expressão de proximidade linguística ou cultural às quais se sobrepõem hoje a consciência de que para funcionar, a globalização não pode continuar a ter largas manchas de exclusão no Hemisfério Sul...”.

A “especificidade da Cooperação Portuguesa assenta nos particulares laços culturais e afetivos comuns ao espaço lusófono, bem como em matrizes histórico-culturais, linguísticas e jurídicas semelhantes” (CECP<sup>12</sup>, 2014: 11). Esta matriz de relações bilaterais e multilaterais tem vindo a evoluir progressivamente, indagando que a cooperação para o desenvolvimento seja o principal catalisador de recursos de forma a servir de alavanca para outras fontes de financiamento externas (CECP: 2014). A política de Cooperação Portuguesa atuando sobretudo nos PALOP tem primado por feitos apartados, que têm decorrido da ação de vários organismos públicos e privados, não tendo força nem experiência suficientes para olear os mecanismos de coordenação e avaliação das ações elencadas em África (Mourato: 2011). Neste sentido, “a Cooperação Portuguesa com África afigura-se como das mais importantes áreas de intervenção da política externa portuguesa” (Bernardino, 2007: 4).

---

<sup>11</sup> Documento de orientação estratégica para a política de Cooperação Portuguesa, elaborado em 1999 pelo XIII Governo Constitucional.

<sup>12</sup> Conceito Estratégico de Cooperação Portuguesa (CECP) é um documento que define as prioridades e objetivos da Cooperação Portuguesa nos planos bilaterais e multilaterais como instrumento da política externa nacional.

### 1.3.1. Objetivo Principal e Estrutura da Cooperação Portuguesa

A Cooperação Portuguesa tem como objetivo último “contribuir para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, num contexto de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de direito nos países parceiros” (CECP, 2014: 15).

De acordo com o CECP (2014), a atuação da Cooperação Portuguesa será executada em três áreas distintas: cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento e ajuda humanitária e de emergência.

Atualmente, o Instituto Camões<sup>13</sup> “é a entidade central da cooperação portuguesa que tem por missão propor e executar a política de cooperação e coordenar as atividades desenvolvidas por outras entidades públicas que participam na execução daquela política” (CECP, 2014: 27). São também atores estruturantes da Cooperação Portuguesa, a Assembleia da República, os Ministérios setoriais, como é o caso do MNE e MDN e ainda alguns organismos representativos da administração local do Estado, tais como organismos autárquicos, associações de municípios cuja experiência na prestação de serviços municipalizados é bastante elevada e útil e ainda alguns atores não-estatais, como é o caso de Organizações Não-governamentais para o Desenvolvimento (ONGD).

O modelo de Cooperação Portuguesa tal como é hoje executado pode ser compreendido de acordo com a Figura 1.



**Figura 1:** Modelo da Cooperação Portuguesa (2015)

<sup>13</sup> Também conhecido por Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (ICL), é um organismo público, integrado na administração indireta do Estado, que prossegue atribuições do MNE.



#### 1.4. a política de CTM

De acordo com Moreira (2001), a Cooperação Portuguesa subdivide-se essencialmente em três vertentes<sup>14</sup>, sendo que a que se pretende analisar é a CTM. A CTM visa um conjunto de ações designadas para a consolidação do sistema democrático dos países que dela beneficiam através da organização e formação de FFAA apartidárias, que se constituam como garantia do funcionamento das instituições e vetor de progresso económico e social, da formação dos quadros e organização de estruturas e tendo-se materializado através da execução de projetos inscritos nos PQ, negociados e aprovados com cada país ao nível bilateral e multilateral (Gab CEME: 2013).

No prisma do Despacho nº 7769 de 2010 do MDN, a CTM é igualmente vista como um instrumento valioso de relacionamento externo da Defesa, que tem valorizado o papel de Portugal à escala mundial, através de uma cooperação singular com os demais países lusófonos.

De acordo com o (PQ) para o triénio 2015-1017<sup>15</sup> entre Portugal e Angola, que está atualmente em vigor, a CTM é identificada como polo estratégico no enfoque do relacionamento bilateral entre a República Portuguesa e a República de Angola para a consolidação das relações externas de defesa (PQ de CTM Luso-Angolana: 2014). A CTM é, de todas as formas de cooperação, a que tem assumido maior relevo como vetor da política externa nacional, principalmente junto dos PALOP. Nesta perspetiva a CTM para África pretende ajustar as FFAA dos PALOP às realidades atuais e ao desenvolvimento dos respetivos países, através da educação das suas estruturas, organizações e missões, conferindo-lhes capacidades singulares em termos de defesa e autonomia, dos seus interesses económicos e no apoio ao bem-estar das respetivas populações, num contexto Democrático e de subordinação às autoridades civis (Bernardino: 2010).

Neste âmbito, as FFAA portuguesas, mas principalmente o Exército Português, têm vindo a constituir-se cada vez mais num utensílio da política externa nacional, tornando-se no catalisador de outras formas de cooperação e elemento fundamental da salvaguarda da língua, da cultura e da notoriedade de Portugal no mundo” (Bernardino. 2010).

Atualmente Portugal mantém relações de CTM com os PALOP e ainda Timor-Leste, nas quais tem procurado sempre afirmar a presença do nosso país no mundo através da ação das FFAA reforçando os laços culturais e históricos com os mesmos e contribuindo assim para a difusão da política externa nacional.

---

<sup>14</sup> Além da CTM, a Cooperação Portuguesa abarca também a Cooperação Económica e a Cooperação Científico-Cultural.

<sup>15</sup> Este PQ foi assinado entre os MDN de Portugal e Angola a 1 de Dezembro de 2014, Dr. Aguiar-Branco e Dr. Gonçalves Lourenço.

## 2. O CASO ESPECÍFICO DE ANGOLA

### 2.1. Evolução da CTM com Angola

Ao contrário do que aconteceu com a restante comunidade PALOP, Portugal apenas assinou o acordo de CTM com Angola em 1996, devido ao período de guerra civil que o território angolano viveu até 2002<sup>16</sup>, com um cessar-fogo neste mesmo período, mantendo-se durante largos anos o Acordo Geral de Cooperação, assinado em Bissau a 26 de Junho de 1978.

Até 1990, no âmbito da CTM, pode-se fazer referência a iniciativas essencialmente bilaterais entre as duas forças aéreas e a questão de serviços prestados pelas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (Junqueira, et al: 2009).

Vai ser a partir da assinatura dos Acordos de Paz de Bicesse a 31 de Maio de 1991 que Angola passa a beneficiar do programa anual de formação técnico-militar em Portugal à semelhança do que vinha acontecendo com os restantes PALOP, como afirma Junqueira (2009).

Em Fevereiro de 1992, vai ser delineado o primeiro PQ para CTM de Angola, que tem como fundamentos as prioridades selecionadas por Angola em conjugação com as flexibilidades de Portugal ao nível da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) (Junqueira, et al: 2009).

Em setembro de 1992 foram realizadas eleições sob supervisão da ONU e com a presença de observadores estrangeiros. No dia 17 de Outubro Margareth Anstee anuncia os resultados eleitorais<sup>18</sup> que vão voltar a engolir Angola em mais um período de guerra civil e no qual Portugal vai bloquear a execução dos Projetos, como afirmam Junqueira (2009).

A DGPDN vai, em fevereiro de 1993, deslocar-se a Luanda a convite do CEMGFA angolano com o objetivo trocar diretamente impressões que permitissem avaliar a oportunidade, do ponto de vista político-militar, de oficializar a CTM luso-angolana (Junqueira, et al: 2009). É então em 24 de Maio de 1993 foi aprovado um despacho do MDN que continha um programa de CTM com Angola formado por projetos a concretizar nas instâncias dos três ramos das FFAA (Junqueira, et al: 2009).

No dia 20 de Novembro de 1994 foi assinado o Protocolo de Lusaka<sup>19</sup> o que permitiu em 1995 a assinatura de um programa que tem em vista o apoio à

---

<sup>16</sup> Com a morte de Jonas Malheiro Savimbi a 22 de Fevereiro de 2002, mas que foi oficializado a 4 de Abril de 2002 com a assinatura do “Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka para a Cessação das Hostilidades e Resolução das Demais Questões Militares Pendentes nos termos do protocolo de Lusaka”.

<sup>17</sup> Representante especial do Secretário-Geral da ONU em 1992.

<sup>18</sup> De acordo com o Gab CEME, o MPLA conseguiu 53,74% dos votos e a UNITA 34,1%, sendo que nas Presidenciais José Eduardo dos Santos obtém 49,57% dos votos, enquanto Jonas Savimbi arrecadou cerca de 40,07% dos mesmos.

<sup>19</sup> Tratado de Paz assinado em Lusaka, capital da Zâmbia, entre o Ministro das Relações Exteriores do Governo angolano e o Secretário Geral da UNITA com o objetivo da desmobilização das tropas do MPLA e da UNITA e corrigir alguns parâmetros dos Acordos de Bicesse.

conclusão da formação das FFAA que se subdividia em cinco projetos e treze subprojectos cuja execução técnica tinha em conta a intervenção a três níveis distintos (Junqueira, et al: 2009).

A CTM luso-angolana foi-se realizando em PQ bienais e trienais que tinham como projetos fundamentais a criação da Academia Militar Angolana, um Instituto Superior de Ensino Militar, um Centro de Instrução de Comandos, um Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz, entre outros. De salientar que, em 2004 foram atracadas as vagas disponibilizadas por Portugal para os diversos cursos na situação de bolseiros (Junqueira, et al: 2009).

O Exército Português tem sob sua égide os Projetos no âmbito da Direção das Forças Especiais, do Centro de Instruções de Operações de Paz, o apoio ao Estado-Maior do Exército Angolano e a Academia Militar do Exército (AMEx), nos quais tem desenvolvido ações que vão de acordo com os PQ estabelecidos.

## **2.2. Os programas-quadro desde 2004**

Desde 2004 a CTM luso-angolana foi orientada por PQ compreendidos para os períodos entre 2004-2006, 2007-2011, 2011-2014 e o atual PQ que se estenderá até ao ano de 2017. Em termos estruturais todos os PQ são constituídos por Direções Técnicas chefiadas por Oficiais Superiores nacionais e as suas contrapartes chefiadas normalmente por Oficiais Gerais angolanos que têm como tarefa a realização dos projetos inerentes aos PQ.

### **2.2.1. O atual PQ para o triénio 2015-2017**

O atual PQ sofreu uma reestruturação significativa em relação ao seu homólogo anterior. O MDN reconheceu a necessidade de se fazer um estudo acerca dos moldes da CTM luso-angolana e que no qual se colocou um ajuste do modelo de cooperação, tendo como objetivo uma maior eficiência e partilha na gestão dos recursos e definindo propósitos em consonância com a realidade e o interesse das partes em questão (MDN, 2014). Sendo assim, os anteriores projetos que estavam sob a égide do Exército português sofreram uma reforma para ir de encontro às expectativas de ambas as partes e os encargos financeiros resultantes da aplicação e implementação do PQ 2015-2017 serão suportados pelas partes nos moldes definidos nas fichas do Núcleo Conjunto de Coordenação <sup>20</sup>(NCC) (MDN: 2014). Neste sentido os anteriores projetos passam a ser denominados de acordo com o NCC e respetivos projetos. No prisma do NCC que possui o objetivo global de conferir apoio à estrutura superior da Defesa Nacional e das FAA (MDN, 2014), surgem como objetivos específicos os anteriores projetos n°4 e n°5, sendo que no NCC.04 o objetivo prende-se com o apoio à Direção de Forças

---

<sup>20</sup> Anteriores Direções Técnicas agora denominadas de Núcleos Conjuntos de Coordenação no atual PQ.

Especiais (DFE) e o NCC.05 com a capacitação de Forças para Operações de Apoio à Paz, de acordo com o atual PQ.

As anteriores Direções técnicas presentes nos respetivos PQ passam agora a ser denominadas de Assessorias Técnicas, e ao invés de DT, passam a estar presentes Assessores Técnicos, dos quais um é Coordenador, como é o caso do subprojecto NCC.04. A Entidade Primariamente Responsável (EPR), anteriormente denominada ETR, deste projeto mantém-se a BrigRR. Dos objetivos específicos destacam-se o apoio técnico à DFE, à Brigada de Forças Especiais e às suas componentes e à Escola de Formação de Forças Especiais, de acordo com o MDN (2014).

No caso do subprojecto NCC.05, a responsabilidade do mesmo está a cargo da Escola das Armas (EA) e a Assessoria Técnica é composta por um Assessor Técnico português e o seu homólogo angolano. Quanto aos seus objetivos específicos destacam-se as assessorias prestadas no âmbito da estrutura de forças a integrar em Operações de Paz e o apoio a outros projetos na condução de atividades relacionadas com Operações de Paz, mediante informação recolhida no MDN (2014).

### 2.3. Recursos Humanos e Encargos financeiros aplicados na CTM com Angola a

O peso da CTM luso-angolana na política externa nacional está bem presente nos números que seguidamente serão apresentados. No presente ano Portugal mantém, de acordo com o Gab CEME (2015), cinco projetos ativos em Angola, que representam cerca de metade dos projetos ativos<sup>21</sup> que Portugal mantém no âmbito da CPLP. Historicamente, as assessorias portuguesa em Angola representam mais de um terço das mesmas já praticadas por Portugal no âmbito das CTM, como indica a Figura 2.



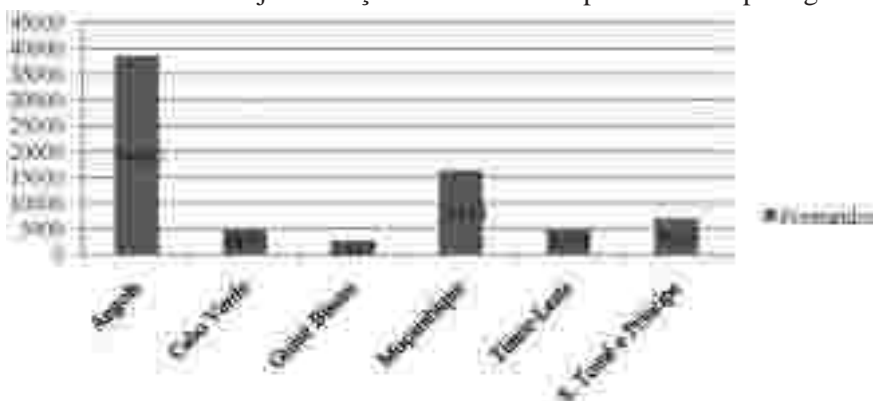
**Figura 2:** Número de assessorias de Portugal com os PLOP até 2014

**Fonte:** RCMA/GabCEME (2015). Elaboração própria

<sup>21</sup> Dos 10 projetos ativos, 5 estão relacionados com Angola, 2 com Timor-Leste, e 1 com Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Para o ano de 2015 estão previstas, de acordo com o Gab CEME, entre assessorias permanentes e assessorias temporárias, cerca de 19 militares do Exército Português para ações no âmbito do PQ para o triénio 2015-2017.

De acordo com o Gab CEME (2015) a formação na CPLP, foi até final de 2014, expressamente superior em Angola, com o número de formandos a serem ligeiramente superiores a metade do total de formandos nos moldes das CTM praticadas por Portugal e pelos Estados parceiros. O gráfico 1 ilustra o número de formandos em território da CPLP cuja formação foi ministrada por militares portugueses.

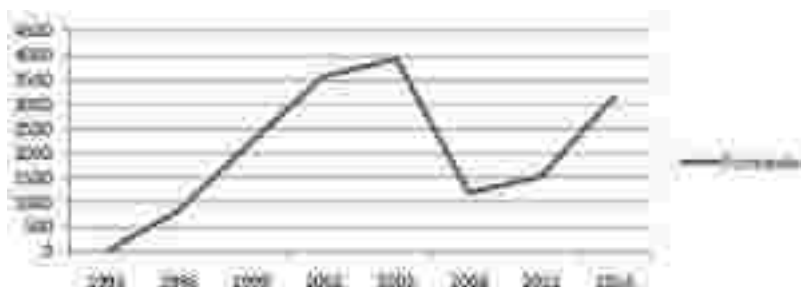


**GRÁFICO 1:** Formação prestada por Portugal com os PLOP até 2014

Fonte: RCMA/GabCEME (2015). Elaboração própria

Ainda de acordo com os dados acima descritos, está bastante latente a importância e o peso da CTM com Angola para Portugal. Dos 74285 formandos da CPLP, cerca de 38480 são compostos por formandos angolanos, um número bastante expressivo, comparativamente aos restantes Estados parceiros.

A CTM entre Portugal e Angola tem vindo a crescer de importância ao longo dos anos. Desde o período compreendido entre 1994 e 2014, a formação em território angolano cresceu substancialmente até 2005, tendo depois decrescido em 2008 e assumido novamente valores elevados em 2014, como indicam os dados recolhidos no Gab CEME (2015) que estão discriminados no seguinte gráfico:



**GRÁFICO 2:** Evolução do número de formandos angolanos até 2014

Fonte: RCMA/GabCEME (2015). Elaboração própria

A formação em Angola foi iniciada após assinatura do acordo entre as partes em 1994 e como se pode verificar a formação até ao ano de 1995 foi nula, tendo depois assumido valores consideráveis em 2005, com cerca de 3929 formandos angolanos e no ano de 2014 foram formados cerca de 3146 militares angolanos no âmbito da CTM luso-angolana. Dos restantes países da CPLP há que referir que, só em 2012 a CTM com Moçambique conseguiu levar a formação a números semelhantes à CTM com Angola, onde foram formados cerca de 2074 militares, como indicam os dados recolhidos no relatório de atividades de 2013 do Gab CEME.

De uma forma mais descritiva e recorrendo ao PQ para o quadriénio 2011-2014, a formação em Angola no campo de ação da CTM fornecida pelo Exército português é superior à dos restantes Ramos das FFAA. Segundo a DGPDN (2015), num total de 10182 formandos, cerca de metade dos militares angolanos formados <sup>22</sup> pelas FFAA nacionais receberam formação do Exército Português. O quadro 1 clarifica sucintamente os militares formados e os projetos nos quais a sua formação está inserida, bem como a entidade responsável pela formação prestada no mesmo:

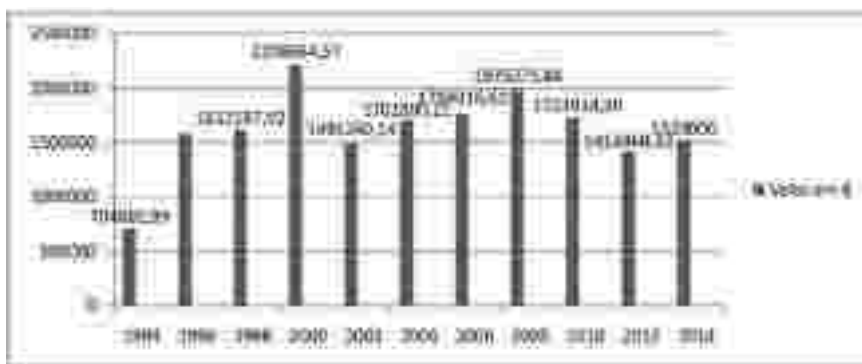
**Quadro 1** – Formação prestada no PQ para o quadriénio 2011-2014 em Angola

<b>Projeto</b>	<b>Número de Formandos</b>
Escola Superior	79
Escola Superior de Guerra	289
Escola de Forças Especiais	4473
Centro de Instrução de Operações de Paz	503
Estado-Maior do Exército	55
Academia Militar	75
Unidade de Guerra Angolana	4374
Forças Aéreas Nacionais	334
<b>TOTAL</b>	<b>10182</b>

Fonte: DCTM/DGPDN (2015). Elaboração própria

<sup>22</sup> Foram formados no anterior PQ cerca de 4473 militares no âmbito do projeto n°4, 503 no raio de ação do projeto n°5, 55 no projeto n°6 e 75 no projeto da AMEX.

A formação em Portugal também é reflexo da importância da CTM luso-angolana para o Estado português. Segundo a DGPDN (2015), cerca de 90 formandos angolanos estão a receber formação nos vários ramos das FFAA, no Instituto de Ensino Superior Militar (IESM) e no Instituto de Defesa Nacional (IDN). Dos 90 indivíduos acima referidos, cerca de 44 estão a receber formação pelo Exército Português, o que demonstra a importância deste vetor na CTM luso-angolana. Em termos de encargos financeiros, e fazendo uma analogia semelhante à dos recursos humanos empregues, desde 1993 foram empregues na CTM com Angola mais de 35 milhões de Euros (€)<sup>23</sup>, como indicam dados da DGPDN (2015). O gráfico 3 clarifica a execução orçamental da CTM luso-angolana desde o ano de 1994 até ao ano de 2014 inclusivé.



**GRÁFICO 3:** Execução orçamental da CTM luso-angolana até 2014

**Fonte:** DCTM/DGPDN (2015). Elaboração própria

No presente ano, o orçamento para a CTM com Angola é de cerca de 283074,06€<sup>24</sup>, como indica o Gab CEME (2015) sendo esta verba dividida pela tipologia de assessoria e dentro das mesmas o suplemento de missão e passagens aéreas para os respetivos projetos. Nas assessorias permanentes está previsto ser empregue uma verba de 244997,55€, das quais para os suplementos de missão 230997,55€<sup>25</sup> e 14000€ para as passagens aéreas dos militares portugueses envolvidos. Para as assessorias temporárias está previsto ser aplicada uma verba de 33076,51€, sendo aplicados 19076,51€<sup>26</sup> em suplementos de missão e 14000€ em passagens aéreas dos militares nacionais.

<sup>23</sup> Mais precisamente cerca de 350,65179,97€ de acordo com elementos estatísticos da CTM com Angola gentilmente cedidos pela DGPDN.

<sup>24</sup> Este valor refere-se somente à verba disponível para o presente ano.

<sup>25</sup> Mediante os dados gentilmente fornecidos pelo Gab CEME (2015), para o projeto nº1 – AMEx 65999,30€, para o projeto nº2 Direção de Forças Especiais 98998,95€, para o projeto nº3 – Estrutura Superior do Exército 32999,65€, para o projeto nº4 – Forças para Operações de Apoio à Paz 32999,65€.

<sup>26</sup> De acordo com dados gentilmente fornecidos pelo Gab CEME (2015), para o projeto nº1 – AMEx 5424,60€, para o projeto nº2 Direção de Forças Especiais 8136,90€, para o projeto nº3 – Estrutura Superior do Exército 2802,71€, para o projeto nº4 – Forças para Operações de Apoio à Paz 2,712,30€.



## 6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nestas duas décadas de relação bilateral com Angola a CTM tem sido muitas vezes definida como um instrumento de Defesa desagregado dos objetivos políticos nacionais e tem cada vez mais que ser vista como um instrumento de política externa nacional, que procura a consecução da política nacional no mundo.

Em termos estratégicos, os militares nacionais são vetores da política externa portuguesa, mostrando-se como disseminadores da cultura, língua e história nacionais no mundo. Os militares representam Portugal e portanto são embaixadores nacionais no Mundo. Em Angola e tendo em conta que Portugal não é a única nação presente, são estes laços que se têm revelado fundamentais nas escolhas de parceiros de cooperação. É graças à comunicação e interação luso-angolana que os decisores em Angola dão preferência à CTM com Portugal com instrumento da melhoria e modernização das FFAA angolanas.

Em termos técnicos, Portugal tem contribuído com recursos humanos tecnicamente aptos no terreno de forma a capacitar as FFAA de Angola, contribuir para a manutenção da Paz, formação dentro dos quadros angolanos e o alcance dos objetivos específicos dos vários projetos decorrentes da CTM. A formação tem que ser vista com ferramenta da criação de laços entre países e disseminação da língua portuguesa e Doutrina Nacional no Mundo.

A CTM com Angola tem potencialidade para continuar a crescer, mediante a exploração correta dos vetores a analisar pelos dois países. A formação prestada por Portugal tem que ir de encontro aos objetivos angolanos que por sua vez têm que fazer solicitações das áreas que querem ver melhoradas.

### 6.1. Limitações da Investigação

Uma das limitações desde logo identificadas foi a limitação de páginas de desenvolvimento que não permitiram especificar em detalhe alguns aspetos relevantes para a investigação, tendo o autor focado a sua análise nos objetivos propostos e não numa análise mais abrangente e enriquecedora.

Uma segunda limitação levantada foi a realização das entrevistas pois sendo a CTM luso-angolana um tema específico e complexo, carenciavam de entidades com experiência no terreno e qualificações que enriquecessem o trabalho. Após a identificação das entidades a entrevistar, surgiu a dificuldade de compatibilizar os horários laborais das mesmas com as datas propostas para a realização das entrevistas. No entanto deve-se salientar a total disponibilidade e predisposição de todos os entrevistados, o que se veio a revelar uma ajuda vital para o cumprimento dos objetivos propostos. Uma terceira limitação está relacionada com a impossibilidade de contactar entidades angolanas que enriquecessem esta investigação e que permitissem ter uma visão mais abrangente do tema.

## 6.2. Recomendações para Futuras Investigações

Em futuras investigações sugere-se a comparação dos moldes do atual PQ de 2015-2017 com os anteriores PQ pois a sua reestruturação alterou significativamente as direções técnicas dos mesmos de forma a verificar qual o melhor modelo a aplicar na CTM luso-angolana e qual a responsabilidade que o Exército Português possui na consecução dos vários projetos.

Uma outra recomendação seria a de investigar a inclusão de um maior número de Oficiais Subalternos nacionais nesta CTM, mais propriamente no projeto da AMEx, de forma a enriquecer o Corpo de Alunos da mesma, estando estes habilitados a instruir nos campos da formação geral militar, da educação física e até integrar os comandos das várias companhias de alunos.

A realização de uma investigação que tenha em conta a opinião de oficiais e cadetes angolanos assemelha-se com um bom objeto de estudo pois o presente estudo foca-se na opinião nacional acerca da temática em questão.

A “sinergia” entre Portugal e Angola decorrente desta CTM tem-se revelado uma aposta ganha e os laços culturais e históricos que unem estas duas nações servem de grande reforço para que a mesma perdure por muitos anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, G. (1993). *Cooperação Técnico-Militar, uma das vertentes externas da política de Defesa Nacional*. Lisboa: Nação e Defesa.
- BERNARDINO, L. (2007). Que Política de Cooperação para a Segurança e Defesa deve Portugal adotar em África. *Revista Militar N°2465/2466*, pp. 775\_795.
- BERNARDINO, L. (2010). *O Instrumento Militar como produtor de Segurança e de Desenvolvimento nos Países de Língua Portuguesa – Contributos para uma Estratégia de Segurança Nacional*. Lisboa.
- BERNARDINO, L. (2012). *A Cooperação para a Segurança no Contexto das Relações Internacionais – do Realismo ao Construtivismo*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- COTTEY, A. & Forster, A. (2004). *Reshaping Defense Diplomacy: New Roles for Military Cooperation and Assistance*. Oxford: Oxford University Press.
- Departamento do Exército (2015). *Army Security – Cooperation Handbook*. Washington: Programas do Exército Norte-Americano.
- DEUTSCH, K. (1978). *Análise das Relações Internacionais*. Brasil: Editora Universidade de Brasília.
- Exército Português (2013). *Relatório de Atividades – CTM (2013)*. Lisboa: Repartição de Cooperação Técnico-Militar e Alianças\_Estado Maior do Exército.

- FIGUEIREDO, L. (2011). *A Operações de Apoio à Paz e a Cooperação Técnico-Militar Portuguesa*. Lisboa: IDN Brief.
- Instituto da Defesa Nacional (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013 – Contributos e Debate Público*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- JUNQUEIRA, J. et al (2009). *O Exército nos Trilhos da Cooperação*. Lisboa: Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda.
- KEOHANE, R. (2005). *After Hegemony – Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Nova Jersey: Universidade de Princeton.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995). *Portugal – Dez Anos de Política de Cooperação*. Lisboa: MNE.
- Ministério da Defesa Nacional (1996). *Súmula nº33 – Envolvimento Externo de Portugal, no Domínio da Defesa, no Quadro das Relações Bilaterais e em Operações de Paz*. Lisboa: MDN.
- Ministério da Defesa Nacional (2013). *Manual para a Cooperação Técnico-Militar (Conceitos, Termos de Referência e Procedimentos)*. Lisboa: MDN.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (2010). *Cooperação Portuguesa – Uma leitura dos últimos quinze anos de Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: MNE.
- MOCKAITIS, T. (2004). *Civil-Military Cooperation in Peace Operations: the case of Kosovo*. Estados Unidos da América: Strategic Studies Institute.
- MONTEIRO, R. (2001). *África na Política de Cooperação Europeia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MOREIRA, A. (2001). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MOURATO, I. (2011). *A Política de Cooperação Portuguesa com os PALOP: Contributos do Ensino Superior Politécnico*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- MUTHANNA, K. (2011). Military Diplomacy – perspectives. *Jornal of Defence Studies Volume 5*. pp. 1-15.
- PEREIRA, J. (1979). *As Relações de Cooperação entre Portugal e os Novos Países Africanos de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Nação e Defesa.
- PINTO, L. (2013). *A Cooperação Técnico-Militar Portuguesa*. Lisboa: JANUS.
- SANGREMAN, C. (2009). *A Teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o Estado da Arte da Cooperação Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.
- SANTOS, L. (2010). *A Cooperação Técnico-Militar Portuguesa: Análise aos projetos desenvolvidos no âmbito da Formação/Ensino no Exército Angolano*. Lisboa: Academia Militar.

SANTOS, V. (1997). *Perspetivas para a cooperação militar portuguesa com os países africanos em desenvolvimento*. Lisboa: Nação e Defesa.

SANTOS, V. (2009). *Teoria das Relações Internacionais - Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

### **RUBEN JOSÉ GOMES CANTANTE**

O Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria, nasceu a 23 de Julho de 1988, na Freguesia da Tocha. A 19 de Novembro de 2007 ingressou no Exército Português, tendo a 01 de Outubro de 2010 ingressado na Academia Militar, onde frequenta atualmente o Mestrado Integrado de Ciências Militares na especialidade de Infantaria.



## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CIENTÍFICA PROELIUM

### 1. NORMAS GERAIS

- 1.1 A *PROELIUM* é uma revista de divulgação científica para todos os investigadores (autores) nacionais e internacionais submeterem comunicações e trabalhos de investigação originais.
- 1.2 A *PROELIUM* caracteriza-se por uma revista de “banda larga”, e aceita comunicações e trabalhos de investigação originais das diferentes áreas científicas que possam contribuir para a Defesa e Segurança de uma forma geral.
- 1.3 As comunicações e os trabalhos de investigação originais são submetidos, OBRIGATORIAMENTE, por via electrónica para [proelium@academiamilitar.pt](mailto:proelium@academiamilitar.pt). Confirmar-se-á a recepção, indicando se respeitam ou não as exigências de formato. Os autores não devem considerar que o artigo foi recebido até confirmação da recepção.
- 1.4 Cada artigo é revisto, pelo menos, por dois revisores, num sistema de “blind referee”
- 1.5 A notificação do resultado é efectuada por correio electrónico ao autor principal (primeiro) do artigo. As notificações de recusa vão acompanhadas da folha de avaliação realizada pelos revisores e editor.
- 1.6 Em cada número da *PROELIUM*, um investigador só aparece uma vez como autor principal.
- 1.7 Os artigos não devem exceder as 30 páginas A4 ou 15 000 palavras, incluindo abstract, resumo, notas de rodapé, quadros, gráficos, figuras e referências bibliográficas.
- 1.8 Os autores devem enviar as figuras (imagens, gráficos e quadros) devidamente inseridas no texto e elaborar uma “pasta” com as imagens, gráficos e quadros devidamente identificadas e em formato JPEG ou TIF.
- 1.9 Os artigos devem ser acompanhados de um resumo (200 palavras) e abstract (200 palavras), indicação das palavras-chave (5 palavras) e *curriculum vitae* (CV) resumido (75 palavras) do(s) autor(es)<sup>1</sup>.

### 2. NORMAS DE REDACÇÃO

- 2.1 Devem ser consideradas como referência para a elaboração dos artigos as seguintes indicações: texto em formato Microsoft Word 2007 ou anterior e justificado; tipo de letra – Times New Roman 12 e espaçamento entre linhas – 1.5; notas de rodapé – Times New Roman 10 e espaçamento entre linhas 1.

---

<sup>1</sup> Grau Académico ou Posto (para militares); disciplinas ministradas na Academia Militar ou noutro Estabelecimento de Ensino Superior; CV resumido.

- 2.2 O primeiro parágrafo inclui o título do artigo, letra Times New Roman, 12, maiúsculas, negrito, antes 0 e depois 3 pontos, e justificado à direita.
- 2.3 Inserir um espaço (uma linha em branco): tipo de letra – Times New Roman 12, justificado, espaçamento entre linhas 1, e antes 0 e depois 3 pontos.
- 2.4 Depois de inserir um espaço (uma linha em branco), inicia-se o segundo parágrafo: tipo de letra – Times New Roman 12, justificado, espaçamento entre linhas 1,5, e antes 0 e depois 3 pontos. O segundo parágrafo inclui o nome do(s) autor(es), departamento, instituição, morada, país.

*Exemplo 1: autores da mesma instituição.*

Nome primeiro autor<sup>a1</sup>, nome segundo autor<sup>a</sup>, nome terceiro autor<sup>a</sup>

<sup>a</sup> Instituição, morada (rua, código postal, cidade), país.

*Exemplo 2: autores de instituições diferentes.*

Nome primeiro autor<sup>a1</sup>, nome segundo autor<sup>b</sup>, nome terceiro autor<sup>c</sup>

<sup>a</sup> Departamento, instituição, morada (rua, código postal, cidade), país.

<sup>b</sup> Departamento, instituição, morada (rua, código postal, cidade), país.

<sup>c</sup> Departamento, instituição, morada (rua, código postal, cidade), país.

*Informação em nota de rodapé*

<sup>1</sup> Contacto do primeiro autor – Tel.: número de telefone.

Email: primeiroautor@email.com (primeiro autor); segundoautor@email.com (segundo autor); terceiroautor@email.com (terceiro autor).

- 2.5 Depois de um espaço em branco (uma linha em branco), inicia-se o terceiro parágrafo com a palavra “ABSTRACT”, letra Times New Roman 12, maiúsculas, negrito, centrado, espaçamento entre linhas 1.5, e antes 0 e depois 3 pontos. Na linha seguinte começa-se o texto do abstract com letra Times New Roman, 12, normal, justificado, espaçamento entre linhas 1.5, e antes 0 e depois 3 pontos. O abstract não deve ultrapassar as 300 palavras. Incluir até 5 palavras-chave.
- 2.6 Depois de um espaço em branco (uma linha em branco), inicia-se o quarto parágrafo com a palavra “RESUMO”, letra Times New Roman 12, maiúsculas, negrito, centrado, espaçamento entre linhas 1.5, e antes 0 e depois 3 pontos. Na linha seguinte começa-se o texto do abstract com letra Times New Roman, 12, normal, justificado, espaçamento entre linhas 1.5, e antes 0 e depois 3 pontos. O resumo não deve ultrapassar as 300 palavras. Incluir até 5 palavras-chave.

- 2.7 Após um espaço em branco, colocar-se a primeira secção e em continuação o texto, que deve ser redigido com letra Times New Roman, 12, normal, sem tabulações, justificado.
- 2.8 As secções do texto deverão ser identificadas com numeração árabe (1,2,3..), Times New Roman 12, maiúsculas, justificadas à esquerda, espaçamento entre linhas 1,5, e antes 0 e depois 3 pontos. Devem ser utilizadas, apenas, três níveis.

**Exemplo:**

**1. SECÇÃO NÍVEL 1**

**1.1 Secção Nível 2**

**1.1.1 Secção nível 3**

**2. CONCLUSÕES**

- 2.9 As notas de rodapé de página figurarão no final de cada página com letra Times New Roman, 10, normal, justificado e espaçamento simples.
- 2.10 As palavras “REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS” figuram no final do texto em letra Times New Roman 12, maiúscula, negrito, justificadas à esquerda, espaçamento entre linhas 1,5, e antes 0 e depois 3 pontos.
- 2.11 Os gráficos, figuras e tabelas (preto e branco) são inseridos no texto. Preferencialmente devem fazer-se com aplicações do Microsoft Office, ou alternativamente, inserem-se como imagens. Num ficheiro à parte devem ser enviadas as figuras, gráficos e tabelas com uma resolução de 300 dpi.
- 2.12 A revista *PROELIUM* adoptou a Norma Portuguesa (NP 405-1) do Instituto Português da Qualidade, homologada no Diário da República, III Série, N.º 128 de 03 de Junho, de 1994. A revista *PROELIUM*, também, aceita artigos em Norma APA Havard.
- 2.13 De acordo com a NP 405-1, as citações e referências a autores no texto devem ser efectuadas do seguinte modo:
- (autor, data) quando se referem à ideia; (**autor, data: página/s**) quando citam o autor (Raul, 2015: 12) (Jon, 2016: 12-15);
  - Se houver referências a mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, serão diferenciadas por uma letra minúscula a seguir à data - (Bastos: 2002a), (Bastos: 2002b);
  - Quando a obra ou artigo tiver dois autores - (Bastos e Almeida: 2002);
  - Quando a obra ou artigo tiver três ou mais autores - (Bastos et al: 2002).



- 2.14 As notas de rodapé devem conter informações complementares de natureza substantiva.
- 2.15 As referências bibliográficas devem ser colocada no final do artigo e contém apenas a lista das referências feitas no texto, ordenadas alfabeticamente e, por ordem cronológica crescente para referências do mesmo autor.

### **EXEMPLOS BIBLIOGRÁFICOS:**

- *Livros*

WRIGHT, Quincy (1942). *A Study of War*, The University Chicago Press, Chicago, Estados Unidos da América.

CARDOSO, Cristóvão e ALMEIDA, Manuel (2002). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

HENRIQUES et al (1999). *Educação para a Cidadania*, Plátano Editora, Lisboa.

- *Artigos em revistas*

CABRAL, Mário (2003). “O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil)”, in Vários, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N.º 51, Volume 3, Janeiro, p. 31-60 [indicar as páginas do artigo].

- *Instituições*

MDN (1998). *Cooperação Técnico-Militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: relatório de actividades de 1998*, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.

- *Artigos em Revistas on-line*

HIDI, Samuel (2006). “Interest: a unique motivational variable”, in Vários, *Educational Research Review*, n.º 2, p. 69-82. Internet: <http://www.sciencedirect.com>, consultado em [dia, mês e ano].

- *Documentos on-line*

WEDGEWORTH, Richard (2005). *State of Adult Literacy*. Internet: <http://www.proliteracy.org/downloads>, consultado em [dia, mês e ano].

- *Artigos de Jornais*

GEADA, Eduardo (1987). “O espaço aberto da filosofia e do saber”, in *A Capital*, 19 de Novembro, p. 9.

- *Legislação*

DECRETO-LEI n.º 192/89. D.R I Série, 131 (89-06-08), 2254-2257.



## RULES FOR PUBLISHING IN THE SCIENTIFIC JOURNAL PROELIUM

### 1. GENERAL RULES

- 1.1 PROELIUM is a magazinejournal of scientific contents which includes communications and research papers articles of national and international researchers (authors).
- 1.2 PROELIUM is a “broadband” magazinejournal and accepts communications and original research papers from different scientific areas that may contribute to Defence and Security.
- 1.3 Communications and original research papers must be submitted, MANDATORILY, by e-mail to proelium@academiamilitar.pt. Reception will be confirmed, indicating if they satisfy the format requirements. Authors should not consider the article to be received until reception confirmation is made.
- 1.4 Each article is revised at least by two revisersreviewers.
- 1.5 Notifications of the result are made by e-mail to the main (first) author of the article. Notifications of not acceptance are accompanied by an evaluation sheet made by revisers reviewers and editor.
- 1.6 In each PROELIUM issuedpublication, a researcher appears only once as main author.
- 1.7 Articles should not surpass 30 pages A4 or 15.000 words, including abstract, summary, footnotes, tables, graphics, images and bibliographic references.
- 1.8 Authors should send images, graphics or tables duly inserted in the text and elaborate a “folder” with images, graphics and tables duly identified and in JPEG or TIF format.
- 1.9 Articles should be accompanied of a summary (200 words) and an abstract (200 words), key-words (5 words) and summarized curriculum vitae (CV) (75 words) of the author(s) 1.

### 2. DRAFTING STANDARDS

- 2.1 The following indications should be considered as a reference for writing articles: text in Microsoft Word 2007 format or previous, justified; font - Times New Roman 12, spacing -1.5; footnotes – Times New Roman 10; spacing 1.
- 2.2 The first paragraph includes the title of the article, font Times New Roman, 12, capital letters, bolt, before 0 and after 3, justified to the right.
- 2.3 Insert a space (a blank line): font – Times New Roman 12, justified, spacing 1; before 0 and after 3.

---

<sup>1</sup> Academic degree or range rank (in the case of military personnel); matters givencourses taught in the Military Academy or other Establishment of Higher Education Academies; summarized short CV.

- 2.4 After inserting a space (blank line), the second paragraph is started: font – Times New Roman 12, justified, spacing 1.5; before 0 and after 3. The second paragraph includes the name of the author(s), department, institution, address, country.

*Example 1: authors from the same institution.*

Name of the first author a<sup>1</sup>, name of the second author a, name of the third author a  
a Institution, address (street, zip code, city), country.

*Example 2: authors from different institutions.*

Name of the first author<sup>a1</sup>, name of the second author<sup>b</sup>, name of the third author<sup>c</sup>

<sup>a</sup> Department, institution, address (street, zip code, city) country

<sup>b</sup> Department, institution, address (street, zip code, city) country.

<sup>c</sup> Department, institution, address (street, zip code, city) country.

*Footnote*

<sup>1</sup> Contact of the first author – Tel.: telephone number

Email: primeiroautor@email.com (primeiro autor); segundoautor@email.com (segundo autor); terceiroautor@email.com (terceiro autor).

- 2.5 After a blank space (blank line), the third paragraph is initiated with the word “ABSTRACT”, FONT Times New Roman 12, capital letters, bolt, centered, spacing 1.5; before 0 and after 3. In the second line the abstract text begins with font Times New Roman, 12, normal, justified, spacing 1.5; before 0 and after 3. Abstract should not surpass 300 words. It should include up to 5 key words.

- 2.6 After a blank space (blank line) the fourth paragraph is initiated with the word “SUMMARY”, FONT Times New Roman 12, capital letters, bolt, centered, spacing 1.5; before 0 and after 3. In the following line the abstract text begins with font Times New Roman 12, capital letters, bolt, centered, spacing 1.5; before 0 and after 3. The summary should not surpass 300 words. It should include up to 5 key words. – 309 – Rules for Publishing in Proelium MagazineJournal.

- 2.7 After a blank space, the first section should be placed and the text continued which must be written using font Times New Roman, 12, normal, no tabs, justified.

- 2.8 Text sections should be identified using Arabic numerals (1,2,3...), Times New Roman 12, capital letters, justified to the left, spacing 1.5; before 0 and after 3. Only three levels should be used.

**Example:**

## **1. SECTION LEVEL 1**

### **1.1.1 SECTION LEVEL 2**

#### **1.1.2 Section level 3**

## **2. CONCLUSIONS**

- 2.9 Footnotes will be included at the bottom of each page using Times New Roman 10, normal, justified, simple spacing.
- 2.10 The words “BIBLIOGRAPHIC REFERENCES” are at the bottom of the text using times New Roman 12, capital letters, bold, justified to the left, spacing 1.5; before 0 and after 3.
- 2.11 Graphics, images and tables (black and white) are inserted in the text. Microsoft Office should be used for applications or in alternative they may be inserted like images. Images, graphics and tables should be sent into a separate file with 300 dpi resolution.
- 2.12 PROELIUM magazinejournal adopted Portuguese Regulation (NP 405-1) of Portuguese Institute for Quality, approved in Diário da República, III Series, N° 128 of 3rd of June of 1994. PROELIUM also accepts articles according to APA Harvard Harvard Regulationstyle.
- 2.13 According to NP 405-1 quotes and references to authors in the text should be made as follows:
- (author, date) when referring the idea; (**author, date: page/s**) when quote author;
  - In case of references to more than one title paper of the same author in the same year, distinction they will be made using minuscule lower case letter after the date - (Raul, 2015: 12) (Jon, 2016: 12-15);
  - When the paper or article has two authors – (Bastos and Almeida: 2002);
  - When the paper or article has three or more authors – (Bastos et al: 2002). – 310 – Pro-eli-um – Revista Científica da Academia Militar
- 2.14 Footnotes must include complementary information of substantive nature.
- 2.15 Bibliographic references must be made in the end of the article, including the list of references made in the text, by alphabetical and chronological order (old to new) for references of the same author.

#### **Bibliographic examples:**

- *Books*

WRIGHT, Quincy (1942). *A Study of War*, The University Chicago Press, Chicago, Estados Unidos da América.

CARDOSO, Cristóvão e ALMEIDA, Manuel (2002). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

HENRIQUES et al (1999). *Educação para a Cidadania*, Plátano Editora, Lisboa.

- *Articles in magazinejournals*

CABRAL, Mário (2003). “O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil)”, in Vários, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N.º 51, Volume 3, Janeiro, p. 31-60 [indicar as páginas do artigo].

- *Institutions*

MDN (1998). Cooperação Técnico-Militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: relatório de actividades de 1998, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.

- *Articles in magazine/journals on-line*

HIDI, Samuel (2006). “Interest: a unique motivational variable”, in Vários, Educational Research Review, n.º 2, p. 69-82. Internet: <http://www.sciencedirect.com>, consultado em [dia, mês e ano].

- *Documents on-line*

WEDGEWORTH, Richard (2005). State of Adult Literacy. Internet: <http://www.proliteracy.org/downloads>, consultado em [dia, mês e ano].

- *Newspaper articles*

GEADA, Eduardo (1987). “O espaço aberto da filosofia e do saber”, in A Capital, 19 de Novembro, p. 9.

- *Legislation*

DECRETO-LEI n.º 192/89. D.R I Série, 131 (89-06-08), 2254-2257.



Executive Director  
of CAS





